

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DEJALMA CREMONESE

CAPITAL SOCIAL E PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO
POLÍTICO-SOCIAL EM IJUÍ - RS

Porto Alegre, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DEJALMA CREMONESE

**CAPITAL SOCIAL E PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO
POLÍTICO-SOCIAL EM IJUÍ - RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política.

Orientador Professor Dr. Marcello Baquero

Porto Alegre, 2006

DEJALMA CREMONESE

**CAPITAL SOCIAL E PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO
POLÍTICO-SOCIAL EM IJUÍ - RS**

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Baquero

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS

Prof. Dr. Darcísio Corrêa

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da UNIJUÍ

Prof.^a Dra. Jussara Reis Prá

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS

Prof. Dr. Prof. Dr. Julian Borba

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González

Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNISINOS

Porto Alegre, agosto de 2006.

**Dedico esta Tese aos meus pais, irmãos e amigos, à
minha esposa Patrícia, e à minha filha Maria Eduarda.**

AGRADECIMENTOS

Na solidão dos dias, nas madrugadas vazias, nas viagens intermináveis, na leitura diária, na síntese do autor, na pesquisa inacabada, no cansaço físico e mental, na arte de ser professor e ao mesmo tempo ser aluno, na demanda dos trabalhos, seminários e provas. No empenho da escrita, nas limitações pessoais, na ausência dos meus amores. A superação era o único caminho - não havia outra chance a não ser ir em frente, obstáculos, sofrimentos, sempre recorrentes, estar no mundo é relativamente fácil, viver é que é difícil. No momento, mais uma empreitada chega ao fim, certamente outras virão – certamente as enfrentarei...

Gostaria, neste momento, de agradecer a algumas pessoas e instituições que foram fundamentais para a conclusão desta tese.

Inicialmente agradeço a Deus pelo dom da vida, e pela esperança que renasce a cada dia.

A meus pais, Azelindo Antônio Cremonese (em memória) e Graciosa Orlandi Cremonese, os primeiros educadores (*ora et labora*).

Aos meus irmãos, especialmente ao Pe. Olinto, por mostrar caminhos e expressar estímulo e apoio para seguir em frente.

Aos meus formadores - professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio, que me iniciaram na arte da aprendizagem e instigaram a curiosidade de aprender (perdão pelas travessuras).

Aos formadores do Seminário São José de Santa Maria, Pe. Nelson Pappis e Pe. Atayde Buzanello (1984-1987), e do extinto Seminário Maior de Viamão, professores e formadores, Pe. Pedro Kunrat, Pe. Antony Cotolli e Dom Hélio Rubert (1988-2000) agradeço profundamente. O que sou devo muito a vocês.

À Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, pelo auxílio da bolsa de estudo. Aos amigos e colegas do Departamento de Ciências Sociais, pela convivência e o apoio.

Aos professores Jaeme Callai, Ivo Canabarro, Sandra Amaral e Hilário Barbian, pela leitura atenta, críticas oportunas e necessárias sugestões para que a tese se tornasse mais qualificada.

Ao amigo Carlos Silveira, pelo “polimento” do texto, pela competência nas correções.

Ao amigo Lauri Basso, com quem sempre comunguei minhas idéias, angústias e incertezas, pela leitura atenta deste trabalho de tese e pelas sugestões.

Aos professores Amir Limana e Giuseppe Ricotta, com quem tive a oportunidade de conhecer a temática do Capital Social.

Aos funcionários da Biblioteca Mario Osorio Marques e do Museu Antropológico Doutor Pestana – MADP, pela atenção e disponibilidade.

Em especial, ao professor Dr. Marcello Baquero, pela atenção em responder ao primeiro e-mail, pela indicação das primeiras obras, pela orientação e pela amizade que construímos no decorrer do tempo de aulas e encontros de orientação.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, pela dedicação e pelo conhecimento socializado.

Aos colegas de doutorado, especialmente ao Augusto e ao Bruno, pela convivência e amizade.

Ao Hemerson Pase, pela amizade e pela socialização das utopias.

Ao Douglas Santos Alves e aos demais alunos bolsistas do NUPESAL e do NIEM, pelo indispensável apoio na elaboração do Plano Amostral e do questionário sobre Capital Social e Desenvolvimento Sustentável aplicado em Ijuí em 2005.

À Jussara Reis Prá, ao Rudimar e ao Rogério Pedrozo, pela amizade e acolhida em Porto Alegre.

Aos bolsistas do Departamento de Ciências Sociais e demais alunos da Unijuí, que colaboram na aplicação do questionário.

Aos secretários do Departamento de Ciências Sociais da Unijuí, Lurdes Dahmer e Liomar Hugo Schemmer “Alemão”, pela colaboração e amizade.

À Patrícia, pela paciência de tolerar a minha ausência e compreender minha “solidão”, espero em breve lhe proporcionar dias melhores e mais alegres.

À Maria Eduarda, razão da existência do papai e da mamãe. Olhando nos seus olhos, ainda acredito que a vida vale a pena.

“Ninguém está proibido de fazer melhor do que eu.”

Martinho Lutero

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi examinar os níveis de participação político-social do município de Ijuí – Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A hipótese principal é que práticas cada vez menos recorrentes de ações cívicas (participativas, associativas e de confiança) entre os membros da comunidade nas últimas décadas constituem a principal causa da variação negativa do capital social do município. O referencial teórico e metodológico utilizado nesta tese segue a abordagem do capital social, proposta por Robert Putnam. A segunda parte deste estudo analisa os resultados do *survey* aplicado no ano de 2005 (400 entrevistas). A comparação longitudinal entre o *survey* 2005 com o de 1968, indica o declínio de manifestações cívicas com a diminuição da participação política convencional; altos índices de desconfiança; redução do associativismo e cooperação. Estes resultados comprovam a hipótese central da variação negativa do capital social em Ijuí.

Palavras-chave: capital social; participação; democracia

ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to examine the political and social participation levels in the city of Ijuí- Rio Grande do Sul - Brazil. The central hypothesis is that practices of civic action are declining (associations, participants and institutional and interpersonal trust) among the members of the community, in the last decades, being these the reasons for the negative variation of social capital in the city. The dissertation utilizes Putnam's theoretical and methodological proposal. The second part of this study analyzes the results of a survey research which consisted of 400 interviews in 2005. The results of this research was compared with a survey research conducted in 1968 in order to establish longitudinal comparisons. The longitudinal comparisons between 1968 and 2005, indicates the decline of civic manifestations as well as the reduction of conventional political participation, high levels of distrust reduction of associativity and cooperation. These results are consistent with the hypothesis of this dissertation about the negative variation of social capital in Ijuí.

Key words: social capital, participation; democracy

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

1 – Mapa de Ijuí Atual (2005)	108
2 – Mapa de Ijuí Antigo (1960)	109
3 – Imagem de Ijuhy Antigo e Atual – Rua do Comércio (1902/2006)	114
4 – Augusto Pestana – Intendente de Ijuí	133
5 – Autoridades políticas locais recebem o Senador Republicano Pinheiro Machado em passagem por Ijuí no ano de 1906. Augusto Pestana e Antônio Soares de Barros estão à frente da Comitiva.	134
6 – Antônio Soares de Barros, o Coronel Dico – Intendente de Ijuí	137
7 – Homens, mulheres e crianças integralistas	153
8 – Lideranças políticas em Ijuí (1998)	159

LISTA DE GRÁFICOS

1 – Satisfação com a democracia.....	43
2 – Confiança nas Instituições na América Latina	44
3 – Estimativa da população residente em Ijuí (1896-2005).....	110
4 – Participação dos Setores no PIB de Ijuí (1999-2002)	111
5 – Número de Estabelecimento Agropecuários da RNC-RS (1970-2000).....	123
6 – Área dos estabelecimentos por grupos de área total e utilização das terras no município de Ijuí.....	124
7 – Evolução da população rural e urbana de Ijuí (1914-2000)	128
8 – Evolução da população do Rio Grande do Sul por condição de domicílio	129
9 – Evolução da participação eleitoral em Ijuí (Municipais) (1972-2004).....	209
10 – Evolução da participação econômica da RNC no PIB do RS	213
11 – Evolução do IDH de Ijuí (1970-1991).....	214
12 – Evolução do IDH de Ijuí (1991-2000).....	215
13 – Colocação do PIB de Ijuí em relação aos demais municípios do RS	215
14 – Evolução do PIB <i>per capita</i> de Ijuí e Panambi RS (1996-2003).....	216

LISTA DE TABELAS

1 – Democracia, Pobreza e Desigualdade	45
2 – Número de Estabelecimento Agropecuários da RNC-RS (1970-2000)	123
3 – Preferência por antigos partidos	157
4 – Preferência partidária para Governador em 1958.....	157
5 – Partido preferencial no período da Ditadura Militar	158
6 – Grupos interessados em resolver problemas	174
7 – Níveis de ocupação e participação no MCB.....	176
8 – Níveis de interesse pelo MCB	176
9 – Intensidade de participação no MCB	177
10 – Intensidade da influência do MCB	177
11 – Percepção da direção da influência do MCB.....	178
12 – Percepção do efeito da participação no MCB	179
13 – Finalidade do MCB	179
14 – Avaliação da natureza do MCB.....	180
15 – Escolaridade do ijuiense	182
16 – Faixa de renda <i>per capita</i> mensal do ijuiense 2005.....	183
17 – Faixa de renda <i>per capita</i> mensal do ijuiense 2005 por salário.....	183
18 – Principais problemas enfrentados pelo Brasil 2005	185
19 – Sentimento pessoal do ijuiense 2005.....	186
20 – Cor ou etnia do ijuiense 2005	187
21 – A religião do ijuiense 1968-2005	187

22 – Avaliação dos serviços em Ijuí 2005.....	188
23 – Avaliação dos governantes pelos ijuienses 2005.....	190
24 – Identificação partidária do ijuiense 2005	191
25 – Importância das eleições para o ijuiense 2005	192
26 – A percepção do clientelismo na política ijuiense	192
27 – Participação em organizações ou grupos sociais 2005.....	193
28 – Ajuda vicinal entre os ijuienses 2005.....	194
29 – A participação política convencional entre os ijuienses 2005.....	196
30 – A participação política não convencional entre os ijuienses 2005	196
31 – A participação comunitária entre os ijuienses 2005	197
32 – Meios para a solução de problemas locais 1968.....	198
33 – Confiança em instituições sociais e políticas 2005	199
34 – Discussão dos problemas do país com amigos.....	200
35 – Informação sobre assuntos ligados à política	200
36 – Interesse por política.....	201
37 – Participação na solução de problemas (1968-2005).....	203
38 – Participação em reuniões políticas	207
39 – Participação em partidos políticos.....	208
40 – Participação em comícios	208
41 – Interesse por política.....	210
42 – População de Ijuí acima de 16 anos	254

LISTA DE QUADROS

1 – Migração partidária do Congresso Nacional (2002-2006)	53
2 – Evolução da população urbana/rural de Ijuí RS (1960-2005)	206
3 – Lista dos Intendentes e Prefeitos de Ijuí – evolução do eleitorado apto.....	249
4 – Plano Amostral para o Projeto Desenvolvimento Sustentável Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.....	254

LISTA DE SIGLAS

AMUPLAM – Associação dos Municípios do Planalto Médio

ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CBI – Conselho de Bairros de Ijuí

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

COTRIJUÍ – Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda

CPMs – Círculos de Pais e Mestres

FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí

FAG – Frente Agrária Gaúcha

FAMURS – Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul

FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul

FEE – Fundação de Economia e Estatística

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEB – Instituto de Educação de Base

IEP – Instituto de Educação Permanente

IMASA – Indústria de Máquinas Agrícolas Fuchs S/A

MADP – Museu Antropológico “Diretor Pestana”

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MCB – Movimento Comunitário de Base

MPs – Medidas Provisórias

NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher

NMSs – Novos Movimentos Sociais

NUPESAL – Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OP – Orçamento Participativo

PF – Partido Federalista

PL – Partido Liberal

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PP – Partido Popular

PP – Partido Progressista

PPS – Partido Progressista Social

PRP – Partido de Representação Popular

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

QI MCS – Questionário Integrado para Medir Capital Social

RNC-RS – Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul

STIAI – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Ijuí

TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

VARIG – Viação Aérea Rio-Grandense S. A.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE ILUSTRAÇÃO	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE QUADROS	14
INTRODUÇÃO.....	19
1 PARTICIPAÇÃO COMO PRESSUPOSTO ESSENCIAL DA DEMOCRACIA	29
1.1 Origem e evolução da democracia	29
1.2 Participação: concepções gerais	31
1.3 Debate da participação na teoria democrática	36
1.4 Democracia formal e participação restrita na América Latina	42
1.5 Autoritarismo democrático no Brasil	47
1.6 Migração partidária no Brasil	52
2 PARTICIPAÇÃO: DA CULTURA POLÍTICA AO CAPITAL SOCIAL	55
2.1 Cultura política	55
2.2 Capital Social.....	58
2.2.1 Capital social: primeiras concepções e evolução	59
2.2.2 Capital social e desenvolvimento sócioeconômico	61
2.2.3 Capital social: a tradição tocquevilliana da Ciência Política.....	64
2.2.4 Capital social segundo Robert Putnam.....	68
3 PARTICIPAÇÃO NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA.....	76
3.1 “Males de origens”	76
3.2 <i>Insolidarismo</i> de Oliveira Vianna	83
3.3 <i>Homem cordial</i> de Sérgio Buarque de Holanda	86
3.4 Coronelismo: teorização e prática	91
3.4.1 Revolução Federalista rio-grandense: uma guerra intraclasse	95
4 PARTICIPAÇÃO NAS MATRIZES DA CULTURA POLÍTICA DE IJUÍ.....	107
4.1 Localização.....	107
4.2. Evolução histórica, social e econômica.....	112
4.2.1 Diversidade etno-cultural	116

4.2.2 Principais fases da economia.....	117
4.3 Evolução da cultura política	131
4.3.1 Coronelismo na colônia: Augusto Pestana.....	132
4.3.2 Coronelismo na colônia: Antônio Soares de Barros.....	137
4.3.3 Eleições municipais: participação política restrita	144
4.3.4 Matriz integralista: <i>os camisas-verdes</i>	151
4.3.5 Matriz trabalhista.....	155
5 PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL E CAPITAL SOCIAL EM IJUÍ (1960-2005)	161
5.1 Cotrijuí.....	161
5.2 FAFI/Fidene/Unijuí	165
5.3 Movimento Comunitário de Base (MCB)	168
5.3.1 MCB e participação político-social no nível local	173
5.4 Comportamento político e capital social (2005).....	180
5.4.1 Perfil do ijuiense.....	181
5.4.2 Percepção política.....	188
5.4.3 Variáveis referentes ao capital social de Ijuí.....	193
6 ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE IJUÍ.....	202
6.1 Sociabilidade do ijuiense	202
6.1.1 Insegurança, insatisfação e frustração	203
6.1.2 Uma sociedade onde impera o familismo amoral de Banfield.....	204
6.1.3 Êxodo rural crescente e dispersão urbana.....	205
6.2 Manifestações da política convencional	207
6.2.1 Participação em reuniões partidárias, partidos políticos e comícios	207
6.2.2 Participação eleitoral	208
6.2.3 Interesse por política convencional	209
6.2.4 Mantêm-se as mazelas da cultura política tradicional	210
6.2.5 Desconfiança interpessoal e nas instituições políticas	211
6.3 Estagnação do PIB e declínio no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS	230
ANEXOS.....	249
A – Comportamento político de Ijuí – eleições municipais (1912-2004)	249
B – Metodologia do Plano Amostral	252
C – Questionário da Pesquisa	256

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo geral analisar os níveis de participação político-social em âmbito local, ao tratar, especificamente, do município de Ijuí – Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Para alcançar esse objetivo, propõe-se utilizar uma abordagem teórica (marco teórico-conceitual) fundamentada nos conceitos da teoria democrática, cultura política e, principalmente, na abordagem do capital social e de suas principais variáveis: confiança, cooperação, participação e virtude cívica.

Ainda no plano teórico, este trabalho busca alcançar os seguintes objetivos específicos: a) tratar da análise teórico-prática da participação como pressuposto básico da democracia, fundamentada na teoria democrática, bem como avaliar os *déficits* da participação no contexto da democracia latino-americana e brasileira; b) estudar a variável participação no debate da cultura política e do capital social; c) avaliar os limites da participação na cultura política brasileira; d) revisar os estudos que tratam da participação político-social ao nível local, tendo como objeto de estudo o município de Ijuí, considerando seu passado histórico e sua cultura política; e) efetuar a abordagem conceitual das principais matrizes da cultura política (a matriz autoritária do coronelismo, do movimento integralista e da herança do trabalhismo); f) apresentar a Cotrijuí, o Movimento Comunitário de Base (MCB) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado até a Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FAFI/Fidene/Unijuí), como exemplos de capital social, instituições nascidas do espírito associativo e da participação da população ijuiense; e g) analisar o comportamento político e o capital social da sociedade ijuiense nos dias atuais.

A análise teórica é testada via pesquisa empírica. O perfil atitudinal dos ijuienses (níveis de confiança, cooperação, participação e comportamento político) será comparado através da análise dos resultados do *survey* aplicado na população urbana de Ijuí em 2005, com os resultados do *survey* aplicado no mesmo município no final da década de 1960.

O debate sobre a participação e sobre a democracia sempre foi recorrente na teoria política ocidental. A democracia foi uma criação da originalidade grega, mais precisamente da *polis* (cidade-estado) ateniense. A democracia foi concebida a partir das profundas reformas sociais e políticas de Clístenes, no final do século VI a.C. É importante ressaltar que o termo não pode ser entendido sob a tradução cômoda e reducionista de ser o “governo do povo”. Para os gregos, a democracia representava o governo dos *demos*, que era um tipo de distrito territorial composto por homens livres e capazes de tomar as decisões na *polis* (cidade); isto é, uma forma direta de exercer a ação política, sem as formas representativas das democracias modernas. A participação na *polis* era, assim, restrita a uma elite que tinha direitos de isonomia (igualdade perante a lei), isegoria (direito de manifestar suas idéias nas assembléias do povo) e isocracia (igualdade de poder).

Em Atenas, por exemplo, apenas 10% da população era considerada cidadã. A fim de reduzir as despesas do Estado, o governo restringiu o direito de cidadania: somente os filhos de pai e mãe atenienses maiores de idade seriam considerados cidadãos. As mulheres, os metecos (estrangeiros) e os escravos continuaram desprovidos de quaisquer direitos políticos.¹

A mulher era considerada o “não-ser”, equiparada aos escravos, cuidava dos “afazeres domésticos” e servia como instrumento de procriação, não participando, portanto, das decisões da *polis*.² O filho era um candidato em potencial para exercer a cidadania. Por outro lado, o escravo servia de mão-de-obra para o sustento e manutenção dos cidadãos. Pensadores como Platão e Aristóteles são unânimes em afirmar a necessidade do trabalho escravo para o ócio do cidadão: “O melhor Estado não fará de um trabalhador manual um cidadão, pois a massa de trabalhadores manuais é hoje escrava ou estrangeira” (ARISTÓTELES, apud ANDERSON, 1998, p.26). Platão excluía os artesãos dos benefícios de participar da *polis*: “O trabalho permanece alheio a qualquer valor humano e em certos aspectos parece mesmo a antítese do que seja essencial ao homem” (PLATÃO, apud ANDERSON, 1998, p.27).

¹ Para este debate, conferir: Arendt (1995), Kitto (1970), Anderson (1998).

² A função essencial das mulheres, na Grécia, era apenas a procriação, além de serem equiparadas aos escravos: Aristóteles descreve que mulheres e escravos eram mantidos fora da vista do público, eram os trabalhadores que “com o seu corpo, cuidavam das necessidades (físicas), da vida” (*Política 1254b25*). “As mulheres que, com seu corpo, garantem a sobrevivência física da espécie. Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias - não somente porque eram propriedade de outrem, mas porque a sua vida era ‘laboriosa’, dedicada a funções corporais” (ARENDDT, 1995, p.82-83).

A democracia durou na Grécia pouco menos de duzentos anos (501 a 338 a. C.). No entanto, bem mais tarde ela reaparece em diferentes locais da Europa. Já no início da modernidade (século XVII), maior participação será reivindicada pela classe burguesa liberal, que busca ver garantidos na constituição os direitos individuais (vida, liberdade, propriedade), se opondo, gradativamente, aos mandos e desmandos do poder central absolutista (na figura do Rei ou do Papa). Além da democracia, o debate sobre a participação, a defesa dos direitos e a separação dos poderes fazem parte das teorias defendidas por John Locke, Jean Jacques Rousseau, Barão de Montesquieu e Alexis de Tocqueville.

Para Norberto Bobbio, a democracia apresenta duas diferenças básicas: para os antigos, era entendida como democracia direta; já para os modernos, como representativa. Para o teórico italiano, o termo democracia vai além do entendimento simplista de um conceito que é lembrado apenas no tempo de eleições, quando, num “gesto” democrático, todos vão às urnas “exercer a democracia”. Ou, quando se ouve pela mídia que “caiu um governo ditador e instaurou-se um regime democrático”. Para Bobbio (1997), “o voto não é para decidir, mas para eleger quem deverá decidir”, isso significa afirmar que a maioria da população votará consciente ou não em um grupo, delegando, assim, a esta minoria o poder de governá-los. Democracia, diz Bobbio, não significa que “todos” participem do processo governamental.

A democracia ocidental é um processo relativamente novo. As revoluções Americana e Francesa datam seu início. Para Bobbio (1997), a democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade e do Estado. Para isso, ocorreram três eventos que caracterizaram a filosofia social da Idade Moderna: O contratualismo (séculos XVI e XVII), o nascimento da economia política (Smith) e a filosofia utilitarista (Bentham a Mill). Neste sentido,

o Estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas jurídico do estado democrático [...] Estado liberal e Estado democrático são interdependentes [...] é pouco provável que um Estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte, é pouco provável que um estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais (BOBBIO, 1997, p.20).

No século XX a participação ganha novamente espaço no debate da teoria contemporânea da democracia. Os institucionalistas defendem a corrente da democracia processual-representativa, de cunho liberal, vêem a democracia como um método competitivo

de seleção de elites políticas e, ainda, insistem na importância das condições formais e processuais: voto secreto, sufrágio universal, eleições regulares, competição partidária, direito de associação e responsabilidade dos executivos. Przeworski (1994), Schumpeter (1961), March e Olsen (1989), Dahl (1997; 1989), Sartori (1994), e Huntington (1975) são alguns dos principais teóricos que defendem esta corrente.³

Já para os teóricos que defendem a teoria participativa da democracia, a participação efetiva do cidadão é decisiva para o fortalecimento democrático. Há necessidade de certas condições sociais mínimas e de forma de participação ativa dos cidadãos nas decisões políticas, que não se restringem ao ato de votar. Rousseau, Tocqueville, Pateman e Macpherson são os defensores dessa corrente.⁴

Não há como apontar uma corrente ou outra como sendo a mais importante. Acredita-se que cada uma delas cumpre seu papel ao apontar para a importância institucional ou da participação para o fortalecimento democrático, embora, na literatura internacional da Ciência Política predomine amplamente a concepção processual-representativa da democracia, tomada por muitos como a única teoricamente operacionável (SARTORI, 1994; HUNTINGTON, 1975).⁵

Dito isso, pode-se voltar ao tema deste estudo, que é tratar do capital social e dos padrões de participação político-social em âmbito local, um estudo do município de Ijuí – Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Estudos demonstram que, tanto no âmbito individual, quanto no social e no político, se percebe a diminuição de alguns valores essenciais do ser humano, o que levou à precarização das relações interpessoais, à perda do lazer coletivo, ao individualismo, à falta de cooperação entre vizinhos e à prática desenfreada do hedonismo. No âmbito político, o resultado não poderia ser diferente: efetiva-se o surgimento de uma cultura política caracterizada pela apatia e pela desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas.⁶

Em âmbito global, estudos têm confirmado, igualmente, que o capital social tem declinado em muitas partes do mundo, da mesma forma que a participação na vida cívica tem

³ Para Kelsen, um dos maiores teóricos da democracia moderna, a eleição é o elemento essencial da democracia real, pois possibilita a seleção dos líderes para o progresso (apud BOBBIO, 2000, p. 372).

⁴ Especificamente para esta tese, foram utilizadas as seguintes referências para os autores citados: Rousseau (1978), Tocqueville (1962), Pateman (1992) e Macpherson (1978).

⁵ Conferir o trabalho de Schmidt (2000).

⁶ Baquero (2002), Bandeira (1999).

diminuído significativamente. Esta erosão do capital social tem atingido todas as sociedades indistintamente, inclusive as sociedades mais desenvolvidas, o que tem preocupado os especialistas das Ciências Sociais das nações mais ricas. Há alheamento em relação ao problema de natureza coletiva, voltando-se cada vez mais as pessoas a um ensimesmamento e a uma obsessão por assuntos privados, em tal extensão a literatura européia e norte-americana manifesta profunda preocupação com o que denomina erosão do capital social das sociedades (seu potencial de sociabilidade, conectividade e altruísmo), que, ao lado de outras características, tem produzido o que alguns analistas vêm considerando o grande e maléfico paradoxo dos partidos sem partidários (SANTOS, 2003, p.36).

A aplicabilidade das políticas neoliberais globalizantes trouxe relações verticais autoritárias, impostas pelas leis do mercado, que obtiveram crescimento econômico pouco significativo e, conseqüentemente, levaram a um agravamento dos problemas sociais em boa parte dos países latino-americanos. Como resposta, suscitou a criação e o fortalecimento de antigos e novos movimentos sociais contestatórios, que passam a utilizar os benefícios do capital social, proliferando relações horizontais de confiança mútua, redes de cooperação, associativismo e voluntarismo.⁷ Desta maneira, o capital social tem sido um instrumento eficiente para se contrapor à hegemonia da política econômica e, aos poucos, indicar novas relações sociais que direcionam para um novo modo de agir, mais solidário e participativo, fortalecendo a sociedade civil e o processo democrático.⁸

Ao mesmo tempo em que se constata uma desilusão com o desempenho da democracia, bem como um elevado descrédito e desconfiança dos cidadãos frente ao desempenho dos governantes, nada melhor que, através do capital social, se possam pensar estratégias que recuperem a credibilidade das instituições frente às demandas e exigências dos cidadãos contribuintes. Neste sentido, há uma conclusão geral aceita no meio acadêmico de que a consolidação e solidez da democracia de um país dependem de uma sociedade civil dinâmica e participativa, orientada para a valorização das normas democráticas, baseada na

⁷ Com a crise das políticas neoliberais dos anos 90, diversos movimentos sociais contestatórios emergem no cenário político latino-americano com uma nova forma de participação política. Eis alguns exemplos: Chiapas, no México, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Brasil, assim como outros Novos Movimentos Sociais (NMSs) no Equador, Peru, Bolívia..., além do Orçamento Participativo em Porto Alegre. Como nos diz Boaventura de Sousa Santos (1999), "...os NMSs são sinais de transformações globais no contexto político, social e cultural da nossa contemporaneidade e, por isso, os seus objetivos serão parte permanente da agenda política dos próximos anos, independentemente do sucesso, necessariamente diverso, dos diferentes movimentos concretos" (p.265).

⁸ Para Lüchmann (2003), os conceitos de capital social e de sociedade civil têm-se constituído em ferramentas importantes no estabelecimento de um estatuto teórico para o tema do associativismo e de sua relação com a democracia. Melhor dizendo, de sua relação com um determinado modelo de democracia.

ética, na moral e nos costumes. Como afirma Baquero (2003, p.29), o capital social, frente à crise por que passam as instituições democráticas, surge como um bem público capaz de gerar um novo contrato social, baseado na cooperação recíproca, solidária e coletiva.

O debate em torno do capital social não é propriamente novo nas Ciências Sociais. Teóricos como Adam Smith, Tocqueville e Coleman já haviam sugerido que, quanto maior a participação dos indivíduos em associações comunitárias, com a valorização das normas e regras democráticas, maior seria a contribuição positiva para o funcionamento e consolidação da democracia. No entanto, é com a obra *Making democracy work: civic traditions in Modern Italy* (1993), de autoria do cientista político norte-americano Robert Putnam, que o conceito ganha notoriedade no meio acadêmico.⁹

Putnam investigou, por mais de 20 anos, as instituições públicas e a diferença do funcionamento do sistema democrático italiano. Os resultados evidenciaram que, em algumas regiões (norte), foi possível o bom funcionamento da democracia; em outras (sul), não se evidenciou o mesmo sucesso. O estudo de Putnam produziu o surpreendente resultado de que, a densidade e o peso das organizações locais de redes são decisivos para o estabelecimento e manutenção das instituições políticas eficientes. Quanto mais as pessoas têm-se organizado em organismos como clubes, grupo de cantos, associações esportivas, melhor a democracia funciona. Esta é uma resposta coerente com a análise clássica de Tocqueville na então jovem república americana – que o funcionamento da democracia requer um espírito cívico desenvolvido. Os cidadãos devem, quando decidem assuntos comuns, e quando se engajam na política, predominante, enxergar, não apenas seus próprios interesses, mas também o interesse do conjunto – objetivando o bem comum (OFFE; PREUSS, apud ROTHSTEIN, 2000. p.150-151).

Importante mencionar, ainda, que, nos últimos anos, a temática do capital social tem evoluído para um nível de acalorados debates entre os teóricos da Ciência Política: alguns cientistas têm utilizado o capital social como instrumento para suas pesquisas, outros se empenham na crítica e na contestação do conceito. O certo é que a análise do conceito capital social continua sendo uma inspiração teórica e empírica entre os cientistas políticos.

A partir dos objetivos propostos e da fundamentação teórica, este trabalho de tese está organizado em seis capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. No

⁹ Monasterio (2006, p.23) apresenta um quadro da evolução do número de citações da obra *Making democracy work: civic traditions in Modern Italy* (1993). Em 1993 foram apenas 10 citações; em 1999, 227 e; em 2003, 215 citações.

primeiro capítulo ocupa-se da discussão mais geral da literatura, relacionada aos conceitos participação e democracia. O capítulo é composto por seis seções específicas. As duas seções iniciais tratam das concepções gerais dos termos democracia e participação. A terceira trata, especificamente, da participação na teoria democrática (debate entre os teóricos participacionistas e institucionalistas). As três seções finais fecham o capítulo com uma discussão do *déficit* de participação no contexto político e social da América Latina e alguns desvios do sistema democrático brasileiro (discute-se o formalismo democrático na América Latina, com a ausência da democracia social; o autoritarismo democrático no Brasil com um estudo das Medidas Provisórias; e, por último, a migração partidária como prática recorrente no Congresso Nacional Brasileiro).

No capítulo 2, desenvolve-se o tema da participação no debate da cultura política e do capital social. O texto apresenta duas seções específicas. Na primeira, discute-se aspectos gerais do conceito cultura política a partir de Almond e Verba (1965). Na segunda seção, apresenta-se uma análise do conceito capital social (origem, evolução e crítica), seguindo a tradição neo-tocquevilliana da Ciência Política, principalmente com a exposição das idéias de Alexis de Tocqueville (1962) e de Robert Putnam (2002).

No capítulo de número 3, trata-se dos limites da participação na cultura política brasileira. O capítulo é composto por quatro seções. A primeira seção discorre sobre as principais mazelas da cultura política do Brasil, ao tratar de temas como populismo, personalismo, clientelismo e patrimonialismo. A segunda seção trata do conceito de *insolidarismo* (a partir da teorização de Oliveira Vianna). A terceira seção apresenta a discussão do *homem cordial* (de Sérgio Buarque de Holanda); por fim, a quarta seção trata do conceito de coronelismo e, também, apresenta a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895) como exemplo de uma guerra coronelista intraclasse.

No capítulo 4, apresenta-se a participação nas principais matrizes da cultura política de Ijuí, bem como trata-se da organização social e econômica do município. O objetivo do capítulo não é fazer uma história do município, mas traçar um rápido esboço do processo de formação e desenvolvimento local, para melhor compreender o quadro político existente. Para isso o capítulo foi dividido em três seções: a primeira localiza o município e apresenta aspectos gerais da população e da economia; a segunda seção trata da evolução histórica, social e econômica; e a terceira trata da evolução da cultura política de Ijuí, apresentando manifestações de coronelismo (nas administrações de Augusto Pestana e

Antônio Soares de Barros), além de discutir as matrizes do integralismo e do trabalhismo no poder local.

No capítulo 5, trata-se das formas de participação político-social e capital social em Ijuí – uma comparação longitudinal entre os anos de 1960 e 2005. Apresenta-se o Movimento Comunitário de Base (MCB), a Cotrijuí e a FAFI/Fidene/Unijuí como exemplos de empoderamento comunitário nos anos de 1950 e 60 e, ainda, o comportamento político do ijuiense (perfil, percepção política, variáveis referentes ao capital social). O capítulo está dividido em quatro seções específicas: a primeira discorre sobre a Cotrijuí – exemplo de cooperação entre os produtores rurais; a segunda, apresenta o Movimento Comunitário de Base como exemplo de participação comunitária; a terceira, aborda a experiência da FAFI/Fidene/Unijuí como instituição de referência regional na questão da educação e inserção comunitária, além de ser mentora intelectual do processo participativo e cooperativo regional. A última seção apresenta os resultados do *survey* (2005), especialmente aqueles que se referem ao comportamento político e ao capital social do ijuiense.

O capítulo final (6) é dedicado à análise e a interpretação da investigação empírica da variação dos níveis de capital social (níveis de confiança, associativismo, cooperação e participação) dos cidadãos ijuienses, e aponta para as prováveis razões da variação negativa do capital social no município. O capítulo está dividido em três seções: a primeira apresenta dados que comprovam a erosão da sociabilidade do ijuiense; a segunda trata do declínio das manifestações da política convencional; e a terceira apresenta dados que demonstram a estagnação do PIB e do IDH do município de Ijuí. A comprovação destes dados foi possível a partir de pesquisa junto aos dados eleitorais do TRE, dados econômicos (IDH e PIB/*per capita*) do IBGE e da FEE, além dos dados comparativos entre os *surveys* aplicados em 1968 e 2005, e dos depoimentos de lideranças políticas, educacionais e comunitárias locais que comprovaram a variação negativa do capital social em Ijuí.

Para a estruturação desta tese, foram empregadas várias técnicas de investigação. A primeira foi revisar a bibliografia referente aos termos participação e democracia, inseridos no debate da teoria democrática (participacionistas e institucionalistas). Apresentaram-se, igualmente, os *déficits* da participação e da democracia no contexto da cultura política latino-americana e brasileira. Depois, discorreu-se sobre o debate da participação na cultura política e no capital social e, por fim, sobre as diferentes formas de participação na cultura política local (município de Ijuí).

A segunda técnica investigativa diz respeito ao método estatístico, através da aplicação e análise dos resultados do *survey* aplicado entre os dias 02 de maio a 31 de agosto de 2005 junto à população urbana do município. Este *survey* fez parte de um projeto interinstitucional que teve como título *Desenvolvimento Sustentável e Capital Social*, coordenado pelo professor Dr. Marcello Baquero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

Esta tese apresenta, igualmente, uma comparação longitudinal entre os dados do *survey* 2005 com um *survey* aplicado no mesmo município em 1968, pelo Núcleo de Pesquisas e Documentação da Política Rio-Grandense – NUPERGS/UFRGS, tendo a coordenação do professor Dr. Hélió Trindade. O objetivo agora é comparar e analisar as alterações das crenças e costumes e a evolução ou declínio do capital social (associativismo, cooperação, confiança, participação política e social) entre as amostragens de 1968 e 2005.

Além dessas técnicas, foram feitas entrevistas pessoais (escritas e orais) com lideranças comunitárias, políticas e educacionais de Ijuí, com o objetivo de investigar a cultura política do passado e compará-la com a do presente. Analisaram-se também os indicadores sociais e econômicos do município, seguindo os dados fornecidos pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pela FEE - Fundação de Economia e Estatística, bem como a evolução do eleitorado e a participação nas últimas eleições (dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral, TRE-RS). Foram efetuadas pesquisas ainda no Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP e nos documentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Com base nessas técnicas, os problemas que nortearam a pesquisa empírica foram as seguintes:

1. Considerando a importância do associativismo e da participação cívica comunitária (partidos, sindicatos, ONGs, corais, clubes e associações desportivas), bem como da confiança interpessoal e institucional para o incremento de práticas democráticas, pergunta-se: quais as variáveis que mais influenciaram o declínio dos níveis de participação político-social (capital social) em âmbito local nos últimos tempos?

2. Quais os principais “males de origem” presentes na cultura política brasileira que impedem a consolidação da democracia no país?

3. Há diferenças significativas nas atitudes e no comportamento político entre os ijuienses da geração de 1968 com a geração atual?

Para responder a esses problemas, algumas hipóteses foram traçadas no início da investigação:

1. Práticas cada vez menos recorrentes de ações cooperativas, associativistas, participativas e comunitárias, podem estar associadas ao declínio do capital social de um município ou região.

Além de confirmar ou não a hipótese principal, esta tese procurará ainda confirmar ou não as seguintes hipóteses secundárias:

1.1. quanto menor for a participação, a confiança e o associativismo, maior a fragmentação social, a violência, o clientelismo político e o declínio do IDH;

1.2. quanto maior a participação cívica e o capital social da comunidade (confiança, associativismo e cooperação), maiores serão os níveis de desenvolvimento social, de crescimento econômico, de desempenho político (governo eficaz) e de estabilidade democrática.

Por fim, nas considerações finais, apresentam-se os principais resultados obtidos através da pesquisa, tanto no nível teórico quanto no nível empírico, tendo como objetivo estudar os padrões de participação político-social em âmbito local. São tecidas considerações sobre as implicações dos resultados para a consolidação da democracia brasileira, com a ameaça da instabilidade política num futuro próximo, caso os indicadores de confiança e participação continuem na progressão negativa dos últimos anos. A compreensão das atitudes e orientações políticas dos ijuienses, embora sendo um estudo em âmbito local, não deixa de ser a manifestação de uma problemática que vem atingindo todas as sociedades em termos mais gerais. Neste contexto, permite-se afirmar que a temática escolhida reveste-se de relevância no estudo teórico e empírico da Ciência Política atual.

1 PARTICIPAÇÃO COMO PRESSUPOSTO ESSENCIAL DA DEMOCRACIA

O capítulo inicial desta tese trata do debate sobre a evolução da participação, desde os gregos (origem da democracia) até o debate contemporâneo da participação, na teoria democrática (correntes participacionistas e institucionalistas). Entende-se que os diferentes canais de participação, tanto política quanto social, convergem para o surgimento do cidadão que fomenta e consolida o processo democrático, pois “não há democracia sem seu ator principal, que é o cidadão” (DEMO, 1988, p.71). O capítulo conta com cinco seções: a primeira seção apresenta uma explanação geral sobre a origem e a evolução da democracia na História Ocidental. A segunda seção discute as concepções gerais do conceito participação político-social. A terceira seção debate sobre a participação na teoria democrática e, a quarta seção, trata do formalismo democrático na América Latina. As duas últimas seções tratam do autoritarismo democrático e da migração partidária no Brasil.

1.1 Origem e evolução da democracia

A palavra democracia, de origem grega, significa, pela etimologia, *demos* - povo e *kratein* - governar. Foi o historiador Heródoto quem utilizou o termo democracia pela primeira vez no século V antes de Cristo (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.179).¹

¹ A proposição desse capítulo não é aprofundar o debate sobre a origem da democracia clássica dos gregos e romanos (democracia antiga). No entanto, sugerimos alguns autores que tratam o tema: Anderson (1998), Arendt (1995), Hegel (1975), Minogue (1998), Kitto (1970), Jaeger (s.d), Chauí (1994), Aranha e Martins (1993), Barker (1978), Aquino (1988), Pinsky (1984) e Coulanges (s/d). O desdobramento dos debates sobre o desenvolvimento do conceito de democracia, bem como os limites de seus pressupostos desde a democracia clássica ateniense até as vertentes contemporâneas, já foram muito bem expostos nos trabalhos de Held (1987) e Dahl (2001), entre outros.

Há um entendimento unânime sobre as várias e possíveis “invenções” da democracia em períodos e espaços determinados da história e da geografia do Ocidente: “como o fogo, a pintura ou a escrita, a democracia parece ser inventada mais de uma vez, em mais de um local [...] depende das condições favoráveis” (DAHL, 2001, p.19). Grécia e Roma consolidaram por séculos seus sistemas de governos, possibilitando e permitindo a participação de um significativo número de cidadãos. Com o desaparecimento das civilizações clássicas, a democracia desaparece juntamente e, por um bom tempo, ficará fora de cena no Ocidente.

A democracia grega era uma democracia direta em que os próprios cidadãos tomavam as decisões políticas na *polis*. O modelo de democracia dos antigos foi denominado de democracia pura, pois consistia em uma sociedade, com um número pequeno de cidadãos, que se reunia e administrava o governo de forma direta. Já as democracias modernas nascem com a formação dos Estados nacionais e tendem a configurarem-se de maneira um tanto diferenciada. A complexidade da sociedade moderna exige uma outra forma de organização política, a da democracia indireta (também chamada de democracia representativa): “essa combinação de instituições políticas originou-se na Inglaterra, na Escandinávia, nos Países Baixos, na Suíça e em qualquer outro canto ao norte do mediterrâneo” (DAHL, 2001, p.29). Já do ano 600 ao ano 1000 d.C., os Vikings, na Noruega, faziam experiências com Assembléias Locais, mas só os homens livres participavam: “abaixo dos homens livres estariam os escravos” (p.29). Também na Inglaterra, ainda no Período Medieval, emerge o Parlamento Representativo das Assembléias, convocadas esporadicamente, sob a pressão de necessidades, durante o reinado de Eduardo I, de 1272 a 1307.

Bem mais tarde, nos séculos XV e XVI, a democracia reaparece gradativamente nas cidades do Norte da Itália no período renascentista:

Durante mais de dois séculos, essas repúblicas floresceram em uma série de cidades italianas. Uma boa parte dessas repúblicas, como Florença e Veneza, eram centros de extraordinária prosperidade, refinado artesanato, arte e arquitetura soberba, desenho urbano incomparável, música e poesia magnífica, e a entusiástica redescoberta do mundo antigo da Grécia e de Roma (DAHL, 2001, p.25).

É assim que, lenta e gradativamente, a democracia vai consolidando-se nas sociedades avançadas da modernidade. Impulsionado pelas Revoluções liberais, como a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688/89), a Revolução Americana (1776) e a Revolução

Francesa (1789), o homem moderno passa a ver garantidos, nas suas respectivas Constituições, a defesa dos direitos individuais (vida, liberdade e propriedade). Tem-se aí a consolidação da democracia liberal, defendida, principalmente, por John Locke. É certo, porém, que tais direitos foram restritos a uma pequena parcela da população, e a desigualdade perdurou por muito tempo: na Inglaterra em 1832 o direito de voto era para apenas 5% da população acima dos vinte anos de idade. O que está em jogo nas constituições liberais e nos sistemas políticos modernos são única e exclusivamente os interesses da classe burguesa e o freamento da ampliação da participação para o restante da população.

Finalizando esta seção, nota-se que, mesmo que a democracia inventada pelos gregos nos séculos V e IV a.C. fosse elitista e escravista (participação restrita), ela não deixou de significar um avanço em relação às tiranias teocráticas das civilizações orientais que a antecederam. Logo após este período, a democracia desapareceu por séculos e, depois disso, foi só no final do século XVIII e no século XIX que a idéia voltou a se tornar importante; e só no século XX é que ela se viu devidamente firmada na prática. E, somente depois da Primeira Guerra Mundial que a desaprovação geral da democracia foi substituída pela aprovação generalizada (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.180). Entende-se, assim, que a participação seja um dos elementos essenciais da democracia, ou como afirma Demo (1999, p.120), participação e a democracia são sinônimos. É neste intuito que, na seqüência, apresentam-se diferentes concepções da participação político-social.

1.2 Participação: concepções gerais

A palavra “participação”, no plano conceitual, segundo Aurélio Buarque de Holanda (1988), origina-se do latim *participatio* e significa ato ou efeito de participar. Já o verbo participar, dependendo do seu uso, pode ter vários significados: a) fazer saber, informar, anunciar, comunicar; b) ter parte em; c) ter ou tomar parte; d) associar-se pelo pensamento ou pelo sentimento; e e) ter traço (s) em comum, ponto (s) de contato (s), analogia(s).

Da mesma forma, para Avelar (2004, p.225), “participação” provém de uma palavra latina cuja origem remonta ao século XV. Vem de *participatio*, *participacionis*, *participatum*. Significa “tomar parte em”, compartilhar, associar-se pelo sentimento ou pensamento.

Na dimensão social, a participação é entendida como um processo real, na qual pode-se vê-la do ponto de vista das classes que operam na sociedade. A participação é vista a partir da classe trabalhadora, das classes populares, como um processo de lutas em que a população tenta assumir, buscar a sua parte. A palavra participar é entendida como *partem capere*, que significa buscar, assumir, pegar a parte que é deles, a parte que compete ao trabalho, o que vai ocasionar, muitas vezes, certos conflitos entre as classes, pois ninguém vai abrir mão do espaço ou da parte que ocupa. É a participação vista no sentido das classes populares, que significa buscar e assumir o que é delas: “participação é luta por direitos, é luta por aquilo que é seu, que lhe está sendo negado” (PINTO, 1986, p.28-31). Ou ainda como expressa Demo (1999, p.2): “participação que dá certo, traz problemas. Pois este é seu sentido. Não se ocupa espaço de poder, sem tirá-lo de alguém”.

Entende-se a participação não apenas como uma questão meramente social, mas, também, de ordem política. Já o filósofo Aristóteles afirmava que “o homem é, por natureza um animal político” (*zoon*) um ser vivente que, por sua natureza (*physei*), é feito para a vida da cidade (*bios politikós*, derivado de *polis*, a comunidade política)², ou seja, o fim último do homem é viver na *polis*, onde o homem se realiza como cidadão (*politai*), manifestando, o termo de um processo de constituição de sua essência, a sua natureza. Ou seja, não apenas viver em sociedade, mas viver na “politicidade”. A verdadeira vida humana deve almejar a organização política, que é uma forma superior e até oposta à simples vida do convívio social da casa (*oikia*) ou de comunidades mais complexas. A partir da compreensão da natureza do homem, determinados aspectos da vida social adquirem um estatuto eminentemente político, tais como as noções de governo, de dominação, de liberdade, de igualdade, do que é comum, do que é próprio.³ Aristóteles defendia também a *polis* como uma “koinonia” de alguma espécie. “Koinonia” compreendida como comunhão, integração dos membros da *polis* com o propósito de se aperfeiçoarem e atingirem a “autarkeia” (FRIEDRICH, 1970).

² A *polis*, para Aristóteles, é, segundo a descrição de Kitto (1970, p.129), “o único ambiente, dentro do qual o homem pode concretizar as suas capacidades morais, espirituais e intelectuais”; Barker (1978) afirma que a “*polis* era uma sociedade ética” (p.16).

³ Esta percepção mais política da convivência humana fora percebida por Marx nos Grundrisse (Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie – 1857/58). Conferir Ramos (2001).

A reflexão de Aristóteles sobre a política é que ela não se separa da ética, pois a vida individual está imbricada na vida comunitária. A razão pela qual os indivíduos reúnem-se nas cidades⁴ (e formam comunidades políticas) não é apenas a de viver em comum, mas a de viver “bem” ou a boa vida⁵. Para que isso aconteça, é necessário que os cidadãos vivam o bem comum, ou em conjunto ou por intermédio dos seus governantes; se acontecer o contrário (a busca do interesse próprio), está formada a degeneração do Estado.⁶

Seguindo a idéia de Aristóteles, Cícero, no século I d.C., expressa o caráter inato da sociabilidade entre os homens:

a primeira causa da agregação de uns homens a outros é menos a sua debilidade do que um certo instinto de sociabilidade em todos inato; a espécie humana não nasceu para o isolamento e para a vida errante, mas com uma disposição que, mesmo na abundância de todos os bens, a leva a procurar o apoio comum (CÍCERO, apud DALLARI, 2005, p.10).

No entanto, como já é do nosso conhecimento, os filósofos Aristóteles e Platão, não deixaram de fazer severas críticas à democracia (governo de muitos) na Grécia Antiga, principalmente ao exagero da participação nos processos políticos da época. Platão, no Livro VIII de *A República*, chega a classificar a democracia como uma forma degenerada de governo. Da mesma forma, para Aristóteles, a democracia tenderia a defender os interesses dos pobres, e acabaria se deteriorando na sua capacidade de promover o bem comum. Expressivos defensores dos interesses da elite, Platão e Aristóteles não viam com bons olhos o “excesso” da participação do “governo de muitos” que, em outras palavras, podemos generalizar para “governo dos pobres”.⁷

A participação integra o cotidiano da coletividade humana. Ao longo da vida e em diversas ocasiões somos levados, por desejo próprio ou não, a participar de grupos e

⁴ “O grego, por sua situação geográfica e sua cultura (paidéia), considera-se como privilegiado quanto à possibilidade de realizar a ‘virtude’ do homem: a Cidade - como comunidade consciente - é precisamente a forma política que permite a explicitação da virtude” (CHÂTELET, 1985, p.15).

⁵ O fim da cidade, conforme a descrição de Prélot (1974, p.135) é não só assegurar aos cidadãos a vida e a sua conservação (*zein*), mas o viver bem (*euzein*). A vida política destina-se a garantir a qualidade e a perfeição da vida.

⁶ Aristóteles define a cidade grega como aquela que condiz em “viver como convém que um homem viva”. *A Política*, LIVRO I, 2: 1252 a 24 - 1253 a 37, (CHÂTELET, 1985, p.14).

⁷ Aristóteles justificou a existência da escravidão por considerar que há homens escravos pela sua própria natureza e somente um poder despótico (legítimo) é capaz de governar. A visão que Aristóteles tem sobre a mulher, os escravos e os estrangeiros (bárbaros) é a de seres excluídos da cidadania (MINOGUE, 1998, p.22).

atividades. O ato de participar, tomar parte, revela a necessidade que os indivíduos têm em associar-se na busca de alcançar objetivos que lhes seriam de difícil consecução ou até mesmo inatingíveis caso fossem perseguidos individualmente, de maneira isolada (ALLEBRANDT, 2002, p.47).⁸

A participação é entendida, assim, como uma necessidade em decorrência de o homem viver e conviver com os outros, na tentativa de superar as dificuldades que possam advir do dia-a-dia. Participar significa tornar-se parte, sentir-se incluído, é exercer o direito à cidadania (ter vez e voz). Como argumenta Demo (1999, p. 18), a participação é conquista, é um processo infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo [...] é autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada [...]. A participação não pode ser entendida como dádiva, concessão ou como algo preexistente.

Das diferentes formas de participação, pode-se definir a participação política como o número e intensidade de indivíduos e grupos envolvidos na tomada de decisões. Desde o tempo dos antigos gregos, a participação constituiu-se idealmente no encontro de cidadãos livres debatendo publicamente e votando sobre decisões de governo. A teoria mais simples sempre foi que o bom governo depende de altos níveis de participação (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.559).

A participação política pode ser entendida a partir de uma simples conversa com amigos e familiares até a participações mais complexas – governos, eleições, partidos, movimentos sociais, referendos, abaixo-assinados. A emergência da participação política surge juntamente com o Estado de soberania popular dos séculos XVIII e XIX, a partir da Revolução Industrial, da emancipação política dos Estados Unidos da América e da Revolução Francesa. Há, no entendimento de Avelar (2004), três canais de participação política. O primeiro: canal eleitoral - diz respeito a formas de participação política em atividades como os atos de votar, frequência em reuniões de partidos, convencer as pessoas a optar por certos candidatos e partidos, contribuir financeiramente para campanhas eleitorais, arrecadar fundos, ser membro de cúpula partidária, candidatar-se. O segundo: canais corporativos - têm a ver com a representação de interesses privados no sistema estatal, organizações profissionais e empresariais, as instâncias do Judiciário e dos Legislativos. O terceiro: a participação pelo canal organizacional, que abrange as atividades que se dão no

⁸ O trabalho intitulado *A participação da sociedade na gestão pública*, de Sérgio Allebrandt, 2002 (Dissertação de Mestrado) procura evidenciar, igualmente, a questão da participação nos diferentes momentos da vida política e social de Ijuí, mais especificamente na atuação dos conselhos municipais no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas em Ijuí, no período de 1989 a 2000.

espaço não-institucionalizado da política, como os movimentos sociais (étnicos, de gênero, opção sexual...). Avelar (2004) conclui dizendo que “o cidadão interessado pela política se envolve ou atua tanto nos modos de participação convencional e não-convencional, pelos canais eleitorais ou organizacionais” (p.227).

Da mesma forma, para Alves e Viscarra (2005, p.170), a participação política pode ocorrer, igualmente, de três formas distintas: a) a participação convencional, utilizada através de meios institucionais, autorizada ou regulada por leis ou normas, como votar em eleições, militância partidária, entre outras; b) a participação não-convencional, referente às ações que utilizam meios extra-institucionais que contrariam as regras estabelecidas, incluindo ocupações de prédios ou terrenos, obstrução de vias públicas, etc; c) participação comunitária, que possui o maior apoio de comunidades locais. Como, por exemplo, ONGs, movimentos de bairros, voluntariado e associações comunitárias, que, desde a década de 80, estão aumentando significativamente no Brasil.

O conceito “participação” tornou-se, assim, parte do vocabulário político popular no final dos anos 60 do século passado e, também esteve ligado a uma onda de reivindicações providas de estudantes universitários por maiores espaços na esfera da educação superior –, e também por parte de vários grupos que queriam, na prática, a implementação dos direitos já instituídos (PATEMAN, 1992, p.9).

Após a elaboração da Constituição Federal de 1988, percebe-se alguns avanços na democracia brasileira. É notória a crescente participação da sociedade civil que busca em sinergia com o Estado, a gestão e implementação de políticas públicas, principalmente nas áreas de seguridade social e de saúde. A experiência de participação nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Associações Comunitárias, Orçamento Participativo (OP), são exemplos de formas não-convencionais de participação política.⁹

Concluindo esta seção, entende-se que está explícita a tomada de decisões de indivíduos e grupos na participação política. Da mesma forma, pode-se entender a democracia como sendo um sistema político no qual o povo inteiro toma decisões, e tem o direito de tomar, as decisões básicas determinantes a respeito de questões importantes de políticas públicas (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p.179).

⁹ Embora se reconheça a importância destes meios de participação da sociedade civil – Conselhos Gestores, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Associações Comunitárias, Orçamento Participativo (OP) –, este trabalho não pretende tratar de maneira específica cada um dos acima enumerados.

Deste modo, teóricos contemporâneos da democracia se digladiam na arena da Ciência Política. Isto é, por um lado, uma corrente defende a participação popular irrestrita para o fortalecimento democrático (os participacionistas), ou seja, os participacionistas consideram que não há democracia sem participação; por outro, para os institucionalistas (antiparticipação), a participação política é considerada perigosa para a democracia, porque questiona indefinidamente as decisões políticas. Os institucionalistas defendem o fortalecimento das instituições para o aprimoramento democrático. Partindo deste pressuposto, a próxima seção discute a participação como um dos elementos essenciais no debate da teoria democracia contemporânea, principalmente entre os teóricos que integram a corrente participativa.

1.3 Debate da participação na teoria democrática

O debate que tem pautado a discussão da Ciência Política nas últimas décadas diz respeito a dois entendimentos sobre a democracia: a corrente institucionalista¹⁰ e a corrente participativa (os participacionistas).¹¹

A corrente institucionalista (democracia concorrencial de Schumpeter), considerada dominante nos círculos acadêmicos, enfatiza o procedimento e acentua a necessidade de maior institucionalização das instituições políticas democráticas como os partidos políticos, as eleições e os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.¹² Para os institucionalistas, o problema central da construção da ordem política democrática refere-se à criação de mecanismos que assegurem o processo de institucionalização de políticas democráticas. Quanto maior for o grau de institucionalização das instituições democráticas,

¹⁰ Para os teóricos que defendem esta teoria, somente cabe aos cidadãos, periodicamente, referendar ou mudar as elites que fazem parte dos governos através do processo eleitoral.

¹¹ A teoria institucionalista é também conhecida como teoria democrática elitista, democracia procedimental ou pluralista, teoria realista ou ainda teoria democrática descritiva.

¹² Esta seção tem como objetivo apresentar as principais idéias sobre a participação na teoria democrática. Outros teóricos já trataram sobre o referido tema: Limana (1992), Rover e Seibel (1998), Vitullo (1999), Borba (2006).

maior será a possibilidade da existência de uma sociedade desenvolvida política e democraticamente.

A vertente institucionalista (teoria política das elites) foi inaugurada por Weber e Schumpeter, a qual define a democracia como um arranjo institucional para chegar a decisões políticas e constituiu-se, antes de tudo, numa competição entre elites.¹³ Os dois teóricos advogam que a ampliação da democracia poderia ter como conseqüência a ineficácia administrativa. A democracia seria, antes de tudo, um antídoto contra o avanço totalitário da burocracia (Weber) ou uma proteção contra a tirania (Schumpeter). Dahl e Lipset herdaram essa vertente, renomeada por Held (1987) de “democratas empíricos”. Esses aceitam a visão de Schumpeter sobre a democracia como processo de seleção de lideranças, mas rejeitam a idéia da liderança exclusiva das elites, insistindo que a democracia se ancora num complexo processo de consensos sobre valores que estipulam os parâmetros da vida política. Mais recentemente, e principalmente em função da crise do Estado de Bem-Estar Social, surge, na esteira da concepção elitista, os que Held denomina de “Nova Direita”, as concepções de Hayek e Nozick, que re-apresentam as idéias liberais de John Locke e John Stuart Mill. Contra este projeto elitista de direita (democracia legal), surgem os teóricos “contra-modelo” da esquerda que desenvolvem a teorização da “democracia participativa”, como Poulantzas, Macpherson e Pateman (ROVER; SEIBEL, 1998).¹⁴

Carole Pateman, na sua obra clássica *Participation and Democratic Theory*, escrita em 1970¹⁵, apresenta, no capítulo primeiro, as *Teorias recentes da democracia e o “mito clássico”*, onde procura demonstrar a crítica dos teóricos institucionalistas à teoria clássica de democracia, dominante até então.¹⁶ Os institucionalistas refutam com veemência a teoria política clássica de democracia, porque a consideram perigosa na medida em que abre espaço para a participação popular na política (a República de Weimar, baseada na participação das

¹³ Também para Mosca e Michels toda a sociedade precisa de uma elite no governo e, os últimos escritos dos autores mencionados, combinavam essa teoria da elite com um argumento a favor das instituições representativas (PATEMAN, 1992, p.10).

¹⁴ No institucionalismo, a política é estruturada pelas instituições que influenciam os indivíduos e modificam o comportamento. São considerados teóricos institucionalistas: March e Olsen (1989), Dahl (1997; 1989), Sartori (1994), Schumpeter (1961), Przeworski (1994) e Huntington (1975). Por outro lado, são considerados teóricos que defendem a teoria participativa: Pateman (1992), Macpherson (1978) e Bachrach (1967).

¹⁵ Traduzido para o português como *Participação e teoria democrática* (1992).

¹⁶ O livro *Participação e teoria democrática*, de Carole Pateman, divide-se em duas partes: a primeira trata do impulso gerado pelas obras de Rousseau, John Stuart Mill e G. H. Cole para substanciar a relação entre democracia e participação. Na segunda parte, Pateman apóia-se nas idéias de Sidney Webb e Beatrice Webb para falar sobre a perspectiva de democratizar as relações no interior das fábricas.

massas com tendências fascistas é citada como exemplo)¹⁷. Os teóricos da teoria clássica da democracia vêm da tradição madisoniana e encontram, em Locke, Rousseau, Tocqueville, Mill e Bentham seus principais representantes. Por outro lado, Mosca e Michels, Schumpeter, Berelson, Dahl e Sartori integram o grupo dos teóricos que refutam o idealismo dos teóricos clássicos. Para estes teóricos, a participação não tem um papel especial ou central. Tudo o que se pode dizer é que um número suficiente de cidadãos participa para manter a máquina eleitoral – os arranjos institucionais –, funcionando de modo satisfatório.¹⁸

O pressuposto da teoria institucionalista da democracia (teoria elitista) resume-se, portanto, a considerar que o povo deve seguir as diretrizes da elite e não questioná-las. Em síntese, para Huntington (1975) e outros autores que defendem esta teoria, muita democracia poderia ameaçar o governo democrático.

Oposta à visão dos institucionalistas, a corrente da teoria participativista vê o maior grau de participação da sociedade civil, diretamente, na função de governo, como condição fundamental para a construção de um Estado democrático, desenvolvido politicamente.

Ao avaliar a origem da corrente da democracia participativa, percebe-se que ela nos remete para os anos 60 do século passado, quando as idéias que configuram esta proposta vêm-se envolvidas no clima de transformações vividas nos campi universitários, nas escolas, nas fábricas, nos lares, nas ruas das grandes urbes. Os participacionistas, segundo Vitullo,

buscavam sustento e consistência teórica às propostas alternativas dos novos atores que apareciam em cena, e dar algum grau de sistematicidade a suas demandas e reivindicações. Procuravam construir um modelo de democracia que, resgatando a participação como um valor fundamental, pudesse se opor ao modelo centrado da teoria das elites, já então predominante. Em suma, para os teóricos que defendem esta corrente, sem participação não seria possível pensar em uma sociedade mais humana e equitativa (VITULLO, 1999, p.9).

¹⁷ O medo de que a participação ativa da população no processo político leve direto ao totalitarismo permeia todo o discurso de Sartori. Da mesma forma, para Dahl, um aumento da taxa de participação poderia apresentar um perigo para a estabilidade do sistema democrático.

¹⁸ Na teoria de Schumpeter, os únicos meios de participação abertos ao cidadão são os votos para líder e a discussão. O autor (1961) nos propõe uma definição de democracia que rompe com o ideal clássico ligado à etimologia da palavra. A democracia deixa de ser entendida como o “governo do povo”, e sim como um método ou procedimento de escolha de lideranças que devem conduzir os complexos assuntos públicos das sociedades modernas.

Ainda segundo a descrição de Vitullo (1999, p.3-4), a corrente participativista nega-se a aceitar que a democracia seja tão-só um método de seleção de líderes por parte de um conjunto de cidadãos desinformados, desinteressados, alienados e apáticos. Não concorda com o modelo de democracia baseado na teoria das elites nem com a perspectiva atemorizada do mundo político. Para os teóricos que defendem esta corrente, a democracia deveria ir além do simples voto individual e da escolha não refletida. Os participacionistas propõem, ainda, o alargamento do entendimento de política. Os autores que defendem esta linha entendem que é preciso democratizar todos os espaços em que interagem os indivíduos. Procuram levar a democracia à vida cotidiana das pessoas nos mais diferentes âmbitos, tornando estas politicamente mais responsáveis, ativas e comprometidas, estimulando-as a construir um maior grau de consciência em relação aos interesses dos grupos.

Os participacionistas criticam a democracia com seus instrumentos procedimentais, não se contentam com o simples fato do comparecimento às urnas a cada dois, três ou quatro anos, como a única e quase exclusiva atividade que cabe ao cidadão comum em uma democracia. Os participacionistas ambicionam atividades mais comprometidas, aspiram a estabelecer a democracia direta em diversas esferas e atividades. Procuram maximizar as oportunidades de todos os cidadãos intervirem, eles mesmos, na adoção das decisões que afetam suas vidas, em todas as discussões e deliberações que levem à formulação e implementação de tais decisões (p.11).

Os participacionistas buscam multiplicar as práticas democráticas, institucionalizando-as dentro de uma maior diversidade de relações sociais, dentro de novos âmbitos e contextos: instituições educativas, e culturais, serviços de saúde, agências de bem-estar e serviços sociais, centros de pesquisa científica, meios de comunicação, entidades desportivas, organizações religiosas, instituições de caridade, em síntese, na ampla gama de associações voluntárias existentes nas sociedades atuais (p.17).

No entendimento de Pateman, para que exista uma forma de governo democrático, é imprescindível a existência de uma sociedade participativa, isto é, uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização possa ocorrer em todas as áreas. Para a autora (1992, p.61),

a área mais importante de participação é o seu próprio lugar de trabalho, ou seja, a indústria, pois é exatamente ali que a maioria dos indivíduos despende grande parte de suas vidas e pode propiciar uma educação na administração dos assuntos coletivos, praticamente sem paralelo em outros lugares.

Como foi descrito anteriormente, a teoria participativista ganhou relevância na Ciência Política a partir do final da década de 60; no entanto, a origem da referida teoria pode ser encontrada em Rousseau na defesa teórica da democracia direta do *Contrato Social*.¹⁹

Considerado como um dos mais importantes teóricos contratualistas, assim como Hobbes e Locke, Rousseau entende a participação dos indivíduos de maneira primordial na estruturação do contrato social para instituir o Estado democrático. Também para Rousseau existe uma condição natural dos homens, mas, diferentemente de Hobbes, é uma condição de felicidade, de virtude e de liberdade, que é destruída e apagada pela civilização. Para Rousseau, é a civilização que perturba as relações humanas, que violenta a humanidade, pois os homens nascem livres e iguais (eis o princípio que vai se firmar na revolução burguesa), mas em todo lugar estão acorrentados. Assim, o único órgão soberano é a assembleia e é nesta que se expressa a soberania. A assembleia, representando o povo, pode confiar a algumas pessoas determinadas tarefas administrativas, relativas à administração do Estado, podendo revogá-las a qualquer momento. Mas o povo nunca perde a sua soberania, nunca a transfere para um organismo estatal separado. Rousseau defende que “a soberania não pode ser representada”, ao mesmo tempo em que a entende como o exercício da “vontade geral”. A vontade geral (aquilo que há de comum em todas as vontades individuais) “jamais pode alienar-se”, na medida em que o soberano (um ser coletivo), só pode ser representado por si mesmo (ROUSSEAU, 1978, p.43-44). Deste modo, Rousseau deixa clara sua preferência por um regime democrático que tem na participação direta dos indivíduos a virtude maior.

Encontra-se, no capítulo XV do Livro II do *Contrato Social*, argumentos de desprezo pelo regime representativo de governo. Rousseau argumenta que, “desde que o serviço público deixa de constituir a atividade principal dos cidadãos e eles preferem servir com sua bolsa a servir com sua pessoa, o Estado já se encontra em ruína, a força de preguiça e de dinheiro terá, por fim, soldados para escravizar a pátria e representantes para vendê-la”. Sobre a representação dos deputados em relação ao povo, diz Rousseau que os deputados não são, nem podem ser seus representantes; não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto não é lei.

¹⁹ Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação (PATEMAN, 1992, p.35).

Rousseau tinha como modelo a democracia direta dos atenienses, mesmo vendo certas limitações, na medida em que a sociedade era dividida entre cidadão e escravo. Talvez por essa razão o próprio autor reconheça o caráter utópico de sua teoria: “a democracia que de fato não existe, nunca existiu e talvez nunca existirá; também essa condição natural, a que devemos aspirar, não existe, nunca existiu e nunca vai existir”.

Da mesma forma, Aléxis de Tocqueville²⁰, em *A democracia na América* (1962), discute algumas idéias que nos aproximam da teoria *participativista*, além de tratar de conceitos como associativismo, igualdade de condições, liberdade e participação cívica, que fundamentam sua concepção sobre a democracia.

Limana (1992, p.11) percebeu, igualmente, a importância da participação dos cidadãos descrita por Tocqueville, principalmente quando o autor francês criticou o centralismo das decisões das nações européias, fazendo com que o povo ignorasse os maiores acontecimentos da vida pública, bem como ficasse totalmente excluído das decisões políticas. A participação dos indivíduos na sociedade não se dá de maneira anárquica; isto é, a participação pressupõe a existência de uma institucionalização organizada e eficiente: “é a ação contínua das leis e dos costumes, são as circunstâncias e, sobretudo o tempo, que acabam por lhe dar solidez”.

Neste sentido, tanto para Rousseau quanto para Tocqueville, um Estado democrático politicamente desenvolvido só é possível de ser construído se houver a participação direta, do conjunto dos cidadãos na gestão da coisa pública, e onde o nível de desenvolvimento político possa ser medido pelo grau de participação.²¹

De forma geral, esses posicionamentos a respeito da participação dos cidadãos na política têm-se mantido inalterado ao longo do tempo, e, no caso da América Latina, bem como no contexto brasileiro atual, esta problemática assume saliência em virtude dos chamados “males sociais”. As próximas seções tratam destes problemas.

²⁰ Tocqueville (1962) valorizou o aspecto participativista ao estudar os hábitos e costumes dos americanos. A associação política, a cooperação, o interesse coletivo, a ajuda mútua, o espírito público e a ação recíproca foram as principais bases da manutenção das leis e, conseqüentemente, da consolidação da democracia nos Estados Unidos. Por outro lado, Tocqueville não desprezou por completo o aspecto institucionalista (leis e governo) entre os americanos. Como argumenta Limana (1992): “seria ingenuidade interpretá-lo (a Tocqueville) como um defensor do participacionismo, não atento para a questão da institucionalização como, também, seria ingenuidade o inverso, ou seja, destacar a importância do aspecto da institucionalização sem considerar a participação” (p.12).

²¹ Esta tese apresenta uma discussão mais detalhada da obra *A democracia na América*, de Tocqueville, no capítulo 2, quando discute a corrente neo-tocquevilliana do capital social.

1.4 Democracia formal e participação restrita na América Latina

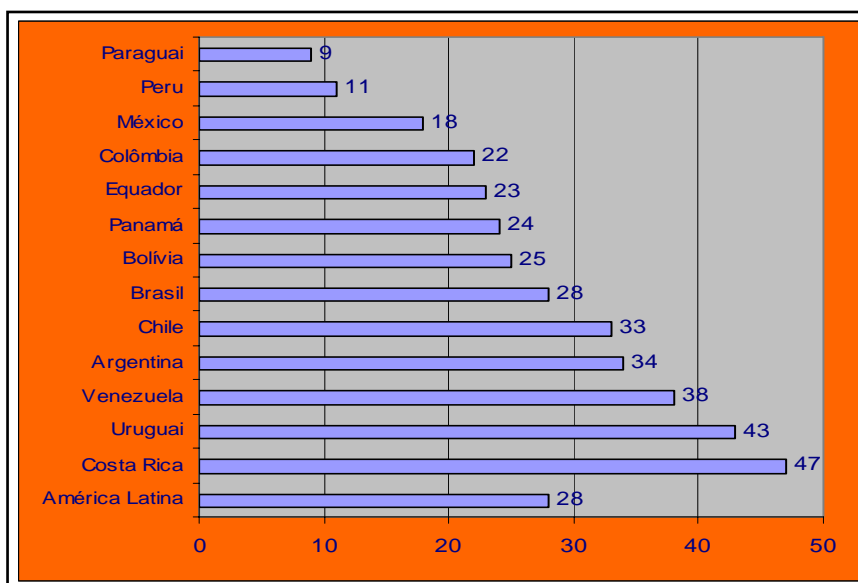
Passada mais de uma década em que as políticas neoliberais, formuladas pelo Consenso de Washington foram aplicadas, percebe-se a deterioração dos valores cívicos em todos os níveis da sociedade latino-americana.²²

Valores como solidariedade, participação, confiança recíproca nas pessoas e nas instituições políticas, nunca estiveram tão fragilizados. Além do mais, o modelo neoliberal tem-se mostrado perverso ao acentuar a exclusão social mediante o recrudescimento dos problemas estruturais, que se refletem no desemprego crônico, no desencanto com a política e na situação de incerteza dos cidadãos com o futuro.

Dessa forma, apesar dos procedimentos poliárquicos (DAHL, 1997), percebe-se que a insatisfação com a democracia tem aumentado, além de persistirem problemas graves de ordem material (saúde, educação, desemprego, exclusão social e pobreza) que obrigam à busca por soluções alternativas ao paradigma estabelecido, para resolver esses problemas, possibilitando que os cidadãos não sejam meros espectadores da política e passem a participar ativa e protagonicamente (BAQUERO, 2006).

Dados do Latinobarômetro (2002) têm evidenciado tal insatisfação com a democracia na América Latina. O gráfico 1 demonstra que apenas 28% das pessoas estão satisfeitas com a democracia. O Paraguai é o país que apresenta o menor percentual, apenas 9% das pessoas estão satisfeitas. A Costa Rica aparece com o maior percentual de satisfeitos (47%); o Brasil apresenta um percentual intermediário entre os países latino-americanos, ou seja, com a média dos países da América Latina, 28% de satisfação com a democracia.

²² Sobre a discussão das reformas neoliberais na América Latina nos anos 90, conferir Anderson (1995), Sader e Gentili (1995).

Gráfico 1 – Satisfação com a democracia (% de pessoas)

Fonte: Latinobarômetro 2002 N=18.638.

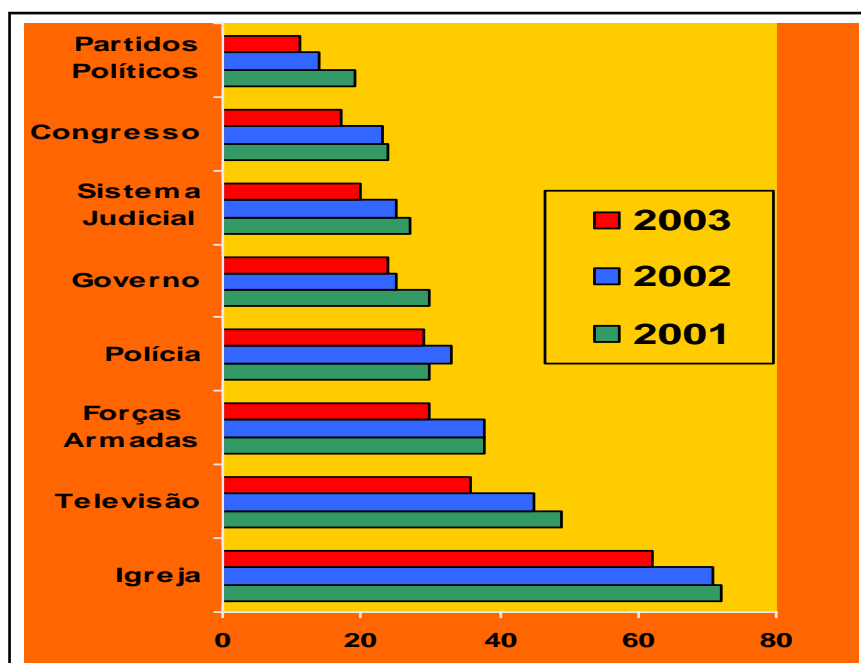
Numa análise retrospectiva percebe-se que, em seus duzentos anos de vida independente, a América Latina viu a democracia nascer e morrer diversas vezes. Em muitas ocasiões, a democracia se consagrava teoricamente nas Constituições, mas era destruída na prática. Em nome da democracia, muitos morreram na luta contra as tiranias. Sofrimentos e conflitos mesclaram-se aos raros momentos de estabilidade democrática. Em nome da “democracia”, por vezes foram violados os direitos fundamentais do homem.

As contradições da democracia latino-americana ficaram ainda mais evidentes a partir do resultado do Relatório do PNUD sob o título *O desenvolvimento da democracia na América Latina*.²³ O resultado final do estudo aponta para a descrença e a decepção da maioria dos entrevistados em relação à democracia latino-americana. 54,7% dos cidadãos estariam dispostos a aceitar um regime autoritário se este resolvesse a situação econômica de seus países e respondesse às suas demandas sociais; 56,3% avaliam que o desenvolvimento é mais importante que a democracia e 58,1% concordam, também, que o presidente possa ignorar as leis para governar.

²³ Esse Relatório publicado em abril de 2004 sob o patrocínio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), teve como objetivo avaliar a democracia, suas características principais e a aceitação da mesma pelos latino-americanos. A pesquisa foi feita em 18 países da América Latina, onde foram entrevistadas 19 mil pessoas, juntamente com mais 231 líderes regionais.

Ainda segundo o Relatório do PNUD, nos últimos anos, os países latino-americanos vêm consolidando apenas a democracia eleitoral (eleições livres, competitivas e institucionalizadas). No momento, a população está livre das ditaduras militares. No entanto, parece surgir outro perigo: o da perda da vitalidade democrática. Por ora, prefere-se a democracia ainda que se desconfie da sua capacidade para melhorar as condições de vida. Os partidos políticos alcançam índices baixíssimos na confiança do eleitorado (Gráfico 2), somente 14% dos latino-americanos confiam nos partidos políticos (LATINOBARÔMETRO, 2002). O Estado é visto com receio e, às vezes, como opressor.

Gráfico 2 – Confiança nas Instituições na América Latina



Fonte: Latinobarômetro 2002, N= 18.135; 18522; 18.638

O Relatório afirma que a América Latina tem alcançado a democracia eleitoral e suas liberdades básicas; trata-se, agora, de avançar para a consolidação da democracia cidadã (é preciso passar da condição de meros eleitores para cidadãos participantes). A democracia é

muito mais que um regime governamental, é mais do que um método para eleger e ser eleito. O sujeito, mais do que eleitor, é cidadão.²⁴

Se, por um lado, a democracia eleitoral dos países pesquisados está consolidada, por outro, no âmbito social, a América Latina é considerada um das regiões que apresentam os mais elevados índices de pobreza e desigualdade do mundo, onde os direitos sociais ainda não estão assegurados. Dados do Relatório apontam que mais de 225 milhões de pessoas (43,9%) vivem abaixo da linha de pobreza na América Latina.

Tabela 1 – Democracia, Pobreza e Desigualdade

Região	Participação Eleitoral	Desigualdade	Pobreza	PIB <i>per capita</i>	
América Latina	62,7	0,552	42,8	3792	
Europa	73,6	0,29	15	22600	
EUA	43,3	0,334	11,7	36100	

Fonte: PNUD 2004.

Conforme demonstra a Tabela 1, a América Latina mesmo tendo um percentual maior de participação eleitoral se comparada com os Estados Unidos, é o continente que apresenta os piores indicadores de desigualdade, pobreza e PIB *per capita*.

Confirmando a idéia desenvolvida anteriormente, a América Latina passou, nos anos 90, por profundas reformas estruturais, chamadas de neoliberais (reforma do Estado, ajustes econômicos, privatizações, desregulamentação, políticas impositivas); porém, mesmo assim, os resultados desejados não se concretizaram. O crescimento do PIB foi insignificante. Em 1980, o PIB *per capita* era de 3.739 dólares; em 2002, passou para apenas 3.952. Os níveis de pobreza tiveram uma leve diminuição em termos relativos; mas um acréscimo em termos absolutos: em 1990, 190 milhões de latino-americanos eram considerados pobres; em 2001, o número de pobres aumentou para 209 milhões. A desigualdade social, o desemprego e

²⁴ No Brasil, a credibilidade dos partidos políticos é bastante limitada: “Por exemplo, ao medir a confiança popular nas instituições, a pesquisa Cultura Política e Cidadania, da Fundação Perseu Abramo, realizada em 1997 apurou que apenas 7% dos entrevistados declararam confiar totalmente nos partidos políticos; 35% disseram confiar até certo ponto; ao passo que 49% não confiavam”. Os partidos políticos aparecem nos últimos lugares das instituições avaliadas: “Com esse resultado, os partidos ficaram em penúltimo lugar numa hierarquia de 20 instituições avaliadas, ligeiramente acima de deputados e senadores, que foram os lanterninhas do ranking” (DULCI, 2003, p.301).

a informalidade aumentaram substancialmente. Da mesma forma, a situação do trabalhador piorou, além da diminuição de sua proteção social.²⁵

Neste sentido, a democracia representativa existente nos países latino-americanos tem um desafio a conquistar; isto é, passar da mera formalidade para uma democracia ampliada para uma democracia participativa.²⁶ Esta democracia pressupõe que a participação pública e o espírito cívico dos cidadãos (associativismo, confiança e cooperativismo) sejam aprimorados em busca de justiça social e da emancipação humana. E mais, “a construção da democracia participativa supõe uma combinação entre cidadania democrática e representação política plena” (TRINDADE, 2003, p.65).

A democracia latino-americana não pode ser apenas uma democracia que facilita os procedimentos, porém fracassa em proporcionar liberdades cívicas e em garantir os direitos humanos, é o que Diamond (2001), denomina democracia iliberais (*illiberal democracies*); ou ainda a que Baquero (2006A) chama de democracia inercial: inexistência de instituições sólidas, comportamento político emocional e subjetivo, falta de fiscalização e predomínio de traços clientelísticos, personalistas e patrimonialistas entre os representantes eleitos (p.67).²⁷ É necessário que se estruture na América Latina uma democracia *dos de baixo* onde os pobres vejam garantidos a segurança social e econômica (CASANOVA, 1995).

Na próxima seção, avalia-se a prática recorrente dos últimos governos de utilizarem-se das Medidas Provisórias para alcançar os objetivos de suas plataformas de governo. Com o uso desenfreado desses atos, acaba-se ferindo, assim, o princípio democrático da separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), banalizando um ato constitucional que deveria ser utilizado em casos de urgência ou de extrema necessidade.

²⁵ Para mais informações, pesquisar no Relatório do Programa das Nações Unidas “El desarrollo de la democracia en América Latina,” a parte inicial intitula-se El desafío: de una democracia de electores a una democracia de ciudadanos. Disponível em http://www.undp.org/spanish/proddal/idal_1a.pdf. Acesso em junho de 2004.

²⁶ Segundo Amaral, a “democracia participativa é a subversão do terceiro milênio”. Disponível em http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_151/r151-02.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2004. Conferir, igualmente, o trabalho de Bonavides (2001), que é um dos defensores da democracia participativa.

²⁷ O’Donnell (1991) chama de *democracia delegativa* ou uma *democracia domesticada* (MIGUEL, 2002).

1.5 Autoritarismo democrático no Brasil

Charles Louis de Secondat, conhecido como Barão de Montesquieu (1689-1755), escreveu o livro *L'esprit des lois (O espírito das leis)* em 1748, num longo período de 20 anos, na França revolucionária. O livro exerceu imensa influência, tanto na Revolução Americana, quanto na Francesa, no sistema de governo inglês e, de certa forma, em todo o mundo durante os dois últimos séculos.²⁸

Mais especificamente no Livro XI da referida obra, encontra-se a famosa fórmula da equiparação dos poderes como método para assegurar a liberdade. Para solucionar o problema daquilo que Montesquieu chamou de “verdade eterna”, na medida em que “qualquer pessoa que tenha o poder tende a abusar dele”, o autor sugere um antídoto infalível: “para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder”. Montesquieu (1993) diz mais: “Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos”. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

No entendimento de Montesquieu, os poderes devem ser harmônicos e independentes, colaborando entre si e mantendo relações recíprocas, auxiliando-se e corrigindo-se mutuamente. No entanto, não é bem essa realidade que transparece na conjuntura política brasileira nos últimos anos. Segundo fontes do Ministério da Justiça, já no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) se editava uma Medida Provisória (que acabava se tornando medida definitiva) a cada 10 dias. Por exemplo, a MP que tratou do Programa Nacional de Desestatização foi reeditada mais de 45 vezes e mais da metade dos Projetos de Lei aprovados no Congresso Nacional tiveram origem no Executivo.²⁹

²⁸ A tese da separação dos poderes de Montesquieu é tratada por Comparato (2003) no artigo *A garantia institucional contra o abuso do poder* (p.45).

²⁹ No total, FHC baixou 239 medidas provisórias, e fez 3.196 reedições, muitas delas com textos modificados, em relação aos anteriores. História antiga: Tudo começou quando D. Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte, e outorgou uma Constituição, garantindo sempre a supremacia de seu poder pessoal, dentro das melhores tradições do absolutismo ibérico. A personalização do poder na figura do caudilho é da nossa tradição.

A submissão do Legislativo e do Judiciário ao Executivo, se não for imoral ou vergonhosa, aproxima-se da ilegalidade (vide o caso da emenda da reeleição de FHC). Por isso, a denúncia do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça à sociedade brasileira, ao afirmar que a concentração de poder já se vai fazendo ameaçadora à normalidade institucional e à supremacia da lei: “o uso abusivo de Medidas Provisórias fere a ética do Direito, ao usurpar a capacidade legislativa do Congresso Nacional e ao comprometer o equilíbrio entre os Três Poderes, único anteparo democrático ao Despotismo”, afirma o presidente da OAB-SP, Carlos Miguel Aidar.³⁰

Para Trindade (2003), governar por Medida Provisória significa fragilizar a democracia:

a experiência recente mostrou que a prática do governo por decreto acaba por se generalizar e criar mecanismos próprios de um Executivo legiferante que desqualifica o papel tradicional do Congresso. O desequilíbrio entre os poderes, submetendo a democracia à lógica da suposta delegação presidencial, fragiliza a prática democrática (p.63).

Alguns exemplos do caráter submisso do Congresso já podiam ser visualizados na curta administração de Collor e, principalmente, durante os dois mandatos do presidente Cardoso, bem como na atual administração do Presidente Lula.

A “vocação” autoritária da classe dirigente do país faz-se presente desde o início da história política brasileira. Essa tendência   concentra o de poder dos chefes políticos decorre, segundo alguns pensadores, da herança portuguesa em nosso meio. Raymundo Faoro já havia percebido em *Os donos do poder*, a raiz primeira desse traço t pico de nosso *ethos* político: “todo poder estatal tende a concentrar-se no cargo de chefe do Estado”. Esta prática também foi bastante evidente entre os primeiros presidentes republicanos, que não passaram de ditaduras militares, sob a justificativa teórica da ideologia positivista (COMPARATO, 2003, p.49).³¹

A República, entre nós, foi feita por um decreto, o Decreto n  1, de 15.11.1889, assinado por um militar, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca e, aliás, redigido por Rui Barbosa. Conferir artigo de Fernando Machado da Silva Lima: *Medidas provisórias ou permanentes?*. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2288>. Acesso em 23 de junho de 2006.

³⁰ AIDAR, Carlos Miguel. *Medidas Provisórias ferem a  tica do direito*. Disponível em http://www2.oabsp.org.br/asp/palavra_presidente/pres3.1.1.asp?id_pres=34. Acesso em 13 de maio de 2006.

³¹ Ao se tratar da prática do autoritarismo político, o Rio Grande do Sul serve como exemplo. Principalmente no período da República Velha, o RS teve a experiência de ser governado por republicanos (Júlio de Castilhos e

A prática da política autoritária iniciou com a própria República oligárquica de Deodoro e Floriano, teve continuidade com Getúlio Vargas (1937-1945) e, principalmente, no Regime Militar (1964-1985). Quem pensou que, com a “abertura democrática” e com a Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, o Brasil respiraria finalmente os ares da democracia enganou-se, pois as práticas autoritárias continuaram. Como nos diz Comparato: “após a Constituição de 1988, o presidente passou a deter não só o poder Legislativo, pela via da proliferação de medidas provisórias, como, até mesmo, o poder de reforma constitucional”. Desde 1988 até 2002, a Constituição foi (re) emendada nada menos do que 43 vezes, sempre por iniciativa direta e consentida pelo chefe do poder Executivo.³² O Judiciário também é submisso ao Executivo, ferindo o Estado Democrático de Direito:

Num autêntico Estado de Direito, os juízes são ministros do povo soberano e não serviçais do governo. O Estado de Direito é radicalmente incompatível com a submissão dos juízes ao poder Executivo, como se fosse a reencarnação dos antigos monarcas (COMPARATO, 2003, p.54).

O tema do abuso das medidas provisórias também é objeto de estudo de Fernando Limonge e Argelina Figueiredo (2003). Para os autores, o artigo 62 da CF/88 criou a possibilidade das medidas provisórias, mas o que se tem visto é a banalização dessa prerrogativa. Segundo os autores, o Executivo teria abusado da prerrogativa constitucional, interpretando de maneira bastante flexível o que se deve entender por relevância e urgência. Ou seja, o “extraordinário tomou o lugar do ordinário, colocando em xeque a própria noção de separação de poderes” (p.268).

Ainda sobre a questão do predomínio do Executivo sobre o Legislativo, Milton Temer (2003) traçou um comparativo da participação do Executivo na aprovação das leis no período do governo de Cardoso com outros períodos da história política do Brasil: “A participação do Executivo no bojo da Constituição de 1946 não alcançava 30% das leis aprovadas; durante a ditadura militar, chegou a 82%; e, durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, 77% das iniciativas legislativas partiram do Executivo” (p.472). Da mesma forma, Roberto Amaral argumenta que, desde a promulgação da Constituição de

Borges de Medeiros) com forte influência positivista, tendo na centralização do poder (autoritarismo) a marca registrada de seus governos. Sobre este tema, conferir o capítulo 3 desta tese, sob o título: “Os limites da participação na cultura política brasileira”.

³² A supremacia do Executivo dá-se, da mesma forma, sobre outros poderes instituídos: “Não é de se espantar, assim que, todos os presidentes da República, com raríssimas exceções, procurem nomear para o Supremo Tribunal Federal ministros que lhes sejam obedientes” (COMPARATO, 2003, p.52-53).

1988 até 16 de fevereiro de 2001, foram editadas 5.702 medidas provisórias, das quais 4.890 nos seis primeiros anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. As reedições somaram 5.121 medidas provisórias.³³ Amaral apresenta ainda uma comparação entre as Constituições Brasileira de 1988 e Americana (1787), dizendo que, em 11 anos de vida, o texto de 1988 já sofreu inúmeras modificações (Emendas Constitucionais), enquanto isso, em seus 218 anos, a Constituição norte-americana sofreu apenas 27 emendas.³⁴

O excesso da utilização da prática das medidas provisórias tornou-se corriqueira no cenário político nacional. O Governo Lula, da mesma forma como os governos anteriores, tem-se utilizado dessa mesma prerrogativa.³⁵ Como nos diz Trindade (2003),

no Brasil, esse novo padrão de democracia autoritária se utiliza amplamente da prerrogativa excepcional das *medidas provisórias* para a gestão das políticas estratégicas, mas também para a implementação de assuntos correntes, com o argumento de que são novas exigências do Estado reformado (p.63).

Apenas a separação dos poderes não garante a democracia. É preciso outras formas de controle e “responsabilização” dos atos administrativos das pessoas que ocupam cargos públicos. Trata-se aqui de inserir o conceito de *accountability*, “que quer dizer autoridades politicamente responsáveis, autoridades que podem ser responsabilizadas pelos seus atos, que devem prestar contas dos seus atos” (MARENCO DOS SANTOS, 2003, p.492). O *accountability* (controle democrático) pode ser vertical (relação governantes e governados) e horizontal: poderes externos podem punir o governo – separação de poderes (autoridades estatais que controlam o próprio poder: que pode empreender ações que vão desde o controle rotineiro até sanções legais ou inclusive *impeachment*, conforme o caso).³⁶

Além do autoritarismo democrático que se vive na cultura política brasileira, pode-se afirmar que impera uma típica democracia delegativa (O’DONNELL 1991). Isso significa afirmar a existência de frágeis instituições políticas, em que se sucedem crises de ordem

³³ AMARAL. Disponível em http://www.senado.gov.br/web/cegraf/rii/Pdf/pdf_151/r151-02.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2004.

³⁴ Dados de 16 de fevereiro de 2001.

³⁵ No Governo Lula, a Câmara Federal já analisou 58 MPs. “Desde o primeiro dia de 2003, os deputados já apreciaram 58 medidas provisórias apresentadas pelo atual Governo. Desse total, 29 foram convertidas em lei e uma foi revogada. A média de medidas provisórias editadas no último ano (Governo Lula) foi de 4,8 por mês, enquanto nos anos de 2001 e 2002 (Governo Fernando Henrique) a média foi de 5,6”. Disponível em <http://www3.camara.gov.br/internet/agencia/materias.asp?pk=44245>. Acesso em 04 de março de 2005.

³⁶ Ver estudo de O’Donnell (1998).

sócio-econômica (sucessivos planos econômicos), deterioração da autoridade presidencial, corrupção do aparelho do Estado e violência generalizada.³⁷ Isto é, a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de suas políticas é exclusiva do Presidente da República. O presidente e sua equipe pessoal são o alfa e o ômega da política (o presidente isola-se da maioria das instituições políticas) e os problemas da nação são tratados por técnicos e burocratas, especialmente no que se refere à política econômica. A oposição e a resistência das ruas, da sociedade, do Congresso ou de associações de representação de interesse são silenciadas ou ignoradas. Prevalece a centralização política e a personificação do poder do presidente, o que pode ser chamado hiperpresidencialismo: “o presidente se considera legitimado por um poder delegado pelo voto para implementar, por mecanismos autoritários, suas decisões políticas” (TRINDADE, 2003, p.63).

Por fim, o Brasil, depois de um longo período de ditaduras, vem consolidando aos poucos as suas instituições democráticas. O que Dahl (2001) chama de democracia poliárquica: “funcionários eleitos; eleições livres, justas e freqüentes; liberdade de expressão; fontes de informações diversificadas; autonomia para associações e cidadania inclusa” (p.99-104). No entanto, ao mesmo tempo em que foi consolidando a democracia, o Estado foi sendo desmantelado juntamente com suas políticas sociais: O paradoxo brasileiro é que, ao se consolidar a democracia, assiste-se ao desmoronamento dos direitos sociais. É importante que se diga que esse “desmoronamento” atingiu mais diretamente os Estados frágeis, como o brasileiro, pois os Estados centrais (desenvolvidos) mantiveram seus programas sociais básicos: “o processo de globalização trouxe malefícios aos países mais pobres, ao mesmo tempo em que propiciou o enfraquecimento dos atores coletivos, isto é, dos sindicatos e do próprio Estado” (REIS, 2003, p.28).

Assim como a utilização excessiva das medidas provisórias, a migração partidária pouco contribui para a credibilidade das instituições políticas e para a consolidação da democracia no Brasil. É exatamente sobre esta questão que a seção seguinte tratará.

³⁷ A democracia delegativa não é alheia à tradição democrática, pois também pressupõe eleições limpas (eleições mais emocionais do que racionais). Depois das eleições espera-se que os eleitores retomem a condição de espectadores passivos. A maioria dos países latino-americanos tem características de democracias delegadas. Também para Oliveira; Paoli e Rezek, a democracia delegativa é típica da periferia do capitalismo (2003, p.21).

1.6 Migração partidária no Brasil

Outro desvio do sistema democrático brasileiro diz respeito ao processo migratório que sofrem os partidos com a constante prática do “troca-troca” de políticos que procuram “acomodar-se” a um partido em que possam tirar proveito pessoal, independentemente de manter a fidelidade à legenda pela qual foram eleitos. Dulci (2003) entende que a “naturalidade” do troca-troca é a causa principal do descrédito dos políticos junto à opinião pública: a rigor, a mudança de partido significa renúncia ao mandato obtido nas urnas. É como se começasse subitamente um outro mandato, sem nenhuma delegação formal.

Estudos de Melo (2003) demonstram a migração do período de 1991-1995. Em números percentuais, chegando aos seguintes dados:

28,8% dos que assumiram uma cadeira na Câmara dos Deputados trocaram de legenda durante o mandato. O período 1991-1995 foi o que apresentou o maior trânsito entre as bancadas. Nas legislaturas seguintes os índices de migração foram menores, mas não a ponto de caracterizar uma tendência de queda (p.322).

O estudo de Melo demonstra, também, que alguns deputados trocaram, no período, duas, três e até quatro vezes de partido: “um total de 138 congressistas (16,3% entre os migrantes) trocou de partido pelo menos duas vezes em uma mesma legislatura, outros 3,5% (30 deputados) pelo menos três vezes, enquanto dez congressistas migraram quatro vezes” (Idem, p.322).

Estudos de Tafner (1997) também apontam para o número acentuado de migrações parlamentares. Diz o autor que, na legislatura de 1990-94, desconsiderada a fusão de siglas, 35 parlamentares trocaram de partido. No curso da legislatura 1994-1998, esse número alcançou a escandalosa marca de 218 parlamentares, ou seja, 42,5% do total da representação.³⁸

³⁸ TAFNER, In: AMARAL, Disponível em http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ri/Pdf/pdf_151/r151-02.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2004.

A “dança das cadeiras” ou o “troca-troca” também pode ser percebido a partir das eleições gerais de 2002. Após as eleições, o quadro inicial da composição da Câmara Federal foi alterando-se. O PT, como partido do governo, embora tenha diminuído o número de deputados (de 91 para 81 em 2006), foi acolhendo aliados para a sua base governista e obteve maioria no Congresso. Fazendo a relação do quadro da bancada eleita em 2002 em relação à bancada atual (2006), percebe-se que o PFL foi o partido que mais perdeu deputados, foram 19 que abandonaram o partido: os peefelistas elegeram 84 deputados em 2002 e contam, hoje, com apenas 65. O PSDB também declinou, dos 72 deputados federais eleitos, 15 abandonaram o partido, permanecendo 57. O PDT e o PP declinaram também o número de deputados: ambos perderam 1 deputado cada. Em 2002 o PDT elegeu 21 parlamentares, atualmente, constam 20. O PP elegeu 49, e hoje conta com 48 deputados. Outros partidos, como PMDB, PP, PL, PTB e PSB (base aliada), aumentaram o número de suas bancadas. O PMDB elegeu 73 deputados e conta hoje com 81 (acréscimo de 8 deputados). O PSB passou de 24 para 28 deputados. O PL e o PTB foram os partidos que mais cresceram no Congresso Nacional. O PL aumentou de 26 para 36 deputados (+10) e o PTB passou dos 26 deputados iniciais para os 44 atuais (+18).³⁹

Quadro 1 – Migração partidária do Congresso Nacional (2002-2006)

Partido	2002	2006	Diminuiu / Aumentou
PFL	84	65	-19
PSDB	72	57	-15
PT	91	81	-10
PDT	21	20	-1
PP	49	48	-1
PSB	24	28	+4
PMDB	73	81	+8
PL	26	36	+10
PTB	26	44	+18

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Portal da Câmara dos Deputados

É importante destacar que os partidos que tiveram seus números acrescidos fazem parte da base aliada do governo. O interesse fisiológico de determinados partidos ainda é realidade na política brasileira.

³⁹ Até 30 de setembro de 2005, 163 deputados federais haviam trocado de partido. Este número segue a média de migração partidária das últimas legislaturas, em torno de 30%. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/secom/sinopses/sioito/sioito050930.pdf>. Acesso em 8 de julho de 2006.

No entendimento de Melo (2003, p.322), há algumas alternativas que podem resolver o problema. A primeira, mais radical e mais difícil de ser aprovada, seria a instituição de uma norma que punisse com a perda do mandato o abandono voluntário da legenda, a não ser no caso de criação de um novo partido. A segunda alternativa seria relativamente mais simples: no limite, diz Melo, bastaria ampliar de um para quatro anos o prazo da filiação partidária exigido para candidatos. Nesse caso, a alteração poderia ser feita com base na legislação ordinária, o que facilitaria a aprovação. Da mesma forma, Marengo dos Santos (2003) propõe alguns ajustes para suprimir incentivos para o troca-troca, dentre eles a mudança no regimento da Câmara e tem a ver com a distribuição de recursos orçamentários e o aumento no tempo de filiação partidária.⁴⁰ Ou seja, é preciso tratar o problema da migração partidária dentro do contexto de uma ampla reforma no sistema político brasileiro. No entanto, têm-se notado, nos últimos tempos, poucos avanços para a sua efetiva realização.

Fica para nós a expectativa de uma reforma política que seja capaz de resolver os vícios históricos da política brasileira, como a tradição oligárquica, o coronelismo, o personalismo, o clientelismo e o patrimonialismo. Contudo, analisando os personagens políticos que estão a frente da reforma, haveremos de concordar com Benevides: “a julgar pelo andar modorrento dos pretensos reformistas, caímos num círculo vicioso: não consolidamos a democracia porque nos falta verdadeiros partidos, não temos partidos porque nos falta a verdadeira democracia. Como nos diria Eça de Queiroz: estamos bem arranjados” (BENEVIDES, 2003, p. 85).

Concluimos com as palavras de Limonge. As propostas de reforma política têm sido muito enviesadas pela preocupação de fortalecer os partidos, mas estão restringindo a manifestação da vontade do eleitor e a consideração dessa vontade no momento de proclamar o resultado. Eu prefiro o contrário, conclui o autor. (LIMONGE, 2003, p.466). Ou seja, a reforma política só terá êxito se considerar os anseios do eleitor, consolidando, verdadeiramente, a democracia participativa...

Frente aos limites da participação na democracia procedimental, dos abusos e desvios do regime poliárquico, bem como da ineficiência do Estado na promoção de políticas públicas sociais, é que se apresenta, no próximo capítulo, a contribuição da cultura política e do capital social como fator complementar de construção democrática.

⁴⁰ Na legislatura 1999-2002, 250 deputados mudaram de partido, alguns até três vezes. Nos Estados Unidos, nos últimos 100 anos, menos de 30 deputados mudaram de partido. Disponível em http://www.politicavoz.com.br/reformapolitica/artigo_06.asp. Acesso em 06 de março de 2005.

2 PARTICIPAÇÃO: DA CULTURA POLÍTICA AO CAPITAL SOCIAL

O objetivo deste capítulo é fazer uma revisão teórica sobre a participação na cultura política até chegar ao capital social, bem como explicar a evolução da teoria do capital social segundo a descrição e compreensão de teóricos da área da Ciência Política. Para tratar do conceito cultura política, fez-se uma revisão da obra *The civic culture* (1965) de Almond e Verba. Ao analisar o capital social, seguiram-se as idéias originárias de Alexis Tocqueville (1962), até chegar à afirmação do conceito com Robert Putnam (1993, 1995). Este capítulo não tem a intenção de esgotar o assunto, mas dar apenas uma visão geral sobre o mesmo. Além do mais, outros autores já trataram com propriedade do tema do capital social: Bandeira (1999, 2003); Monasterio (2001, 2002), Baquero (2001, 2002, 2003A, 2003) e Higgins (2005).

2.1 Cultura política

A expressão “cultura política” e seu caráter multidisciplinar, criada por Almond e Verba nos anos 1960, combina as perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos. A cultura política pode ser definida por normas, valores e crenças (dimensões subjetivas) que definem a situação na qual a ação política se dá. Assim, a cultura política fornece os instrumentos metodológicos necessários para uma compreensão sistemática de orientações e comportamento político.¹ No entendimento de Baquero e Prá (1992, p.5-6), a cultura política “[...] se refere ao processo através do qual as atitudes dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político”.

¹ KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política: uma perspectiva brasileira*. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford.

O primeiro momento dos estudos de cultura política tem, como principais representantes, os autores Almond e Verba com o livro *The civic culture* (1965). É exatamente com esta obra que a cultura política começa a ser tratada nos estudos da Ciência Política. Um aspecto desta nova cultura política mundial é a participação e, com ela, o tema da democracia e seu futuro, pois são preocupações que foram tratadas desde a Segunda Guerra Mundial. Pela primeira vez, se define a cultura cívica como uma cultura pluralista baseada na comunicação e persuasão, uma cultura de consenso e diversidade, uma cultura que permitiu mudar com moderação realidades consolidadas. Segundo Almond e Verba (1965), teóricos da democracia, desde Aristóteles até Bryce, têm enfatizado que democracias são mantidas pela participação ativa dos cidadãos, em assuntos cívicos, por um alto nível de informação sobre assuntos públicos e por um expressivo senso de responsabilidade cívica.

Aprende-se, de Almond e Verba, os diferentes tipos de cultura política: a *parochial*, a *subjetiva* e a *participativa*. A cultura política *parochial* é um tipo de cultura de rejeição à autoridade tradicional, próprias das tribos africanas.² Na cultura política do tipo *parochial*, percebe-se a ausência de sistema político, apatia política, caos, anarquia. A cultura *subjetiva* (moderada) é aquela em que as pessoas têm conhecimento, mas não participam. A cultura política *participativa* (participante) é a em que as pessoas têm conhecimento, participam e avaliam as políticas públicas. Os estudos de Almond e Verba abrangeram cinco países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México.³ No entendimento deles, o modelo de democracia é realidade apenas na Inglaterra e nos Estados Unidos. Já na Itália, Alemanha e México, a democracia se configura com precariedade. É importante ressaltar que Almond e Verba vêem a “democracia” sob a forma liberal como modelo político. Para os autores, o sistema político democrático é aquele em que os cidadãos ordinários participam das decisões políticas. Assim, a teoria democrática, que é a teoria democrática liberal, deve, por isso, ser re-escrita.

Como vimos, a cultura cívica é o nome que os autores (Almond e Verba) deram para a cultura política democrática ideal. Eis algumas características da cultura política e da comunidade cívica, segundo Almond e Verba: orgulho no aspecto da nacionalidade; crença

² A cultura *parochial* pode ser inserida no trabalho de Banfield sobre o familismo amoral no Sul da Itália (burocracia autoritária).

³ “Gabriel Almond e Sidney Verba (1965) sustentaram, através do pioneiro estudo sobre atitudes e opiniões políticas em cinco diferentes países, que o engajamento em associações voluntárias induz a atividade política dos membros. Posteriormente, surgiu uma série de pesquisas confirmatórias desse postulado. O tema do capital social trouxe novos elementos para a compreensão da lógica da participação nas modernas democracias” Schmidt (2003, p.223-224).

em tratamento justo das autoridades governamentais; freqüência e liberdade na fala sobre política; tolerância com os partidos de oposição; valorização da participação em atividades locais e governamentais, partidos e associações cívicas; cooperação cívica e confiança mútua; ordem, através da organização burocrática racional, no estilo weberiano; estabilidade causada pela modernização, relacionada com os níveis de alfabetismo e escolaridade; sociedade em associações voluntárias e pluralismo, como sendo um dos mais importantes fundamentos da política democrática.

As teorias da cultura política, segundo Almond e Verba, são utilizadas desde os primórdios da Ciência Política. Seus conceitos e categorias como subculturas políticas, cultura política das elites, socialização política e mudança na cultura estão presentes, de forma subentendida, nos escritos clássicos modernos, dos quais Maquiavel, Montesquieu, Rousseau e Tocqueville, além de Platão e Aristóteles, são alguns exemplos. A cultura política é também definida, por Almond e Verba, como o conjunto de orientações subjetivas de uma determinada população. Incluem conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. Na medida em que prevalecem os valores de igualdade, liberdade, confiança mútua e comprometimento com princípios universais mais democráticos e desenvolvidos, é uma sociedade. Por outro lado, os sentimentos de confiança mútua, tolerância e gosto pelo comprometimento estão associados à possibilidade da realização de barganhas e acordos, evitando situações de jogo de soma zero, são estímulos a correntes de associativismo. A pesquisa em cultura política de Almond e Verba pressupõe uma pesquisa quantitativa (métodos quantitativos), por exemplo: o comportamento humano pode ser medido, pois é sistemático e previsível. É possível comparar características das sociedades. Neste sentido, a questão da freqüência, que é a repetição do mesmo fenômeno ou a incidência de um fato, pode caracterizar a cultura política de um país (conceitos estruturantes e estruturais), principalmente no que se refere à confiança e à desconfiança da sua população.

Para Almond e Verba, uma cultura cívica é necessária para manter um sistema democrático estável. O conceito de cultura política fornece instrumentos metodológicos necessários para uma compreensão sistemática de orientações e comportamento político, ou seja, em termos gerais, pode-se dizer que Cultura Política refere-se ao processo através do qual as atitudes dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político. Para Inglehart (1990), a cultura cívica pode ser concebida como uma síndrome coerente de satisfação pessoal, de satisfação política, de confiança interpessoal e de apoio à ordem social existente.

Essas sociedades que alcançam uma posição alta em relação com essa síndrome, têm maior possibilidade de aparecer como democracias estáveis, que aquelas outras que têm posições baixas.⁴

Após as discussões precursoras de Almond e Verba sobre a cultura política, a nova geração de intelectuais foi capaz de realizar uma renovação teórico-metodológica significativa no desenvolvimento dessa temática. Dentre esses intelectuais, destaca-se o cientista político Robert Putnam, que estudou o desempenho das instituições políticas na Itália seguindo um conjunto diversificado de indicadores que não envolvem apenas as atitudes subjetivas, mas também indicadores objetivos da *performance* institucional. Ou seja, o desempenho das instituições públicas encontra-se associado à existência de organizações civis “horizontais”, que podem trazer maiores benefícios aos cidadãos, juntamente com a estabilidade e consolidação dos regimes democráticos. Assim, com os estudos de Robert Putnam, pode-se afirmar que a teoria do capital social inaugura uma nova fase na teorização dos valores subjetivos (confiança, participação, civismo) propostos anteriormente no debate da cultura política.

2.2 Capital Social

O conceito de capital social começou a aparecer recentemente na literatura acadêmica. O tema obteve uma rápida repercussão e aceitação entre os cientistas sociais. Apesar da relativa popularidade da temática, porém, não se pode definir o conceito de capital social como se fosse homogêneo, pois o mesmo envolve um conjunto de valores sociais que promovem tanto a ação individual quanto a ação coletiva. Neste sentido, sua definição é problemática; por isso, o entendimento conceitual e teórico do capital social continua a se desenvolver.⁵

Há muitos entendimentos do que seja capital social, o que causa certa “confusão” justificável sobre o que o constitui propriamente. Isso porque teóricos utilizam palavras diferentes para conceituar capital social, as mais usuais são: energia social, espírito comunitário, laços sociais, tecido social, virtude cívica, confiança, redes associativas, relações

⁴ Conferir, igualmente, Inglehart (1988).

⁵ Conferir, Lederman (2001) e Banco Mundial (2003).

horizontais, vida comunitária, normas sociais, redes informais e formais (*bonding, bridging, linking*), reciprocidade, bem comum, pró-atividade, entre outras. Baum (2000) apresenta a evolução das publicações sobre o capital social com uma listagem de artigos. Antes de 1981, o número de artigos sobre capital social publicados em jornais dos Estados Unidos totalizava apenas 20, entre 1991 e 1995 subiu para 109 e, de 1996 a março de 1999, o total passou para 1003.

Um dos primeiros teóricos a utilizar o termo “capital social” nos círculos acadêmicos foi Hanifan em 1916. No entanto, pode-se encontrar em *A democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, os primeiros argumentos que se aproximam do entendimento de capital social. Mais recentemente, vários estudiosos têm contribuído para a popularização do termo, entre eles Jane Jacobs (1961), Bourdieu (1986), Coleman (1988, 1990), Putnam (1993, 1995), Woolcock e Narayan (2000), Portes e Landolf (1996), Woolcock (1998), Amartya Sen (2000) e Bernardo Kliksberg (2001) entre outros.⁶ Nesta tese utiliza-se como referencial teórico apenas o capital social na tradição da Ciência Política (Tocqueville e Putnam).

2.2.1 Capital social: primeiras concepções e evolução

Hanifan definiu capital social como os ativos intangíveis que contam para a maioria das pessoas na vivência diária, isto é, confiança, companheirismo, simpatia, e relacionamento social entre os indivíduos e famílias que compõem uma unidade social. A integração entre vizinhos favorece para que haja acumulação de capital social, que pode satisfazer imediatamente suas necessidades sociais e que pode ter uma potencialidade suficiente para a melhora substancial das condições de vida em toda a comunidade.⁷ Após a definição inicial de Hanifan, o conceito de capital social desapareceu da literatura durante várias décadas, vindo a retornar ao debate no final da década de setenta em diversos campos científicos.

⁶ Sobre a origem, evolução e crítica ao capital social, conferir Ricotta (2003), Abu-el-Haj (1999), Bandeira (1999, 2003), Monasterio (2001,2002) Baquero (2001, 2002, 2003A, 2003), Schmidt (2003) e Higgins (2005).

⁷ Conferir, Hanifan (1916, p.130) In: Woolcock (2000, apud Maseda, Marta Portela e Gómez, Isabel Neira).

Foi o sociólogo Pierre Bourdieu que, no ano de 1985, conceituou o capital social como “as redes permanentes que pertencem a um grupo que asseguram a seus membros um conjunto de recursos atuais e potenciais”.⁸ Mais tarde, em 1988, com James Coleman, na sociologia da educação e Robert Putnam (1993, 1996), na Ciência Política, o conceito de capital social passou a ter maior expressão e importância.

Coleman (1990) definiu o capital social como “os aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos agentes dentro da estrutura”. Bourdieu (1986) e Coleman (1990) mencionam o capital social a partir de referências de grupos sociais, coletivos e comunitários.⁹ Segundo esses autores, o capital social está imerso na comunidade, não fazendo parte da aplicação de recursos de forma privada, nem sendo alienado a partir de um valor de mercado. Trata-se de um valor da comunidade gerador de bens públicos, em que todos se beneficiam.

O conceito de capital social também está suscitando interesse nas instituições econômicas internacionais. Após o fracasso da aplicabilidade das políticas do Consenso de Washington no âmbito econômico e social nos países de economias emergentes, há uma tendência de as referidas instituições (FMI, Banco Mundial) reverem seus programas, considerando mais a dimensão social com o apoio da sociedade civil no desenvolvimento econômico de cada país. A revisão das metas do Consenso de Washington e sua nova abordagem são conhecidas, agora, como “Post-Washington Consensus”.

O grupo temático que discute o capital social no Banco Mundial o entende, em outras palavras, como a capacidade de relacionamentos dos indivíduos, suas redes de contatos sociais baseadas em expectativas de reciprocidade e comportamento confiáveis que, no conjunto, melhoram a eficiência individual. No plano coletivo, o capital social ajudaria a manter a coesão social, pela obediência às normas e leis, bem como a negociação em situação de conflito e a prevalência da cooperação sobre a competição, tanto nas escolas quanto na vida pública, o que resultaria em um estilo de vida baseado na associação espontânea, no comportamento cívico, enfim, numa sociedade mais aberta e democrática (Banco Mundial).

⁸ Para Bourdieu quanto maior forem as relações sociais, econômicas e culturais de uma pessoa, maior será o seu capital social.

⁹ Coleman (1988) diferencia o capital social de outros tipos de capitais como o financeiro e o capital humano. Coleman também utilizou o conceito de capital social como relações sociais – integração entre indivíduos, sua rede de contatos sociais que implica relações, expectativas de reciprocidade e comportamento confiável.

As propostas do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) se encontram nesta mesma direção. Para o Banco Mundial o capital social faz referência às “instituições, relações e normas que conformam a qualidade e a quantidade das interações sociais de uma sociedade” (Banco Mundial, 2002). A OCDE o define, em seu informe *The Well-Being of Nations: the role of human and social capital* (2001), como “as redes junto com normas, valores e opiniões compartilhadas que facilitam a cooperação dentro e entre os grupos”.

Para Woolcock (1998), o capital social é um conjunto que se relaciona com uma estrutura de relações sociais que têm por base a confiança do grupo, o que lhes permite alcançar seus os objetivos propostos.¹⁰

Para Giuseppe Ricotta (2003), o capital social pode ser entendido como a união de duas ou mais pessoas que se organizam em associações com o objetivo de resolver os problemas locais, ou seja, o capital social é tudo o que se refere ao associativismo, cooperativismo, pequenas empresas locais, em que os principais favorecidos são a própria comunidade, entidades ou associações, com a finalidade de atingir um desenvolvimento local sustentável e alternativo ao capital econômico internacional. O capital social é o interesse da coletividade, é a cooperação em oposição ao individualismo. Capital social, no dizer de Ricotta, é a qualidade nas relações entre os indivíduos desde a família, comunidade, empresa e instituições públicas. A comunidade é uma característica de capital social e o lugar onde interagem valores e finalidades comuns. Capital social pressupõe a construção de redes e não de hierarquias.¹¹

2.2.2 Capital social e desenvolvimento sócioeconômico

Kliksberg argumenta que o campo do capital social é bastante amplo e está imerso em controvérsias, mas, diz o autor, é possível definir capital social seguindo estes quatro

¹⁰ Hernández. José G.Vargas. *Formación de capital social para fortalecer la institucionalización de la gobernabilidad*.

¹¹ Ricotta, Giuseppe. *Cooperativismo, asociativismo e capital social*. Palestra proferida no Auditório da Unijuí, no dia 21 de julho de 2003.

elementos essenciais: a) o clima de confiança existente em uma sociedade, tanto nas relações interpessoais, quanto nos poderes e atores sociais chaves. Quanto menor for a confiança entre os membros de uma comunidade, maior será a dependência de terceiros para proteger os acordos e obrigar à sua execução, e se terá mais gestores legais, tribunais, polícia. Em outro plano, a confiança nas instituições e nas elites diretivas decai se se reduz à governabilidade, com múltiplos efeitos negativos; b) a capacidade de uma sociedade gerar formas de cooperação e associações com sinergia; c) a consciência cívica, ou seja, a atitude predominante para o coletivo desde o mais elementar como cuidar dos parques públicos até a responsabilidade fiscal; e d) os valores éticos predominantes entre os membros da comunidade.

Estudos da Escola de Saúde Pública de Harvard (1997) têm demonstrado, igualmente, que o clima de confiança nas relações interpessoais aumenta a expectativa de vida; se há desconfiança, a expectativa de vida diminui. O estudo comprova também que a desigualdade sócio-econômica do país tem relação com a expectativa de vida das pessoas. Se há um alto nível de desigualdade, a expectativa de vida se reduz. A igualdade e maior capital social são fatores chaves de saúde pública.¹² Estudos empíricos demonstram ainda que o acúmulo de capital social pode promover um maior crescimento com maior igualdade, melhorar a produtividade, promover o consenso em tempos de discussão e auxiliar na segurança dos mais pobres e vulneráveis, protegendo as comunidades, mediante a promoção de normas aceitáveis e redução da pobreza.¹³

Kliksberg (2001) vê, assim, a possibilidade do capital social e da cultura contribuírem para o desenvolvimento econômico e social, pois ambos constituem potentes instrumentos de construção histórica: “As pessoas, as famílias, os grupos, são capital social e cultural por essência. São portadores de atitudes de cooperação, valores, tradições, visões da realidade, que são sua própria identidade” (p.115).

É importante, porém, notar a diferença entre capital humano e capital social. O capital humano requer grandes investimentos em saúde e educação; enquanto que o capital social requer valores, solidariedade, confiança e participação. O capital social requer: a) o importante papel que jogam no âmbito societal e institucional os níveis de confiança entre os

¹² Conferir artigo de Bernardo Kliksberg. *Capital social: El capital olvidado*. Disponível em <http://www.unimet.edu.ve/CapitalSocial/kliksberg.doc>. Acesso em 10 de outubro de 2003.

¹³ Conferir os trabalhos de Collier e Gunning (1998), Temple (1998), Easterly (2000), Grootaert e Narayan (2000), Bowles (1999), Seligman (1997), Abraham (1985) e Moser (1996). Conferir, também, o Documento do Banco Mundial (2002).

atores em uma sociedade; b) a existência e a prática, por parte dessa população, de normas cívicas; c) o nível de associativismo, que incide diretamente no fortalecimento do tecido social e, por último, d) a presença, na cultura, de valores tais como o respeito à dignidade do outro, justiça social, solidariedade e tolerância, para facilitar a convivência.

Segundo a perspectiva da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o capital social é conhecido como o conjunto de relações sociais baseadas na confiança e os comportamentos de cooperação e reciprocidade. Quando a riqueza e a receita não estão distribuídas equitativamente em uma sociedade, surge uma pergunta importante: Qual é a contribuição que se pode esperar dos instrumentos de desenvolvimento e mobilização do capital social para sustentar e aplicar políticas sociais efetivas destinadas à redução da pobreza?¹⁴

Kliksberg assinala os baixos índices de corrupção, delinqüência e criminalidade em países desenvolvidos, como a Finlândia, Noruega, Suécia, Holanda e Canadá, citando os referidos países como exemplos de um nível elevado de qualidade de vida (saúde, educação, equidade econômica). A razão de tal êxito, para o autor, estaria no forte capital social que faz parte de suas respectivas populações. Kliksberg trabalha com o conceito de capital social seguindo a teoria de Putnam, segundo a qual o entendimento de capital social abarca quatro dimensões: a) os valores éticos dominantes de uma sociedade; b) sua capacidade de associatividade; c) o grau de confiança entre seus membros, e d) a consciência cívica. Os resultados, diz Kliksberg, são positivos: “Quanto mais capital social, mais crescimento econômico a longo prazo, menor criminalidade, mais saúde pública, mais governabilidade democrática”. Instituições e entidades internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e as Nações Unidas, estão empenhadas em criar áreas específicas dedicadas a impulsionar o capital social. Como diz Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia: “Os valores éticos dos empresários e os profissionais de um país (e outros autores sociais chaves) são parte de seus recursos produtivos”. E, conclui Kliksberg: “Se são a favor da inversão, a honestidade, o progresso tecnológico, a inclusão social, são verdadeiros ativos; se, em troca, predominam a ganância rápida e fácil, a corrupção, a falta de escrúpulos, bloquearão o avanço”. Kliksberg cita a participação de outras instituições civis e

¹⁴ Conferir, Tonella (2003).

privadas que atuam de forma concreta para o fortalecimento do capital social no mundo, como, por exemplo, o voluntariado da Cáritas, Amia e Rede Solidária.¹⁵

2.2.3 Capital social: a tradição toquevilliana da Ciência Política

O capital social, embora tenha sido apresentado e discutido com certa frequência nas Ciências Sociais em boa parte do século XX, encontra na obra *A democracia na América*, de Tocqueville, argumentos suficientes para comprovar que ali está o fundamento do conceito.

Desta maneira, dos diferentes entendimentos e correntes do capital social (sociologia, economia), esta seção tem como objetivo tratar do capital social e sua evolução na Ciência Política, apresentando as principais idéias de Tocqueville expressas na obra *A democracia na América* (1962), onde o autor tratou das condições sociais (organizações sociais e políticas) como fundamento da construção da democracia norte-americana.¹⁶

Com o objetivo de estudar o funcionamento do regime político e analisar a vida sociopolítica dos norte-americanos, Tocqueville chegou a Nova Iorque, em 1831, com 25 anos de idade. Como síntese dos seus estudos, surgiu a sua principal obra, *A democracia na América (La Démocratie en Amérique)*, cujo primeiro volume é impresso em 1835 e o segundo, em 1840. Munido de instrumentos empíricos, Tocqueville procurou construir teoricamente um “tipo ideal” de democracia.

À primeira vista, o que mais impressionou a Tocqueville foi a igualdade das condições entre os americanos: “a igualdade, e não a liberdade, constitui o verdadeiro sinal da democracia”.¹⁷ Ao mesmo tempo em que exalta a igualdade, Tocqueville se contrapõe à aristocracia e ao individualismo, afirmando que o individualismo é a ‘ferrugem das sociedades’, esvazia o cidadão de toda substância, de civismo; estanca-lhe a fonte das virtudes

¹⁵ Conferir artigo de Bernardo Kliksberg: *Mais ética, mais desenvolvimento*.

¹⁶ É importante destacar que a conexão entre os costumes de uma sociedade e suas práticas políticas, idéias expostas na obra clássica de Tocqueville já fora discutida suficientemente por outros teóricos como Putnam (2000), Galvão Quirino (2001), Limana (1992), Higgins (2005), a qual não convém aprofundar neste momento.

¹⁷ Para Tocqueville, liberdade e igualdade significam o mesmo que democracia.

públicas; dele torna a fazer um súdito, senão um escravo, oscilando sem dignidade entre a servidão e a licença.

Na referida obra, Tocqueville inicia descrevendo os hábitos e os costumes, assim como a organização social e política dos americanos, para depois tratar da estrutura de dominação, de suas instituições políticas e das relações do Estado com a sociedade civil.¹⁸ Tocqueville, ao elaborar o conceito de democracia, apresenta-o como um processo universal, durável e todos os acontecimentos, como todos os homens, servem ao seu desenvolvimento. Já na Introdução de *A democracia na América*, Tocqueville (1962) atribui um caráter sagrado à democracia ao afirmar que querer detê-la seria como lutar contra o próprio Deus, e só restaria às nações acomodar-se ao Estado social que lhe impõe a Providência. Tocqueville cita a América como exemplo e deseja ver a França tornar-se como os Estados Unidos: “Parece-me fora de dúvida que, cedo ou tarde, chegaremos como os americanos, à igualdade quase completa” (p.19). O objetivo do autor foi estudar os hábitos e os costumes dos americanos na intenção de abstrair os ensinamentos fundamentais daquela experiência democrática.

Tocqueville discordou, em outra passagem, das várias formas de socialismo da época, assim como condenou o Estado intervencionista como sendo o único responsável pela direção política da nação. Para ele, esse Estado interventor é um Estado despótico, no qual a liberdade dos cidadãos tende a desaparecer. Da mesma forma, Tocqueville acredita que a democracia e o socialismo não se vinculam senão por uma palavra, a igualdade; mas observa a diferença: a democracia quer a igualdade na liberdade e o socialismo quer a igualdade na sujeição e na servidão (p.187).

No Prefácio de sua obra, Tocqueville deixa claro que o objetivo central é tratar do próximo advento, irresistível e universal, da democracia no mundo. Tocqueville estudou a democracia norte-americana com o objetivo de compreender e tirar proveito dos exemplos bem-sucedidos daquele país, principalmente os princípios sob os quais repousam as constituições americanas de ordem e equilíbrio de poderes e de profundo e sincero respeito ao direito, que são indispensáveis a todas as repúblicas e que a todos devem ser comuns; e pode afirmar-se desde logo que, onde não se encontrarem, cedo terá a república deixado de existir (p.10).

¹⁸ Conferir o artigo intitulado “Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade”, de Célia Galvão Quirino (2001), em que a autora comenta as principais idéias da obra *A democracia na América* (p.149-188).

Tocqueville tratou, igualmente, da situação social dos anglo-americanos e da origem da democracia, que nasceu junto com a Colônia e permanece até nossos dias. Argumenta, igualmente, sobre o princípio da soberania do povo na América e das leis que estão subordinadas à soberania do povo. O autor descreve que o poder emana do povo e que este participa da composição das leis, pela escolha dos legisladores, da sua aplicação mediante a eleição dos agentes do poder Executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada à Administração, tanto se ressentida esta da sua origem popular e obedece ao poder de que emana. “O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai do seu seio, e tudo se absorve nele”, conclui Tocqueville (p.52).

Sobre o tema da soberania do povo, Tocqueville entende que é o povo que tem o controle do governo em suas mãos: “é o povo que governa”, pois, “na América, o povo designa aquele que faz a lei e aquele que a executa; constitui ele mesmo o júri que pune as infrações à lei” (p.136). Percebe-se, no decorrer da obra, que a América é sempre tratada como o exemplo da democracia ideal.

Outro tema que Tocqueville considera importante é o da associação política. Diz o autor que a América é o país do mundo de onde mais se tirou partido da associação e onde se tem aplicado esse poderoso meio de ação à maior diversidade de objetos. Esta tradição associativa dos norte-americanos vem de berço, “desde o seu nascimento, aprende o habitante dos Estados Unidos que precisa apoiar-se sobre si mesmo para lutar contra os males e os embaraços da vida” (p.146). A associação visa alcançar vários fins com o objetivo de obter a segurança pública, comércio, indústria, moral e religião. Nada há que a vontade humana se desespere de atingir pela ação simples do poder coletivo dos indivíduos. A associação é causa de união e progresso: “A associação enfeixa os esforços dos espíritos divergentes e os impele com vigor para uma única finalidade claramente indicada por ela” (p.147).

Esse interesse coletivo dos norte-americanos é enaltecido pelo autor francês:

Como se explica que, nos Estados Unidos, aonde os habitantes apenas ontem chegaram ao solo que ocupam, aonde não levaram nem costumes nem lembranças, aonde se encontraram pela primeira vez sem se conhecer, aonde, numa palavra, o instinto da pátria pode apenas existir, como se explica que todos se mostrem interessados pelos negócios de sua comuna, de seu cantão, e do Estado inteiro como se fossem deles próprios? (p.183).

Assim, é o interesse coletivo que mais se sobressai entre os imigrantes:

Mal desembarcamos no solo americano, vemo-nos no meio de uma espécie de tumulto; de todas as partes, eleva-se um confuso clamor; mil vozes chegam ao mesmo tempo aos nossos ouvidos, cada qual a exprimir algumas necessidades sociais. Em nossa volta, tudo se movimenta: aqui é o povo de um bairro que se reúne para saber se há de construir uma Igreja; ali, trabalha-se para escolher um representante; mais além, os delegados de um cantão dirigem-se à cidade a toda pressa, a fim de deliberar sobre certos melhoramentos locais; noutra parte, são os agricultores de uma aldeia que abandonaram seus arais para discutir o plano de uma estrada ou de uma escola. Reúnem-se cidadãos com a finalidade exclusiva de declarar que desaprovam a marcha do governo, ao passo que outros se reúnem a fim de proclamar que os homens da administração são os pais da pátria. E eis que outros ainda, considerando a embriaguês como a principal fonte dos males do Estado, vêm comprometer-se solenemente a dar o exemplo da temperança (p.187-188).

A idéia principal da obra *A Democracia na América* resume-se na importância que Tocqueville atribuiu à experiência prática dos americanos, aos seus hábitos, às suas opiniões, aos seus costumes, na manutenção das suas leis. Ou seja, os hábitos e os costumes dos americanos são as bases da manutenção das leis: “A minha finalidade foi mostrar, pelo exemplo da América, que as leis, e, sobretudo os costumes, podiam permitir a um povo democrático permanecer livre” (p.242).

Nos estudos de Tocqueville, percebe-se também o orgulho dos anglo-americanos em pertencer àquela nação, inclusive acreditam que são um povo “escolhido”, diferente dos demais povos do mundo:

Ao mesmo tempo que os anglo-americanos estão assim unidos por ideais comuns, estão separados de todos os demais povos por um sentimento, o orgulho. Há cinquenta anos, não se pára de repetir aos habitantes dos Estados Unidos que constituem o único povo religioso esclarecido e livre [...] acreditam que se constituem uma espécie à parte do gênero humano (p.287).

Sobre a democracia dos gregos, Tocqueville tem a seguinte idéia:

Em Atenas, todos os cidadãos tomavam parte dos negócios públicos; havia ali, porém, apenas vinte mil cidadãos, em mais de trezentos e cinquenta mil habitantes; todos os outros eram escravos e desempenhavam a maior parte das funções que hoje em dia pertencem ao povo e mesmo às classes médias. Atenas, com o seu sufrágio universal, não era, pois, afinal de contas, senão uma república aristocrática, onde todos os nobres tinham direito igual ao governo (p.360).

Todo o empreendimento pessoal e comunitário dos americanos está em manter a democracia através de uma cada vez maior igualdade e liberdade; por isso, procuram se esforçar para manter a coisa pública e a ajuda mútua: “Devo dizer que muitas vezes vi americanos fazerem grandes e verdadeiros sacrifícios à coisa pública, e observei cem vezes que, quando necessário, quase nunca se furtam de prestar fiel apoio uns aos outros” (p.391). O espírito público dos americanos sobressaía aos olhos de Tocqueville, além do apoio mútuo. Mais à frente, fica ainda mais explícito o caráter associativo da vida civil dos americanos:

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito pequenas. Os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edifícios, igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas; assim também criam hospitais, prisões, escolas (p.391-392).

É esse espírito cívico que fez dos Estados Unidos, no princípio, uma democracia participativa.

Neste mesmo argumento, Tocqueville descreve que a ação recíproca é fundamental para a edificação do sentimento comunitário: “Os sentimentos e as idéias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve a não ser pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros” (p.393). Da mesma forma, “para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na medida em que cresce a igualdade de condições” (p.394).

Esses princípios de potencial associativo serão retomados nos anos de 1980 por Robert Putnam sob o título de capital social.

2.2.4 Capital social segundo Robert Putnam

Inicialmente, é importante mencionar que o entendimento sobre o capital social apresenta uma polarização entre duas correntes teóricas. Putnam (1993) defende a perspectiva

“culturalista” do capital social e Peter Evans (1997) defende a concepção “neo-institucionalista”. Putnam entende o capital social como consequência de um processo cultural de longo prazo, ou seja, acredita na evolução histórica do sistema político e na existência de pré-requisitos desenvolvimentistas que facilitam a implementação eficaz de políticas públicas. O autor cita, em seus estudos, como exemplo, o Norte da Itália sendo a região mais desenvolvida daquela nação por razões de suas origens culturais herdadas da Idade Média. Putnam acredita que o capital social vem de longe, da história.

Já a perspectiva “neo-institucionalista”, defendida por Peter Evans, acredita que o capital social pode ser desenvolvido sem, necessariamente, ter uma raiz histórica. O capital social pode ser criado. Evans defende o surgimento da autonomia institucional inserida no cotidiano da sociedade como sendo a fonte de utilização ótima de recursos disponíveis à coletividade.¹⁹

Evans aposta na participação do Estado para criar o capital social. Segundo ele, os componentes que formam o capital social, entre os quais se encontra o compromisso cívico, a integração social e as normas de confiança, podem ser promovidos pelas esferas governamentais e, inclusive, ser utilizados com vistas ao desenvolvimento. O Estado, segundo o entendimento de Evans, não pode ser automaticamente percebido como um inimigo deste processo, senão como uma peça fundamental da engrenagem. Neste sentido, o capital social é entendido como mediação (sinergia) entre o Estado e a sociedade. Evans cita o Programa de saúde do Estado do Ceará como um bom exemplo de sinergia: Nesta perspectiva, que combina a sinergia de complementaridade e o compromisso, o instrumento catalisador do crescimento econômico e gerador de bens coletivos é o capital social, que se constrói entre o Estado e a Sociedade. Trata-se de redes sociais, baseadas na confiança, as quais nem são público-estatais nem são privadas, mas preenchem o vazio entre as duas esferas.²⁰

Robert Putnam, em *Making democracy work: civic traditions in modern Italy* (1993), além de tratar do desempenho institucional (avaliação e explicação) e da origem da comunidade cívica, o capital social traz intrínsecas “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade,

¹⁹ Para Abu-el-Haj (1999, p.69) o capital social, bem como a sinergia entre o público e o privado, ampliam a confiança e transparência, permitindo a implementação de políticas públicas maximizadoras de bem comum geral.

²⁰ Conferir o trabalho de Higgins (2005); Bonfim e Silva (2003). Para maiores informações de literatura sobre o papel do Estado no fomento à participação cívica, conferir, igualmente, Jonathan Fox (1996) e Peter Evans (1996).

facilitando as ações coordenadas” (p.177).²¹ Em outras palavras, o capital social é entendido como um dos elementos da organização social, tais como a confiança, as normas e as redes que estabelecem relações de reciprocidade, ativadas por uma confiança social que emerge das fontes, das normas de reciprocidade e das “redes de compromisso cidadão”.

Mais tarde, em 1995, Putnam escreveu o artigo *Bowling alone: the collapse and revival of American community* que, em 2000, tornou-se livro. Neste, Putnam fez um estudo do capital social no seu país de origem, os Estados Unidos da América. O autor comprovou o declínio da participação (cerca de 25%) dos americanos nas organizações políticas, religiosas, sociais, profissionais, culturais e desportivas nas últimas décadas. O declínio deu-se nos grupos, associações (equipes de futebol, grupos e comunidades) e aumentou nas atividades de lazer individualizado (assistir à televisão). A participação eleitoral caiu substancialmente, sobretudo a partir dos escândalos iniciados no governo de Nixon. Mas também caiu o envolvimento em atividades locais, nas associações de pais e mestres, nos clubes, nos sindicatos, na Cruz Vermelha, nas igrejas. Curiosamente, só aumentou a prática do boliche, mesmo assim fora dos clubes. O boliche é o esporte mais popular entre os norte-americanos (80 milhões jogaram pelo menos uma vez em 1993), mas jogam cada vez mais sozinhos. Eis a razão do polémico título do artigo de Putnam, *Bowling alone* ou *Jogando boliche sozinho* (CARVALHO, 2003).

Putnam (2002), em sua pesquisa na Itália, entrevistou os conselheiros regionais, com o objetivo de examinar nas origens do governo eficaz, quais instituições tiveram bom desempenho e quais não tiveram, na tentativa de explicar as diferenças de desempenho institucional e a relação entre desempenho e natureza da vida cívica (comunidade da vida cívica). O autor, apoiando-se na teoria toquevilliana, argumenta que a comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias e por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração (p.30-31).

Segundo o autor, em certas regiões da Itália, houve maior engajamento cívico, ao passo que em outras houve uma política verticalmente estruturada, uma vida social caracterizada pela fragmentação e pelo isolamento e uma cultura dominada pela desconfiança. Diz Putnam que é preciso conhecer as diferenças básicas da vida cívica de uma comunidade para, posteriormente, perceber o êxito e/ou o fracasso das instituições. Putnam acredita que a relação entre o desempenho institucional e a comunidade cívica leva, inexoravelmente, ao

²¹ As citações de Putnam que seguem foram retiradas da obra *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna* (2002), tradução da obra de Putnam *Making democracy work: civic traditions in modern Italy* (1993).

desenvolvimento da região. Mas, para chegar a um nível satisfatório de engajamento cívico e de solidariedade social, é necessário que se perceba a herança histórico-cultural da região. O capital social só foi possível ser construído graças à herança histórica que a Itália teve.

Existe virtude cívica em uma comunidade, segundo o autor, quando existe interesse pelas questões públicas e devoção às causas. Por outro lado, para caracterizar a falta de virtude cívica, Putnam apóia-se na teoria de Banfield de que uma das características da falta de virtude cívica é o familismo amoral, ou seja, “maximizar a vantagem material e imediata da família nuclear; supor que todos os outros agirão da mesma forma” (p.102). A característica fundamental da comunidade cívica é o seu espírito público, onde os interesses individuais estão submetidos aos interesses coletivos. Por isso, diz Putnam, “na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos” (p.102).

Da mesma forma, depois de desenvolver pesquisas em vários países, Putnam chegou à conclusão de que as pessoas que se unem em associações têm maior consciência política, confiança social, participação política e “competência cívica subjetiva”, pois, conclui o autor: “tanto maior a participação em associações locais, maior a cultura cívica será; quanto maior a cultura cívica da região, mais eficaz será o seu governo” (p.112). Assim, o desempenho de um governo regional está, de algum modo, estritamente relacionado com o caráter cívico da vida social e política da região. Do mesmo modo, o civismo tem a ver com igualdade e, também, com engajamento.

Em síntese, a partir da experiência comprovada na Itália, Putnam chegou à conclusão de que existem regiões mais cívicas e menos cívicas, dependendo da maior ou menor cultura cívica. Configuram-se como regiões menos cívicas, geralmente, aquelas cujos cidadãos que a habitam pedem ajuda a políticos para obter licenças, empregos e assim por diante. O autor cita o Sul da Itália como exemplo de regiões menos cívicas, principalmente a Púglia e a Basilicata. Nessas regiões com menor grau de civismo, a política caracteriza-se por relações verticais de autoridade e dependência, tal como corporificadas no sistema clientelista (p.115). Da mesma forma, as relações políticas são mais autoritárias e a participação política se restringe à elite. Putnam constatou, nas suas pesquisas, que, quanto menor a participação cívica das pessoas, menor é o índice de instrução. Há uma relação aproximada entre o grau de instrução e o nível de civismo da região. Regiões menos cívicas estão mais sujeitas à corrupção (máfias). Nas regiões menos cívicas, predomina a desconfiança entre as pessoas e a vida pública organiza-se hierarquicamente. Parece ser uma conclusão lógica aquela a que Putnam chegou: quanto menor o capital social e a cultura cívica das pessoas, menor será o

desenvolvimento econômico da região. A recíproca é igualmente verdadeira: quanto maior o acúmulo de capital social e a maior cultura cívica, maior será o desenvolvimento.

A confiança é um componente básico para que exista capital social. Por outro lado, o que inibe a construção do capital social e o desenvolvimento de uma região é o elemento “desconfiança”. Putnam enumera algumas frases e dizeres que comumente as pessoas mencionam quando desconfiam das coisas e das pessoas:

‘Quem confia nos outros está perdido’; ‘Não empreste dinheiro, não dê presente, não faça o bem, para não te arrependeres depois’; ‘Todos só pensam no próprio bem e enganam o companheiro’; ‘Se a casa do teu vizinho estiver em chamas, leva água para a tua’ (p.154).

Certamente não haverá progresso e desenvolvimento se a desconfiança imperar entre as pessoas. Tudo está perdido quando o “eu se sobrepõe ao nós” (p.154). Baseada nos argumentos de Banfield, a teoria do capital social busca associar a combinação entre pobreza e desconfiança, que minam as relações de solidariedade horizontais, o que Banfield chamou de “familismo amoral” (p.154). No Sul da Itália, diz Putnam, imperam relações clientelistas: “o clientelismo é fruto de uma sociedade desorganizada e tende a manter a fragmentação e a desorganização sociais” (p.155-156). Até mesmo Gramsci já havia notado tal situação: “o Sul continuou sendo uma grande degradação social” (p.156). Putnam relaciona níveis elevados de civismo com níveis elevados de desenvolvimento: a comunidade cívica está estritamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico. Na mesma idéia “regiões cívicas são prósperas, industrializadas e têm boas condições sanitárias” (p.162) ou, “quanto maior a participação cívica, maior o crescimento econômico” (p.188).

Como exemplo de sociedades mais cívicas e mais prósperas da Itália, são citadas as regiões da Emília Romagna e da Lombardia. Nessas regiões a população tem uma grande participação nos assuntos regionais na tentativa de resolver seus problemas locais. Nas regiões mais cívicas percebe-se, igualmente, maior número de filiação sindical e maior concentração de redes de solidariedade social (p.127). Prevalece, nessas regiões, uma elevada virtude cívica, pois nelas a honestidade, a confiança e a observância da lei imperam. Essa população, diz Putnam, é dotada de espírito público extraordinariamente desenvolvido, formando um verdadeiro complexo de comunidades cívicas. O engajamento cívico, a valorização da solidariedade, a cooperação e a honestidade são marcas fundamentais da comunidade. Numa comunidade cívica, tem-se coesão social, harmonia política e bom governo.

Putnam acredita que a comunidade cívica forma-se graças à herança histórico-cultural. O autor apresenta a definição da comunidade cívica, dizendo que a mesma pode apresentar círculos virtuosos ou viciosos. Comunidade cívica é aquela em que os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Por outro lado, a “inexistência dessas características na comunidade não-cívica também é algo que tende a auto-reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos” (p.186-187). É diante de uma sociedade civil vigorosa, diz Putnam citando Tocqueville, que o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer (p.191). Na comunidade cívica, as associações proliferam, as afiliações se sobrepõem e a participação se alastra.

Talvez o conceito mais usado que integra o capital social seja a confiança (*trust*). É nela que residem todas as relações que solidificam a comunidade: não existe empreendimento, cultura cívica nem capital social sem a confiança. Segundo Baquero (2003), três vertentes de pensamento têm indicado as fontes geradoras da confiança e que podem ser assim definidas: a) a atividade voluntária se constitui no mecanismo essencial para sustentar a confiança generalizada; b) a confiança surge como resposta a experiências pessoais e com instituições fora do universo daquelas pequenas associações às quais um indivíduo é filiado; e c) há um leque de instituições que promovem o capital social além das associações voluntárias, tais como a família, as escolas e os meios de comunicação (p.31).

Trabalhos recentes de Putnam (1998, 2000), Narayan (1999), Woolcock (2001) e do Banco Mundial (2002, 2003) apontam para três dimensões essenciais do capital social: as redes *bonding*, *bridging* e *linking*. A primeira dimensão, *bonding* (aglutinadoras), efetiva-se quando as pessoas estão unidas e interligadas entre si por laços fortes de amizade ou parentesco. Neste nível prepondera o sentimento de solidariedade, amizade, entre membros de famílias ou grupos com a mesma etnia. São as conexões entre as pessoas que, por exemplo, se associam para poder sobreviver. Como os agrupamentos formados por pessoas que têm características semelhantes e, juntas, resolvem os problemas do grupo. Na segunda dimensão, estão as redes denominadas *bridging* (pontes), que consistem na interação entre grupos sociais. São associações com maior mobilidade, em que as relações sociais são horizontais objetivando o bem comum. E, na terceira, estão as redes denominadas de *linking* (conectoras),

que consistem na união entre as pessoas com o objetivo de alavancar recursos ou poder junto às instituições estabelecidas, acesso a bancos, governo, “é quando os pobres batem à porta do Estado para pedir recursos”.²²

Por fim, é importante afirmar que, apesar da popularidade, o conceito de capital social não é unanimidade entre os cientistas sociais. Algumas críticas aparecem, dentre elas a relação imediata que Putnam faz ao aproximar o capital social, com a comunidade cívica e a democracia e, outra, pelo caráter reducionista e determinista do conceito. Segundo Lüchmann (2003), o conceito de capital social não supera os padrões da democracia liberal, na medida em que, ao privilegiar as relações de confiança e reciprocidade, negligencia um caráter mais combativo, crítico e tensionador do associativismo civil, bem como o caráter participativo e efetivamente deliberativo desses atores sociais. Para a autora, o conceito de sociedade civil (espelhado nas práticas dos movimentos sociais) melhor corresponde ao modelo teórico da democracia deliberativa.²³

Bruno Pinheiro W. Reis (2003) estende sua crítica ao conceito de capital social de Putnam, ao afirmar que, depois de toda a teorização do autor, o conceito continua vago. Diz Reis que Putnam tratou de comunidade cívica em quase todo o livro, por exemplo só nas 18 páginas finais ele tratou especificamente de capital social, quando ele o aponta como o elemento facilitador da cooperação voluntária, decisiva para a instauração dos círculos virtuosos favorecedores do bom desempenho institucional – esta sim a variável dependente fundamental de todo o estudo.²⁴

Como todo e qualquer conceito, o capital social apresenta diferentes dimensões e entendimentos entre os pesquisadores. Da mesma forma, o debate o tem levado a estar no centro das discussões das Ciências Sociais nas últimas décadas. Se, por um lado, o conceito

²² Para esta discussão, ver Putnam (1998, 2000); Narayan (1999); Woolcock e Narayan (2000); Banco Mundial (2002, 2003) e Caulkins (2003).

²³ Para Lüchmann (2003), a democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou um processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teóricos-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Segundo a autora, trata-se de um conceito que está fundamentalmente ancorado na idéia de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública da coletividade de cidadãos livres e iguais.

²⁴ “A construção teórica de Putnam sobre capital social está resumida nas duas dezenas de páginas do capítulo final do livro” (REIS, 2003). Outras críticas ainda são pertinentes: Portes e Landolf (1996) criticam os argumentos de Putnam por considerá-los sustentados por um raciocínio tautológico, quando explica que o fracasso ou o sucesso de uma comunidade identificam-se com a presença ou a ausência de capital social: “The very concept of citizenship is stunted here: If your is ‘civic’, it does civic things; if it is uncivic, ‘it does not’” [“o próprio conceito de cidadania está truncado aqui. ‘Se o seu é cívico’, ele faz coisas cívicas; se ele é ‘incívico’, ele ‘não faz coisas cívicas’” – N. R.] (apud COSTA, 2003)

tem suscitado severas críticas entre os cientistas, por outro, nos últimos anos, tem-se constatado uma convergência sobre a saliência dos aspectos positivos.

No próximo capítulo, discutem-se os limites da participação político-social na cultura política brasileira (males de origem), como possíveis entraves na consolidação da democracia e no incremento do capital social em nosso país.

3 PARTICIPAÇÃO NA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA

Este capítulo discorre sobre os limites da participação na evolução da cultura política brasileira, explicitando alguns “males de origens” da história do país como possíveis entraves para a sua consolidação democrática.

Para a fundamentação teórica da primeira seção (males de origens), recorre-se aos autores: Carvalho (1996, 1997, 2000A), Costa (1981), DaMatta (2000), Ribeiro (2000), Prado Júnior (1993, 1994) e Leal (1975). Para tratar do *insolidarismo* e *cordialidade* (seção dois e três): Oliveira Vianna (1955) e Sérgio Buarque de Holanda (2000), respectivamente. Sobre o coronelismo rio-grandense e da Revolução Federalista (seção quatro), apóia-se nos trabalhos de Dourado (1979), Félix (1987), Flores e Flores (1993), Love (1975), Trindade (1979) e Vélez (1980).

É nas décadas de 1930 e 40 do século passado que se dá, no Brasil, a transição da sociedade tradicional e rural para a sociedade moderna e urbana, e que aparecem, mais nitidamente, as práticas do populismo, personalismo (messianismo), clientelismo, patrimonialismo e coronelismo na política. Essas categorias foram discutidas com profundidade pelos cientistas sociais da época e servem, ainda hoje, para a compreensão de tais práticas. Frente às mazelas políticas do Brasil, essas categorias são consideradas empecilhos para o melhoramento das instituições políticas do país.

3.1 “Males de origens”

Desde o período colonial, o Brasil tornou-se totalmente dependente da metrópole, tanto no aspecto econômico quanto no político. A relação de dependência com Portugal não permitiu formar uma identidade própria, nem edificar uma nação propriamente dita. A

primeira manifestação de nossa nacionalidade ocorreu, segundo Carvalho (2000A), apenas em 1865, na Guerra do Paraguai. A luta contra o inimigo externo, a formação de uma liderança política (chefe inspirador), o culto ao símbolo nacional (a Bandeira) e a união dos voluntários de todo o Brasil possibilitaram o advento de um sentimento comum: o orgulho e a criação da primeira idéia de identidade nacional: “não vejo consciência nacional no Brasil antes da Guerra do Paraguai” (p.11). Os principais fatos políticos do Brasil ocorreram para atender interesses individuais, ou de pequenos grupos hegemônicos. Assim foi na Independência, como nos diz Costa (1981): “as coisas vão simplesmente acontecendo: no jogo das circunstâncias e das vontades individuais, no entrechoque de interesses pessoais, de paixões mesquinhas e de sonhos de liberdade, faz-se a independência do país” (p.65).

Da mesma forma, a Proclamação da República brasileira apresentou características *sui generis* ao ser instituída, haja vista que o povo, por sua vez, não só não participou, como foi tomado de surpresa com a proclamação do novo regime. A frase de Aristides Lobo é bastante elucidativa, neste sentido: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada militar” (LOBO, apud CARONE, 1969, p.289). A República frustrou, igualmente, boa parte da intelectualidade da época, como Alberto Torres, Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, que empreenderam esforços para o seu bom desempenho, mas acabaram desiludidos com a mesma.

O processo eleitoral (participação política) da população durante os períodos imperial e republicano foi insignificante. De 1822 até 1881, votavam apenas 13% da população livre. Em 1881, privou-se o analfabeto de votar. De 1881 até 1930 - fim da Primeira República -, os votantes não passaram de 5,6% da população. Foram cinquenta anos de governo, imperial e republicano, sem povo.¹

Outro aspecto da vida política brasileira de outrora, mas também ainda presente nos nossos dias, diz respeito ao populismo e ao personalismo das nossas lideranças.² O populismo, segundo DaMatta (2000), está vivo, não apenas no Brasil, assim como em toda a América Latina. As lideranças políticas carregam consigo, além do personalismo, uma boa

¹ Quanto à participação política dos brasileiros no processo eleitoral, tem-se os seguintes dados: em 1950 – 16%; 1960 – 18%; 1970 – 24%; 1986 – 47%; 1989 - 49%; 1998 – 51% (CARVALHO, 2000A, p.17).

² O tema do clientelismo e do personalismo também é discutido pelo antropólogo Roberto DaMatta (2000, p.94): “O Brasil, até hoje, combina clientelismo com liberalismo e personalismo com lealdade ideológica”. Investigação de opinião realizada nos últimos vinte anos na América Latina tem mostrado que mais de 60% dos eleitores, na hora de escolher seu candidato, levam em consideração muito mais a pessoa do candidato e não o partido ao qual pertence” (apud BAQUERO, 2004, p.156).

dose do elemento messiânico,³ que tem suas longínquas raízes históricas no sebastianismo português. Vive-se ainda esperando que algum “herói sagrado”, ou um “salvador da pátria” desça do Olimpo e resolva os problemas da população. Como bem afirma Renato Janine Ribeiro (2000, p.66), as pessoas carregam a “expectativa messiânica no surgimento de algum pai da pátria que as livrará do desamparo”. É preciso parar de esperar por um milagre sobrenatural: “a questão brasileira é a necessidade da laicização” (p.80). DaMatta, igualmente, trata da esperança messiânica da sociedade brasileira ao afirmar que “espera-se um salvador da pátria” (p.104).

Depende-se sempre de um líder: “Já que somos incapazes de construir nossa grandeza, quem sabe se um novo Dom Sebastião não o pode fazer por nós” (CARVALHO, 2000A, p.24). Este autor insiste na herança lusitana, que achou terreno fértil por estas paragens para crescer e proliferar: o exemplo mais evidente foi, e continua sendo, a promiscuidade entre o público e o privado; assim, corrupção, clientelismo e patrimonialismo parecem se perpetuar na *terra brasilis*.⁴

A análise de Caio Prado Júnior evidencia, da mesma forma, alguns vícios da política brasileira, como o clientelismo e a dependência da metrópole.⁵

No período colonial, cerca de 60% da população ainda vivia no litoral, mas, aos poucos, houve uma migração para o interior (ciclo da mineração); esta, porém, com a decadência desse modelo econômico, volta-se para o litoral, novamente. A economia, no período colonial, era baseada na monocultura junto com o trabalho escravo. A colônia apenas devia fornecer matéria-prima à metrópole, deixando a maioria da população brasileira com os poucos excedentes. Quanto à organização social do Brasil, era constituída de escravos

³ Entende-se por messianismo a esperança da salvação coletiva posta nas mãos dos indivíduos vistos como dotados de dons especiais.

⁴ “O Estado português delegou poderes da metrópole, preferiram manter a vinculação patrimonial a rebelar-se [...]. O patrimonialismo também não sofreu contestação no momento da independência, graças à natureza do processo de transição”. Carvalho, In: Cordeiro e Couto (2000, p.24). Da mesma forma, para Raymundo Faoro (1958), o patrimonialismo é um dos principais eixos da cultura política brasileira. Com a implantação do capitalismo surgiu um Estado de natureza patrimonial, cuja estrutura estamental gerou uma elite dissociada da nação: o patronato político brasileiro que atua levando em conta os interesses particulares do estamento burocrático ou dos “donos do poder”. O sistema patrimonial coloca os empregados em uma rede patriarcal na qual eles representam a extensão da casa do soberano. Para Faoro, esta estrutura política e social tem permanecido na política brasileira desde o Estado Novo (BAQUERO, 2006). Sobre o clientelismo, conferir o trabalho de Andrade (2005).

⁵ Caio Prado Júnior (1907-1990), em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo* (1994), tratou do povoamento do Brasil, do Tratado de Tordesilhas e do Tratado de Madri. No Norte, segundo o autor, prevaleceu a cultura do cacau e da Companhia de Jesus; em São Paulo, o bandeirantismo. Tratou ainda da aliança entre Espanha e Portugal.

(totalmente excluídos) e mulatos (com possibilidade de ascender socialmente através da Igreja). Caio Prado Júnior buscou explicitar, igualmente, a base material do Brasil, evidenciando os pecados capitais do país: latifúndio, monocultura, afã fiscal da metrópole, trabalho braçal/desqualificação e escravidão.

Na *Evolução política do Brasil* (1993), Prado Júnior tratou da colônia e do processo de ocupação da terra através das capitanias: para ele, “um ensaio de feudalismo que não deu certo”. No Império, estimulou-se a agricultura e a pecuária, mas acabou prevalecendo o clientelismo político através da doação de sesmarias. O clientelismo não foi uma prática recorrente apenas do Brasil Colonial. Encontramos tal vício em diferentes momentos do cenário político, inclusive nos nossos dias. Este fenômeno é mais amplo e atravessa toda a história política do país. É um tipo de relação que envolve a concessão de benefícios públicos entre atores políticos. O clientelismo aumentou com o fim do coronelismo, quando a relação passa a ser diretamente entre políticos e setores da população, sem a intermediação do coronel, que perdeu sua capacidade de controlar os votos da população. Na vigência do coronelismo, o controle do cargo público era visto como importante instrumento de dominação e não como simples empreguismo. O emprego público irá adquirir importância como fonte de renda nas relações clientelistas (CARVALHO, 1997).

O poder político concentrou-se nas mãos dos proprietários. A vinda da família real para o Brasil, em 1808, não passou de uma manobra política (com a abertura dos portos) beneficiando os ingleses e franceses. Alguns anos mais tarde, as condições se mostravam favoráveis para a independência do Brasil, o que veio a ocorrer em 7 de setembro de 1822; porém, à revelia do povo.⁶

José Murilo de Carvalho, no livro *A construção da ordem* (1996), trata, igualmente, entre outras questões, do processo de colonização, do Brasil Imperial e da elite política. O autor apresenta, logo na introdução de sua obra, a diferença entre a evolução das colônias espanhola e portuguesa na América. Para ele, a diferença básica é que os territórios espanhóis fragmentaram-se politicamente, tornando-se Estados independentes, ao passo que os portugueses concentraram-se. Enquanto os espanhóis passaram por períodos anárquicos (instabilidade e rebeliões), os portugueses não recorreram a essas formas violentas. O domínio

⁶ Caio Prado Júnior procurou entender o país sob o enfoque da interpretação marxista, com o materialismo histórico tendo servido de fundamento teórico para explicar o Brasil. Já Sérgio Buarque de Holanda faz sua análise em *Raízes do Brasil*, partindo da *Economia* e da *sociedade*, de Max Weber. Celso Furtado, Nestor Duarte e Raymundo Faoro herdaram a vertente do patrimonialismo de Weber. Para Faoro, a formação do Estado Português está na origem do Brasil, que é, essencialmente, Estadocêntrico, centralizado no poder da autoridade, é dela a distribuição do mesmo.

político português sobre a colônia foi intenso, sendo que os capitães-gerais eram nomeados diretamente pela Coroa e a ela respondiam (p.12).

Deste modo, o Brasil herdou, na construção de seu Estado, a burocratização do Estado moderno, conforme fora descrito por Max Weber: “A ordem legal, a burocracia, a jurisdição compulsória sobre um território e a monopolização do uso legítimo da força são características essenciais do Estado moderno”. O Estado moderno utilizou quatro mecanismos: a burocratização, o monopólio da força, a criação de legitimidade e a homogeneização da população dos súditos (WEBER, apud CARVALHO, 2000A, p.23).

A elite brasileira da época era portadora do conhecimento, enquanto o analfabetismo imperava nas classes mais pobres: “quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, 2000A, p.55). Imperava entre os letrados, principalmente, a formação jurídica feita em Portugal: primeiro em Coimbra e, depois, em Lisboa. Enquanto Portugal proibiu o Brasil de abrir universidades em seu território, a Espanha permitiu, desde o início, a criação de universidades em suas colônias (p.16).

Tal contraste pode ser percebido, entre Espanha e Portugal, no que se refere ao número de matrículas: “Calculou-se que até o final do período colonial umas 150.000 pessoas tinham-se formado nas universidades da América Espanhola. Só a Universidade do México formou 39.367 estudantes até a independência. Em vivo contraste, apenas 1.242 estudantes brasileiros matricularam-se em Coimbra entre 1772 e 1872”, quadro esse que será revertido apenas após a chegada da família real ao Brasil, em 1808 (p.62). No final do século XVIII, somente 16,85% da população brasileira entre 6 e 15 anos freqüentava a escola (p.70). É notável a formação de bacharéis em Direito desde o início de nossa história. Somente em 1879 houve uma reforma que o dividiu em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais: “A reforma de 1879 dividiu o curso em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais, as primeiras para formar magistrados e advogados, as segundas diplomatas, administradores e políticos” (p.76).

É importante mencionar que somente os advogados e médicos receberam o título de *doutores*, “que podia referir-se tanto a médico como a doutores em direito” (p.90). Os cargos políticos ocupados na esfera estatal pertenciam à elite, principalmente aos proprietários rurais. Essa mesma elite circulava pelo país e por postos no Judiciário, Legislativo e Executivo, buscando assegurar vantagens pessoais. A burocracia foi a vocação da elite imperial brasileira (p.129).

Sobre os partidos políticos imperiais, sua composição e ideologia, Carvalho (1996) apresenta dois partidos, o Conservador e o Liberal. O primeiro defendia os interesses da burguesia reacionária proveniente dessa mesma classe, dos donos das terras e senhores de escravos (domínio agrário); enquanto o segundo defendia os interesses da burguesia progressista, representada pelos comerciantes (domínio urbano) (p.182). Diz Carvalho que, até 1837, não se pode falar em partido político no Brasil, existindo apenas a maçonaria.

A questão do coronelismo, outra característica da política brasileira, foi tratada por Victor Nunes Leal, na obra *Coronelismo, enxada e voto*, publicada em 1948. Na concepção de Leal, o coronelismo é visto como um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o Presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Leal se expressa da seguinte forma:

o que procurei examinar foi, sobretudo, o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e as maneiras pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município (LEAL, apud CARVALHO, 1997).

O autor tratou da relação entre o poder local e o poder nacional na qual o coronelismo estava inserido.

O coronelismo surge dentro de um contexto histórico específico, inserido na conjuntura política e econômica do Brasil no período da República Velha (1889-1930). No âmbito político, cria-se o federalismo, que fora implantado em substituição ao centralismo imperial. A partir do federalismo, criou-se um novo ator político com amplos poderes, o Presidente de Estado. No âmbito econômico, segundo Leal, vivia-se a decadência econômica dos fazendeiros, que também é comentada por Carvalho:

esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel.⁷

⁷ O artigo de Carvalho (1997) também encontra-se disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 10 de março de 2005.

Fica explícito, a partir das considerações de Leal, que o coronelismo foi um sistema político nacional baseado na “troca de favores” entre o governo central e os detentores do poder local. As relações entre o poder local (coronéis) e o governo podem ser descritas como um caminho de duas vias, ou seja, um necessitava do outro para sobreviver:

O governo estadual garantia, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste seu domínio no Estado. O coronelismo é a fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo (LEAL, apud CARVALHO, 1997).

Leal (1975) seguiu a definição de Basílio de Magalhães para explicar a origem do conceito de coronelismo no Brasil:

o tratamento de um ‘coronel’ começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado, até hoje recebem popularmente o tratamento de ‘coronéis’ os que têm em mãos o bastão de comando da política edilícia ou os chefes de partidos de maior influência na comuna, isto é, os mandões dos corrilhos de campanário (p.20-21).

Leal acredita que o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais sejam características próprias do coronelismo. Junto ao coronel está ligado o voto de cabresto e a capangagem (p.23).

Os trabalhadores rurais, desprovidos de qualquer estrutura que lhes possibilitasse mudança de vida, eram dependentes do coronel: “completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece” (p.25). A troca de favores era a essência do compromisso coronelista, que consistia em apoiar os candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais: “enquanto que, da parte da situação estadual, vinha carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar” (p.50).

3.2 *Insolidarismo de Oliveira Vianna*

Oliveira Vianna, em *Instituições políticas brasileiras* (1955),⁸ considerava o *insolidarismo* como o traço mais característico dos indivíduos e dos grupos na sociedade brasileira, razão pela qual defendia o papel coativo e educador do Estado na formação do que ele chamava de um comportamento culturológico, capaz de sobrepor-se ao espírito *insolidarista*.⁹ Contudo, é na segunda parte dessa obra, intitulada *Morfologia do Estado*, que Vianna discutirá o significado sociológico do anti-urbanismo colonial (gênese do espírito insolidarista).

Para o autor, o espírito *insolidarista* tem sua origem nos primórdios da “colonização”.¹⁰ Dessa maneira, criou-se no Brasil o *homo colonialis*, tendo como características fortes traços de individualismo e desconfiança: um amante da solidão, do deserto, rústico e anti-urbano. O bandeirante paulista é citado como um exemplo clássico: “Os paulistas são de ânimos ferozes, porque a criação que quase todos eles tem lhes fez um hábito de ferocidade; são de gênio áspero e desconfiado, pronto a internar-se pelos matos” (p.145-146).

Na questão do trabalho, o homem brasileiro, comparado com outros homens do mundo, caracterizou-se pelo particularismo e individualismo: “O trabalho agrícola, em nosso país – ao contrário do que aconteceu no mundo europeu – sempre foi essencialmente particularista e individualista: centrifugava o homem e o impelia para o isolamento e para o sertão” (p.151). Não houve a formação da solidariedade social, hábitos de cooperação e de colaboração, nem mesmo espírito público:

É claro que os laços de solidariedade social, os hábitos de cooperação e colaboração destas famílias na obra do bem público local não podiam formar-se.

⁸ Vianna escreveu, ainda: *Evolução do povo brasileiro* (1956) e *Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras* (1982).

⁹ Para Vianna, o Estado é o guardião da sociedade, e também sua força vital: “Um poderoso centro de fixação e coordenação capaz de lhe dar direção e vontade” (apud LAMOUNIER, 1990, p.371).

¹⁰ Vianna (1955) discute longamente as doações das sesmarias em que todos os membros da família ganhavam a terra, até mesmo os filhos que ainda estavam por nascer: “Famílias há inteiras – dizia o governador Paulo da Gama, da Capitania do RS – que estão possuindo 15 a 18 léguas de terra. Os pais conseguem 3 léguas e os filhos, cada um outro tanto. Do mesmo modo se tem dado sesmarias de 3 léguas a irmãos e irmãs, e cada um por cabeça, cedendo depois todos em benefício de um só” (p.140).

Com mais razão, não precisavam elas associar-se para a vida pública, para organizarem – como as ‘comunidades agrárias’ da Espanha, por exemplo – os órgãos da administração da ‘região’ do ‘município’, da ‘freguesia’, do ‘distrito’. Em consequência: o espírito público não podia encontrar leira, nem húmus para germinar e florescer como tradição e cultura (p.154).

Segundo Vianna, o que houve, na verdade, foi uma solidariedade social negativa:

No ponto de vista culturalístico, o nosso povo é, por isto, sob o aspecto de solidariedade social, absolutamente negativo. Os pequenos traços de solidarismo local, que nele encontramos, são tenuíssimos, sem nenhuma significação geral: práticas de ‘mutirão’. ‘rodeio’ – e quase nada mais. Isto no que toca com as relações sociais privadas. Politicamente – isto é, no que toca com as relações dos moradores com os poderes públicos locais – nada se registra também de assinalável (p.153).

Em relação a outros povos latino-americanos, o brasileiro é, essencialmente, individualista, não necessita da ajuda comunitária e vive de forma isolada:

O brasileiro é fundamentalmente individualista, mais mesmo, muito mais do que os outros povos latino-americanos. Estes ainda tiveram, no início, uma certa educação comunitária de trabalho e de economia. É o que nos deixam ver as formas do coletivismo agrário praticados durante o seu período colonial e que, ainda hoje, de certo modo, subsistem ali – como se observa nos *ejidos* do México ou nos *ayllus* bolivianos. Nós não. No Brasil, só o indivíduo vale e, o que é pior, vale sem precisar da sociedade – da comunidade [...]. Estude-se a história da nossa formação social e econômica e ver-se-á como tudo concorre para dispersar o homem, isolar o homem, desenvolver, no homem, o indivíduo. O homem socializado, o homem solidarista, o homem dependente do grupo ou colaborando com o grupo não teve aqui clima para surgir, nem temperatura para desenvolver-se (p.155).

Também na formação social e econômica do brasileiro é o extremado individualismo familiar que prevalece. Para Vianna, esse individualismo e ausência de espírito público tem raiz cultural:

É claro que de tudo isto outra coisa não se poderia esperar senão este traço cultural nosso, caracterizado pela despreocupação do interesse coletivo, pela ausência do espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva e pela carência de instituições corporativas em prol do interesse do ‘lugar’, da ‘vila’, da ‘cidade’ (p.155).

Mais adiante, Vianna assinala pontualmente que os brasileiros, contrariamente aos ingleses, possuem um baixo interesse pela solidariedade e pelo interesse coletivo:

Nós, os brasileiros – povo sem espírito de colaboração e de equipe –, observando esta extrema solidariedade, esta extrema harmonia, esta extrema compreensão do interesse coletivo e nacional, este maravilhoso espírito de colaboração e de ação em conjunto – em que cada cidadão inglês agia como se fora peça de uma máquina única e enorme, funcionando com regularidade, em pleno regime liberal, de livre e espontânea iniciativa – nós, brasileiros, contemplando tudo isto, éramos levados a exclamar com orgulho, como se fôramos nós o autor de toda essa maravilha: Isto, sim, é que é um povo (p.205).

O que existe no Brasil é apenas uma solidariedade parental, isto é, desde que se mantenham os interesses fechados entre as famílias dominantes: “Esta solidariedade inter-familiar e clânica é, assim, peculiar e exclusiva à classe senhorial” (p.272). Vianna assinala que a solidariedade só existiu na vida pública (do clã feudal e do clã parental), não tendo acontecido na ordem social (religiosa e econômica), sendo apenas de ordem política: “Esta solidarização, este entendimento, esta associação, este sincretismo, que se processa entre eles, era puramente político – porque tinha fins exclusivamente eleitorais” (p.298).

No âmbito do comportamento partidário, percebe-se, igualmente, a carência de motivações coletivas. Somente no Extremo Sul - entre os gaúchos - o espírito público aparecerá, para Vianna, com um maior grau de evidência. Além disso, são muitas as citações em que Oliveira Vianna queixa-se da inexistência da cooperação do povo do Brasil, da sua pouca participação da vida pública (que se mantém desde o Império até a República), sem contar com o processo de imitação dos outros para a elaboração da nossa Constituição.

A falta de educação para a cooperação é outro problema elencado por Vianna:

O grande domínio brasileiro, a ‘fazenda’ ou o ‘engenho’ – ao contrário do grande domínio feudal europeu – nunca pôde constituir-se, justamente por isto, numa escola de educação do povo-massa para a cooperação – no sentido de realizar qualquer interesse coletivo da comunidade moradora nele: o labor escravo dispensou ou impediu esta articulação entre o senhor do domínio do povo massa livre nele residente (p.357).

Segundo o autor, o povo nunca participou, sequer transitoriamente, da administração do domínio. Essa administração sempre foi feita ditatorialmente, em estilo antidemocrático, pelo senhor de engenho.

Desse modo, fica evidente a carência de motivações coletivas e de espírito público no Brasil: “E a razão disto está em que não havia – quando instituímos o regime democrático

no nosso país – nada que se houvesse constituído em tradição de interesse coletivo do município, da província ou da nação” (p.371). O processo de imitação fora uma constante: “Sempre imitando os modelos em voga, ou do outro lado do Atlântico, ou do outro lado do continente” (p.374). Existia, então, solidariedade? Vianna cita os Estados Unidos e a Inglaterra como exemplos de países onde existiu o espírito de solidariedade:

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo – onde o espírito de solidariedade é muito desenvolvido e o gosto da associação é muito vivo – este interesse público, estas necessidades coletivas, estas aspirações do bem comum da Nação são expressas por miríades de órgãos, que representam a tradição da solidariedade social ou profissional desses povos: sindicatos, ligas, associações, universidades, sociedades, cooperativas, comitês, corporações, federações, etc (p.393).

Ou seja, cabe reforçar que, para Oliveira Vianna, as práticas individualistas e insolidárias são características marcantes nos costumes do povo brasileiro.

3.3 *Homem cordial* de Sérgio Buarque de Holanda

Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (2000), tratou, igualmente, das origens da sociedade e da cultura política brasileira, vendo nela a continuidade da herança das nações ibéricas (Espanha e Portugal), que priorizavam uma cultura personalista (responsabilidade individual) onde imperavam os vínculos pessoais nas relações sociais e políticas, deixando os interesses coletivos em um segundo plano. Buarque de Holanda tratou, ainda, da repulsa ao trabalho onde o ócio é mais importante do que o negócio.

Buarque de Holanda falou sobre o êxito da solidariedade, que se dá no Brasil somente num plano sentimental. Tratou também do binômio trabalho e aventura. Mencionou a ausência do orgulho de raça entre os portugueses e da cooperação entre os agricultores. Sobre a questão do trabalho, Buarque de Holanda tem em mente a *ética protestante*, de Max

Weber (o Brasil optou pelo ócio ao invés do negócio), e discute longamente a relação entre o público (Estado) e o privado (família patriarcal).¹¹

O tema central de *Raízes do Brasil* é a análise do homem cordial, que se opõe ao ritualismo e à polidez. O homem cordial presta culto sem obrigação e rigor.¹² É a predominância do sentimento – contradição entre o racional e o afetivo. A figura do homem cordial representou este aspecto conciliador das elites, preocupadas em atrair simpatias pessoais, em reforçar alianças de interesse particulares, familiares, oligárquicas. Através da metáfora da cordialidade referia-se à preocupação das elites dirigentes brasileiras de manter uma aparente harmonia, assim como à sua capacidade de reagir com violência, quando os conchavos pessoais não bastavam. Por aqui estabeleceram-se as relações de compadrio e os laços afetivos e pessoais: corresponde à atitude natural aos grupos humanos que, aceitando de bom grado uma disciplina da simpatia, da ‘concórdia’, repelem as do raciocínio abstrato ou que não tenham como fundamento, para empregar a terminologia de Tönnies, as comunidades de sangue.¹³

A “promiscuidade” entre o público e o privado prevaleceu por muito tempo na vida política brasileira, ou melhor, sempre houve a usurpação do público pelos interesses privados. Sérgio Buarque de Holanda afirma que a

entidade privada precede, sempre, a entidade pública, [assim] o resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (apud ESTEVES, 1998, p.60).

A família, dentro dessa lógica, é vista como mera extensão do Estado.

Pode-se fazer uma correlação de idéias entre a cordialidade de Buarque de Holanda e o familismo amoral de Banfield, demonstrando o grau de similaridade entre a sociedade brasileira e o Sul da Itália.¹⁴ Para Esteves (1998), a cordialidade e o familismo

¹¹ Conferir também Vainfas (1998).

¹² A cordialidade é a preocupação das elites em manter uma aparente harmonia e de sua capacidade de reagir com violência quando os acordos informais não funcionam, Baquero (2006).

¹³ Conferir, Dias (1981, p.26-27).

¹⁴ Esteves (1998), no artigo “Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização”, faz uma relação entre as obras *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *The moral basis of a backward society*, de Edward C. Banfield (1958). Da mesma forma, para Elisa Reis (1998), o familismo amoral corresponde a um

amoral têm apenas um significado: o atraso. Em *Raízes do Brasil*, Buarque de Holanda apresenta a possibilidade da convergência entre o *ethos* cordial e os postulados de uma ordem racionalizadora e formalista. Isso significa afirmar que a cultura ibérica deixou marcas profundas na sociedade brasileira desde a colonização, notadamente por sua extrema valorização da autonomia da personalidade: “trata-se da cultura da ‘sobranceria’, na qual cada um tenta elevar-se diante dos demais, demonstrando independência, prestígio e superioridade”.

Sérgio Buarque de Holanda vê a sociedade brasileira como sendo incapaz de formar associações:

Numa cultura com tal característica, as condutas seriam sempre orientadas por um espírito de fidalguia, relacionado à percepção de uma dignidade e mérito próprios e singulares. Trata-se de uma sociedade hierarquizada, onde a recusa de qualquer valor igualitário obstaculiza relações horizontais de tipo associativo, ao mesmo tempo em que demanda um ‘princípio unificador externo’ [...], representados pelos governos (apud ESTEVES, 1998).

Mais adiante, Holanda continua a descrever a sociedade brasileira marcada pela fidalguia, incapacidade de um autogoverno, exaltação da personalidade e extremada obediência. Com efeito, conforme percebe Sérgio Buarque, numa sociedade marcada tão profundamente pela “exaltação extrema da personalidade”, o único princípio político capaz de ordenar a vida em sociedade é a obediência.

Buarque trata, igualmente, em *Raízes do Brasil*, da diferença entre o aventureiro e o trabalhador. O trabalhador é, segundo o autor, aquele que age em um empreendimento usando um método racional, com vistas a uma compensação final; já o aventureiro age na conduta baseada, sobretudo, na adaptação às condições vigentes, de maneira a obter a recompensa imediata. Para Buarque de Holanda, o “elemento orquestrador” do Brasil foi a aventura. A plasticidade característica deste *ethos*, diz Holanda, foi responsável pela adaptação do português aos trópicos, pela ocupação do território e, principalmente, pela montagem de um sistema de geração de riqueza baseado no latifúndio e na mão-de-obra escrava. No Brasil, segundo Holanda, não houve, propriamente, o processo de colonização e,

ethos da lógica familista privada, a qual exclui qualquer tipo de solidariedade e confiança fora do círculo familiar.

sim, a feitorização; afinal, colonizar remete à idéia de projeto, e essa não participa do horizonte português.¹⁵

Há muito tempo os portugueses já haviam deixado de tratar diretamente com a terra. Sua atuação era comercial, era a transação do comércio com outros povos sua maior vocação. Mas o que fazer, então, com o Brasil, esse “gigante” recém-descoberto? Portugal não teve alternativa senão o processo da agricultura para a acumulação de riquezas. O cenário rural agrário entra em cena: “Os portugueses construíram um cenário basicamente rural, de propriedades relativamente autárquicas, governadas de forma imperial por seus respectivos proprietários”. A característica principal desse cenário é o domínio de famílias patriarcais tradicionais (proprietários), baseados em laços afetivos e emocionais privados, estendido à dimensão da vida pública. O Estado apenas seguiu essa lógica particularista e clientelista, imposta a partir do mundo rural:

O patriarcado rural estabelecera, assim, um tipo de domínio que transpunha para o mundo público padrões de relacionamento tipicamente privados, baseados em laços afetivos e relações pessoais e avessas a qualquer tipo de abstração por meio de normas racionais e impessoais (apud ESTEVES, 1998).

A cordialidade, segundo a descrição de Sérgio Buarque de Holanda, está intimamente ligada ao mundo rural e às relações patriarcais:

A síntese da herança colonial e do domínio do patriarcado rural é denominada cordialidade. A cordialidade é um padrão de convívio humano que tem como modelo as relações privadas características do meio rural e patriarcal; é a expressão legítima de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Cordialidade, assim, é o oposto à civilidade. Na cordialidade, o indivíduo é exposto às vicissitudes de uma socialização na qual suas idiosincrasias são dissolvidas no interior das relações parciais e familiares de fundo emotivo, transformando-o numa espécie de parcela ou periferia da sociedade; já a civilidade significa polidez. O homem cordial, ao contrário do que muitas vezes pensamos, não significa o homem afável e brando, senão que abrange também o ódio, sentimentos que procedem [...] da esfera do íntimo, do familiar, do privado (apud FAORO, 1998, p.62).

O Estado é a grande entidade capaz de propiciar um grande interesse das pessoas que vêm nele uma possibilidade de conseguir um emprego: “o funcionalismo é a profissão nobre e a vocação de todos. Tomem-se, ao acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar

¹⁵ Diz Buarque de Holanda: “Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (apud DIAS, 1981, p.15).

onde se reúna a nossa sociedade mais culta: todos eles ou foram ou são, ou hão de ser, empregados públicos; senão eles, seus filhos” (p.66).

Em *Raízes do Brasil*, Buarque de Holanda trata ainda da polaridade entre igualdade *versus* hierarquia; trabalho *versus* aventura; racionalização *versus* afetividade, e civilidade *versus* cordialidade. Mas, qual é, afinal, a raiz de tal personalismo? Holanda entende que tais características advêm da tradição ibérica – excessivamente personalista e avessa à formalização, à abstração e à equidade, terminando por desenhar uma sociedade hierarquizada. Revela ainda um *ethos* aventureiro, cuja plasticidade orienta o indivíduo na direção do lucro fácil e, no mais das vezes, da predação. A simulação do modelo apresenta, enfim, um sistema político assentado sobre bases patriarcais, que extrai sua legitimidade de relações pessoais – *face to face* – de mútua dependência e proteção.

Por fim, Holanda trata da questão da democracia no país. Para o autor, a democracia no Brasil foi sempre um mal-entendido. Os ensaios de modernização e democratização no Brasil “partiram sempre de cima para baixo”, baseados na crença intelectualística, dos “pedagogos da prosperidade”, de que a razão é por si, e em si, suficiente não apenas para ordenar politicamente a nação, mas, também, para dotar-lhe de novos hábitos, costumes e, sobretudo, de nova feição social.

Sérgio Buarque anunciava a necessidade de uma ruptura com a cultura ibérica para colocar o Brasil no caminho do progresso:

Precisamos da ‘nossa revolução’ na qual as bases da cultura ibérica vão sendo minadas. Trata-se da progressiva e pujante urbanização e do estabelecimento de novas relações de trabalho no campo, desde a abolição da escravidão, o declínio da cultura açucareira e o advento das fazendas de café do oeste paulista (apud ESTEVES, 1998).

Buarque de Holanda entende que a sociedade brasileira perdeu o caráter orgânico e comunal; assim, o que nela predomina é a ordenação impessoal mecânica:

O que distingue os povos ibéricos daqueles nos quais viria a se afirmar a chamada mentalidade capitalista é a capacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade (apud ESTEVES, 1998).

Sobre as relações horizontais:

Neste caso, as relações horizontais de solidariedade ou associações existem somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre um plano mais vasto, gremial ou nacional (apud ESTEVES, 1998).

Em síntese, Buarque de Holanda trata, igualmente, de alguns “vícios” da cultura política brasileira advindos da herança colonial portuguesa como o personalismo, a ausência de solidariedade (que se dá apenas num plano sentimental), a “promiscuidade” entre o público e o privado e, principalmente, sobre a questão da cordialidade, que é a manutenção de uma aparente harmonia, relações de compadrio e laços afetivos e pessoais. Acaso teria a cultura política brasileira se libertado de tais “males”? ou, por acaso, tais práticas se mantêm, ainda, no cenário político nacional?¹⁶

Na próxima seção, apresenta-se uma discussão sobre os diferentes entendimentos do coronelismo brasileiro, bem como apresenta a Revolução Federalista rio-grandense (1983-1895) como exemplo de um conflito intraclasse.

3.4 Coronelismo: teorização e prática

Esta seção explica, inicialmente, o conceito de coronelismo a partir dos estudos de Leal (1975), *Coronelismo, enxada e voto*; Love (1975), *O regionalismo gaúcho*; Félix (1987), *Coronelismo, borgismo e cooptação política* e Carvalho (1997), *Mandonismo, coronelismo, clientelismo*: uma discussão conceitual para, logo após, tratar da Revolução Federalista rio-grandense, um típico exemplo de guerra intraclasse.

A partir dessas leituras, compreende-se que o coronelismo foi datado historicamente, isto é, teve seu momento de maior expressão durante a República Velha. Na época, o coronelismo viu-se inserido em uma conjuntura econômica de plena decadência do

¹⁶ A resposta parece ser, infelizmente, afirmativa. Demonstra-se, no capítulo seis, que tais práticas ainda são recorrentes na cultura política brasileira e, também, em nível local.

setor pastoril – das charqueadas, que levou ao enfraquecimento do poder político dos coronéis.

Como foi afirmado anteriormente, Vitor Nunes Leal (1975) entende que o coronelismo está ligado a uma complexa rede de relações, que vai desde o coronel passando pelo Presidente do Estado até o Presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos, uma troca de favores entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a influência social decadente dos chefes sociais, principalmente os senhores das terras. Ou seja, o coronelismo encontra-se inserido em um sistema político que apresenta o mandonismo, o clientelismo, assim como a barganha entre os governos e os coronéis, como características mais evidentes.¹⁷

Para o brasilianista Joseph Love (1975), o coronelismo gaúcho, diferentemente da realidade brasileira, está ligado essencialmente à pecuária (grandes estâncias de criação de gado), e que detém o controle do poder local, mas que está subordinada politicamente aos ditames dos chefes políticos estaduais, os “de cima”. Love chama o coronel, dono do poder local, de “coronel burocrata”. O coronel burocrata era responsável pelo aliciamento dos eleitores com o objetivo de obter os votos necessários para o seu partido, o republicano, que era, evidentemente, um dos maiores partidos do Estado, no caso do Rio Grande do Sul. O objetivo era manter o *status quo* e impedir que os eleitores opositores votassem, uma forma de “abortar” qualquer tentativa de fortalecimento da oposição. Quando necessário, a fraude, a violência e a intimidação eram a prática “comum” para atingir as quotas de votos, utilizando, muitas vezes, a força de homens armados, pessoalmente leais, chamados popularmente de “capangas”, ou “gente do coronel”, encarregados de fazer o “serviço sujo”.

No entendimento de Loiva Otero Félix (1987), a utilização do conceito de “coronel burocrata” é, no mínimo, discutível. A autora prefere utilizar o conceito “coronel borgista” a “coronel burocrata”: “em contraposição ao termo convencionado coronel burocrata do período republicano, que preferimos, por enquanto chamar de coronel borgista”. A tradição militar da fronteira (ligada à atividade pecuária) e o componente ideológico do positivismo

¹⁷ Na seção 3.1 intitulada “Os males de origens”, do capítulo 3, apresentou-se, igualmente, uma definição de coronelismo.

castilhista são duas variáveis determinantes do coronelismo gaúcho, no entendimento de Félix.¹⁸

Para Carvalho (1997), os diferentes estudos sobre o coronelismo possibilitam um entendimento abrangente do termo. Pode-se encontrá-lo em diferentes segmentos sociais. Para alguns teóricos, o conceito de coronelismo está ligado ao dono do latifúndio, outros o relacionam com os grandes estancieiros (criadores de gado), mas existiu também o coronel médico, o coronel comerciante e até o coronel padre.¹⁹

O coronel era o líder local, estando a serviço do partido oficial em seu Estado. Sobre o processo eleitoral, era função do coronel apresentar o número de votos consignados – e impedir a oposição de votar. O coronel quase sempre aliciava os eleitores de seu distrito mediante favores pessoais, conseguindo-lhes emprego, arranjando-lhes empréstimos ou simplificando processos burocráticos. Diz Love que, acaso o aliciamento não desse resultado, a violência e a fraude eram utilizadas para atingir o número desejado de votos,

usando a força de homens armados e pessoalmente leais. Em troca dos votos apresentados pelo seu município (ou grupos de municípios), ao coronel era dado o controle do patronato local, que compreendia certos cargos no ‘funcionamento’ público, tais como o de professor (p.126).

Love, ao estudar a estrutura da sociedade gaúcha, tratou, igualmente, do conceito de caudilhismo. Para o brasilianista, o Rio Grande soube “exportar” esta ideologia com Pinheiro Machado, e mais tarde, com Vargas: “o caudilhismo, asseverou, havia entrado no Brasil através do Rio Grande do Sul; seu primeiro praticante fora José Gomes Pinheiro Machado, o crasso, manhoso e ‘bárbaro’ dono do Senado nos meados da República Velha, e Vargas simplesmente arrebatara a tocha de Pinheiro” (p.4).

¹⁸ Embora não venha ao caso neste trabalho, entende-se que, tanto Love quanto Félix, tomam a parte pelo todo. Os coronéis borgistas ou burocratas são maioria, mas, há os coronéis que se insurgem contra Castilhos e Borges, desde a Revolução Federalista de 1893 até a Revolução de 1923. Havendo Maragatos e Chimangos todos coronéis, não há como considerá-los todos iguais (burocratas ou borgistas). Félix (1987) descreve o conceito de “coronelismo” a partir dos estudos de Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Raymundo Faoro, Edgar Carone, Maria de Lourdes Janotti, Eul-Soo-Pang e Valfrido Moraes. A autora se contrapõe à corrente teórica que define o coronel da República Velha como “burocrata”. Para ela, o coronel “burocrata” significa o mesmo que coronel “borgista” (p.22).

¹⁹ Em Ijuí, como veremos no quarto capítulo, encontram-se as características do coronel comerciante, na pessoa de Antônio Soares de Barros, sendo ele dono de uma importante loja comercial no município.

Já para Félix (1987), o coronelismo gaúcho traz consigo duas variáveis próprias que o diferenciam do coronelismo brasileiro: a pecuária e o aspecto fronteiriço, além do elemento ideológico do positivismo castilhistaborgista:

o coronelismo gaúcho é produto da soma de semelhanças e diferenças, isto é, de situações que o aproximam dos demais casos de poder local do Estado brasileiro com os elementos oriundos das condições históricas peculiares do surgimento e formação do Estado sulino. Duas variáveis nos parecem ser determinantes neste conjunto: a tradição militar de fronteira ligada à atividade pecuária e o componente ideológico do positivismo castilhistaborgista, com tudo que cada uma destas traz em decorrência (p.11).

O coronelismo está ligado diretamente a chefes políticos que exercem poder sobre um determinado grupo que os legitima e apóia, além de ter sua autoridade reconhecida pelo consenso do mesmo grupo. Félix continua definindo o coronelismo da seguinte forma:

Entendemos por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitam aos coronéis a imposição de nomes para cargos que eles indicam. Têm sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal e, algumas vezes, regional, geralmente devido ao seu poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários (p.16).

Porém, no aspecto das relações sociais e políticas, assentadas na pecuária e no latifúndio, o Rio Grande do Sul parece-se com outras regiões do Brasil. O argumento de Félix justifica esta idéia:

a propriedade privada, responsável pelo universo da cultura pastoril, no seu sentido mais amplo. Unidade montada sob a forma de latifúndio, idêntico, em suas linhas gerais, ao resto do Brasil: grande propriedade; patriarcalismo; senhores, agregados e escravos formando as diferentes camadas sociais” (p.27).

Para Félix, a característica principal do estancieiro era o autoritarismo com que tratava seus subalternos (peões, agregados e escravos). Ao mesmo tempo, o estancieiro era o chefe no seu grupo social, mas era o coronel que dominava a política do distrito e do município. O estancieiro foi também chamado de caudilho, pois exercia a dominação local, além de garantir meios econômicos especiais junto aos líderes políticos. O caudilho era proprietário de terra e exercia relações de compadrio (fidelidade) com pessoas influentes, a fim de obter proveitos pessoais (p.33-37).

3.4.1 Revolução Federalista rio-grandense: uma guerra intraclasse

Para entender a Revolução Federalista (1893-1895), é preciso voltar ao desfecho da Revolução Farroupilha, quando se dá a cisão da elite econômica e política rio-grandense entre *conservadores liberais* (também chamados de federalistas e libertadores - latifundiários estancieiros da campanha) e *conservadores republicanos* (positivistas e legalistas urbanos: Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande), ou seja: as disputas entre as oligarquias regionais pelo controle do poder. Essa interpretação está respaldada em Pesavento (1980): “A Revolução Federalista foi o momento do confronto, a luta entre republicanos e federalistas foi na verdade ‘um conflito intraclasse’ entre elites latifundiárias do Estado” (p.212).²⁰

Os conservadores liberais defendiam as idéias monarquistas e os conservadores republicanos defendiam as idéias da República recém-formada (considerados inovadores, legalistas). Os liberais defendiam também a autonomia das províncias e o federalismo. Como bem analisa Trindade, “a existência de dois modelos distintos – um liberal e outro autoritário – permeia as opções políticas a partir dos anos 90. Mesmo possuindo uma origem conservadora comum esses dois grupos desenvolverão no microcosmos político estadual um padrão de enfrentamento não comum ao restante da nação, no período”²¹

O que estava em jogo na Revolução de 1893 era o controle político e econômico entre as elites tradicionais do Rio Grande do Sul e a nova elite republicana ascendente: “A revolução de 1893 foi um duelo furioso entre as elites tradicionais, excluídas do poder por Castilhos, e as elites emergentes republicanas ou aderentes que se impuseram monoliticamente, sem permitir a alternância do poder até 1928” (PESAVENTO, 1980, p.209). O Rio Grande do Sul, no período de 1822-1889, apresentou um tipo de política conduzida por grandes caudilhos, de solidificação de fronteiras, militarização, economia baseada na grande

²⁰ Igualmente, Félix (1987) afirma que a Revolução de 1893-1895 foi uma luta eminentemente coronelista (p.51).

²¹ Trindade (1979) desenvolve a idéia de dois modelos opostos – conservadores autoritários (republicanos) *versus* conservadores liberais (federalistas), apud Noll, disponível em <<http://www.tche.br/nupergs/bel.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2004.

propriedade de criação de gado, nas charqueadas e no trabalho escravo (BAQUERO e PRÁ, 1995, p.22).

A Revolução Federalista é vista, igualmente, por Félix (1987), como consequência da disputa pelo poder entre dois grupos políticos tradicionais de aspirações coronelistas: os conservadores liberais e os conservadores autoritários:

Na luta dos dois grupos pelo poder houve envolvimento intenso dos coronéis. Após a Revolução Federalista de 1893-1895 – luta eminentemente coronelista –, com a vitória dos conservadores autoritários, reestrutura-se o aparelho do Estado com uma montagem de base ideológica positivista exigindo outro modelo de relacionamento do poder executivo com o poder local, proporcionando novos papéis aos coronéis, e vindo a constituir o conhecido coronelismo de modelo borgista (p.19 e 51).

Duas forças opositoras se confrontaram em 1893; porém, ambas com dois projetos políticos conservadores:

o autoritário dos castilhistas e o liberal dos gasparistas/federalistas – repousavam na maneira diferente de encarar o poder executivo: república presidencialista *versus* república parlamentar e também diferente percepção das relações do poder local com o poder estadual e o central (p.54).

3.4.1.1 Maragatos *versus* pica-paus

A Revolução Federalista é popularmente conhecida como a guerra entre maragatos e pica-paus.²² Os conservadores liberais (federalistas) eram adeptos do sistema parlamentar e foram chamados de maragatos por utilizar em suas fileiras soldados uruguaios provenientes da região espanhola chamada Maragatería (Província de Leon, de origem cigana), que

²² A Revolução Federalista (1893-1895) causou aproximadamente 10 mil mortes em dois anos e meio de luta. Em 1923, novamente as tropas opositoras voltaram a se enfrentar (Chimango e Maragatos). Mais de mil pessoas tomaram no conflito (TREZZI, 2003).

migraram para o interior do Uruguai.²³ Muitos deles tornaram-se peões nas estâncias uruguaias e saíam para combater a mando dos seus patrões. O apelido “maragato” era pejorativo, indicava eles serem estrangeiros, não-brasileiros, cuja conotação foi dada pelos republicanos quando do levante de Gumercindo Saraiva no início da Revolução em fevereiro de 1893.²⁴ Os maragatos usavam lenços vermelhos para se identificar.²⁵ As principais lideranças dos maragatos foram Gaspar da Silveira Martins, um ex-monarquista, Gumercindo Saraiva e João Nunes da Silva Tavares.

Os conservadores republicanos, seguidores de Castilhos, foram chamados primeiramente de pica-paus²⁶ ; mais tarde, de chimangos.²⁷ A denominação “chimangos” já era usada no Império, mas na República foi atribuída pejorativamente aos republicanos de Borges de Medeiros, assim apelidado num célebre poema: “Antônio Chimango”.²⁸ Os chimangos utilizavam o lenço branco como forma de identificação.²⁹

Os enfrentamentos armados da revolução duraram dois anos e meio. Em 10 de julho de 1895, no governo de Prudente de Moraes, foi feito um acordo de paz: o governo central garantiu o poder a Júlio de Castilhos e o Congresso anistiou os participantes do movimento revolucionário.³⁰

²³ Os federalistas eram chamados de maragatos devido aos lenços vermelhos usados por um exército privado mantido pelo caudilho Gumercindo Saraiva, um dos líderes do partido. Muitos desses guerreiros eram uruguaios descendentes de imigrantes espanhóis oriundos da Maragatería, região influenciada pela cultura árabe, que dominou a península ibérica por quase 800 anos. A ascendência oriental se fez notar, entre outros costumes, pelo uso da bombacha.

²⁴ “Ainda hoje (1897), que 11 séculos são decorridos, os maragatos constituem um nódulo distinto no meio da população lionesa. São ainda os bérberes antigos: usam a cabeça raspada, com uma mecha de cabelo na parte posterior; falam uma linguagem que não é bem castelhana, a qual apresenta uma pronúncia arrastada, dura e lenta, e são geralmente arredios” (MARTINS, 1964, p.289).

²⁵ Vermelha é a cor tradicionalmente usada para quem quer se identificar como revolucionário. Também os liberais iluministas usavam essa cor. E depois os vários movimentos revolucionários de diversas matizes.

²⁶ Os republicanos foram chamados de “pica-paus” por utilizarem um uniforme verde e um chapéu cujas listras eram brancas, cor das divisas que os republicanos usavam, que ostentava uma aba fina e comprida parecida com a cabeça da ave homônima.

²⁷ Chimango: pássaro magro de rapina, falconídea, semelhante ao carcará do Sul do Brasil. A grafia também pode ser ximango.

²⁸ O poema Antônio Chimango, escrito em 1915 por Amaro Juvenal, pseudônimo de Ramiro Barcellos (1998), faz uma sátira política ao então Presidente do Estado, Borges de Medeiros.

²⁹ A cor branca é a cor tradicionalmente usada para quem quer se identificar como legalista.

³⁰ Schilling, Voltaire. *Rio Grande do Sul, o poncho e a pólvora* - parte 3. Disponível em <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2002/09/12/000.htm>>. Acesso em 20 de dezembro de 2004.

3.4.1.2 Principais partidos políticos da época

Inicialmente é preciso afirmar que, nos primeiros anos da República, a administração do Rio Grande do Sul passou por uma instabilidade política bastante acentuada: de 1889 até o início de 1893, o Governo do Estado passaria pelas mãos de dezoito presidentes, numa clara demonstração do caos político (CAVALARI, 2001, p.29).

Os dois principais partidos políticos do Rio Grande do Sul na República Velha provêm da polarização entre republicanos e liberais.³¹ Os republicanos (de inspiração positivista, tendo como principal liderança Júlio de Castilhos) fundaram o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em 1882. As lideranças políticas republicanas – dentre as quais mencionamos Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Ramiro Barcellos – inspiravam-se nas idéias positivistas de Augusto Comte como fundamento de suas práticas autoritárias.³²

O PRR priorizava a educação em sua plataforma de governo. O partido era formado por pecuaristas e teve como aliadas as classes médias urbanas e suas políticas de inclusão operária. As características principais da administração do PRR foram a prática do coronelismo na política, o voto a descoberto, a união Estado-exército e Estado autoritário. Porém, no entendimento de Céli Pinto, o PRR, no poder, desenvolveu um projeto político não-oligárquico, na medida em que procurou se credenciar como defensor dos interesses de vários segmentos da sociedade e não apenas da elite estancieira, como ocorria na fase de predomínio do Partido Liberal do Império (PINTO, 1986, p.2).

Os conservadores liberais, liderados por Gaspar da Silveira Martins, fundaram o Partido Federalista (PF) em 1893; mais tarde, a Aliança Libertadora em 1924 e o Partido Libertador em 1928. Fazia parte desse partido a elite tradicional do Rio Grande do Sul. O Partido Liberal Federalista era mais forte na região da fronteira, onde os fazendeiros e

³¹ Os trabalhos de Trindade (1979) e Trindade e Noll (1991) são referências essenciais para a compreensão da trajetória dos principais partidos políticos do Rio Grande do Sul. Conferir, igualmente, o trabalho de Piccolo (1979).

³² A história de Júlio de Castilhos confunde-se com a história do positivismo comtiano no Rio Grande do Sul (PINTO, 2003). O lema do castilhismo-positivista era: “melhorar conservando” (BAQUERO e PRÁ, 1995, p.31). Conferir igualmente Freitas (2000).

comerciantes mostravam-se indignados com a rígida política anticontrabando dos republicanos e a falta de incentivos à pecuária.³³ Como nos diz Flores e Flores:

os liberais, dirigidos pelo eminente conselheiro e senador do Império Dr. Gaspar da Silveira Martins, defendiam a monarquia parlamentarista, o federalismo em âmbito administrativo e o fortalecimento da agropecuária, pois tinham a convicção de que a riqueza de um Estado dependia diretamente da produção de alimentos.³⁴

O PRR governou o Rio Grande do Sul com “mão de ferro”, abaixo de acusações de fraude, por 35 anos ininterruptos. Júlio de Castilhos, eleito Presidente da Província do Rio Grande do Sul em julho de 1891, governou sob pesada oposição dos federalistas, muitos deles nostálgicos do Império. Castilhos inovou em matéria constitucional, priorizando a concentração do poder no Executivo:

Contrariando a orientação da tripartição e equilíbrio dos poderes públicos da Constituição Federal (1891), a Constituição gaúcha de 14 de julho de 1891 estabelecia, como norma essencial, a predominância do executivo sobre os outros poderes concentrando o poder de legislar, de maneira praticamente exclusiva nas mãos do Presidente do Estado (VÉLEZ, 1982, p.49).

A estrutura autocrática de predomínio do Executivo já era uma realidade em nível nacional no autoritarismo dos republicanos e na retórica dos líderes propagandistas nos governos de inspiração positivista na República Velha, como os governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891), Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902).

Como diz Décio Freitas (2003), a fraude eleitoral e a violência contra os opositoristas eram a marca registrada do governo de Júlio de Castilhos:

³³ É importante mencionar que o Partido Liberal foi constituído no Império. Quando foi proclamada a República, o antigo Partido Liberal passou a ser chamado de Partido Federalista. Sua área de atuação deu-se na zona da fronteira sul e campanha, onde predominava o latifúndio, com grandes estâncias de criação de gado (charqueadas). A área de comportamento político era voltada para a defesa dos respectivos interesses. Como diz Félix (1987): “É o reduto mais identificado, no Império, com o Partido Liberal e, mais tarde, na República, com o Partido Federalista” (p.46).

³⁴ Conferir Flores e Flores (1993, p.25) e Cavalari (2001, p.16).

Sucedeu que, a fim de implantar uma engenhosa ditadura constitucional, Júlio de Castilhos fizera eleger os deputados constituintes em pleito marcado pela fraude e pela violência sistematizada, sem chance para opositoristas. O alistamento eleitoral foi tão viciado que até mortos votaram. A capangada do governo intimidou abertamente os eleitores. Mesmo assim foi mister que agentes do governo falsificassem despidoradamente as atas eleitorais (p.5).

É evidente que a fraude eleitoral só existia quando a oposição era forte e organizada; onde existisse a unanimidade, ela não seria necessária: “o nível da farsa eleitoral dependia em grande parte da existência de grupos em confronto. Onde havia a unanimidade, nem sequer se realizava a pantomina, as atas eram completamente fabricadas a bico de pena e com isso o coronel poupava de tirar os homens do serviço” (AVANCINI, p.63). O conhecido “voto a cabresto” também foi realidade no Estado e, mais, as eleições eram feitas na própria casa dos situacionistas, o que causava constrangimento aos opositores na hora de votar: “o voto era a descoberto e as mesas eleitorais eram de gente do Coronel. Os opositoristas nem vinham votar de medo de uma surra ou de algo que o valesse” (p.22).

Toda a legislação castilhista tinha o núcleo definido pela ação autoritária. O Presidente do Estado era o encarregado da suprema direção governamental e administração do Estado (artigo 20 da Constituição gaúcha de 1891). O autoritarismo, a visão personalista e autoritária do poder e o desprezo pelo governo representativo foram a marca do governo castilhista (VÉLEZ, 1982, p.51-52). Da mesma forma, o sistema eleitoral era defeituoso e fraudulento: “É certo que o sistema eleitoral (sul-rio-grandense) padecia de vários defeitos, principalmente o voto às claras e as apurações imediatas pelas próprias mesas receptoras [...]. As deficiências e defeitos da Lei Eleitoral facilitavam em muito a ação do situacionismo” (VÉLEZ, 1982, p.55).

Após o governo de Júlio de Castilhos, assume o poder no Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros, dando continuidade ao poder centralizador de seu antecessor.³⁵ As irregularidades eleitorais foram constantes nesse período e a mais grave ocorreu em novembro de 1922 quando Borges de Medeiros reelegeu-se pela quinta vez para Presidente do Estado, fato este que levou os partidários de Assis Brasil a fazerem um levante armado solicitando a intervenção do Governo Federal e a destituição de Borges.

Como afirma Vélez, a situação de fraude eleitoral já havia sido causa da guerra civil (Revolução Federalista 1893-1895), quando os “maragatos” insurgiram-se contra a

³⁵ Júlio Prates de Castilhos instalou a ditadura positivista em 1891, continuada por Antônio Augusto Borges de Medeiros e terminada em 1928 com Getúlio Dorneles Vargas.

tiranía opressiva e cruel dos republicanos rio-grandenses. Da mesma forma, em 1923, Assis Brasil e seus partidários levantaram-se contra o autoritarismo borgista e a injusta legislação eleitoral. Dentre as bandeiras defendidas por Assis Brasil, destacam-se: a) a instauração, no Rio Grande do Sul, de um governo representativo, que emanasse da vontade popular (exigência implícita da renúncia de Borges de Medeiros e a Revisão da Carta Constitucional de 14 de julho de 1891); e b) a preservação das liberdades individuais, a garantia à vida, honra e bens dos cidadãos. Assis Brasil era contra a organização da ditadura do Estado, denunciou fraudes nas eleições e foi contra a usurpação do poder.³⁶

3.4.1.3 Violência política: perseguições, tocaias e degolas

A violência política foi uma prática comum em boa parte do Rio Grande do Sul durante a República Velha. Na Revolução Federalista de 1893, bem como em sua continuidade em 1923, as perseguições e os assassinatos de opositores tornaram-se fato comum em diversas cidades do Estado. A degola passou a ser um instrumento corriqueiro em boa parte destes crimes:

A prática de degolar os inimigos não era incomum no sul da América, ao contrário, foi usada em várias outras pelejas aqui mesmo no Rio Grande do Sul, como na Guerra dos Farrapos. Embora em escala reduzidíssima, comparada com o que se viveria na República Federalista (CAVALARI, 2001, p.61).

Love (1975) descreve, da mesma forma, que os crimes violentos já haviam começado na metade do ano de 1892, sendo praticados, segundo o autor, quase na integralidade pelos republicanos:

no entanto, tudo indica que ocorreram crimes violentos no segundo semestre de 1892 em quantidade maior do que em qualquer período equivalente a este, desde o

³⁶ Sobre a violência política e fraudes, quase sempre promovidos pelo PRR, Love (1975) assim explica: “quase 80% dos casos diziam respeito a fraude nas eleições ou em registro de eleitores. 60 dos 69 incidentes foram atribuídos ao PRR, o restante à oposição” (p.141).

estabelecimento da República, não obstante o fato de, a partir do princípio, o regime haver testemunhado um alto índice de violência. E parece claro que grande parte do terror, se bem que absolutamente não todo, foi obra dos republicanos (p.61).

A forma mais comum de eliminar os inimigos, como vimos, era a prática da degola. Love expõe com clareza esta prática:

a degola, forma de execução preferida dos gaúchos (tanto na região platina quanto no Rio Grande), tornou-se lugar-comum. Conquanto pudesse ser praticada de diferentes maneiras, a mais típica consistia em matar a vítima do mesmo modo com que se abatia um carneiro. A vítima era forçada a ajoelhar-se de mãos atadas ante o seu executor e a colocar sua cabeça entre as pernas de seu algoz que rasgava suas artérias carótidas num golpe súbito de faca (p.62).³⁷

Em Cruz Alta (RS), a liderança republicana estava nas mãos, inicialmente, de José Gabriel da Silva Lima; mais tarde, o controle político passou para as mãos de Firmino de Paula. A violência marcou aquelas paragens. Assim expressa Ângelo Dourado (1979), autor do célebre livro *Voluntário do martírio: narrativa da Revolução de 1893*, sobre as atrocidades republicanas:

Em Cruz Alta, enchiam a cadeia à noite, e pela manhã saíam os grupos para o *matadouro*. Eram cenas horríveis, as despedidas dos que saíam e dos que ficavam. Sabiam que marchavam para a faca e José Gabriel, o maior amigo do Dr. Júlio de Castilhos no Rio Grande, chefe na Cruz Alta diz que nunca pensou que a carne humana fosse tão boa para engordar cães e porcos (p.57).

Em muitas localidades restou apenas mulheres viúvas e crianças abandonadas: “No rincão do Cadeado há cento e oitenta viúvas de degolados; no Rincão da Cruz, contam-se, pelo menos, oitenta e seis degolados. A população desses pontos não podia exceder muito desse número” (p.55).

Muitos coronéis utilizavam os “capangas”, encarregados de fazer o “serviço sujo”. Todos os que se opusessem aos mandos e desmandos do coronel sofriam perseguições, ou até mesmo a morte. A exposição de Félix comprova o argumento:

³⁷ O trabalho de Trindade e Noll (2005) contribui para a compreensão da política rio-grandense de 1890 a 1937.

Mas a violência também tinha lugar. O capanga era, em geral, o elemento matador (mas em número muito pequeno), o encarregado de fazer a limpeza em alguns adversários inoportunos. Existiam, nas fazendas e nos distritos, elementos (gente do coronel) que se autodefiniam e autopromoviam como capangas e defensores do coronel (p.129).

Dentre as principais passagens do conflito, destaca-se a “chacina de Rio Negro” em 28 de novembro de 1893, hoje município de Hulha Negra, a uma distância de 24 km de Bagé. Naquela época, o marechal Isidoro Fernandes, veterano das guerras de Oribe, de Rosas e do Paraguai, organizou a defesa republicana contra os federalistas. Os efetivos, entre 1000 e 1500, compunham-se de elementos do Exército, da Brigada Militar e, principalmente, de civis. Estes civis formavam o Corpo de Cavalaria Provisório, sob o comando de Manoel Pedroso (Maneco Pedroso). Os federalistas, em número de 5 mil, tinham como comandante o general honorário Joca Tavares (João Nunes da Silva Tavares), herói da Guerra do Paraguai.³⁸

A numerosa e ágil cavalaria federalista sitiou os republicanos. Depois de encarniçada resistência, o marechal Isidoro se rendeu, mediante garantia de vida para os prisioneiros. Então o massacre. O vencedor mandou manietar os civis, na maioria gaúchos humildes que só vestiam tangas ou se cobriam com couro de ovelha – em número superior a 300. Encurralados numa mangueira de pedras, os prisioneiros foram obrigados a sair, um por um; na saída, eram degolados, entre risos e galhofas dos soldados e oficiais. A direção da operação coube a Zeca Tavares, irmão de Joca Tavares; a execução tocou ao uruguaio Adão Latorre e seus soldados argentinos e correntinos, na maioria peões da família Tavares antes da revolução (Freitas, 1993).³⁹

A mais horripilante passagem do conflito narrada por Love (1975) e outros historiadores trata do diálogo funesto que envolve o general republicano Manuel Pedroso, feito prisioneiro e sentenciado de morte, e seu carrasco, o mulato Adão Latorre, já prestes a consumir o fato:

Quando Manuel Pedroso soube que fora punido com a degola, perguntou ao mulato Adão Latorre, seu executor:

- Adão, quanto vale a vida de um homem valente e de bem?

³⁸ Love (1975) descreve com detalhe a Batalha do Rio Negro, em Bagé, com a expressiva vitória dos maragatos. Foram degolados cerca de 300 castilhistas (p.71).

³⁹ Igualmente, Love (1975, p.72) descreve as características do personagem Adão Latorre, maragato, responsável pelas degolas.

- Valente, sim. De bem... não sei! A vida de um homem vale muito, a tua não vale nada porque está no fio da minha faca e não há dinheiro que pague.

Atirando sua cabeça para trás, a fim de tornar o trabalho de Latorre mais fácil, Pedroso vociferou:

- Pois então degola, negro filho da puta! (p.72).⁴⁰

Os republicanos não tardariam a vingar a morte de seus combatentes. Pouco mais de quatro meses após o massacre do Rio Negro, os republicanos massacraram os federalistas no Capão do Boi Preto, interior do município de Palmeira das Missões.⁴¹ A degola dos prisioneiros tornou-se uma rotina durante a guerra civil rio-grandense. É atribuída a Firmino de Paula⁴², líder republicano da região de Cruz Alta, a responsabilidade pela morte de aproximadamente 370 maragatos pegos de surpresa nas proximidades de Palmeira das Missões:

Num ato de pura crueldade, obrigam o velho capitão (Vidal Francisco Borba) e mais dois filhos a andar a pé uma distância de mais de dez km, conduzidos por diante pela tropa. Ao chegarem próximos a uma colina onde se avistava a cidade, foram friamente degolados Vidal e o filho maior e os cadáveres deixados insepultos, apodrecendo no campo. Não se teve notícia do filho menor (GUIMARÃES, apud CAVALARI, 2001, p.41).

Depois de muitos combates, com milhares de baixas entre os revoltosos e legalistas, a guerra fratricida gaúcha dá uma trégua e chega ao seu final. Segundo fontes históricas, mais de 10 mil almas tombaram nos campos do Rio Grande do Sul e outras tantas em Santa Catarina. A população total do Estado, na época, era de aproximadamente 900 mil pessoas, o que significa que mais de 1% da população morreu no conflito.

Os republicanos saíram vitoriosos em termos políticos, pois continuaram no poder com Júlio de Castilhos e, posteriormente, com Borges de Medeiros. Em termos de capital humano, chimangos e maragatos saíram derrotados tendo em vista a grande perda de combatentes de lado a lado.

⁴⁰ Esta passagem também pode ser encontrada em Reverbel (1985, p.55).

⁴¹ Hoje esta localidade pertence ao município de Chapada (RS). A degola do Boi Preto (abril de 1894) também é relatada por Love (1975, p.72).

⁴² “Na cidade de Cruz Alta, o senador da República, Dr. José Gomes Pinheiro Machado recebe um aliado importante, que será uma peça chave para o desenvolvimento da política de Júlio de Castilhos durante a revolução: Firmino de Paula” (CAVALARI, 2001, p.40).

3.4.1.4 Revolução de 1923 e o Tratado de Paz

A violência política teve continuidade no Rio Grande do Sul, mesmo com a suposta vitória dos pica-paus em 1895. Porém, em pouco menos de vinte anos do término do conflito, os mesmos grupos já se organizavam para combater novamente. Desta vez, a razão principal foi a eleição fraudulenta em que Borges de Medeiros se reelegeu pela quarta vez Presidente do Estado. Assis Brasil e seus comandados se levantam em armas e, depois de alguns combates localizados, os liberais conseguem ver atendidas algumas de suas reivindicações.

Se a Revolução de 1893 foi tipicamente uma revolução intra-oligárquica (luta entre os coronéis pelo controle político), a Revolução de 1923 equivaleria, em última análise, a uma tentativa de retomada do poder perdido em 1893 por uma fração da classe dominante. Nas palavras de Félix (1987):

a revolução de 1923 foi uma luta originária do clima de contestação ao borgismo e ao que ele representava de continuidade da estrutura oligárquica de poder coronelista, com todas as características de violências, arbitrariedades, privilégios, corrupção institucional, imposição da política das minorias (p.142).

Como argumenta Belato (2004), “não importa que dois episódios pertençam ao ciclo da Revolução Federalista e à de 1923/24. Na há diferença nem nos métodos, nem nos modos de agir”. Na verdade, continua o historiador, “a guerra civil de 1893/95 não se interrompeu com a pacificação de 1895. Assumiu formas mais dispersas, mais colocadas à vida cotidiana da pequena política local das campanhas eleitorais, do constrangimento e das ameaças, dos assassinatos dispersos, dos privilégios, da corrupção, do roubo”. Belato conclui dizendo que há um fio de sangue que liga 1893 a 1924 e, a rigor, a 1930.

De qualquer forma, em 14 de dezembro de 1923, foi assinado o Tratado de Paz de Pedras Altas, colocando aparentemente um ponto final ao conflito. Dentre as principais resoluções do Tratado, destacam-se a reforma da Constituição gaúcha; a proibição da reeleição do presidente e a eleição direta do vice-presidente. Os maragatos (liberais revolucionários) viram atendidas suas duas exigências básicas: a) a salvaguarda das garantias

individuais; e b) a formação de mecanismos legais que assegurassem a volta do Rio Grande do Sul ao governo democrático e representativo, mediante a realização de eleições livres. Os chimangos, mesmo com a oposição ferrenha dos maragatos, conseguiram permanecer no poder por muito tempo: desde 1891, com Júlio de Castilhos, até 1937, com Flores da Cunha, todos os presidentes do Rio Grande do Sul, sem uma exceção sequer, foram republicanos (MARIANTE, 1993).

No fim da década de 1920, maragatos e chimangos unem-se e formam, em 1928, a Frente Única Gaúcha (FUG), aliança entre o PRR e o Partido Liberal, que propõe a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência do Estado e, em 1930, para a sucessão de Washington Luís. Vargas perdeu, mas – como era costume na época – liderou outra revolução, a de 1930. Chegou à presidência e lá ficou por 15 anos ininterruptos. Os dois grupos uniram-se para eleger Getúlio Vargas como governador e, depois, preparariam a Revolução de 1930 (LAZZAROTTO, 1976, p.98).

Apresentou-se, a partir da leitura pontual de alguns autores, uma análise conceitual da prática política do coronelismo no Rio Grande do Sul, no período denominado de República Velha (1889-1930). Procuramos também explicitar alguns aspectos da Revolução Federalista (1893-1895), como um exemplo de conflito eminentemente intraclasses, ou seja, uma luta da elite estancieira, uma luta de coronéis. Duas forças, dois interesses se digladiaram em uma luta fratricida que ceifou a vida de mais de 10 mil gaúchos.⁴³ Com a vitória dos republicanos, instalou-se a ditadura no Rio Grande do Sul. A força do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), tendo a liderança de Júlio de Castilhos e, posteriormente, Borges de Medeiros, permaneceu por 35 anos no controle político do Estado. Algumas vezes a oposição política se fez forte, como na Revolução de 1923 (tentativa dos liberais de retomar o poder perdido em 1895), mas, novamente, foram poucos os ganhos políticos dos liberais em relação ao número de baixas.

O próximo capítulo, entre outros assuntos, discorre sobre a prática do coronelismo em nível local, tendo como objeto de estudo as atuações políticas de Augusto Pestana e Antônio Soares de Barros (o Coronel Dico), que estiveram à frente do controle político de Ijuí por mais de três décadas, sempre governando sob forma autocrática e centralizadora.

⁴³ “Em 1893-95, a violência da Guerra Federalista – dez mil mortos em população regional de um milhão de habitantes”, Maestri (2003). Para Love (1975), a guerra produziu de 10 a 12 mil mortes (p.77).

4 PARTICIPAÇÃO NAS MATRIZES DA CULTURA POLÍTICA DE IJUÍ

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas características gerais da história de Ijuí, principalmente, no que tange aos aspectos sociais, econômicos e políticos. A primeira seção trata da localização e formação social do município, chamando a atenção para a diversidade étnico-cultural da população que a caracteriza como “terra das culturas diversificadas”. Na segunda seção disserta-se sobre a evolução histórica, social e econômica de Ijuí. Esta seção está dividida em duas subseções que tratam da diversidade etno-cultural e as principais fases da economia do município. Sobre as fases da economia dividiu-se em quatro: a) de subsistência (período anterior e pós-colonização 1890-1909); b) da policultura e da industrialização da suíno-indústria (1910-1949); c) da modernização da agricultura (1950-1979), e d) da prestação de serviços (1980 até nossos dias), respectivamente. A terceira seção trata, especificamente, da cultura política de Ijuí. As matrizes políticas do coronelismo, integralismo e trabalhismo, a evolução participativa dos ijuienses nas eleições, são alguns dos destaques das subseções, além de citar os nomes das principais lideranças do município.

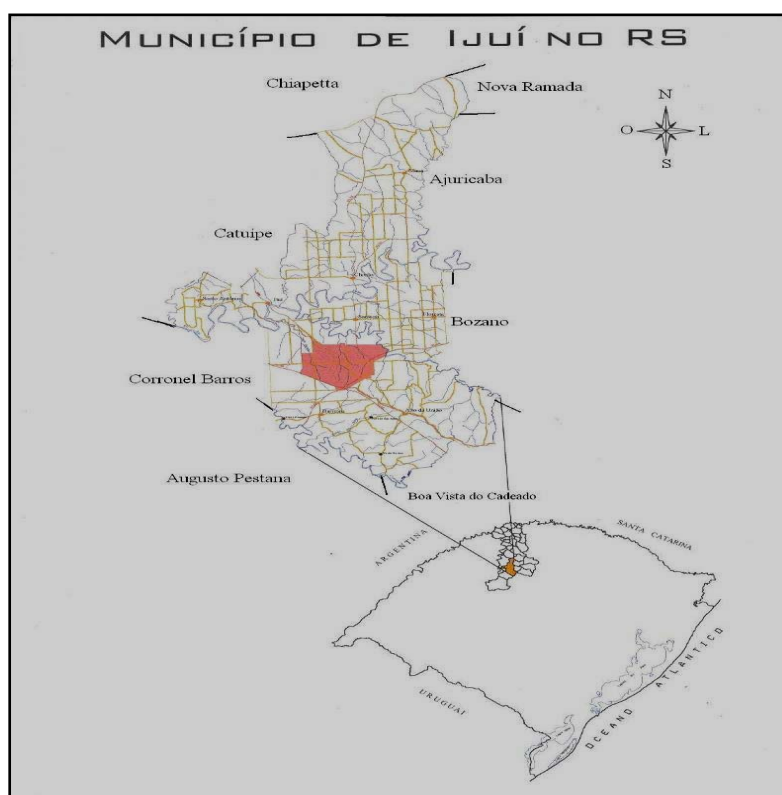
Para a formulação deste capítulo, utiliza-se como referencial teórico os trabalhos de Amaral (2003), Bindé (2000), Buzanello (MADP), Cuber (1975), Fischer (1987), Lazzarotto (2002), Marques (1972) e Weber (2002, 1987), entre outros.

4.1 Localização

O município de Ijuí está localizado na Microrregião Geográfica de Ijuí, compondo, conjuntamente com outras microrregiões, a Mesorregião Geográfica do Noroeste

riograndense.¹ Em relação a arranjos administrativos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí integra o Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial. Conforme a organização administrativa regional, o município integra a Associação dos Municípios do Planalto Médio (AMUPLAM). O território do município situa-se entre as coordenadas geográficas 28° 03' 27.658" Sul e 28° 32' 17.26" Sul de latitude; e 53° 45' 41.74" Oeste e 54°08' 43.85" Oeste de longitude, estando, a sede, a uma altitude de 328 metros acima do nível do mar.²

Figura 1 – Mapa de Ijuí Atual (2005)



Fonte: Geoprocessamento e Análise Territorial – Unijuí.

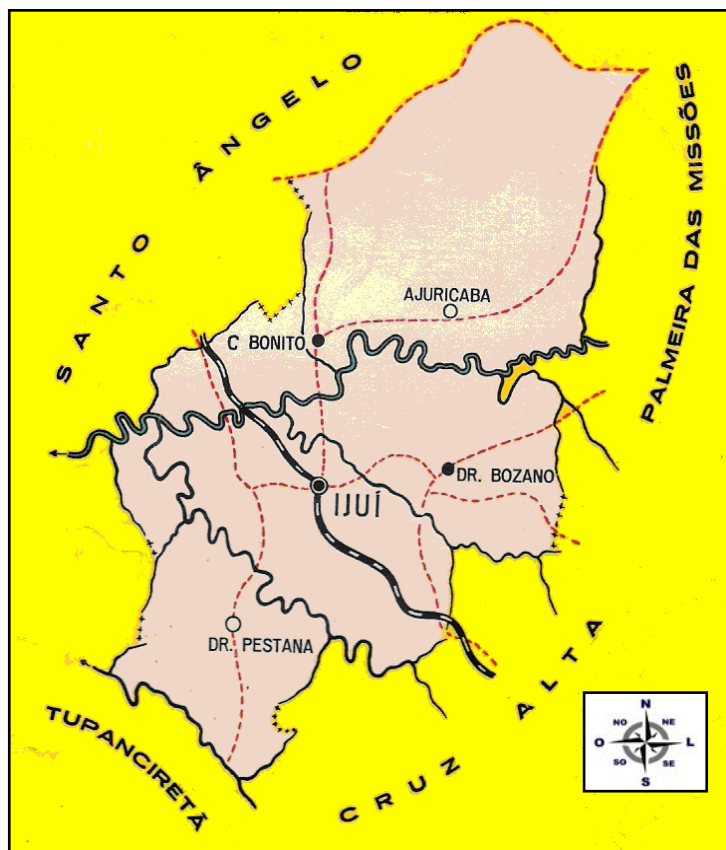
Situado a uma distância de aproximadamente 400 km da capital Porto Alegre, o município de Ijuí limita-se, atualmente, ao norte, com os municípios de Ajuricaba, Nova

¹ Cadernos Unijuí. *Região*: questões conceituais e a prática da regionalização do RS. Série Ciências Sociais n. 22.

² A cidade de Ijuí também ficou conhecida como “Colmeia do Trabalho”, título este escolhido através de um concurso promovido pelo Jornal Correio Serrano no ano de 1944: “O nome simbólico escolhido em 06/10 de 1944 para a nossa querida Ijuí foi ‘Colmeia do Trabalho’, nome conservado até hoje, que bem sintetiza o labor constante e progressivo do povo de nossa terra” (Fonte: CORREIO SERRANO, 27 de outubro de 1944, p.5). No entanto, já encontramos registros deste codinome “Colmeia do Trabalho” antes da referida data.

Ramada e Chiapeta; ao sul, com Augusto Pestana e Boa Vista do Cadeado; a leste, com Bozano e Ajuricaba; e a oeste, com Catuípe e Coronel Barros. Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), o município tem um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* anual de, aproximadamente, R\$ 9.800,00.³

Figura 2 – Mapa de Ijuí Antigo (1960)



Fonte: MADP/Unijuí.

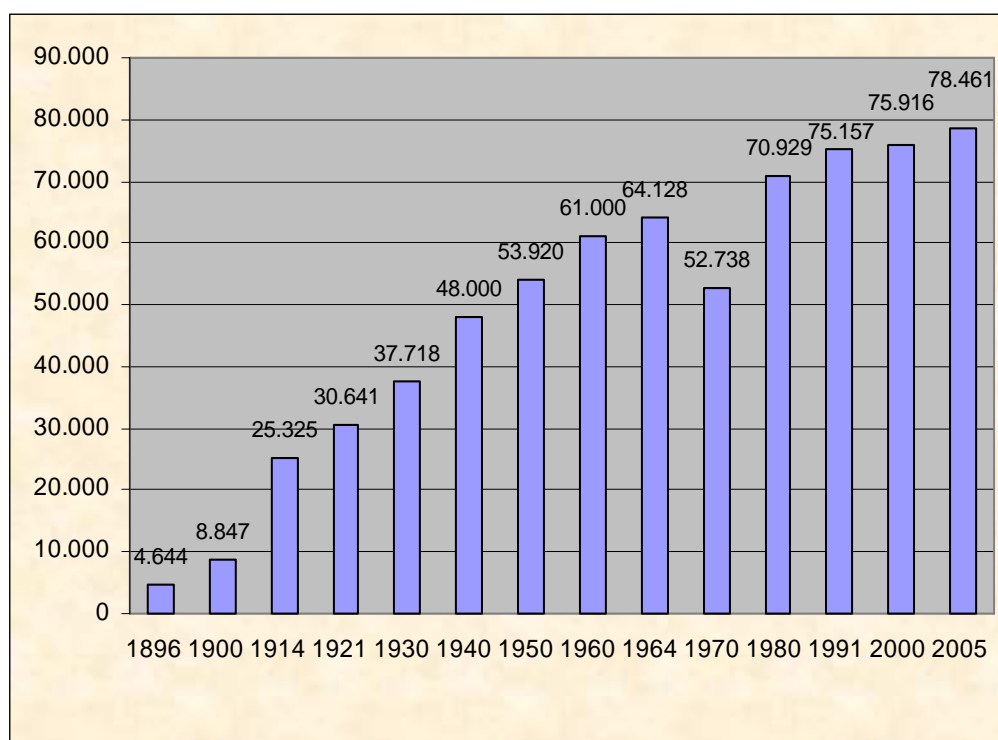
No passado, a extensão territorial do município era bem maior. Em 1940, Ijuí contava com 1.821 km², já em 1959 com 2.169 km². O Ijuí antigo, antes das emancipações, limitava-se ao norte, com Palmeira das Missões e Santo Ângelo, a oeste, com Santo Ângelo, ao sul, com Tupanciretã e Cruz Alta, e a leste, com Cruz Alta e Palmeira das Missões (conferir o mapa 2). Porém, logo em seguida, o município começou a diminuir sua extensão em decorrência dos desmembramentos territoriais (emancipações políticas) dos seus principais distritos. Em 1961, parte da área do município de Ijuí é desmembrada para a

³ Dado referente ao ano de 2003.

formação do município de Catuípe. Em 1965 desmembraram-se os atuais municípios de Augusto Pestana e de Ajuricaba. Em 1992 é a vez de Coronel Barros e, por fim, Bozano e Boa Vista do Cadeado, em 1996.⁴

Atualmente, a área total do município, segundo o IBGE, é de 689.1 km²; a área urbana conta com 31,7 km² (1990).⁵ A população residente de Ijuí estimada em 2005, foi de 78.461 habitantes, sendo 38.083 homens (48,5%) e 40.378 mulheres (51,5%). Na zona rural, vivem apenas 11.064 pessoas, (14%) da população; enquanto na zona urbana, 67.397 pessoas, 86% da população.⁶

Gráfico 3 – Estimativa da população residente em Ijuí (1896-2005)



Fonte: Pesquisa no MADP e Censo Demográfico IBGE

O município tem sofrido, nas últimas décadas, uma alta migração em sua população, que busca, em outras regiões do Estado (metropolitana de Porto Alegre, Vale dos

⁴ Atlas Escolar de Ijuí – MADP, p.14.

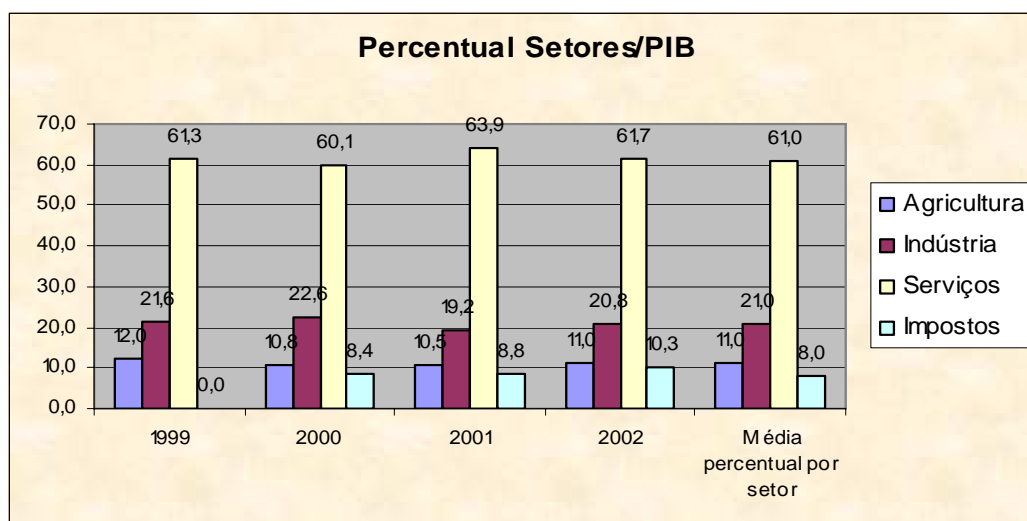
⁵ Segundo o senso de 1896 habitavam Ijuí 53,5% de brasileiros, 16,3% de poloneses, 12,2% de russos, 7,3% de alemães, 4,3% de italianos e 6,4 de outras etnias (Fonte: Livro Estudos Sociais, p.38, MADP).

⁶ Dados projetados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005). Nem sempre a população urbana foi maioria em Ijuí. Veremos logo à frente que, nas décadas de 60 e 70, houve simplesmente uma inversão entre a população rural e urbana.

Sinos e Caxias do Sul), ou do país (Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Bahia), uma possibilidade de melhores empregos e novas oportunidades para suas vidas.⁷ Como demonstra o gráfico 1, a partir dos anos 80 o total da população residente em Ijuí permanece basicamente inalterado.

Diferentemente de outras épocas, em que a economia do município era pautada pela indústria ou pela agricultura, hoje é o setor de serviços que responde pelo maior incremento da economia de Ijuí.⁸ A agricultura, nos últimos anos tem uma participação de em torno de 12% do PIB do município; a indústria responde por 21% da economia; enquanto os serviços respondem por 61% e os impostos, por cerca de 8% do PIB municipal.

Gráfico 4 – Participação dos Setores no PIB de Ijuí (1999-2002)



Fonte: IBGE, 2000.

Importante destacar que estes percentuais seguem a tendência do Estado do RS. Estudos de Stülpe e Fochezatto (2004) demonstram que, no setor de serviços, por exemplo, em 1986 foi responsável por 47% do produto agregado do Estado, aumentando sua participação

⁷ A crise na agricultura com o binômio trigo e soja dos anos 80-90, bem como a falência de algumas empresas ligadas ao setor primário e o forte êxodo rural que atingiu a região, podem ser as causas principais deste fenômeno.

⁸ No início da década de 70, a agricultura ijuiense alcançou seu ápice. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) cadastrou, em 1969, segundo a condição legal das terras, 4.200 estabelecimentos agrícolas no município. A área cultivada era de 95.417 hectares, predominando as propriedades que se encontram na faixa dos 10 aos 100 hectares (cerca de 3.000). Em 1970, por exemplo, o setor agrícola respondia por 42% da receita do município, a indústria por 27%, o comércio por 19% e a pecuária por 12% (Fonte: Gabinete de Planejamento da Prefeitura – CORREIO SERRANO, 19 de outubro de 1970).

para 58% em 1998. Conseqüentemente, outros setores da economia do RS têm decrescido nos últimos anos; é o caso da agropecuária que, em 1986, representava 16% do PIB estadual, passando a representar, em 1998, 13%. Da mesma forma, a produção da indústria, vem declinando no Estado: em 1986, representava 37% do produto agregado estadual, passando para 29% em 1998.

4.2. Evolução histórica, social e econômica

A Colônia de “Ijuhy” foi fundada oficialmente em 19 de outubro de 1890 por imigrantes russos que se instalaram na localidade.⁹ Porém, estudos indicam que, anterior a esses imigrantes, a região e, especificamente, o território de Ijuhy já era habitado por caboclos nativos e índios guaranis.¹⁰

Esteve à frente da criação da colônia o engenheiro José Manoel da Siqueira Couto, que, depois de demarcá-la, distribuiu vários lotes urbanos da sede colonial a 22 cidadãos. Mais de cem famílias foram assentadas nos lotes rurais. Passados 20 meses retirou-se o Dr. Couto, deixando encarregado da colônia o agrimensor Ernesto Mützel Filho.¹¹ Em 6 de dezembro de 1898, foi nomeado para diretor o Dr. Augusto Pestana, que a dirigiu até a sua constituição em município, em 1912, pelo decreto nº 1.814, de 31 de janeiro, do Governo do

⁹ Ijuhy, na época, fazia parte do quinto distrito de Cruz Alta. O nome *Ijuhy* foi o nome dado pelos índios guaranis ao rio que perpassa o município. O seu significado varia conforme a grafia que se lhe dá. Escrevendo “Ihjuí” entende-se “rio das rãs”, talvez o significado original; “Juhý” significaria “rio dos espinhos”; “Jujuhý”, “rio dos pintassilgos”; mas “Ijuhy”, a grafia que aparece em todos os documentos até a década de 1940, só pode significar “rio das águas divinas” ou “rio da abelha divina” (LAZZAROTTO, 2002, p.13).

¹⁰ Os estudos de Fischer (1987) comprovam essa afirmação: “É em geral posta em segundo plano a contribuição luso-brasileira na formação das etnias ijuienses. Muitos habitantes dessa raça (luso-brasileiros) estão presentes na região, mesmo antes da fundação da colônia...” (p.20). Os caboclos (ou “lavradores nacionais”) como também eram denominados, buscando relativa autonomia econômica e social, fixavam-se nas orlas da mata ou embrenhava-se nela, onde faziam suas roças de subsistência e praticavam o extrativismo da erva-mate, que se constituía, então, na segunda riqueza econômica da Província, sendo a maior parte dela exportada para os países vizinhos pela via fluvial do rio Uruguai (BRUM, 1994, p.8).

¹¹ No 32º aniversário da fundação da Colônia, assim se reportou o Jornal Correio Serrano: “A 32 anos atrás, Ijuhy era como se pode dizer uma verdadeira floresta, e hoje admirado por todos quantos o visitam. A então colônia Ijuhy foi iniciada no dia 19 de outubro do ano de 1890, formando a Comissão fundadora como chefe, o Dr. José Manoel da Siqueira Couto, e como auxiliares, o Sr. Guilherme Bruschi, Tenente-Coronel Luiz Augusto de Azevedo e Alexandre Bastiani. Os primeiros comerciantes que nela se instalaram foram os Srs. Coronel Antônio Soares de Barros, atual intendente Municipal, Henrique Koph e Francisco Berenhauser, em janeiro de 1891... (CORREIO SERRANO, 18 de outubro de 1922).

Estado (COSTA, 1922, p.262).¹² O decreto foi assinado pelo então Presidente do Estado, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves.

O interesse em ocupar essa região deveu-se a motivos estratégicos (defesa de fronteira) e também para baratear os custos dos gêneros alimentícios. A maioria dos habitantes de Ijuhy era descendente de imigrantes provenientes das “Colônias Velhas”, que se localizavam nos vales do Rio Jacuí e seus afluentes.¹³ No ano de 1898, a escassez de terras e, conseqüentemente, os altos preços dos lotes coloniais naquelas regiões originaram sérios problemas. A única solução visível parecia a migração das gerações mais jovens às regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, cuja colonização começa com a fundação de Ijuhy entre os campos de Cruz Alta, Santo Ângelo, Tupanciretã e Palmeira das Missões, significando a ocupação das últimas áreas disponíveis no Rio Grande do Sul.¹⁴

A primeira década foi de sacrifício e estagnação em Ijuhy. Augusto Pestana, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e que foi designado para diretor da colônia, logo identificou que, para fazê-la avançar, era importante, além de trazer imigrantes diretamente vindos da Europa, trazer descendentes de imigrantes ou mesmo imigrantes que já tivessem se estabelecido antes nas colônias velhas, para intensificar o povoamento. Esta decisão de Augusto Pestana foi altamente significativa, de modo que ele é considerado um novo fundador, por ter feito uma “refundação” da colônia, o que a levou à emancipação. Augusto Pestana era filiado ao Partido Republicano Rio-grandense, seu nome é referência na cidade como administrador da República e a cidade presta-lhe homenagem através de nomes de rua, colégio e do museu.¹⁵

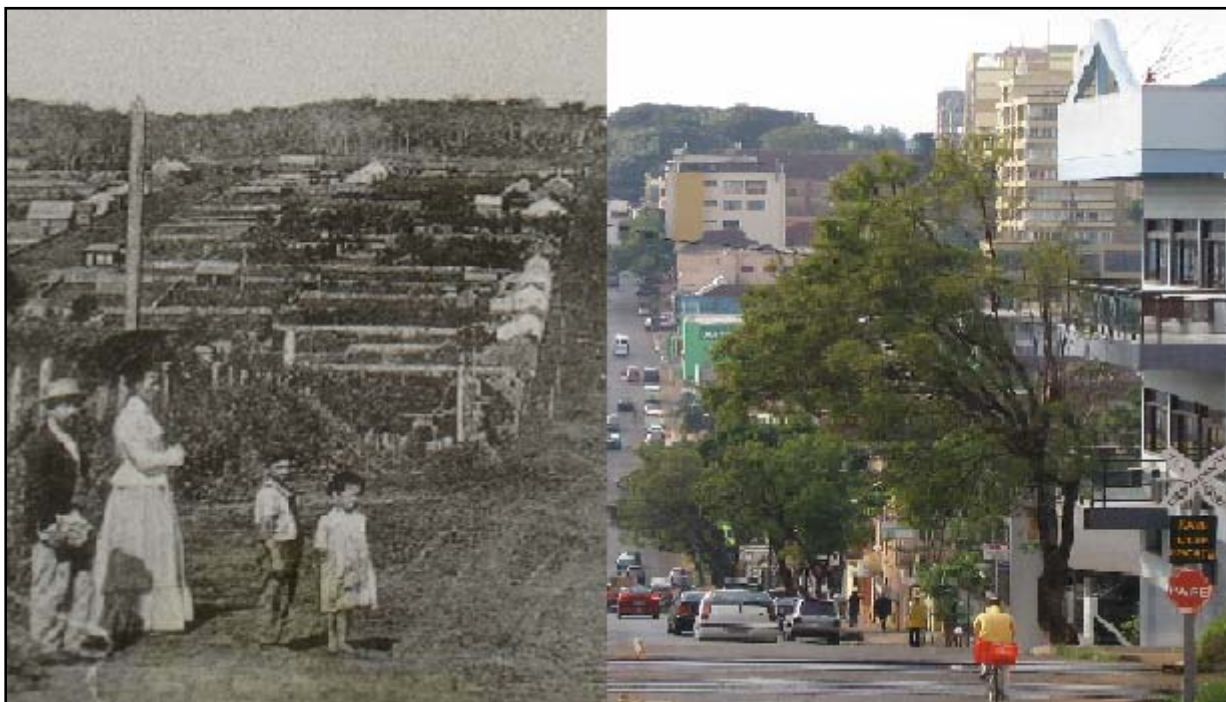
¹² Sobre a passagem da emancipação política de Ijuí, assim foi registrado no Relatório Municipal de 1913: “No dia 11 de fevereiro de 1912 as 11 horas da manhã no Clube Ijuí, foi solenemente instalado o município de Ijuí, com a presença do General Firmino de Paula, sub-chefe de polícia, do Coronel Firmino de Paula Filho, intendente de Cruz Alta, do Sr. Augusto Gaurita, Juiz da Comarca, do Sr. Augusto Pestana, que na ocasião foi empossado como Intendente Provisório do novo município. Mais de 60 pessoas assinaram a ata de presença. O primeiro ato oficial foi assinado no dia seguinte, ou seja, dia 12 de fevereiro de 1912, cujo ato dividia o município em três distritos, que seriam hoje: Ijuí (Sede), 2. distrito (Augusto Pestana) e 3. distrito Ajuricaba” (Fonte: AI 1.2 Relatório Municipal de 1913, MADP).

¹³ Muitos eram descendentes de imigrantes das “Colônias Velhas”; outros, imigrantes que acabavam de chegar de suas terras natais, como os italianos que vieram da região Norte da Itália.

¹⁴ Segundo Roche (1969), em 1900 a população de Ijuí era de 7.600 habitantes. Depois de uma década (1910), o município já contava com uma população de 15.000 pessoas (p.127).

¹⁵ Augusto Pestana nasceu no Rio de Janeiro. Em 1887, havia concluído o curso de Engenharia Civil e, em 1898, estava em Ijuí como chefe de Comissão de Terras. Exatamente 11 anos depois de formado, integrava o quadro do funcionalismo público, como pessoa de confiança do PRR (AMARAL, 2003, p.58).

Figura 3 – Imagem de Ijuhy Antigo e Atual – Rua do Comércio (1902/2006)



Fonte: Acervo MADP, Arquivo Família Beck e imagem colhida pelo autor

Após a criação do município, o Dr. Pestana se afastou da administração municipal, vindo então Antônio Soares de Barros, o Coronel Dico, como já era chamado, nomeado Intendente do município. O Cel. Dico era, concomitantemente, chefe político, dirigindo o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) municipal.¹⁶

Depois de estabelecer-se em Ijuí, o Cel. Dico iniciou uma longa trajetória em sua vida, na economia e na política administrativa do município. Já em 1910, aceitou ser correspondente do Banco Nacional do Comércio. Foi amigo próximo do então diretor

¹⁶ Os dois principais líderes políticos de Ijuí, Augusto Pestana e Antônio Soares de Barros (Cel. Dico), no período de 1890-1938, foram integrantes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e traziam características coronelistas na forma de domínio político: “Todos esses políticos eram ligados a uma estrutura coronelista de poder, sendo, seu principal líder, o Coronel Dico” (AMARAL, 2003, p.63). Tanto Pestana como Soares de Barros podem ser considerados coronéis “borgistas” ou “burocratas” pelo seu estilo de administração política e pela “submissão” e fidelidade hierárquica que mantinham frente aos coronéis regionais e ao próprio Presidente do Estado, como fica evidenciado na seguinte passagem descrita por Soares de Barros: “Nomeado por ata de ontem do Exmo. Presidente do Estado, Intendente Provisório deste município em sucessão do extraordinário administrador e benfeitor desta terra Dr. Pestana, esforça-me-ei para corresponder a confiança republicana do governo, de V. Ex^a. e do abnegado Chefe Serrano Exmo. General Firmino de Paula a quem continuarei acatando como chefe e amigo” (Fonte: Pasta 1.2. Prefeitura Municipal n.111 Doc. 74 – MADP).

Augusto Pestana. Em 11 de julho de 1912, ocupou o cargo de Intendente Provisório da Colônia de Ijuí, ficando até 30 de dezembro do mesmo ano.

Como foi exposto anteriormente (nota 9 deste capítulo), Ijuhy fazia parte do 5º distrito do município de Cruz Alta e estava bastante isolado. No início a locomoção era precária, sendo a tração animal o único meio disponível para o transporte.¹⁷ Pouco tempo depois, esta dificuldade inicial seria amenizada pela inauguração da estrada de ferro no ano de 1911. Este fato representou uma contribuição substancial para Ijuí e região. Roche (1967, p.280) assim comentou:

A construção de um ramal ferroviário ligando Ijuí a Cruz Alta e, a partir daí, com Porto Alegre, a região da fronteira, e também São Paulo e Rio de Janeiro, representará enorme melhoria no escoamento da safra [...] A abertura da via férrea fez dobrar a produção e triplicar a exportação” (apud SPEROTTO, 2003).

Os colonos transportavam assim, com maior facilidade, seus excedentes agrícolas para vender em Cruz Alta, no intuito de poder comprar açúcar, sal, querosene e tecido, que eram os produtos essenciais. Logo, porém, foram se estabelecendo as primeiras casas de negócios (bolichos) na colônia. Um dos bolichos mais importantes foi o do Cel. Dico.¹⁸

¹⁷ “A distância entre essas duas localidades é de apenas 54 quilômetros. Hoje, com os modernos meios de locomoção, essa distância é percorrida em menos de uma hora. Naquele tempo, isto é, em 1895, fiz este trajeto em companhia de meus pais e irmãos em carretas de bois, levando 8 dias”. Depoimento de Frederico Linck. Migração Letoniana. (In: *Enciclopédia Rio-grandense*. 1958).

¹⁸ Sobre a elevação da Categoria de Vila à Cidade e criação da Comarca Judiciária: “Decreto nº 5716 de 19 de outubro de 1934” Eleva à categoria de cidade a vila de Ijuí. O interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, atendendo ao desenvolvimento comercial e industrial de Ijuí e à densidade da população do município, superior a 45 mil almas, resolve, no uso da atribuição que confere o Artigo 7º item IV da Constituição da República decreta: Artigo único – Fica elevada à categoria de cidade a vila de Ijuí, revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo em Porto Alegre, 19 de outubro de 1940, assinado por José Antônio Flores da Cunha e João Carlos Machado (In: *Álbum comemorativo do cinquentenário da fundação de Ijuí*. Ijuí: Litografia Serrana, 1940). O jornal Correio Serrano também destacou este fato: “É nesse mesmo ano que o Decreto N. 5716, de 19 de outubro de 1934 eleva à categoria de cidade a vila de Ijuí. José Antônio Flores da Cunha, interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, atendendo ao desenvolvimento comercial e industrial da Vila de Ijuí e à densidade da população do município que na época contava em torno de 45 mil pessoas, resolve, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 7º, item IV da Constituição da República, Decreta em artigo único – “Fica elevada à categoria de cidade a vila de Ijuí, revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo, 19 de outubro de 1934”. O Decreto foi assinado por Flores da Cunha e João Carlos Machado (CORREIO SERRANO, 9 de dezembro de 1934).

4.2.1 Diversidade etno-cultural

A colônia de Ijuhy abrigou, desde o início, uma expressiva diversidade étnica e cultural. Em meados de 1890, já se falavam dezenove idiomas na região, o que significava uma verdadeira “Babel” para a época.¹⁹ Nos anos 30, o cenário multi-racial de Ijuhy consolidava-se. Um artigo do Jornal Correio Serrano descreve com detalhes este panorama:

Indivíduos de todas as raças vivem em Ijuí, uma salada de nacionalidades [...]. Sem dúvida, um dos traços mais característicos do município de Ijuí é a variedade de tipos raciais que se encontram pelas estradas de rodagem e se cruzam pelas ruas de nossa pequenina urbe. Dir-se-ia que a nossa comuna é um resumo do mundo étnico; um crisol em que se fundem indivíduos das mais variadas procedências para formar uma raça única que há de surgir dentro de poucas gerações.²⁰

O caráter, de certa forma romântico e pacífico, propagado pelo jornal Correio Serrano em 1933, em relação à sociabilidade entre as diferentes etnias que aqui conviveram, não corresponde exatamente à realidade. Nem sempre tudo foi paz e harmonia entre os imigrantes. Há estudos que comprovam conflitos iniciais que envolvem alemães e poloneses. Os alemães, considerados empreendedores na agricultura e na indústria, alcançaram de imediato pleno desenvolvimento enquanto que, os poloneses, não aptos aos afazeres da agricultura, tiveram dificuldades de se adaptar no município, sofrendo, por isso, preconceitos e até racismo por parte dos alemães.²¹

A primeira leva de imigração alemã chega ao Rio Grande do Sul no dia 25 de julho de 1824, vindo a se estabelecer às margens dos rios dos Sinos, Caí e Jacuí. Mais tarde os filhos dos imigrantes partem para a conquista de mais terras ao Centro e Noroeste do Estado. É assim que a colônia de Ijuí assiste à chegada de muitos alemães provenientes das “Colônias

¹⁹ Argemiro Jacob Brum, em entrevista concedida em junho de 2004. Ijuí era considerada a “Babel” do Novo Mundo. Conferir, igualmente, o trabalho de Kohn (2003). Em 1903, a população da colônia de Ijuí era de 7.960 habitantes, sendo assim distribuídos: 4.450 brasileiros, 1.673 poloneses, 770 russos, 580 alemães, 520 italianos, 432 austríacos e, ainda em menor número, suecos, espanhóis, argentinos, franceses, holandeses, uruguaios, norte-americanos, sírios, libaneses, suíços e belgas. (Fonte: AF 13122562 – Programa Nossas Coisas nossa gente, p.25, MADP).

²⁰ CORREIO SERRANO, Ijuí, edição de 6 de setembro de 1933.

²¹ Conferir o trabalho de Kohn (2003).

Velhas” (São Leopoldo, Santa Cruz, Montenegro), também chamados de teuto-brasileiros, outros alemães vieram diretamente da Alemanha. A imigração italiana chega ao Estado algumas décadas mais tarde, por volta de 1875, e se estabelece na região Nordeste do Estado, formando vilas como Conde D’Eu e Dona Izabel (atualmente Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente), em Nova Milano, difundindo-se essa corrente depois, nas regiões de Caxias (1876), Alfredo Chaves (1886) e Santa Maria, mais especificamente em Silveira Martins (4ª Colônia de Imigração italiana). Os italianos que habitaram Ijuí eram provenientes da região de Caxias do Sul ou de Silveira Martins, geralmente filhos dos primeiros imigrantes ou diretamente da Itália.

Os poloneses chegaram a Porto Alegre no ano de 1886. Para Ijuí, vieram cerca de 100 famílias em 1891 e, até 1894, cerca de 500 famílias. No ano de 1892, chega a Ijuí a imigração letoniana. Os letos fundaram, em 1892, na Linha 11, a primeira escola do interior do município. A imigração austríaca chegou a Ijuí no dia 24 de fevereiro de 1893, com 176 pessoas. Os luso-brasileiros já se faziam presentes na região bem antes da fundação de Ijuí. As primeiras lideranças políticas da colônia eram de origem luso-brasileira, como José Manuel da Siqueira Couto (fundador da Colônia), José Gabriel da Silva Lima (que abriu a “Picada da Conceição” e que, com o filho Horácio, iniciou a medição e divisão de terras da colônia), além do próprio Augusto Pestana, Antônio Soares de Barros, Álvaro Nicofé, Joaquim Porto Vilanova e Sólton Gonçalves da Silva, mais tarde, faziam parte desse grupo étnico.²²

4.2.2 Principais fases da economia

Pode-se classificar a economia de Ijuí em quatro fases específicas: a primeira, diz respeito à economia de subsistência: a lavoura antiga (antes de 1890); a segunda, está relacionada à diversificação na agricultura (policulturas) e industrialização (1900-1949); a terceira, está ligada à modernização na agricultura (binômio trigo e soja) ou também chamada “agricultura capitalista” (1950-1979); e a última, ligada à prestação de serviços, (de 1980 até

²² Mostra Comemorativa do 83º Aniversário de Ijuí. Unijuí (MADP), 1973.

nossos dias), juntamente com a continuidade do binômio trigo e soja e uma gradativa diversificação agrícola (leite, peixe, mel, etc)..

É atribuída à economia de subsistência a primeira fase econômica de Ijuí. Em termos cronológicos, pode-se dizer que ela se estende desde o final do século XIX até a segunda década do século XX. Os caboclos (luso-brasileiros, mestiços ou também chamados de nacionais), que habitavam a região bem antes de os imigrantes chegarem, foram os responsáveis por essa fase.²³ Estes caboclos viviam principalmente da coleta da erva-mate, junto com pequenas lavouras de milho, mandioca e feijão (lavoura antiga). Muitos deles não eram proprietários das terras, viviam em áreas consideradas devolutas (pertencentes ao governo), sendo, portanto, oficialmente, meros posseiros. As trocas de produtos entre os habitantes era a prática mais comum, outros procuravam vender o excedente de sua produção nas casas comerciais das cidades próximas (Cruz Alta e Santo Ângelo) para obter os bens e mercadorias não produzidas na região.

A segunda fase da economia de Ijuí pode ser denominada de fase da diversificação da agricultura e da industrialização, que marcaram o município, desde as primeiras décadas do século passado até fins dos anos de 1940. Considerada como sendo a fase mais promissora de todos os tempos, Ijuí viu florescer uma policultura agrícola e uma dinâmica industrialização que colocou o município entre os mais importantes do Estado.²⁴ Depois da fase da economia de subsistência, Ijuí entra definitivamente na policultura, fase também chamada de produção para o mercado interno. A produção era diversificada, sobretudo, com laticínios, erva-mate, aguardente, porco e banha e, para isso, não se descuidaram da plantação de milho, mandioca e alfafa.²⁵ Como nos diz Brum (1994): “era uma economia fortemente integrada na economia

²³ Quando Ijuí começou, não existia índio por aqui. Existiam, porém, muitos “nacionais” conhecidos como “caboclos” ou “meribas”, que ocupavam muitas parcelas dos matos de Ijuí, em culturas de subsistência e extração de erva-mate. O documento mais antigo que o Museu Antropológico Diretor Pestana possui a respeito é um pedido feito por Custódio Antunes Cárdis do Registro de Imóveis de Cruz Alta na data de 21 de junho de 1856 (Fonte: AF – Programa Radiofônico de Ijuí. 100 anos n.1).

²⁴ “A par da constituição de Porto Alegre como maior pólo de desenvolvimento do Estado, outros municípios, aproveitando as circunstâncias existentes, também aceleram relações funcionalmente hierárquicas com seus inter pares regionais, conseguindo, assim acelerar o processo de desenvolvimento através da extração de excedentes de municípios vizinhos. Esse foi o caso, por exemplo, do município de Ijuí, entre outros, que na década de 20 conseguiu ser um centro polarizador regional. Entretanto, outros municípios não aproveitaram a oportunidade histórica e, ao contrário, se transformaram em comunidades periféricas e dependentes” (TAMBARA, 1983, p.33).

²⁵ Ijuí tornou-se um referencial mundial também na exportação de banha, como ilustra a seguinte passagem: “Lembra-nos agora um episódio relatado por um jovem brasileiro, estudante na Suíça, durante a Guerra de 14. Contou ele de sua comoção ao ver exposta em uma vitrina numa cidade da Suíça, uma lata de banha de Ijuí” (XAVIER, 1951, p.70). O Jornal Correio Serrano destacou o município de Ijuí como um dos maiores produtores

nacional, esta ainda com acentuadas marcas de regionalização até a década de 1950” (p.10). Este modelo de diversificação é também chamado de agricultura tradicional ou agricultura colonial diversificada.²⁶

O *Álbum comemorativo do cinquentenário da fundação de Ijuí*, impresso em 1940, retrata a diversidade da produção agrícola do município. Entre seus produtos, destacam-se: cana-de-açúcar, erva-mate, milho, que é cultivado em grande escala, fumo, feijão, cevada, alfafa, trigo, videira, linhaça, batata, arroz e aipim.

No depoimento de Hilnon G. Corrêa Leite, na obra *Uma experiência de vida em meio à modernização agrícola* (2004), também aparece a diversidade na agricultura (policulturas) ijuiense:

Devo lembrar que em 1945 a policultura era uma realidade em Ijuí, como nos outros seis municípios que formavam a 4ª Zona Agrícola. Plantava-se desde mandioca e cana-de-açúcar predominantemente, além de milho, trigo, feijão, batata inglesa, em menor escala. Em algumas áreas onde a etnia italiana era mais numerosa (Floresta, Bozano, Salto, Santa Lúcia e parte do atual município de Pejuçara), as lavouras dominantes eram de cana, mandioca, milho e trigo (p.38).²⁷

Nem todos os imigrantes que se estabeleceram em Ijuí eram “vocacionados” para a agricultura. Muitos eram pequenos industriários que logo desenvolveram o setor fabril. Regina Weber comenta essa posição:

Não vieram para ser, pelo menos unicamente, agricultores; seja porque a área agrícola já estava ocupada, seja porque eles possuíam recursos (materiais ou intelectuais) para aproveitar o potencial fabril do município.²⁸

É neste contexto que Ijuí viu florescer, mais especificamente nos anos 30 e 40, um pequeno, mas dinâmico, “parque industrial” na cidade que recentemente emergira de sua

de banha do Estado: “A região conhecida por *Serra*, a qual pertence Ijuí, é responsável por cerca de 42% da banha produzida no Estado” (apud WEBER, 1987, p.95).

²⁶ Ijuí também já foi um grande produtor de cachaça. Por volta de 1950, o “grande Ijuí” possuía mais de 700 alambiques. Só na região de Dr. Bozano tinha uns 90 (noventa) alambiques (Fonte: AI – MADP).

²⁷ “A agricultura da época enfrentou alguns empecilhos, o que trouxe prejuízos às lavouras. Além dos gafanhotos, também a formiga representava um problema. Era, sem dúvida, a pior praga na década de 40 do século passado. Os prejuízos que provocavam em todas as lavouras prolongaram-se por muito mais tempo” (Corrêa Leite, 2004, p.58).

²⁸ Weber (1987, p.167) e Azambuja (1997, p.49).

condição de “vila”. O principal segmento da industrialização ijuiense estava voltado para o setor suíno.²⁹ Weber (2002) explica essa opção:

a partir da década de trinta delineou-se um processo de industrialização. O ramo mais expressivo era o da suíno-indústria, principalmente em função da banha, que nas primeiras décadas de existência do município foi o principal produto de ‘exportação’, isto é, comercializado fora de Ijuí (p.13).

Afirma também Weber que, nos anos trinta, a base da economia de Ijuí foi a banha e o município chegou a contar com mais de 40 açougues de suíno-indústria.³⁰

É desta época a fundação de um dos mais importantes empreendimentos industriais do município e, por que não dizer, da região. Trata-se da Cooperativa Frigorífico Serrano, fundada em 1934 e que, na década de 50, chegou a ocupar a 4ª colocação nas empresas do gênero no Rio Grande do Sul. Foi essa indústria que inaugurou o 1º vagão frigorífico da Viação Férrea do Estado do Rio Grande do Sul (WEBER, 1987, p.113). Nos anos 60, assume o frigorífico um grupo alemão chamado Herta Schweisfurth. Nos momentos de safra, o Frigorífico chegou a ter 500 empregados. Porém, nos anos 80 foi decretada a falência do Serrano.

Além do Frigorífico, Ijuí contava com uma fundição de ferro; três fábricas de lacticínios³¹; um forno de cal; uma refinaria de banha; um estabelecimento de artes gráficas; duas fábricas de escovas e pincéis; duas fábricas de licores finos; duas fábricas de facas e canivetes; uma fábrica de madeira compensada; uma fábrica de folhada; três fábricas de móveis finos; duas fábricas de obras de cobre; uma fábrica de barricas; duas fábricas de óleos vegetais; duas fábricas de gelo; 20 fábricas de vinho; uma fábrica de tornos; oito fábricas de tacos de tamancos; duas fábricas de chapéus para senhoras; uma fábrica de camisas e gravatas; cinco fábricas de queijo; dez fábricas de sabão; uma fábrica de pelegos; duas

²⁹ O trabalho de Weber (1987), *Os inícios de industrialização em Ijuí*, trata dos primeiros estabelecimentos industriais no município de Ijuí. O recorte cronológico da sua pesquisa data dos anos de 30 e 40 do século passado, período em que a indústria local encontra-se no seu melhor momento, principalmente a suíno-industrialização. Seu estudo traz um detalhamento cuidadoso sobre o trabalhador fabril e a indústria ijuiense. A pesquisa é inovadora para a época e sua relevância chega a nossos dias com a mesma significação de outrora. O que nos chama a atenção é a diversidade da produção industrial, desde a produção de pente (de chifre de boi) até a comercialização nacional dos produtos do Frigorífico Serrano.

³⁰ O Censo de 1940 acusa que nos municípios existentes naquela data na região existiam 632 empresas da indústria de transformação. Conferir Sperotto (2003).

³¹ Em 1941 o município de Ijuí foi classificado como maior produtor de manteiga do Estado. CORREIO SERRANO, 1941, nº 23 (apud WEBER, 1987, p.131). Ijuí exportava manteiga, inclusive para a Inglaterra (p.128). Nos anos 70, foi fundada a CCGL (Cooperativa Central Gaúcha de Leite).

fábricas de louça de barro; duas fábricas de vassouras; quatro fábricas de chinelos e numerosas outras fábricas, além de grande número de pequenas oficinas. E, para maior elucidação da importância industrial e comercial do município, é o bastante dizer que se achavam na época, 1940, legalmente registradas 629 firmas. Entre grandes e pequenas indústrias, funcionaram 179 fábricas, não só na cidade, como no interior.³²

Esta segunda fase da diversificação da agricultura também foi chamada de “policultura mercantil”, que, como nos diz Coradini e Fredericq (1981), era baseada numa variedade relativamente grande de produtos agrícolas, que oscilava ao sabor das vicissitudes da conjuntura do mercado e das condições tecnológicas e climáticas de sua produção. E é exatamente ao lado dessa agricultura mercantil que aparece a classe dos comerciantes, intermediando os excedentes da produção agrícola com outros mercados e importando aqueles bens de consumo não produzidos pelo artesanato das colônias, os quais tinham um relativo peso na orientação da produção agrícola (p.20).

É importante registrar ter sido nesse período de pujança na economia do município, graças à diversidade da produção agrícola e das inúmeras indústrias, que a sociedade de Ijuí viu florescer os “clubes” e as “sociedades” com um bom número de adeptos. Segundo Jean Roche, os teuto-brasileiros sentiam prazer em agrupar-se; isto ficou evidente pelo grande número de sociedades. Em 1931, a região de Ijuí contava com 130 sociedades recreativas, 18 das quais de canto, 37 de tiro e de equitação, 7 de ginástica, 15 de bolão e 5 de futebol (CANABARRO, 1999, p.39).

O Álbum comemorativo do cinqüentenário da fundação de Ijuí (1940) enumera diversas associações, sociedades recreativas, culturais e beneficentes, entidades sociais, religiosas e desportivas, que o município viu florescer na sua vida social entre as décadas de 1920 e 1940.

A vida comunitária já era uma praxe bastante comum entre os colonos que habitaram Ijuí. Juntos, os colonos venceram muitas dificuldades iniciais e edificaram, em poucos anos, uma sociedade dinâmica e atuante.

Esta vida em comunidade propiciou também o lazer, as festas dominicais, os jogos de futebol e outras comemorações em dias festivos. Toda essa convivência social permitiu a integração das famílias e a preservação de suas características étnico-culturais; exemplo típico é a Festa do Kerb, ou da cuca e da lingüiça, a qual

³² Conferir *Álbum comemorativo do cinqüentenário da fundação de Ijuí*. Ijuí: Litografia Serrana, 1940.

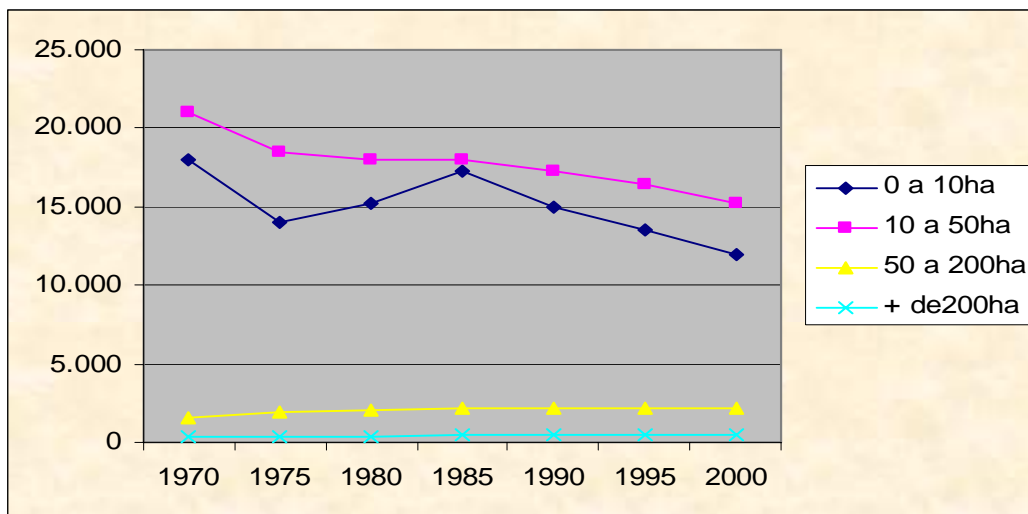
ainda hoje acontece nas comunidades de origem alemã (CANABARRO, 1999, p.58).

Aos poucos, porém, a fase da diversificação da agricultura (agricultura tradicional) começa a esgotar-se, e a indústria sofre, igualmente, as conseqüências da estagnação econômica. A região busca uma alternativa econômica para enfrentar esse momento de crise. Começa, então, a se estruturar a partir dos anos de 1950 uma outra fase na economia da região, a chamada fase da modernização na agricultura, com o binômio trigo e soja. É nesse momento que surge a produção de larga escala (capitalismo na agricultura), contrastando com o modelo anterior, que se pautava na policultura do minifúndio agrário.

É importante afirmar que a consolidação do binômio trigo e soja encontra seu melhor momento a partir da década de 60, em detrimento do sistema policultor que antes vigorava com maior intensidade, vindo a ocasionar profundas transformações no sistema de produção regional. No início, o processo de modernização na agricultura no Estado dá-se com a produção, em larga escala, do trigo e do arroz; posteriormente, a produção de soja ocupará o lugar do arroz e transformará a estrutura agrária:

a produção de soja, que surgiu com bases comerciais em especial a partir da década de 1960 e que, juntamente com a produção tritícola, contribuiu para as subseqüentes transformações da estrutura agrária, insere-se de certa forma nessas condições (CORADINI E FREDERICQ, 1981, p.21).

Uma das principais mudanças ocorre, também, no número de estabelecimentos agropecuários da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul (RNC-RS). Percebe-se um decréscimo dos estabelecimentos “pequenos” (menos de 50 hectares), em torno de 69% e, um crescimento em torno de 50% dos estabelecimentos “médios” (50 a 200 hectares) e dos estabelecimentos acima dos 200 hectares.

Gráfico 5 – Número de Estabelecimentos Agropecuários da RNC-RS (1970-2000)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

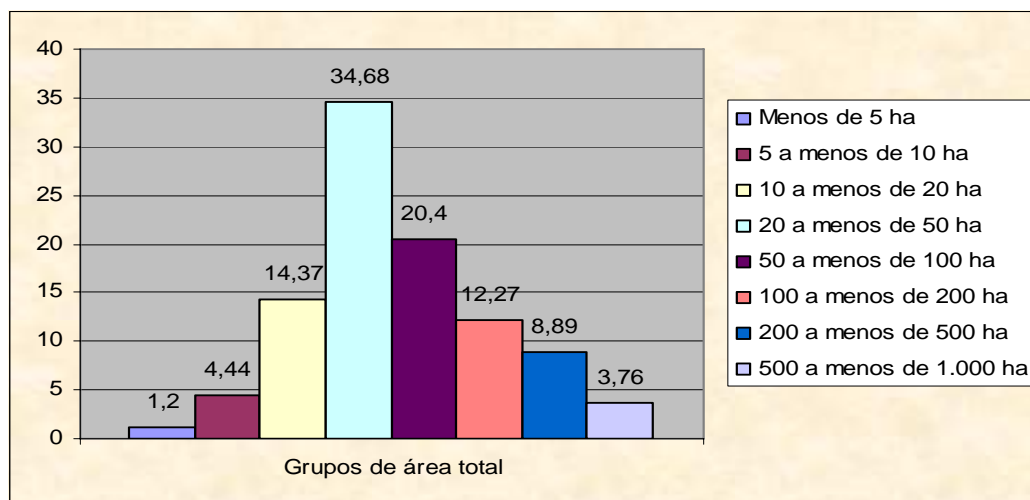
Tabela 2 – Número de Estabelecimentos Agropecuários da RNC-RS (1970-2000)

Ano	0 a 10ha	10 a 50ha	50 a 200ha	+ de 200ha
1970	17.988	20.958	1.572	328
1975	14.022	18.487	1.911	366
1980	15.268	17.966	2.050	394
1985	17.248	17.998	2.154	474
1990	14.955	17.259	2.117	496
1995	13.526	16.428	2.119	504
2000	11.955	15.216	2.159	536

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Em Ijuí, da mesma forma que na Região Noroeste Colonial do Estado, o maior percentual dos estabelecimentos agrícolas situa-se entre os considerados “pequenos”. O percentual do total dos estabelecimentos da agricultura do município continua sendo essencialmente de minifúndio, 54,69% dos estabelecimentos têm menos de 50 ha. O maior percentual dos estabelecimentos fica em torno de 20 a 50 ha, como demonstra o gráfico 6.

Gráfico 6 – Área dos estabelecimentos por grupos de área total e utilização das terras no município de Ijuí (%)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (1996)

Coradini e Fredericq (1981) fazem uma análise pertinente sobre o desenvolvimento da produção de trigo no estado. Até os anos 40, a produção de trigo se mantém estagnada, melhorando gradativamente nos anos 50. O crescimento da área produzida decorre, em boa medida, dos incentivos governamentais – créditos, subsídios, garantia de preços mínimos, criação de infra-estrutura de comercialização e melhorias tecnológicas. Aos poucos, a produção de trigo deixa de ser uma opção dos pequenos proprietários e acaba avançando sobre as áreas ocupadas anteriormente pela pecuária. É nesse período que, graças aos incentivos governamentais, a mecanização da produção tritícola começa a provocar mudanças aceleradas na estrutura produtiva (p.28). A produção tritícola sofre um novo retrocesso no final da década de 50, em decorrência de condições climáticas desfavoráveis e mudanças na política de importação do produto. Na segunda metade dos anos 60, a produção de trigo reage, especialmente a partir do ano de 1967. A retomada da produção dá-se, igualmente, tanto no Estado do Rio Grande do Sul, quanto em nível nacional.

A produção do trigo alcançou um aumento significativo nas décadas de 1950 a 1970, principalmente pelos incentivos governamentais (Governo Federal). Corrêa Leite (2004) afirma que a lavoura tritícola aumentou 18 vezes no referido período, graças à introdução de novas variedades e à distribuição de sementes nos primeiros anos, sempre em busca de uma planta resistente à inconstância climática (p.109).

A modernização da agricultura, iniciada no Rio Grande do Sul ao final dos anos 40 do século passado, foi precedida no tempo pela lavoura empresarial de arroz em áreas de várzea. Segundo Brum (1985), essa expansão acelera-se nos anos 50 e estende-se a toda porção Noroeste nos anos 60, ampliando-se para a Campanha gaúcha e para outros estados nas décadas de 70 e 80 (p.122).

É importante destacar que, em Ijuí, não foram propriamente os colonos a iniciar a produção tríticola modernizada (capitalista), mas pessoas que não estavam ligadas diretamente à agricultura, como os empresários urbanos, comerciantes e profissionais liberais. Estes empreendedores entenderam rapidamente as transformações no setor de créditos e, estando “acostumados a lidar com bancos, perceberam que os financiamentos agrícolas com juros baixos (com a possibilidade de perdão da dívida), faziam da agricultura um bom negócio” (SPEROTTO, 2003).

Quanto à soja, as razões se mostravam favoráveis, no período, para a implementação do cultivo dessa leguminosa no Brasil e, mais precisamente, na região. Dentre algumas razões, pode-se citar: a crescente internacionalização da economia da soja; a política brasileira de incentivo à sua produção e exportação; a consolidação da indústria de processamento e da agroindústria em geral e, ainda, o baixo custo da força de trabalho e da terra, comparativamente aos maiores produtores mundiais. Esses elementos levaram o Brasil a ser o 2º exportador mundial de soja.³³

No âmbito estadual, a produção da soja não possuía expressão alguma na década de 1920 do século passado. Nos anos 80, chegou a atingir cerca de 48% da área ocupada pelas principais culturas do estado, enquanto produtos como o feijão e a mandioca, típicos da agricultura de subsistência, ocupavam cerca de 25% da área cultivada em 1921, área esta que se reduz à cerca de 3,5% em 1980 (TAMBARA, 1983, p.38).

No início da década de 70, Ijuí presenciou os melhores momentos da valorização do preço da soja, somada ao apoio mais sistemático à produção de trigo. Em decorrência do binômio trigo-soja, Ijuí e a região viram declinar drasticamente as atividades coloniais clássicas do período anterior. Como foi evidenciado anteriormente, em pouco tempo a policultura desapareceu para dar lugar ao cultivo desses dois produtos. O boi e o arado desapareceram para dar lugar aos tratores e automotrizas, os campos foram arados, as

³³ A produção de soja brasileira era destinada, em sua maior parte, à exportação (em grãos, farelo e óleo) (CORADINI E FREDERICQ, 1981, p.31).

florestas derrubadas, o êxodo rural aumentou e a monocultura de exportação se instalaram ocasionando a riqueza para poucos, a exploração e a miséria para muitos.³⁴

Em outras palavras, a transformação dos anos 50 decretou o fim da policultura (agricultura tradicional). Os agricultores foram favorecidos por um pacote tecnológico vindo dos EUA, mediante a chamada “Revolução Verde”, pacote esse que foi implantado na região Norte/Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, revolucionando a agricultura graças a estímulos oficiais: crédito abundante e barato, mercado e garantia de preços mínimos (BRUM, 1994, p.13).³⁵

Assim como em outras regiões, em Ijuí, a soja veio a substituir a banha suína e outros óleos. Corrêa Leite (2004) descreve a origem e a importância do produto:

A soja é uma cultura relativamente nova, no Brasil e região. Inicialmente usada como adubo verde ou alimento para o gado bovino sob a forma de pasto verde, ou sob a forma de ‘lavagem’ para alimentar suínos. Somente em 1953 iniciamos o fomento dessa cultura originária da China, cuja importância econômica reside no fato de ser uma leguminosa de elevados rendimentos por área. Embora tenha apenas 18 a 20% de óleo, menos que outras concorrentes, seu teor de proteína é elevado, variando de 40 a 45%. Não é sem razão que, comparada aos concorrentes, desbancou a banha do porco e óleos de outras plantas (p.109).

Com a modernização na agricultura, o setor de implementos, insumos e tratores ganhou um rápido mercado no Brasil: a maioria deles era de origem estrangeira.³⁶ Das empresas produtoras de tratores no Brasil, a Massey Ferguson (capital inglês-norte-americano), a Valmet (finlandês) e a Ford (norte-americano) chegaram a controlar, na época, cerca de 80% do mercado nacional. O restante foi ocupado basicamente pela CBT (Companhia Brasileira de Tratores), com controle acionário do capital nacional; a Caterpillar do Brasil (norte-americano), Case do Brasil (norte-americano); Komatsu Brasil (japonês) e Agrale (controle acionário do capital nacional) (p.36). Da mesma forma, a modernização do

³⁴ A riqueza urbana de uma minoria da população mudou até mesmo a arquitetura da cidade, prédios e casas antigas foram simplesmente destruídos sem nenhuma consciência cultural ou histórica... por outro lado, foram construídos prédios imponentes e casas “modernas”.

³⁵ Neste período, constata-se o incremento dos recursos federais para a agricultura de exportação: “Após esta constatação, nota-se que esta estruturação deu-se via políticas de incentivos governamentais, principalmente no período 1965-79, quando surgiu a maior massa de investimentos federais para a agricultura monocultura” (SPEROTTO, 2003).

³⁶ É importante ter presente o momento político-econômico do Brasil na época. O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) estruturou um planejamento mais efetivo para a economia agrícola nacional, que passava por dificuldades no período. É nesse intuito que JK elaborou o “Plano de Metas” que, entre outras, favoreceu a “abertura” ao capital estrangeiro, principalmente com a instalação de empresas multinacionais (TAMBARA, 1983, p.16).

setor primário aqueceu a indústria e o comércio local; de que se pode citar a IMASA como o exemplo mais promissor do período, além de diversas lojas comerciais fornecedoras de insumos agrícolas (fertilizantes, adubos, defensivos).

Se, por um lado, o avanço da modernização da agricultura facilitou a produção com a utilização de implementos potentes (tratores e colheitadeiras); por outro, houve um aumento significativo de trabalhadores que perderam seus empregos:

a modernização da agricultura se faz especialmente pela via da mecanização, o trator é o novo personagem emblemático. Para a área da 4ª Zona Agrícola, havia, em 1940, 68 tratores todos com menos de 50 cv de potência; já em 1980 são 11.405 tratores em sua quase totalidade, com 50 cv ou mais (IBGE, apud CORRÊA LEITE, 2004, p.110).

No Estado do Rio Grande do Sul, a mecanização também foi intensa. Para se ter uma idéia desse processo, em 1950, havia no Estado 1.104 tratores, passando em 1975 a 77.254; de 1.562 ceifadeiras que havia em 1950, passa-se para 21.437 em 1975 (TAMBARA, 1983, p.40). Em Ijuí, o crescimento da mecanização também fora significativo.³⁷ Segundo Callai (1987), em 1940 havia apenas 7 tratores no município; em 1950, já se contabilizava 19; em 1960, 226, e de 1970 a 1980 (período considerado de “ouro” da modernização), deu-se o maior crescimento, com o número de tratores chegando a 1.379 (p.20).

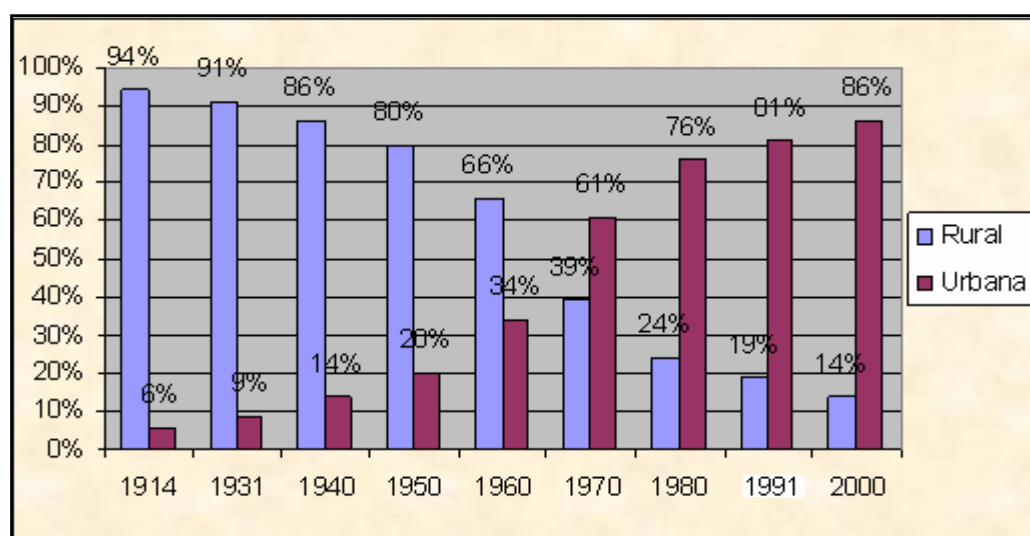
O vertiginoso crescimento da mecanização produziu uma sobra populacional que foi obrigada a migrar para áreas urbanas das cidades ou para outras regiões. A intensificação do êxodo rural resultou em sérios problemas às cidades.³⁸ Em Ijuí, a população urbana

³⁷ Os anos 70 foram realmente de ouro para a economia ijuicense, como bem demonstra o artigo *Fidene a um passo da universidade*, escrito na passagem dos 80 anos da fundação do município. “Ijuí é uma das comunidades mais dinâmicas do interior gaúcho. Festeja neste ano o 80º aniversário de sua fundação. Nestes 80 anos, o trabalho de seu povo transformou a mata virgem de então numa comunidade próspera. Ao lado de uma pujante agricultura, criou um parque industrial e um centro comercial que se situam entre os dez primeiros do Estado. Fez de Ijuí um centro polarizador da Região Noroeste do Rio Grande do Sul”. Ainda nos anos 50 percebe-se a pujança econômica de Ijuí com o funcionamento do aeroporto Municipal com 3 linhas aéreas da Empresa Aérea Varig (avião PP VBL) nas segundas, quartas e sábados com ida e volta à capital. A inauguração das linhas se deu no dia 12 de janeiro de 1954 (CORREIO SERRANO, 16 de janeiro de 1954). É importante destacar que em 1934 Ijuí inaugura a sua primeira linha aérea a Porto Alegre pela empresa de aviação Varig (Fonte: AI – boletim informativo da ACI 1917-1977, p. 58, MADP).

³⁸ Considerando-se o crescimento vegetativo da população regional igual ao crescimento populacional do RS (37% entre 1970 e 1980) a região do Noroeste colonial teria expulsado cerca de 270.000 pessoas de seu meio rural. Deste total, aproximadamente 40% teriam emigrado para os centros urbanos da própria região e 60% teriam migrado para outros locais, no estado ou fora dele. Sem pretender a exatidão no cálculo, essa simulação mostra bem a violência desse processo e a sua importância na realidade sócio-econômica regional (SPEROTTO, 2003).

creceu de forma acelerada e desordenada. Em 1950, por exemplo, a população urbana era de 9.472; já na década de 60, mais que duplicou, passando para 21.399; em 1970, são 31.768 pessoas vivendo na área urbana do município; e, na década de 80, ultrapassa a 53.000 pessoas (Callai, 1987, p.16). Em contrapartida, o decréscimo do percentual da população rural é bastante significativo no município de Ijuí, sendo que, nos anos 70, no auge da modernização, inverteram-se os índices da população rural e urbana de Ijuí (Ver Gráfico 7).

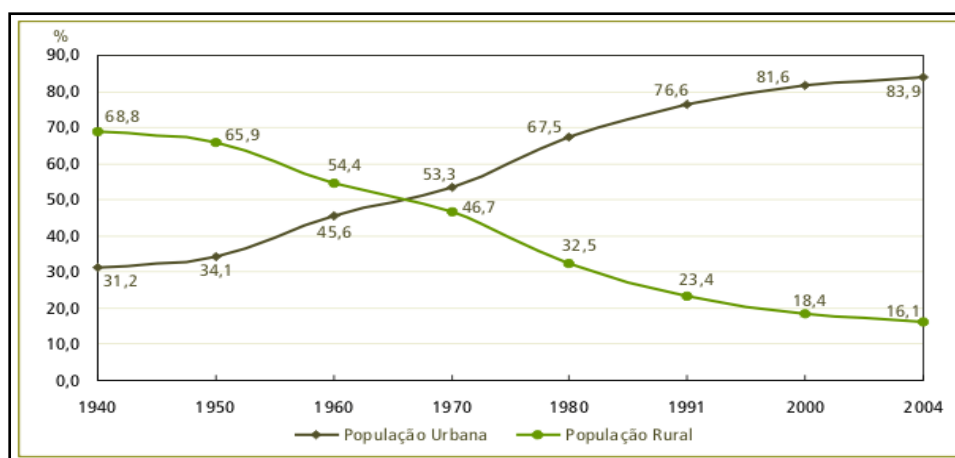
Gráfico 7 – Evolução da população rural e urbana de Ijuí (1914-2000)



Fonte: IBGE, 2000.

Esta mudança seguiu a lógica da inversão que ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul, porém o que se percebe é que a mudança rural/urbano de Ijuí aconteceu com percentuais ainda maiores, se comparada com a inversão no Estado. Enquanto que a inversão da população rural/urbana no Estado ficou em torno de 7,7%, a inversão rural/urbana em Ijuí foi de 27%.

Gráfico 8 – Evolução da população do Rio Grande do Sul por condição de domicílio – 1940 a 2004



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e FEE.

É certo afirmar que este modelo de agricultura capitalista (monocultura de exportação) trouxe lucratividade a certos setores da sociedade ijuiense; contudo, trouxe também conseqüências nefastas ao meio ambiente (devastação das últimas florestas, erosão, assoreamento dos rios, empobrecimento do solo)³⁹; à saúde (doenças causadas pelo uso indiscriminado de venenos e adubação química); à sociedade (êxodo rural, desigualdades, pobreza, exclusão, violência) e também aos próprios agricultores, como nos diz Callai (1987):

os vários grupos de agricultores foram atingidos de forma variável. Os agricultores sem-terra – agregados, parceiros e assalariados – foram os primeiros atingidos ao serem substituídos pelas máquinas agrícolas, os pequenos proprietários foram atingidos imediatamente após, mais pelo endividamento e pelos juros. Cresce a consciência de que a lavoura modernizada, nos moldes em que vinha sendo praticada, acabaria por destruir o pequeno produtor (p.24).

Além do êxodo rural e da concentração urbana, outras conseqüências podem ser citadas, como o aumento de propriedades com maior número de hectares, mediante a anexação e a supressão das pequenas; o desaparecimento das pequenas indústrias, multiplicando-se as casas comerciais que vendem produtos de fora, como São Paulo ou de outros centros industriais; o crescimento das empresas ligadas ao trigo e soja: bancos,

³⁹ “Há que se comentar o destino das matas, que na RNC-RS do Rio Grande do Sul perdeu 40% de sua área no período 1940-2000; enquanto que no Estado este percentual foi de um aumento de 9%...” (SPEROTTO, 2003).

cooperativas, vendedores de máquinas e implementos agrícolas, adubos, inseticidas, etc; a abertura de novas estradas e o asfaltamento de outras para interligar áreas de produção e consumo.

Também, na opinião de Bressan (1978), a modernização do campo, a partir dos anos 50, trouxe conseqüências negativas para boa parte da população gaúcha. O crescente êxodo rural, a urbanização desordenada, a degradação do meio ambiente, a diminuição na produção de alimentos, a inadequação tecnológica, a erosão do solo e a concentração da propriedade são os exemplos mais gritantes. Sobre a urbanização, Bressan assim discorre:

o processo de urbanização acentuou-se no Estado principalmente a partir de 1950. Isto ocorre porque uma das válvulas de escape para o 'excesso' de pessoas no campo – a migração rural-rural – começava a fechar-se, como é o caso das migrações para o oeste do Paraná que tiveram o seu auge na década de 40 (p.76).

Bressan também chama a atenção para o rápido crescimento da população urbana no Estado do Rio Grande do Sul, que começa nos anos 50 e se intensifica nos anos 70:

De 1950 em diante o crescimento da população urbana é ascendente, sempre acima do nível de crescimento da população total, enquanto que a população rural cresce cada vez menos, a ponto de, na década de 70, não só não cresce, como, pelo contrário, apresenta um decréscimo de 19% da população absoluta que vivia no campo. E mais, nos últimos anos o processo de urbanização no Estado acelerou-se rapidamente, sendo que, em 1980, 67,5% da população gaúcha residiam nos centros urbanos e somente 32,5% residiam em zonas rurais (p.76).

Para Azambuja (1997), a ironia da “modernização” foi criar mecanismos de destruição da natureza e exclusão social:

áreas devolutas de matas não existem mais, áreas de campo são paulatinamente reorganizadas para lavouras de trigo e soja, mecanizadas e em extensão. O peão de estância, o parceiro, o ocupante, o empregado, são alijados do mundo rural. O espaço que lhes resta é a cidade: talvez, para muitos, seu primeiro espaço tenha sido a Rua do Aperto (p.22).

O modelo econômico da modernização da agricultura capitalista enfraquece nos anos 80, junto dela uma indústria ligada ao setor agrícola. Em outras palavras os setores primários e secundários entravam em crise. A partir dos anos 80, o setor terciário (comércio e serviços) manterá a economia do município, como bem demonstrou o Gráfico 1 deste

capítulo. Dentre as instituições que prestam serviço em Ijuí, pode-se destacar o setor da educação, tendo a Unijuí como principal responsável por este setor (com aproximadamente 10 mil alunos matriculados), além de importantes colégios secundaristas, como o Colégio Evangélico Augusto Pestana (CEAP), o Sagrado Coração de Jesus e o Colégio Estadual 25 de Julho, entre outros;⁴⁰ no setor da saúde, tem-se a participação na economia municipal de três importantes instituições, o Hospital de Caridade de Ijuí (HCI), o Hospital da UNIMED e o Hospital Bom Pastor, como referência regional neste segmento. Ijuí conta ainda com um diversificado comércio (lojas de confecções e redes de lojas de eletrodomésticos e supermercados)⁴¹, um dinâmico desenvolvimento no setor imobiliário (dezenas de novos edifícios na cidade), além de contar com a contribuição de um bom número de funcionários públicos federais, estaduais e municipais (Professores, Exército, Penitenciária Modulada) além dos aposentados da Rede Ferroviária Federal.

4.3 Evolução da cultura política

Nesta seção, a abordagem vai privilegiar alguns aspectos da cultura política de Ijuí. Inicialmente, trata-se das práticas políticas centralizadoras e autocráticas dos primeiros governantes de Ijuí que, desde a formação da colônia (1890) até o fim dos anos 30 do século passado, resumiram-se a apenas dois líderes políticos: Augusto Pestana e Antônio Soares de Barros, respectivamente. Em seguida, serão analisados os processos eleitorais de Ijuí, cuja participação da maioria da população mostra-se restrita. Logo após, apresenta-se o Movimento Integralista de Ijuí (“camisas verdes”), considerado como uma possível reação

⁴⁰ Em 2000 o número de professores regentes de classe no ensino regular era de 201 (Pré-Escola), 951 (Ensino Básico) e 298 (Ensino Médio). No mesmo ano, Ijuí contava com 51 Estabelecimentos no Ensino Regular (Pré-Escola), 57 no Ensino Básico e 12 no Ensino Médio. Ainda em 2000, Ijuí contava com 2.321 alunos matriculados na Pré-Escola, 13.269 no Ensino Básico e 4.629 no Ensino Médio. (Fonte: Secretaria Estadual de Educação do RS – Estatísticas Educacionais).

⁴¹ Muitas empresas ligadas ao comércio local integram grandes redes de lojas de outras cidades ou estados, fazendo com que boa parte dos lucros não permaneça no município.

contra as práticas autoritárias do Cel. Dico. Por fim, serão discutidas as origens e a forte característica do trabalhismo na política ijuiense.⁴²

4.3.1 Coronelismo na colônia: Augusto Pestana

O também chamado “estruturador da colônia” de Ijuí, Augusto Pestana, nasceu no Rio de Janeiro no dia 22 de maio de 1868, e era considerado um homem de caráter generoso e de virtudes excepcionais, dedicando todos os seus esforços tão-somente ao serviço da humanidade, da Pátria e da família.⁴³

A formação de Augusto Pestana deu-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde teve influência da teoria positivista. Formou-se engenheiro-geógrafo e, um ano mais tarde, recebeu o diploma de Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e de Engenharia Civil. Aos vinte anos já atuava profissionalmente. Veio a residir em Porto Alegre tendo sido convidado por Júlio de Castilhos, Presidente do Estado, para chefiar a recém-criada Comissão de Estudos do Rio Jacuí.

Casou-se com uma gaúcha de Cachoeira do Sul, chamada Virgínia da Fontoura Trindade, no dia 24 de maio de 1892. Mais tarde, Augusto Borges de Medeiros, então Presidente do Estado do RS, confiou-lhe o importante cargo de Inspetor Geral das Linhas Telegráficas no Estado, a 17 de agosto de 1898. No entanto, mal havia assumido essa função, quando outra incumbência lhe fora confiada: a de chefiar a Comissão de Terras da Colônia de Ijuí e da Comissão Discriminadora de Terras Devolutas e Verificadora de Posses nos Municípios de Cruz Alta, Palmeira, Santo Ângelo e Passo Fundo. Foi nomeado em 6 de dezembro de 1898 e assumiu os dois cargos em 1º de janeiro de 1899 (FISCHER, 1968, p.14).

⁴² Martin Fischer (1968). Para tratar das seções que seguem, buscamos apoio nos seguintes autores: Amaral (2003), Avancini (S/D), Barbian (1986), Cavalari (2001), Felix (1987), Lazzarotto (1995), Love (1975), Carvalho (1997), Dourado (1979) e Trindade (1979).

⁴³ “Pestana trazia marcada em sua personalidade a retidão e honestidade impecáveis” (FISCHER, 1968, p.3).

Figura 4 – Augusto Pestana – Intendente de Ijuí

Fonte: Acervo MADP, Arquivo Família Beck.

Ainda segundo Fischer (1968), Augusto Pestana teve a incumbência de reestruturar a colônia de Ijuí, que estava fadada ao fracasso nos primeiros anos. A colônia de Ijuí foi formada exclusivamente pelo território do mais tarde 5º Distrito de Cruz Alta e fundada oficialmente em 30 de maio de 1890 pelo engenheiro José Manoel da Siqueira Couto. Recebeu, em 19 de outubro do mesmo ano, a primeira leva de imigrantes europeus, encaminhados pelo Serviço de Terras e Colonização. É necessário considerar que muitos dos primeiros imigrantes não eram agricultores, o que dificultava a adaptação dos mesmos: “em grande parte dos poloneses, os teuto-russos, os austríacos, os alemães e os suecos eram industriários que não possuíam a mínima idéia das lides agrícolas” (p.16). Outra dificuldade inicial para a colônia emergente foi a Revolução Federalista de 1893 e a catástrofe que se abateu sobre a economia do Estado.

O município de Cruz Alta foi um dos principais focos da revolução e Ijuí (5º distrito) sofreu prejuízos inestimáveis. O despovoamento e a discórdia começaram a afetar a colônia recém-criada: “pois surgiu nesse meio tempo um novo flagelo, pior que todos os

outros: a discórdia. Discórdia aberta, provocada em parte pela mais triste situação econômica que criava nervosismo e desarmonia em toda a colônia” (LAZZAROTTO, 1986, p.17).

As lideranças políticas do município de Ijuí, mesmo sendo republicanas, procuraram não se envolver diretamente na Revolução, mesmo assim, pendengas e rixas entre chimangos e maragatos foram constantes. Estudos demonstram que, por volta de 1909, estas divergências se acentuaram fazendo com que Augusto Pestana, líder político da colônia, convocasse os lados envolvidos para uma reunião, que se realizou à sombra de duas frondosas figueiras que existiam no alto da Coxilha Sudeste da Vila Ijuhy.⁴⁴ Nesta ocasião, Pestana conclamou a todos para a união, para o desenvolvimento e progresso da região. Em 1917, o intendente Antônio Soares de Barros, recordando da reunião realizada no alto da coxilha, batizou o lugar com o nome de “Alto da União” (Idem, p.16-17).⁴⁵

Figura 5 – Autoridades políticas locais recepcionam o senador Republicano Pinheiro Machado em passagem por Ijuí no ano de 1906. Augusto Pestana e Antônio Soares de Barros estão à frente da Comitiva.



Fonte: Acervo MADP, Arquivo Família Beck.

⁴⁴ Utiliza-se a grafia *Ijuhy* quando o texto se refere à Ijuí do passado (até meado dos anos 40). Utiliza-se a grafia Ijuí (grafia atual) para designar o município na atualidade.

⁴⁵ A seguir, os nomes das principais lideranças políticas de Ijuí e suas opções partidárias: Ramiro do Prado, Albino de Oliveira (Binoca) e Reinoldo Gröger, ligados aos Maragatos. Coronel Dico, Coronel Steglich, Delegado Martins Leonardo e Major Jeremias Quaresma, ligados a Borges de Medeiros (Chimangos) (Fonte: MADP, AI 0.4 pasta 16).

Mais tarde, no ano de 1923, os dois grupos oponentes (Chimangos e Maragatos) voltaram aos combates nos campos do Rio Grande do Sul. O município de Ijuí, indiretamente, acabou sendo afetado pela Revolução Federalista. O Relatório Municipal de 1923 procura amenizar o acontecimento no seguinte relato:

Nosso município foi um dos menos prejudicados pela revolução. Se registraram apenas dois episódios: o assassinato do inspetor do Décimo Quarteirão o Sr. Francisco Rolim da Rosa, por membros do grupo de Juca Raimundo vindos de Santo Ângelo, seqüestro e roubos de bens em Ajuricaba, pelo grupo chefiado por Laurindo Abreu, de Palmeiras. (RELATÓRIO MUNICIPAL DE 1923. p.1 MADP).⁴⁶

A Revolução Federalista dividiu os gaúchos, e isso não fora diferente na colônia de Ijuí: uma parte dos moradores declarou-se abertamente partidária dos federalistas, enquanto outra permaneceu fiel ao governo, antagonismo que agravou ainda mais a crise e a miséria. Com isso, atos de violência não tardaram a chegar: “E o pior de tudo era que o banditismo começou a fazer sentir aberta e desavergonhadamente, já que uma região coberta de tanto mato oferecia ótimos esconderijos a toda espécie de malfeitores. Este estado de coisas sobreviveu à revolução por alguns anos” (LAZZAROTTO, 1986, p.17).

Foi então com o objetivo de “salvar” a colônia do colapso iminente que o governo nomeou Augusto Pestana para dirigi-la. Empossado neste cargo a 1º de janeiro de 1899, no dia 8 de janeiro chegou a Ijuí para administrar e comandar a colônia por longos treze anos de forma consecutiva. Aos poucos, Pestana conseguiu reverter a situação de Ijuí, que se encontrava em situação precária. Fischer comenta que Pestana obteve, em um tempo relativamente curto, um substancial sucesso graças à utilização da força e da imposição da ordem. Sujeitos indesejáveis não duravam muito tempo nestas plagas: “o chefe era implacável com vagabundos, beberões, brigões e agitadores. Quando tinham concessão de terras, pagava até indenizações ou anulava contratos de compra para desta maneira livrar a colônia de elementos irresponsáveis” (p.19). A luta de vida e morte empreendida por Augusto Pestana para “pacificar” os ânimos mais exaltados fazia com que o próprio coronel andasse fortemente

⁴⁶ O município de Ijuí também forneceu apoio financeiro, logístico e humano às forças republicanas, como atesta o Relatório Municipal de 1923: “Para a ‘manutenção da ordem pública’ no ano de 1923 o município tirou de seus cofres a importância de 28:360\$550” (Relatório de 1923 – Quadro Balanço Geral – MADP).

armado, pois na época não tirava nunca a sua faca de prata da cava do colete, nem o revólver 38 da cintura (p.20).

A autocracia foi a característica principal adotada por Augusto Pestana para administrar a colônia. A participação popular ficou bastante limitada. Práticas de clientelismo e paternalismo político não tardaram a acontecer. Como explica o comentário de Fischer (1968):

o chefe cuidava de tudo e velava por todos, dirigia a construção de estradas e pontes, organizava os transportes e ajudava o artesanato e a pequena indústria. Como um bom pai cuida de seus filhos, assim Augusto Pestana cuidava de 'seus' colonos (p.21).

Depois de treze anos à frente da liderança política de Ijuí, Augusto Pestana vai gradativamente deixando o poder. No entanto, a sua influência política permanecerá com a indicação de seu amigo Antônio Soares de Barros para assumir a intendência do município. Logo após deixar a intendência do município, Augusto Pestana foi eleito Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, como representante do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em 30 de janeiro de 1915, reelegendo-se ainda por mais duas legislaturas consecutivas.

Depois de uma longa vida dedicada à política, Augusto Pestana veio a falecer no dia 29 de maio de 1934, no Estado do Rio de Janeiro, contando com 70 anos. Assim noticiou o Jornal Correio Serrano sobre a morte do mesmo:

Por telegrama recebido do Rio de Janeiro, tivemos conhecimento da triste notícia do passamento ontem, na Capital da República, do Dr. Augusto Pestana. Era o extinto um grande amigo de Ijuí, de cujo município foi ele o primeiro administrador. Contava ele com um grande núcleo de amigos e admiradores nesta comuna, no Estado e no Brasil. Além de diretor da Comissão de Terras de Ijuí e primeiro intendente deste município, ocupou o doutor Pestana destacados postos na administração estadual e na política rio-grandense e nacional. Foi deputado federal, secretário de obras Públicas, Diretor da Viação Férrea da Estrada de Ferro Oeste de Minas e inspetor geral do Telégrafo Nacional. O "Correio Serrano" se associa sinceramente as manifestações de pesar em homenagem ao ilustre extinto, apresentando aos seus familiares aqui residentes as expressões do nosso profundo sentimento (CORREIO SERRANO, 30 de maio de 1934).

No entanto, a forma autocrática de governo estava ainda na fase inicial em Ijuí. Com a ausência do Coronel Pestana, assume o Coronel Antônio Soares de Barros (Cel. Dico), também republicano, que permanecerá no poder por mais de duas décadas. A próxima seção trata, especificamente, das práticas governamentais autoritárias do Cel. Dico.

4.3.2 Coronelismo na colônia: Antônio Soares de Barros

Para manter-se no poder, o Governo Estadual não podia prescindir da participação e do apoio de lideranças políticas locais. Os coronéis agiam com fidelidade ao chefe do Estado na sustentação de seu governo. Muitas vezes a violência foi a prática corriqueira para manter a “máquina” burocrática estatal funcionando. No Planalto Médio do Rio Grande do Sul, alguns chefes locais merecem destaque, como José Gabriel da Silva Lima, Firmino de Paula e Firmino de Paula Filho (Cruz Alta), Victor Dumoncel Filho (Santa Bárbara), Pinheiro Machado (São Luiz Gonzaga), Serafim de Moura Reis, Evaristo Teixeira do Amaral, Júlio Pereira dos Santos, Josimo Eleutério dos Santos e Ubaldino Machado (Palmeira das Missões), Ramão Luciano de Souza, o “coronel Bicaco” (Santo Augusto) e, em Ijuí, Antônio Soares de Barros.

Figura 6 – Antônio Soares de Barros, o Coronel Dico – Intendente de Ijuí



Fonte: Acervo MADP, Arquivo Família Beck

Antônio Soares de Barros, o Cel. Dico, nasceu a 4 de abril de 1871 em Lagoa Vermelha. Percorreu e conheceu todos os recantos do Rio Grande do Sul comercializando

muares (usados no transporte de cargas na época).⁴⁷ Seu pai era um antigo tropeiro paulista, do qual dois filhos vieram para Cruz Alta: o próprio Antônio Soares de Barros, que veio a ser chamado mais tarde de Cel. Dico e seu irmão Salatiel de Barros. Os dois se estabeleceram comercialmente em Cruz Alta, mas logo perceberam que não haveria futuro para os dois juntos, então se separaram e Antônio Soares de Barros veio para Ijuí.

Depois de se estabelecer em Ijuí, inicia-se uma longa trajetória em sua vida, na economia e na política administrativa do município. Em 1910, aceitou ser correspondente do Banco Nacional do Comércio. Foi amigo próximo do então diretor Augusto Pestana. Em 11 de julho de 1912, ocupou o cargo de Intendente Provisório da Colônia de Ijuí, ficando até 30 de dezembro do mesmo ano. E é dessa época a sua eleição para o Conselho Municipal de Cruz Alta (Câmara de Vereadores). Quando já criado o município de Ijuí, em 1912, o Dr. Pestana afastou-se da administração municipal, vindo então o Cel. Dico, como já era chamado, a ser eleito Intendente do município. Era, concomitantemente, chefe político, dirigindo o Partido Republicano Rio-Grandense municipal.

Relatos orais dão testemunho do caráter empreendedor do Cel. Dico, na vida social e econômica, bem como de sua ascensão política e ligação com o PRR:

O Cel. Dico começou em Ijuí como cidadão bem pobre que colocou um bolicho vendendo cachaça, rapadura, fumo, sal, etc. Foi através da vida comercial que ascendeu na vida fazendo, aos poucos, fortuna, à medida que também ascendia na escala política partidária no Partido Republicano Rio-Grandense (BARBIAN, 1986).

O título de Coronel provinha por honra e pela lealdade ao Presidente do Estado. O nome do Cel. Dico é confundido com a própria cidade de Ijuí, como empresário empreendedor e chefe político:

Esse conceituado comerciante, que é o chefe fundador dessa importante casa, a mais antiga de Ijuí, é há muitos anos o intendente do município, administrando-o com reais vantagens para a comunhão, que lhe deve assinalados serviços. O Cel. Dico Soares, como é geralmente conhecido, goza de grande estima, popularidade e prestígio naquele município, que é, pode-se dizer, criação sua (COSTA, 1922, p.261-267).

⁴⁷ O Cel. Dico era filho de um negociante de muares, de Lagoa Vermelha. Abandonou a casa paterna e foi trabalhar em uma fazenda próxima a Porto Alegre; em 1886, fixou-se em Cruz Alta. Em 1888, seguiu para a Colônia Militar do Alto Uruguai e, em fins de 1890, chegou a Ijuí, onde instalou uma pequena casa comercial (AMARAL, 2003, p.58).

Seu governo destacou-se pelo clima de “ordem” e trabalho, dando continuidade ao modelo de administração de seu antecessor, o Dr. Pestana. O jornal da época (*Correio Serrano*) procurou preservar a imagem do Cel. Dico, enaltecendo o caráter ordeiro do coronel: sempre prevaleceu a “ordem” na cidade sob a forte “liderança” do coronel. Esta “boa convivência” entre a administração do Cel. e o *Jornal Correio Serrano* trouxe vantagens para os dois lados: “Então não houve necessidade de a gente fazer elogios a ele. Então, o relacionamento sempre foi muito amistoso. Ele sabia que o jornal era um elemento de colaboração com o município, não era com a pessoa dele. Então, nunca houve problemas entre ambos”.⁴⁸

4.3.2.1 Controle político autoritário do coronel

Encontra-se na biografia do Cel. Dico, nos relatos orais e mesmo no *Correio Serrano*, o enaltecimento do seu nome como “um administrador competente”, que garantia o progresso de Ijuí dentro da absoluta “ordem” social:

À testa dos destinos, a guiá-los para o brilhante futuro que lhe está destinado, encontra-se o venerando Cel. Antônio Soares de Barros, rara afirmação de administrador honesto e esclarecido. Pulso firme e olhar perscrutor, não se entibia, e vai levando com segurança o município para os destinos a que ele está fadado”.⁴⁹

O coronel controlava a vida de todos os cidadãos do município. Para isso, contava com a participação de um grupo de “capangas”, que estavam a seu serviço para fazer a “limpeza da cidade”.⁵⁰ Tais atos eram tolerados, e discretamente aceitos, entre a população. Muitos relatos orais fazem menção de que “aqui não ficava ou durava mau elemento” e, por

⁴⁸ Depoimento do jornalista Ulrich Löw, integrante da família proprietária do *Correio Serrano*.

⁴⁹ *Rio Grande em Revista*. Porto Alegre: Globo, 1930.

⁵⁰ O contingente de capangas do Coronel era bastante expressivo: “Para o domínio absoluto no município, o Coronel tinha uma força para-militar de no mínimo 20 capangas, podendo em caso de necessidade ter 50 ou até 200”. A origem étnica dos capangas era exclusivamente luso-brasileira (BARBIAN, 1986, p.14).

isso, “nunca houve problemas maiores de roubo ou violência”, “aqui o povo era trabalhador e ordeiro, elemento ruim é que não ficava”. Se porventura ocorresse algum tipo de crime (roubo, atentado, rixa ou vadiagem), o “mau elemento” era, conforme o grau do delito, punido com uma surra, trabalhos forçados ou até mesmo com a pena de morte.⁵¹ O chefe dos capangas era chamado de Major Luiz Amaro, tendo cometido muitos crimes sob o comando do Cel. Dico. A impunidade era constante naqueles tempos: ninguém denunciava, ninguém sabia de nada, o silêncio era a tônica da época.⁵²

Antônio Soares de Barros tinha ligações estreitas com o Cel. Firmino de Paula, de Cruz Alta. Informações e confidências eram trocadas sobre os rumos políticos dos referidos municípios e dos seus adversários políticos. Mas era com os supostos “criminosos” que o “intercâmbio” funcionava: os que cometiam algum crime em Cruz Alta eram enviados para Ijuí para serem assassinados. Da mesma forma, os criminosos de Ijuí eram enviados para Cruz Alta para o mesmo fim. Diz Barbian: “como a região era toda dominada por coronéis havia troca de favores para a execução dos chamados *serviços sujos*, pois o que ele não queria fazer o outro de Cruz Alta mandava executar, mandava liquidar” (BARBIAN, 1986, p.14).

O trecho que segue expõe com clareza a relação entre os dois coronéis e até mesmo o suposto local em que os presos eram executados:

O Cel. Firmino, por exemplo, lá em Cruz Alta trazia (os presos) para cá, tinha um barracão que descia e ia lá em baixo numa fonte d’água e lá degolavam e atiravam para baixo, ia morrer lá embaixo, esse pessoal decerto fazia alguma coisa em Cruz Alta e então traziam para Ijuí, degolavam ali e derrubavam pra baixo. Os capangas do Dico que faziam isso, mas combinado com o Cel. Firmino. Ele prendia lá os que não prestavam, os maragatos, ele mandava pra cá, os capangas daqui degolavam e derrubavam lá (AGOSTINI, 1987).⁵³

⁵¹ Depoimentos orais narram o episódio de um capanga de nome Sebastião D’Ávila, que teria matado uma pessoa num baile e por ser protegido do coronel nem processo foi formado” (BARBIAN, 1986, p.15). Executavam esse serviço os “homens do coronel”: Luiz Amaro, João Paz, Luiz Lopes e outros comandados destes... (AVANCINI, s/d, p.32). “O capanga principal do Dico para a execução de mortes era o *major* Geremias Quaresma, funcionário da Intendência de Ijuí” (BARBIAN, 1986, p.19). “As estratégias para a execução das tarefas sujas sempre eram feitas da forma como se o coronel nada tinha a ver com o caso: ele caía fora e os outros executavam” (BARBIAN, 1986, p.18).

⁵² Conferir o romance histórico *Os capangas do coronel*, de Lazzarotto (1995), que trata exclusivamente dos crimes de Luiz Amaro, principal capanga do Cel. Dico.

⁵³ Depoimento de João Agostini. Disponível no MADP, UNIJUÍ. “O matadouro era um pouco adiante do Bairro Glória onde tinha um descidão muito grande e depois um banhadal. Ali diziam que ele (Geremias Quaresma) degolava e matava ou simplesmente mandava matar. E depois dava um empurrão para ver o cadáver cair no descidão” (BARBIAN, 1986, p.20).

O Cel. Dico tinha um modo peculiar de punir os criminosos:

quanto a ladroeira, ele e o capitão Martins, era uma vez e nunca mais, sumia daqui, botavam lá na praça arrancar guanxumas, arrancar toco, eu vi um que tinha roubado um cavalo, na Linha 6 Oeste, vi um soldado com a espada e ele com as mãos cheias de sangue arrancando guanxumas, o homem chorava e gritava de dor e se não arrancava o pau pegava [...] aquele ia embora e nunca mais roubava (BARBIAN, 1986, p.20).⁵⁴

Segundo fontes orais colhidas pelo Padre Pio Buzanello, disponíveis no Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), o coronel dispensava os magistrados designados para trabalhar no município: “Em Ijuí não paravam fiscais nem magistrados, pois o próprio coronel os dispensava, orientando pessoalmente seus munícipes sobre questões legais e resolvendo pendengas judiciais do mesmo modo”, exemplo evidente da centralização política que impunha aos ijuenses.⁵⁵

4.3.2.2 Coronel Dico republicano

Todos os municípios do Rio Grande do Sul, na época, seguiam à risca os ditames da política republicana positivista. Em Ijuí não fora diferente. O Cel. Augusto Pestana foi o precursor desta ideologia política a que Antônio Soares de Barros deu continuidade. Diz Avancini: “a posição do Cel. Dico era sempre a de Borges de Medeiros, mas nem por isso deixava de ser previamente consultado” (p.15).

Uma característica da política da época era a longa duração dos mandatos dos dirigentes, como é o caso de Borges de Medeiros, que ficou por muitos anos à frente da administração do Estado.⁵⁶ Com o Cel. Dico não foi diferente: exerceu influência e poder na comunidade desde quando se instalou na colônia, em 1890, sendo dono de uma importante

⁵⁴ Depoimento de João Agostini. Entrevista concedida em 12 de outubro de 1987. Entrevistador: Danilo Lazzarotto. Ijuí: MADP, 1987. 1 cassete sonoro.

⁵⁵ Crônicas do Pe. Pio Buzanello. Ijuí: MADP.

⁵⁶ Borges de Medeiros governou o Rio Grande do Sul de janeiro de 1898 até janeiro de 1928 (FÉLIX, 1987, p.16).

casa comercial. No ano em que Ijuí se emancipou, em 1912, o Cel. Dico assumiu a direção política do município até 1925. Depois de permanecer três anos afastado, voltou à Prefeitura em 1928 e ao controle político, onde permaneceu até 1938.

Avancini descreve o período em que o Cel. Dico governou o município: “O Cel. Soares de Barros governou consecutivamente entre 1912-1925, só teve interrompido um período intencional (1925-1927) em virtude de cláusula do Pacto de Pedras Altas, que exigia a reformulação da Constituição rio-grandense quanto à reelegibilidade dos cargos executivos”. Terminado o período de Intendência, o Cel. Dico volta ao poder:

Em fevereiro de 1929 o Cel. Dico assumiu novo mandato eleitoral. Após a Revolução de 30 foi confirmado no cargo por nomeação de Flores da Cunha, permanecendo na função até 1935 quando foi novamente eleito para dirigir o município. Em 1938 o governo Estadonovista lhe deu substituto.⁵⁷

Durante o longo período em que governou autoritariamente o município, o Cel. Dico jamais sentiu-se ameaçado por grupos políticos contrários à sua forma de administrar. Como nos diz Amaral (2003), “pode-se constatar que não ocorre a emergência de um grupo, ou uma pessoa que pudesse colocar em risco o poder do Cel. Dico, em âmbito local. Em relação a integrantes ligados a partidos políticos de oposição ao PRR, não foi possível detectar nenhum” (p.63).

A impressão que se tinha na época é de que Ijuí era de uma total convergência política, isto é, apresentada como uma comunidade sem conflitos, ordeira, pacifista e trabalhadora. A política era para os “entendidos”. As decisões políticas deveriam ser deixadas ao grande líder, que as resolvia em nome de todos. Como diz Avancini:

De fato o município se caracterizou pela ausência de envolvimento nas questões políticas e revoluções do Estado gaúcho durante a República Velha Gaúcha. Pacifismo? Não. Na verdade o colono imigrante, população recente no Estado, não se identificava com as lutas partidárias de maragatos e chimangos que eram lutas entre frações de elite (AVANCINI, s/d, p.47).

⁵⁷ Avancini (s/d), p.16-17. Num breve momento da história política de Ijuí, 1925-27, o coronel Dico esteve ausente da liderança política: “Durante o período de 1925-1927 não foi intendente em decorrência do Pacto de Pedras Altas, que não permitia a reeleição. Nesse período, o Coronel Steglich esteve à frente do governo Municipal e, após a sua renúncia, o médico Ulrich Kulhmann” (AMARAL, 2003, p.50).

Talvez a preocupação do imigrante fosse a conquista e a posse da terra no Rio Grande do Sul, razão principal da sua vinda da Europa.

O coronelismo brasileiro esteve mais ligado à estrutura agrária, o coronelismo gaúcho mais à pecuária (FÉLIX, 1987, p.11). Em Ijuí, diferentemente da realidade brasileira e gaúcha, o coronelismo esteve ligado ao poder econômico comercial na pessoa do Cel. Dico, constituindo o chamado “coronel burocrata” (LOVE, 1975).

A ausência de disputa entre os caudilhos fez de Ijuí, igualmente, um exemplo peculiar do republicanismo:

A história de Ijuí por sua origem (1890) é uma história eminentemente republicana. Desvinculada das disputas e entreveros da caudilhagem tradicional, presente na história gaúcha, e colonizada por população imigrante européia, nos oferece um quadro peculiar e talvez modelo para a análise da instalação das estruturas de poder republicano no país (AVANCINI, s/d, p.28).

Em Ijuí não houve rivais no controle político, isto é, o coronelismo local não teve opositores: “Dico parecia ser o único ‘coronel’ no sentido que os estudos do mandonismo confere ao termo” (p.31). A oposição não chegava a ameaçar o poder do coronel, nem mesmo chegava a abalar-lhe o prestígio frente à comunidade.

Em termos de realizações administrativas, está a construção da Usina Hidrelétrica do Rio Potiribu e sua ampliação na década de vinte. Construiu também o prédio da Prefeitura Municipal, a ponte metálica sobre o Rio Ijuí (sobre a atual RS 155, que foi substituída por uma de concreto). Foi fundador e diretor, durante mais de 50 anos, da antiga Casa Dico S. A (parte já estruturada em Porto Alegre). Quando Vargas instituiu o Estado Novo, o Cel. Dico sentiu que os tempos haviam mudado. Não esperou pelo que pudesse acontecer, renunciando ao seu cargo, no início de 1938. Transferiu então seu segmento de negócios para Porto Alegre, onde veio a falecer em 22 de dezembro de 1955, contando com 81 anos de idade.⁵⁸

Por fim, o Coronel Dico, típico representante dos interesses republicanos no município, soube responder à altura as ordens provindas do Governo Estadual. A relação do Coronel Dico com outros coronéis da região, principalmente com Firmino de Paula, de Cruz Alta, fora uma constante. Troca de informações, defesa de interesses pessoais e perseguição aos opositores eram práticas comuns.

⁵⁸ Conferir o trabalho de Ávila (1982) sobre a origem dos nomes das ruas de Ijuí (p.44-45).

Aos poucos, no entanto, o poder político do Cel. Dico começa a enfraquecer. Se está falando do ano de 1934, ano que o país promulgou a sua nova Constituição em 16 de julho de 1934. Marilda Silva (2003) relata os últimos momentos da vida política do Cel. Dico:

No ano seguinte, em Ijuhy, apesar da quantidade expressiva de votos contrários, o Coronel Dico ainda galgou o mandato de primeiro prefeito eleito pelo voto universal. Entretanto, o novo tempo exigia diferentes comportamentos, e o velho caudilho já não ocupava a mesma posição de outrora. No conturbado momento político que precedeu a ditadura imposta por Getúlio Vargas em 1937, Ijuhy assistiu ao ocaso do coronel (p.146).

Os ventos realmente eram outros. Na política, um sentimento de mudança pairava no ar. Com a destituição do General Flores da Cunha como interventor do Estado do Rio Grande do Sul, um grupo de políticos lhe prestou solidariedade, e o Cel. Dico foi um deles:

Em 8 de janeiro de 1938, alegando problemas de saúde, Antônio Soares de Barros pediu exoneração do cargo de prefeito, numa atitude de fidelidade política a Flores da Cunha. Acompanhado de seu filho, o Coronel Dico deixou Ijuhy depois de 47 anos de trabalhos, radicando-se em Porto Alegre (SILVA, 2003, p.146).⁵⁹

Por mais de 20 anos o Coronel Dico administrou com práticas autoritárias o município de Ijuí. O caráter idôneo do coronel em relação às finanças públicas, típico dos republicanos positivistas, foi, porém, maculado pelas práticas violentas que o seu governo adotou.⁶⁰

4.3.3 Eleições municipais: participação política restrita

As eleições no município de Ijuí davam-se de maneira semelhante a outras regiões do Estado, isto é, sob forma fraudulenta e persuasiva pró-governo. A votação acontecia no

⁵⁹ Sobre a vida de Antônio Soares de Barros e sua atuação como comerciante, conferir o trabalho de Xavier (1951).

⁶⁰ O depoimento de Antonio Barros Netto, neto de Antônio Soares de Barros não deixa dúvidas sobre o caráter autoritário do Coronel: “A imagem que eu tinha do meu avô era de uma figura extremamente autoritária seguindo rigidamente os postulados positivistas, ateu, e fazia questão de afirmar isso [...] ele sempre deu muito valor a lealdade [...] realmente ele era um autocrata, autoritário por excelência...” (ACKER e SILVA, 1990, p.1).

prédio da Intendência e, nos distritos, nas casas dos Conselheiros da Intendência, controladas por pessoas de inteira confiança do coronel. Instalava-se uma mesa eleitoral, sendo o presidente desta, segundo comprovam as atas, pessoas de maior confiança do Cel. Dico, como: Álvaro de Carvalho Nicofé (seu sobrinho); João Dico (seu filho), João Gonçalves Leite (filho de seu fiel tesoureiro), Elzevir Dias de Carvalho Guimarães (seu sobrinho), Alberto Steglich (filho do Cel. Steglich).⁶¹

Como bem relata um convite do Cel. Dico expresso no Jornal da cidade: “Aproveito a ocasião para convidar todos os eleitores federais e estaduais para a eleição do Presidente do Estado, que realizar-se-á no dia 25 de novembro e estou inteiramente convencido que todos os meus eleitores comparecerão como sempre”.⁶²

Da mesma forma, o jornal Correio Serrano ratificava o convite do coronel para que todos se fizessem presentes no dia do escrutínio. Na seguinte passagem, percebe-se claramente a tendência republicana do jornal, bem como a simpatia pela administração de Soares de Barros:

No próximo domingo realizar-se-á a eleição do Presidente do Estado. Como candidato foi proposto o bom chefe do partido republicano Dr. Augusto Borges de Medeiros, amigo pessoal e político do nosso intendente Cel. Antônio Soares de Barros. Neste momento em que a situação política e econômica do país passa por tão duras provas, viemos trazer a cordial simpatia e agradecimento que temos pelo nosso intendente; primeiro, pelos inúmeros autos de sua capacidade administrativa em todos os ramos da atividade pública, quase agradece o nosso município seu rápido progresso, segundo a imparcialidade com que somos tratados. Não é nosso costume, mas manifestamos com satisfação nessa ocasião nossa plena lealdade. Por fim, o jornal conclama: ‘Eleitores! Devemos abstraindo do nosso agradecimento, em todos os casos, prestar nossa obrigação: *todos ao escrutínio!* Ingrato o cidadão que não cumpre seu dever’ (CORREIO SERRANO, 25 de outubro de 1917).

Em outra passagem, quem expõe o pedido de votos pró-Borges de Medeiros é o próprio Cel. Dico. Em nota intitulada *À Borges de Medeiros – Co-religionário e amigo*, Soares de Barros assim se expressa:

Está marcado o dia 25 do corrente para a eleição de Presidente do Estado. É candidato à re-eleição o nosso chefe Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros,

⁶¹ Acker e Silva (1990, p.3).

⁶² CORREIO SERRANO. 25 de outubro de 1917.

que é uma garantia da continuação da ordem e progresso do Estado, pela sua grande competência administrativa e abnegação política.

No final, o pedido: “Estou certo que concorréis com vosso voto para tão merecida reeleição. Antecipo agradecimentos, sou com apreço vosso” (CORREIO SERRANO, 23 de novembro de 1917). Certamente os pedidos de coronel Barros foram atendidos, juntamente, é claro, dos demais coronéis subalternos ao comando de Borges de Medeiros, que venceu com 1619 votos não tendo votos contrários (CORREIO SERRANO, 26 de novembro de 1917).

O aliciamento dos eleitores e a propaganda republicana eram uma constante em Ijuí. As eleições para Presidente, Vice-Presidente da República, Deputados Federais e Senador, marcadas para o dia primeiro de março de 1918, foram apenas mais um exemplo. A propaganda pró-Partido Republicano era feita às claras, sem dar oportunidade a nenhum partido opositor. Especificamente nesta eleição, a propaganda foi dirigida ao Dr. Augusto Pestana, que, em outros tempos, fora um dos principais líderes políticos da Colônia:

Estamos certos que nenhum companheiro deixará de cumprir com seu dever cívico, ainda mais, que é candidato o nosso sempre lembrado e querido amigo Dr. Augusto Pestana, que tantos serviços prestou a esta terra e no Congresso, ao nosso querido Estado ocasião oportuna de mostrarmos a nossa gratidão para aquele que sempre procurou o progresso e o engrandecimento de Ijuí (CORREIO SERRANO, 28 de janeiro de 1918).

No final, o pedido lembra que o comparecimento de todos, votando no candidato republicano, será do agrado e satisfação do chefe maior do município, o Cel. Soares de Barros.

O jornal Correio Serrano também tece comentários saudando ao “Deputado e candidato à re-eleição Augusto Pestana” por ocasião de sua visita em campanha eleitoral à cidade de Ijuí:

Nos últimos quatro anos, como deputado federal, ele trabalhou eficazmente na Câmara Federal a favor de nosso Estado e especialmente de nossa região. Sem dúvida, a sua reeleição no dia 1º de março é certa; o partido republicano não pode apresentar um nome mais satisfatório como o seu e o eleitorado renderá suas graças unanimemente neste dia. Ao ilustríssimo hóspede nossas sinceras saudações (CORREIO SERRANO, 15 de fevereiro de 1918).

Quanto ao resultado da referida eleição, o mesmo seguiu dentro do esperado, ou seja, a vitória expressiva dos candidatos republicanos. Receberam o Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, 1047 votos, para Presidente da República; o Dr. Delphim Moreira da Costa Ribeiro, para Vice-Presidente da República, também 1047 votos; o Dr. Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, 1047 votos, para o Senado. Augusto Pestana recebeu 1072 votos, Dr. Nabuco de Gouvêa também 1072 votos, Dr. Marçal Pereira de Escobar 1022 votos, Alcides Maya 997 votos e o candidato avulso Dr. Flores da Cunha 25 votos. O candidato opositor pertencente ao Partido Federalista, Dr. Maciel, recebeu inexpressivos 24 votos, demonstrando novamente que candidato opositor não tinha espaço pela região (CORREIO SERRANO, 4 de março de 1918).

O Cel. Soares de Barros cumpriu com fidelidade e êxito irrestrito as determinações do seu chefe maior, o republicano Borges de Medeiros, durante o longo período em que se colocou à frente da administração do município de Ijuí, como fica expresso na conclamação exposta a seguir: “O nosso chefe Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros recomenda nomes de companheiros conhecidos de serviço ao Estado para serem eleitos pelo nosso Partido” (CORREIO SERRANO, 11 de fevereiro de 1918).

Depois da expressiva vitória dos republicanos nas eleições de 1918, Borges de Medeiros agradeceu ao esforço do Cel. Barros no sucesso do empreendimento. Borges assim se expressou:

Tendo esse município contribuído notavelmente para a extraordinária vitória republicana de 1º de março, aprez-me reconhecer e louvar a porfiada ação que desenvolvestes, não só durante a fase preparatória do alistamento, como depois em todos os termos do processo eleitoral. Aceite por isso minhas congratulações cívicas com votos sinceros pela consolidação crescente de vosso merecido prestígio (CORREIO SERRANO, assinado por Borges de Medeiros, em 15 de março de 1918).

Da mesma forma, o proselitismo e os pedidos de votos do Cel. Dico continuaram, nas eleições seguintes, sempre instigando e, de certa forma, direcionando o eleitorado a votar nos candidatos republicanos. Como aconteceu quando o candidato Eptácio Pessoa fora indicado pelo Partido Republicano para concorrer à Presidência da República em 1919: “Pleiteando ou não a eleição cumparamos com o nosso dever concorrendo às urnas e votando no Dr. Eptácio Pessoa. Espero o concurso de todos os amigos para que a eleição no dia 13 tenha o brilho de sempre no município (CORREIO SERRANO, 7 de abril de 1919). O

resultado foi novamente favorável ao candidato republicano. Os eleitores de Ijuí foram quase unânimes depositando seus votos à Epitácio Pessoa, que obteve 940 votos contra apenas 9 votos atribuídos a Rui Barbosa.

Antônio Soares de Barros foi Intendente Provisório de 11.7.1912 a 30.12.1912 e, logo após, tornou-se o primeiro Intendente eleito do recém-fundado município de Ijuí, administrando de 30.12.1912 a 21.04.1925 (reeleveu-se com facilidade em 1917 e, em 1921), quando fora proibido de se reeleger em virtude do Tratado de Pedras Altas, que proibia a reeleição dos administradores que exerciam mandato na época. Sobre a vitória de Barros nas eleições de 1921, o jornal Correio Serrano não informa o número total de votos recebidos por Barros, apenas convida os eleitores para os festejos da posse.

O apoio incondicional do Cel. Soares de Barros, assim como de outros coronéis, a Borges de Medeiros lhes possibilitava, em contrapartida, garantir a sua permanência no poder local. Os favorecimentos de Barros a Borges e vice-versa acabaram consolidando uma aliança que garantiu mandatos de longa duração para ambos. Se Barros pedia votos para Borges, este fazia o mesmo, como explicita o comentário do Correio Serrano da época:

O Dr. Borges de Medeiros tendo em vista os elevados serviço prestados pelo Sr. Coronel Antônio Soares de Barros, enviou um telegrama ao presidente do Conselho Municipal manifestando a sua solidariedade à reeleição do mesmo, que jamais podemos recuar, sabendo-se que o município está nas mãos de um administrador modelo (CORREIO SERRANO, 4 de janeiro de 1921).

No mês de fevereiro de 1921 ocorreram as eleições para preenchimento de vagas para senadores e deputados federais. Nelas os republicanos receberam 1630 votos (CORREIO SERRANO, 23 de fevereiro de 1921). O jornal não publicou os votos contabilizados pela oposição (se é que teve).

Em 1º de março de 1922, houve eleições para Presidente da República, em que o candidato Nilo Peçanha foi eleito. Em Ijuí, o candidato recebeu 2031 votos e a oposição recebeu apenas 6 votos. No mesmo ano, mais duas eleições transcorreram: para deputado federal, realizada no dia 15 de outubro e, a última, para Presidente do Estado, em 25 de novembro. Os republicanos saíram vitoriosos nas três: o candidato concorrente à Presidência da República recebeu 2.037 votos; o candidato a deputado federal recebeu 1.493, enquanto que o candidato à Presidência do Estado (Borges de Medeiros) recebeu 2.645 (CORREIO SERRANO, 20 de dezembro de 1922).

Somente em 1924 começa a aparecer em Ijuí, embora de maneira tímida e reduzida, um quadro político de oposicionistas. Estava à frente o Sr. Ângelo Strapazon, que formou uma junta provisória pró-Assis Brasil, líder político do Partido Federalista e opositor de Borges de Medeiros. No Estado, formou-se a Aliança Libertadora, tendo, como presidente honorário, o Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil e Júlio César Ilgenfritz, como presidente efetivo. Da mesma forma, em Ijuí, formou-se a Aliança, tendo a direção de Eduardo Knebel e Ângelo Strapazon. Os oposicionistas, com isso conseguem aos poucos ameaçar a hegemonia republicana em Ijuí. Nas eleições para o Senado e Câmara, transcorridas no dia 7 de maio de 1924, os republicanos fizeram 1.156 votos contra 325 dos oposicionistas.

Em 1925, as eleições eram para escolher um novo Intendente e para o preenchimento de vagas de representantes à Assembléia Legislativa. Nestas eleições, o Cel. Soares de Barros fora proibido de concorrer em decorrência do Tratado de Pedras Altas; no entanto, a influência do coronel na política ijuicense permanece inalterada. Soares de Barros indicou o Cel. Alfredo Steglich para estar à frente da Intendência Municipal, que vence com facilidade o pleito do dia 15 de março de 1925, com 1597 votos (CORREIO SERRANO, 18 de março de 1925).⁶³

Um ano depois (1926) estava marcada, para o dia 1º de março, a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República. Novamente o Cel. Soares de Barros indica a seus cativos eleitores o nome do Dr. Washington Luiz, para que fosse eleito. As eleições, conforme o relato do jornal Correio Serrano, ocorreram sem muita animação; mesmo assim, os candidatos indicados por Soares de Barros venceram em Ijuí, totalizando 1.320 votos em todo o município.

Quando da ausência do Cel. Soares de Barros à frente da direção política do município, cessaram as notícias sobre a política no município. São raras as vezes que o nome do Cel. Steglich é mencionado, a não ser quando o mesmo vem a renunciar. Então, contrariamente à “linha editorial” em curso, o jornal pede a volta do Cel. Soares de Barros à direção do município:

Por esse motivo, o Correio Serrano não pode deixar de associar-se às justas e merecidas manifestações de veneração e apreço que no íntimo de todos os ijuenses serão prestados ao coronel Antônio Soares de Barros, e damos expressão à

⁶³ O Cel. Alfredo Steglich era um político conhecido de todos, pois, já no ano de 1913, fora nomeado pelo Ato n. 16, de 28 de fevereiro, Vice-Intendente de Ijuí.

esperança de vê-lo novamente voltar à direção dos interesses públicos a bem dos seus co-munícipes reconhecidos (CORREIO SERRANO, 2 de abril de 1926).

Em 25 de novembro de 1927, aconteceu a eleição para Presidente do Estado. Soares de Barros, mesmo não estando à frente da direção política, faz campanha para Getúlio Vargas. Vargas venceu e, em Ijuí, o Partido Republicano recebeu 2.394 votos. Vargas ascendeu sob forma meteórica na política: enquanto Presidente do Estado, construiu alianças, inclusive com o Partido Libertador – que fora seu opositor anteriormente, unificou as oposições e formou a “Frente Única”⁶⁴, credenciando-se a postular o cargo maior do Brasil, o de Presidente da República. Vargas, mesmo sendo derrotado por Júlio Prestes e Vital Soares, depois de uma eleição fraudulenta de parte a parte, deflagrou a Revolução 22 dias antes do término do governo de Washington Luís.⁶⁵ Com a Revolução de 30, Flores da Cunha foi nomeado Interventor Provisório da República no Estado do Rio Grande do Sul.

O Intendente Cel. Steglich renunciou em janeiro de 1928. Assumiu, em março do mesmo ano, o Dr. Kuhlmann, que administrou o município até 13 de fevereiro de 1929, quando foi substituído pelo Cel. Soares de Barros, que voltou à frente da direção política municipal sendo eleito pelos cidadãos ijuienses com 2.742 votos.

O Cel. Soares de Barros volta ao controle político do município e passa a apoiar o Partido Liberal pró-Vargas, como fica explícito no texto seguinte:

Devendo ser encerrado a 2 de março próximo o serviço de qualificação de eleitores, convido as pessoas filiadas ao Partido Liberal e aos que a ele quiserem filiar, a requererem, sem perda de tempo, o seu alistamento, para que possam votar nas eleições para a Assembléia Constituinte (CORREIO SERRANO, 11 de janeiro de 1933).

Poucos meses depois é formado o Partido Republicano Liberal (PRL) do qual Soares de Barros foi, igualmente, apoiador.⁶⁶

⁶⁴ O Partido Libertador (PL) uniu-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), formando a Frente Única Gaúcha (FUG), e apoiou a Aliança Liberal (chapa de oposição) tendo Getúlio Vargas e João Pessoa como candidatos a Presidente e Vice-Presidente do Brasil, respectivamente.

⁶⁵ Em Ijuí todos os 6.026 eleitores votaram em Vargas: o candidato Júlio Prestes não recebeu nem um único voto.

⁶⁶ Ijuí totalizava 2.940 eleitores em 1933. A eleição para Deputado Constituinte de 3 de maio de 1933 teve algumas curiosidades. Pela primeira vez o voto secreto é instituído e é assegurado o direito de voto às mulheres: “Em 1932, o Código Eleitoral Provisório garantiu o direito de voto às mulheres casadas, desde que com

Em outubro de 1934 ocorreram eleições gerais a deputados constituintes. Em Ijuí compareceram às urnas 2.940 eleitores, com uma abstenção de 24% dos eleitores. A maioria dos votos foi para o Partido Republicano Liberal, que fez 1.627 votos para a Câmara dos Deputados, seguidos pela Frente Única Gaúcha (FUG), formada pelo Partido Republicano Rio-grandense e Partido Libertador, que obteve 1.129 e pela Ação Integralista Brasileira (AIB), com 12 votos (CORREIO SERRANO, 10 de novembro de 1934).⁶⁷

Como foi exposto anteriormente, em meados dos anos 30 o poder político do Cel. Dico entrou num processo de esgotamento e insustentabilidade. O poderoso Cel. Barros renunciou ao posto de chefe maior, depois de longos anos à frente do controle político no município. Com a sua saída, assumiu Emílio Martins Bühner, um jovem prefeito, com 26 anos, nomeado por Vargas para dirigir Ijuí. Marilda Silva (2003) descreve que um dos primeiros atos do novo dirigente político foi cortar os plátanos da praça da República da cidade:

as frondosas árvores, plantadas justamente em 1913, ano em que o Coronel Dico assumiu o poder, agora caíram por terra. Essa atitude, que mudou a paisagem local em seu ponto mais nobre, pode ser entendida, metaforicamente, como o fim e também o início de uma nova era. E o sentimento nacionalista, que já no baile de *reveillon* de 1937 dava mostras de sua adiantada gestação, estendeu-se, de certa forma, para a praça, com a derrubada das árvores e a extração de, pelo menos, algumas raízes da República Velha (p.146).

4.3.4 Matriz integralista: *os camisas-verdes*

Dentro do mosaico étnico-cultural ijuiense, o movimento integralista teve grande repercussão no município, principalmente entre os teuto e italo-brasileiros, que há muito contribuía para o desenvolvimento social e econômico do município, mas que,

autorização dos maridos e a algumas mulheres solteiras ou viúvas, que tivessem renda própria. No governo Getúlio Vargas foi promulgado o novo código eleitoral pelo decreto nº 21.076, garantindo finalmente o direito de voto às mulheres brasileiras, sem as restrições anteriores” (BERNARDI). Em Ijuí, nas quatro seções da vila, as primeiras eleitoras, que pela primeira vez exerceram seu direito de voto, foram: Dona Anna Aurora Saraiva, Dona Francisca Panichi, Srta Iracema Sampaio e Srta Maria Luisa Schmidt (CORREIO SERRANO, 4 de maio de 1933).

⁶⁷ Em fins de 1934, houve eleições municipais em Ijuí e, pela primeira vez, o Cel. Dico levava um número expressivo de votos contrários. Acontecia que os colonos estavam descontentes com o preço pago pela banha, pelos donos dos chamados “Sindicatos da banha”. Os colonos aproveitaram a primeira vez que o voto era secreto e votaram contra (Programa Memória Viva - MADP).

politicamente, eram discriminados.⁶⁸ É objetivo desta seção tratar do Movimento Integralista em Ijuí, principalmente na década de 30 do século passado.⁶⁹

Em Ijuí, assim como em todo o estado, o Movimento Integralista foi bastante forte, de uma militância numerosa e arraigada. O movimento adotou os símbolos partidários e se estruturou a partir de 1932, perdurando até aproximadamente 1938, quando tentou um golpe para depor Getúlio logo após o Estado Novo. Inicialmente, os integralistas apoiaram Getúlio Vargas no golpe do Estado Novo em 1937, principalmente porque era um golpe contra os comunistas. Logo após, os integralistas divergiram de Vargas. Getúlio chegou a oferecer a Plínio Salgado, o chefe maior dos integralistas e chefe nacional da Ação Integralista Brasileira (AIB), o Ministério da Educação. Os integralistas, dentro da linha de um partido centralizado, doutrinário e forte (de inspiração nazista), recusaram o cargo e lutavam para depor Vargas articulando um movimento armado para depor o presidente, que ocorreu de março a maio de 1938. A tentativa integralista fracassou, e Getúlio decretou a extinção do movimento.

Como foi exposto anteriormente, Ijuí era um município onde havia um forte contingente de descendentes de imigrantes alemães e italianos; por essa razão, a militância do integralismo foi bastante forte. Havia a ala masculina e a ala feminina, e inclusive as mulheres participavam uniformizadas. As crianças, desde pequenas, eram doutrinadas e faziam suas manifestações, suas passeatas e protestos. A Ação Integralista ijuiense era composta por militantes urbanos e rurais, na maioria jovens, de 20 a 25 anos. O integralismo “não era um partido político, era um movimento de idéias”, assim se expressou um ex-integrante. Em Ijuí o Integralismo era composto por pessoas de diferentes credos religiosos, havia muitos ligados à Igreja Católica e, também, evangélicos (neste aspecto não tinham divergências). Há indícios de que o próprio Pe. Pio Buzanello era um simpatizante e um incentivador do integralismo, embora fosse aberto para estimular outros partidos, etc.

Nas eleições de 1934 para a Assembléia Constituinte, o Partido Integralista de Ijuí não tinha propriamente uma grande expressão, de modo que os integralistas, naquele momento, apoiaram Borges de Medeiros. Logo após, em 1937, com o Estado Novo, as eleições foram extintas. Somente vai haver eleições depois de 1945, no período democrático.

⁶⁸ O Movimento Integralista foi bastante forte em Ijuí. No ano de 1932, o integralismo já contava com simpatizantes e com diretório no município.

⁶⁹ Sobre o integralismo nos anos 30, ver a fundamentação teórica de Brandalise (1996), Gertz (1987, 1996), Canabarro (1999), Trindade (1979) e Salgado (1935).

É nesse momento que se organiza o Partido de Representação Popular (PRP), principalmente com remanescentes do integralismo.

Figura 7 – Homens, mulheres e crianças integralistas



Fonte: Acervo MADP, Arquivo Família Beck.

Em nível nacional, o chefe do PRP continuou sendo o mesmo, Plínio Salgado. Em Ijuí, o principal nome do integralismo foi Alberto Hoffman, mas já como integrante do Partido de Representação Popular (PRP).

Em 1947, no período da redemocratização pós-Estado Novo, houve a primeira eleição municipal. Em Ijuí, o Partido de Representação Popular (PRP) não elegeu o prefeito, mas teve a maioria absoluta da Câmara, elegendo 6 dos 11 vereadores. A legislação eleitoral possibilitava que todas as sobras de votos de outros partidos fossem para o partido que tivesse feito o maior número de votos, beneficiando o PRP. Os demais partidos elegeram 5 vereadores: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) elegeu 1; o Partido Social Democrático (PSD) elegeu 2 e o Partido Libertador (PL), também 2.⁷⁰

⁷⁰ Conferir o trabalho de Boff (2003).

Há muito aliados do processo político tradicional, pelo coronelismo de Augusto Pestana e, depois, pelo Cel. Dico, os imigrantes e descendentes, principalmente os alemães, viram no integralismo uma forma alternativa de participação e ascensão na política local. Esta é a tese de Canabarro (1999). Para ele,

não somente de trabalho e atividades recreativa e esportiva viviam os descendentes de alemães na década de 30 em Ijuí. Muitos destes foram seduzidos pela política, ou pela viabilidade de participação política que o integralismo lhes oferecia. O integralismo caiu como uma verdadeira luva na vida destes teuto-brasileiros que tanto contribuíram para o desenvolvimento social e econômico, mas que politicamente eram discriminados (p.40).

Os depoimentos dos integrantes e das principais lideranças do movimento esclarecem a origem, a estruturação da sede do integralismo de Ijuí, a vida social e comunitária de seus integrantes.

Através do depoimento do senhor Osvaldo Brendler, o Integralismo começou a conquistar simpatizantes em Ijuí a partir de 1932. Osvaldo, juntamente com os senhores Willy Schmidt e Sinésio Hauschild, deslocaram-se até o município de Cruz Alta para participar de uma reunião do núcleo integralista daquele município. Após a reunião retornaram a Ijuí com o firme propósito de criar um núcleo integralista. Com a inauguração do Diretório de Ijuí a chefia local ficou com Osvaldo Brendler, e Willy Schmidt e Sinésio Hauschild, como secretários (Idem, p.43).

Canabarro (1999) também descreve a estruturação da sede, a filiação, a participação e a colaboração em maior número de alemães nas ações do movimento.

A nova sede do Núcleo Integralista na Rua José Bonifácio foi estruturada para funcionar perfeitamente com todas as dez secretarias, salões para reunião, biblioteca e departamento de educação física. Neste período, no final de 1936, havia 1.200 inscritos no departamento de arregimentação eleitoral, número bem expressivo para a época. O integralismo em Ijuí conquistou maior projeção a partir da inauguração desta nova sede, estando devidamente estruturado segundo as rígidas regras de organização elaboradas pela cúpula da AIB (p.43).

O objetivo do movimento integralista era a busca do “homem integral”. Um homem íntegro, totalmente comprometido com a vida social. Em Ijuí os integralistas, além de apresentarem-se uniformizados e rigorosamente disciplinados de acordo com os parâmetros da doutrina, praticavam o assistencialismo como tarefa fundamental do movimento naquele local. O ápice do movimento em Ijuí deu-se nos dois últimos anos de sua atuação, ou seja,

1936 e 1937. Com a característica marcante de realizarem trabalhos assistenciais para a população carente da cidade, tanto da área urbana quanto rural, o movimento, a princípio cultural, pretendia realizar um trabalho sólido para avançar espaços na política local (p.60). O integralismo ijuicense expandiu-se mais entre a população rural, tendo maior aceitação entre os colonos ligados à atividade agrícola e pecuária.

4.3.5 Matriz trabalhista

Esta última seção apresenta a matriz trabalhista que encontrou em Ijuí, terreno fértil para o fortalecimento partidário (do PTB e, posteriormente, do PDT), além da dissiminação das idéias em boa parte do eleitorado ijuicense.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi formado em 1945, quando, no mesmo ano, foram marcadas as eleições para o dia 02 de dezembro. Concorreram candidatos para Presidente da República, Senadores e Câmara de Deputados, que formariam a Assembléia Nacional Constituinte. A Constituição Federal de 1946 foi promulgada em setembro do mesmo ano. Em 1946, foram programadas as eleições estaduais para eleger os governadores e deputados estaduais, que fariam as constituições estaduais e, depois, então, chegariam aos municípios. Estabelecia-se, assim, a nova institucionalização política do país.

O PTB em Ijuí, na primeira eleição pós-Estado Novo, em 47, elegeu o prefeito Joaquim Porto Vilanova em coligação com o PL, Partido Libertador, que depois, tornaram-se inimigos. Para a Câmara Municipal, o PTB conseguiu eleger apenas um candidato, chamado, Benno Orlando Burmann.

Na eleição de 1951, o PSD, que formava a Aliança Democrática (PSD, UDN e PL em âmbito estadual e municipal), derrotou o PRP por apenas 8 votos. No escrutínio, porém, ocorreu um fato curioso: quando terminava a apuração dos votos, faltando apenas uma urna para abrir, o candidato do PRP estava com cerca de 200 votos na frente. Os partidários do PRP, inclusive, saíram em passeata, iniciando a comemoração. De repente, na praça inicia uma outra passeata e comemoração no local onde estava sendo feita a apuração. Pois, exatamente na última urna, a Aliança Democrática recebeu mais votos, precisamente 222

votos a mais, enquanto o PRP fez apenas 15 votos. Esta grande virada entrou para a história, tendo sido eleito Ruben Kessler da Silva.

Em 1955, o eleitor ijuiense elegeu o prefeito Lothar Friedrich, do PRP, em aliança com o PSD. Mas, em 1959, o PTB elegeu Benno Orlando Burmann como prefeito e, em 1963, foi eleito o prefeito Walter Müller, da Ação Democrática Popular, composta pelo PRP, UDN, PSD, PL e PDC.

Quando Leonel Brizola foi candidato ao Governo do Estado, em 1959, ocorreu a aliança do PTB com o PRP, que o apoiou. Alberto Hoffmann foi o Secretário da Agricultura na época. Logo após, a Aliança vai desaparecendo e diminuindo e o eleitorado do PRP começa a minguar rapidamente. Por outro lado, o PTB acaba conquistando o eleitorado rural, sendo que, antes, seu eleitorado era eminentemente urbano.

Em 1959, os nomes de Brizola e do próprio partido (PTB) tornam-se populares. No Estado do RS, revezam-se no poder a Aliança Democrática e o PTB durante as décadas de 50 e 60. Pelo PTB, governaram o Estado do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles (1950-1955) e Leonel Brizola (1958-1962). Em 1959, em Ijuí, Benno Orlando Burmann (PTB) aproveita a onda brizolista e consegue eleger-se prefeito. Depois de Burmann, elege-se Walter Muller. Beno Orlando Burmann, em 1967, candidatou-se novamente a deputado estadual, sendo eleito. Em 1968, foi eleito prefeito municipal Sady Strapazon, pelo MDB.

O survey aplicado por Trindade e equipe na área urbana de Ijuí, no ano de 1968, demonstra claramente a tendência do ijuiense em votar em candidatos trabalhistas nas eleições majoritárias e proporcionais.⁷¹ Em relação à preferência partidária, foi feita a seguinte pergunta: “Dentre os antigos partidos, por qual deles o senhor tinha mais preferência, ou se sentia ligado de alguma forma?” A preferência pelo PTB foi a opção mencionada por mais de 43% dos entrevistados; seguidos pelo PSD 10,9%; PL, 8,7% e PRP com 6,3%, como demonstra a Tabela 3.

⁷¹ Quando a citação for Trindade (1968) refere-se ao *survey* aplicado em Ijuí que se encontra em apostila; se a citação aparecer Trindade (1971) refere-se a um artigo escrito na Revista *Dados* do Instituto Universitário de Pesquisas. Sobre a participação político-social ao nível local.

Tabela 3 – Preferência por antigos partidos (%)

PTB	43,9
PSD	10,9
PL	8,7
PRP	6,3
Outros	3,3
Nenhum	17,2
NS/NR	9,8
Total N=367	

Fonte: Trindade, 1968.

Da mesma forma, a preferência dos eleitores ijuienses por candidatos trabalhistas foi recorrente nas eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul, quando 44,7% afirmaram ter votado em Leonel Brizola e 19,9% no candidato Perachi Barcellos (Ver Tabela 4). Nas eleições para prefeito, em 1959, a maioria dos entrevistados (42%) respondeu que votou no candidato Benno Orlando Burmann para prefeito. Da mesma forma, nas eleições presidenciais do ano de 1960, a maioria dos entrevistados (36,8%) respondeu que votou no candidato Jânio Quadros. Nas eleições para governador de 1962, o candidato trabalhista Egídio Michaelsen não conseguiu conquistar a maioria dos votos dos ijuienses; apenas 21% dos entrevistados afirmaram ter votado no candidato trabalhista, enquanto que o candidato Ildo Meneghetti (PSD) obteve 27% dos votos. Meneghetti acabou vencendo as eleições no Estado. Nas eleições para prefeito, em 1963, o candidato Walter Müller foi indicado pela maioria dos entrevistados: nas intenções de voto, 36,6% afirmaram que votaram no candidato, contra 28,1% do candidato opositor Ademar Porto Alegre.

Tabela 4 – Preferência partidária para Governador em 1958 (%)

Leonel Brizola	44,7
Perachi Barcellos	19,9
Não votou	11,2
Nulo/Branco	2,5
Não Sabe	8,4
NR	13,4
Total N=367	

Fonte: Trindade, 1968.

Durante a Ditadura Militar, com a ausência do multipartidarismo (o PTB é extinto) e o eleitorado ijuiense, assim como em todo o país, teve que optar entre a ARENA (Partido do Governo) e o MDB (Partido de oposição). Até 1968, a opção do eleitorado em nível municipal foi pelos candidatos ligados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A pesquisa de Trindade (1968) comprovou esta opção em sua pesquisa. O *survey* fez a seguinte pergunta: “Atualmente, qual o partido de sua preferência?”. 38,4% dos entrevistados responderam que o MDB é o partido de sua preferência, contra 24,5% que responderam ser a ARENA o partido preferido (Conforme Tabela abaixo).

Tabela 5 – Partido preferencial no período da Ditadura Militar (%)

ARENA	24,5
MDB	38,4
Nenhum	31,6
Não Sabe/Não respondeu	5,4
Total N=367	

Fonte: Trindade, 1968.

Da mesma forma, os candidatos emedebistas foram os preferidos dos ijuienses para a Assembléia Legislativa: 37,6% do MDB contra 32,2% da Arena. Para a Câmara Federal e para o Senado, os candidatos do MDB também foram os mais preferidos.⁷²

Com a abertura democrática, o comportamento político do ijuiense volta ao trabalhismo, o eleitorado passa a apoiar os candidatos do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em nível municipal, por exemplo, nas últimas seis eleições os candidatos do PDT venceram em 5, isto é, nos últimos 24 anos tem-se o predomínio do mesmo grupo político na liderança do Executivo Municipal, com exceção em 1996, quando a aliança entre o PMDB e o PP foi vencedora.

A figura 8 demonstra a participação de Lula, Brizola, Emília Fernandes, juntamente com lideranças políticas locais em comício das eleições presidenciais em Ijuí (1998). Esta imagem demonstra a força do Partido trabalhista (PDT) do município.

⁷² No entanto, em 1972 e 1976 o ijuiense elegeu, em dois mandatos, lideranças políticas ligadas à ARENA.

Figura 8 – Lideranças políticas em Ijuí (1998)



Fonte: Acervo MADP, Foto Cleon Frota.

Por fim, pode-se citar o nome de algumas lideranças políticas expressivas de Ijuí. Argermiro Jacob Brum identifica algumas figuras marcantes, como Augusto Pestana, que, embora autoritário, dentro dos princípios do partido da época (o PRR), administra com certo êxito a Colônia de Ijuí. Depois de Pestana, sobressai de certa maneira a pessoa do Cel. Dico que, embora não tendo a bagagem cultural de Pestana, tinha a experiência da “escola da vida”.

Outras personalidades políticas de expressão também são citadas por Brum, como, por exemplo, no Legislativo: Ruben Kessler da Silva, que “sempre foi uma pessoa de ampla visão”, inclusive conseguiu, na época, um financiamento do Banco do Brasil para construir a usina: “Você não tem idéia do que a gente sofria, naquela época, sem luz, sem água e poeira, tudo aquilo. A usina foi criada, escola, formação de professores e outras obras. Todo mundo tem muito respeito. Quando falava, falava pouco, sempre tinha uma novidade substancial a transmitir”, conclui Brum. Também no Legislativo destacaram-se: Alberto Hoffmann (que foi deputado estadual e federal em vários mandatos, e ministro do Tribunal de Contas da União), Amadeu Weinmann, Solon Gonçalves da Silva, Wilson Mânica, Moisés Berlesi, Walter Müller, Amauri Müller, Valdir Heck e Gérson Burmann. Para a Câmara Federal, Ijuí teve Amauri Müller, Emídio Perondi e Darcísio Perondi como representantes. Brum considera,

igualmente, três as lideranças expressivas no âmbito do Executivo municipal: Augusto Pestana, Ruben Kessler da Silva e Orlando Burmann.⁷³ Cabe ainda mencionar o nome do Pe. Pio Buzanello que organizou o Círculo Operário, além de arregimentar os católicos no combate ao comunismo.

⁷³ Argemiro Jacob Brum, entrevista concedida em 28.02.2005.

5 PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL E CAPITAL SOCIAL EM IJUÍ (1960-2005)

Neste capítulo apresentam-se, inicialmente, as origens do capital social em Ijuí nas experiências de participação político-social que a comunidade ijuiense empreendeu na estruturação da Cotrijuí e da FAFI/Fidene/Unijuí, que serviram como apoio ideológico e estrutural ao Movimento Comunitário de Base (MCB) no final da década de 1950 e início dos anos 60. A conjuntura político-econômica da época era de transformações, o que exigiu da elite política de Ijuí, bem como de uma ampla parcela da população, tomada de decisões efetivas na solução dos problemas locais.¹ No segundo momento, apresenta-se a evolução do comportamento político e do capital social de Ijuí a partir dos resultados do *survey* aplicado em 2005.²

5.1 Cotrijuí

A Cotrijuí (Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda) foi fundada em 1957 por um grupo de 16 granjeiros que começavam a investir na lavoura de larga escala, principalmente com a produção do trigo e da soja.³ Segundo Frantz (1982), pode-se dividir a história da Cotrijuí em cinco períodos distintos: da fundação em 1957 até 1962, o período da

¹ A FAFI, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ijuí, foi criada em 1956 e instalada em 1957, com os cursos de Filosofia e Pedagogia. Como continuidade da FAFI surgiu a Fidene, implantada em 1969-1970. No ano de 1985, consolida-se a educação regional com o surgimento da Unijuí.

² Este capítulo está estruturado em quatro seções específicas. As seções um, dois e três tratam das experiências de participação comunitária de Ijuí do final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960. A Cotrijuí, a FAFI/Fidene e o Movimento Comunitário de Base foram exemplos de capital social na época. A teorização dessas seções apóia-se nos trabalhos de Frantz (1982), Trindade (1971), Grzybowski (1978) e, principalmente, em entrevistas com Argemiro Jacob Brum e Mario Osorio Marques, dois dos principais idealizadores do MCB de Ijuí, além de pesquisa junto ao MADP. A última seção trata do comportamento político e do capital social de Ijuí na atualidade.

³ A Cotrijuí chegou a ser a maior cooperativa singular do Brasil (CORADINI E FREDERICQ, 1981, p.85).

afirmação (instalação e infra-estrutura); de 1962 a 1966, o período da dificuldade financeira – crise da economia brasileira; de 1966 a 1973, o período da expansão inicial junto com o “milagre econômico brasileiro”; de 1973 a 1978, o período de maior expansão; e, por último, no início dos anos 80, a profunda crise.

Antes da fundação da Cotrijuí, existiam na região diversas cooperativas de pequeno porte, chamadas de cooperativas “mistas”, que acabaram sendo afetadas e enfraquecidas pela criação da Cotrijuí:

Assim, por exemplo, a agricultura colonial que no passado fora predominante na região, passa gradativamente para um segundo plano. Isto faz com que tanto os colonos, os comerciantes que viviam da intermediação de sua produção, como as cooperativas mistas, sejam obrigados a redefinir suas relações econômicas e tomar alguma posição diante dos novos fatos que ocorriam e entre os quais a criação da Cotrijuí foi certamente um dos mais importantes. Assim a vida das pequenas cooperativas é afetada, quer por não atuar com os produtos “nobres”, quer por não poderem fazê-lo em grande escala. Acabam muitas vezes, por inserir-se ou a subordinar-se à dinâmica das novas cooperativas que surgem e que estão melhor adequadas à política econômica global vigente naquele momento (FRANTZ, 1982, p.48).

Sendo assim, as pequenas cooperativas não tiveram escolha, acabaram sendo anexadas às grandes cooperativas. A Cotrijuí anexou a Cooperativa Mista Mauá Ltda e a Cooperativa Mista dos Agropecuaristas.⁴ No final de 1957, a Cotrijuí contava com 60 associados, número que passou para 11.361 em 1976 e cerca de 18.500 em 1979, 79% de “pequenos produtores” (com área de até 50 ha), 14% de “médios produtores” (com área de 51 até 150 ha) e 7% de “grandes produtores” (mais de 150 ha) (FRANTZ, 1982, p.85).

O cooperativismo foi uma característica marcante da história rio-grandense. Os estudos de Coradini e Fredericq (1981) demonstram a evolução do cooperativismo no Rio Grande do Sul. No ano de 1953, existiam no Estado cerca de 440 cooperativas de diversos tipos, com um total de 137.244 associados. Em 1957, marco inicial do surgimento de um novo padrão de cooperativismo rural, foram recenseadas nesse Estado 565 cooperativas agrícolas que, com o progressivo desaparecimento da agricultura “tradicional” e sua integração em novas bases, se desenvolveram ou foram incorporadas. São fundadas, assim, com o apoio do Plano de Expansão Econômica da Triticultura Nacional e da Comissão de Organização de

⁴ A cooperativa Mista dos Agropecuaristas Ltda chegou a possuir em torno de 2.000 associados nos anos 50. Vendia sua produção própria ao comércio de Ijuí, com uma seção de artigos veterinários. No ano de 1956, a Cooperativa era dirigida pelo Sr. Reinoldo Zimper (*Guia Publicitário e Histórico de Ijuí e Panambi*. Edição de 1955/56. MADP).

Cooperativas de Produtores, apenas no ano de 1957, mais de 20 Cooperativas Triticolas, além da própria Fecotriço (Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo), todas compostas, a princípio, exclusivamente por grandes empresários (p.55). Os pequenos proprietários foram incorporados gradativamente ao cooperativismo com o apoio de movimentos, liderados por setores progressistas da Igreja Católica, especialmente mediante a formação da Frente Agrária Gaúcha e por partidos políticos que forneceram a base ideológica para a mobilização dos produtores no sentido do cooperativismo e de determinado tipo de sindicalismo rural. A Cotrijuí, no caso, recebeu o apoio ideológico do Movimento Comunitário de Base.

O cooperativismo e a sindicalização dos agricultores do campo foram alternativas encontradas para as rápidas transformações globais que atingiam a sociedade e a economia em nível local.⁵ Da mesma forma, o cooperativismo foi uma das principais bandeiras defendidas pelo MCB que, através da realização de cursos, reuniões, palestras, programas radiofônicos e até a edição de um jornal (*O Comunitário*), incentivava os agricultores a se associarem às cooperativas existentes. Esse movimento contribuiu, com toda a certeza, para que um grande número de agricultores se associasse à Cotrijuí (FRANTZ, 1982, p.96).

O momento sócioeconômico dos anos 60 e 70 era de instabilidade no Estado do Rio Grande do Sul. A questão agrária (luta pela terra) fazia parte do debate político entre os integrantes dos grandes produtores rurais (latifundiários) e entre os integrantes dos movimentos dos pequenos trabalhadores rurais, que começavam a emergir na época.

A primeira associação sindical de envergadura instituída no Rio Grande do Sul foi a Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, no ano de 1898, em Pelotas. Esta associação tinha como objetivo defender os interesses dos grandes produtores rurais. Logo após, foi criada a Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul), no ano de 1909, que foi dissolvida em 1923, mas reestruturada em 1927.

Até os anos 60 não existia praticamente nenhuma organização que congregasse os interesses da classe dos pequenos agricultores e dos “sem-terra”. No entanto, no ano de 1961 surge o Master (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), tendo como articulador e defensor do movimento o então governador do Estado, Leonel de Moura Brizola. O Master surge, desta forma, vinculado à política populista utilizada pelo partido hegemônico no Estado na época, o

⁵ Entre o segundo semestre de 1959 e 1964 aconteceu uma intensificação nas atividades sindicais, com o objetivo de atingir as finalidades expressas pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Ijuí, José Pedroso de Oliveira: “[...] conclamo todos para que cerrem fileiras em torno do sindicalismo, e para que cada associado colabore no mesmo sentido, só desta maneira poderá alcançar os seus legítimos direitos e aspirações” (STIAI, Livro de Atas, 14/11/1959) (FRANTZ, 2004, p.36).

PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Uma das principais bandeiras do Master era a reforma agrária e a sindicalização. Com o golpe militar, no entanto, o Master foi desmantelado exatamente porque propugnava pela defesa dos interesses dos pequenos produtores e dos “sem-terra”. No ano de 1961, surgiu a FAG (Frente Agrária Gaúcha), formada por um grupo de pessoas ligadas à Igreja Católica, majoritariamente intelectuais e agricultores, que organizaram um movimento que, de certa forma, foi visto como uma reação a outros movimentos existentes, que, segundo os integrantes, não estavam de acordo com os interesses da sociedade gaúcha (TAMBARA, 1983, p.60-64). Em 1969, surge a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), que passa a contar com 211 sindicatos nos 232 municípios existentes. Em 1970, este número passou para 223, com cerca de 400.000 associados (BRESSAN, 1978, p.65).

Em Ijuí, o MCB, que situava-se próximo às posições da FAG, e tinha em seu bojo uma proposta político-ideológica fortemente influenciada pela Doutrina Social da Igreja Católica e, de modo especial, a Encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII. Como nos diz Frantz (1982, p.108):

O MCB pregava o ‘comunitarismo’ como sendo a única solução política entre o socialismo e o neocapitalismo. O ‘comunitarismo’ seria uma forma de solidarismo e teria como objetivo institucionalizar e disciplinar democraticamente o exercício da iniciativa privada, submetendo-a à comunidade de trabalho.

Os sindicatos rurais e o MCB prestavam serviços à Cotrijuí no esclarecimento de dúvidas ou no sentido de colher sugestões dos associados. A par disso, a Cotrijuí, muitas vezes com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do MCB, deslocava equipes para o interior com o objetivo de coletar propostas de financiamento, visando com isso evitar o deslocamento dos agricultores a locais distantes dos seus afazeres.

Essa contribuição do MCB foi fundamental para a consolidação da Cotrijuí. Inicialmente, a Cotrijuí passa por sucessivas crises, além de não contar com a participação e a confiança dos pequenos agricultores. Neste contexto, o MCB realizou um trabalho sistemático de organização dos agricultores em pequenos grupos vicinais – os núcleos de base – em que discutiam seus problemas em todos os níveis, procurando, sempre que possível, soluções baseadas na solidariedade e nos recursos próprios (FRANTZ, 1982, p.108).

O depoimento de Leonardo Azambuja contextualiza o período histórico do surgimento destas entidades de cunho associativista e cooperativista dos anos 50/60:

A forte participação comunitária e associativa das décadas de 50/60 aconteceu num contexto de redefinição do modelo regional de desenvolvimento (modernização agrícola) e de um contexto político instigador da participação popular. Também é preciso considerar a metodologia do Movimento Comunitário de Base, que buscava mobilizar a partir de um problema comum; a presença da Igreja também é um fator a considerar em se tratando de uma população formada de 'colonos imigrantes' com uma 'moral religiosa'. Ainda uma certa novidade que tudo isso representava. É importante também destacar o movimento sindical em Ijuí como um setor também significativo de associativismo.⁶

Da mesma forma, para Walter Frantz, a criação da Cotrijuí esteve ligada a uma cultura associativista dos agricultores e, também, uma solução para os problemas da época:

A criação da cooperativa, segundo ele, foi uma iniciativa de um grupo de tricultores que, apoiados pelas políticas públicas de modernização, de então, e pelas políticas governamentais de fomento à criação de cooperativas dessa natureza. A Cotrijuí apoiou-se na cultura associativista dos agricultores, na esperança deles de ter na modernização e na tricultura uma saída para seus problemas, sua crise. Desde cedo, em razão disso, houve forte adesão dos agricultores ao projeto da Cotrijuí, estimulados pelo MCB, da FAFI. As crises da Cotrijuí sempre revelaram, além de questões materiais e de políticas governamentais, a crise de confiança pela atuação dos seus dirigentes, em diferentes momentos, com relação a diferentes questões do projeto cooperativo.⁷

Depoimentos e análises demonstram, assim, que a Cotrijuí surgiu com o espírito associativista e de cooperação da comunidade ijuicense, principalmente, com a contribuição ideológica da FAFI e do Movimento Comunitário de Base.

5.2 FAFI/Fidene/Unijuí

A implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI) foi no ano de 1957, numa década de profundas mudanças políticas e econômicas de ordem global que acabaram afetando a região nos mais variados aspectos. A região expandia a rede de ensino de primeiro e segundo grau e, aos poucos, surge a necessidade da qualificação dos professores; dentro deste contexto, a criação de uma instituição de ensino superior não demorou a se estruturar. Surge, assim, a FAFI como serviço, fator de promoção humana,

⁶ AZAMBUJA, Leonardo. Entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2005.

⁷ FRANTZ, Walter. Entrevista concedida no dia 20 de julho de 2006.

capacitação e instrumentalização para o desenvolvimento global, harmônico e integrado da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A Sociedade Literária São Boaventura, da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, foi a mantenedora inicial da FAFI. A instituição abriu suas portas para a comunidade no final da década de 50, com os cursos de filosofia e pedagogia, sendo o primeiro estabelecimento de ensino superior da região. Inserida na vida de Ijuí e da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, a FAFI procurou deitar raízes na realidade, servindo, o quanto possível, a todas as camadas populacionais dos cinquenta municípios da área de sua influência. Argemiro J. Brum (1994) afirma que a filosofia da instituição era centrada nos grupos humanos, quer espontâneos ou informais, quer formalmente organizados. A preocupação era com o social e voltada para a grupalização e o associativismo:

é nos grupos e associações, no encontro e confronto com o outro – no espelho do outro – que as pessoas, ao descobrirem os outros, se encontram e descobrem a si próprias como sujeitos participantes e criativos – construtores solidários da História, criando o clima e gerando as condições para a efetiva convivência democrática (p.19).

Com o passar do tempo, surge a necessidade de expandir a estrutura da instituição em decorrência da grande demanda regional. Novos cursos foram criados e novas instituições educacionais foram criadas em outras localidades (Cruz Alta e Santo Ângelo). Como resultado do trabalho e da experiência da FAFI, foi lançada, em maio de 1968, a idéia de uma Fundação Regional. Em 1969, a idéia foi concretizada com a criação da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE) – instituída pela Sociedade Literária São Boaventura através da doação do patrimônio que servia à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, nos vários setores de sua ação educacional, científica e cultural. A FIDENE, deste modo, surgiu da experiência construída durante doze anos de trabalho persistente da FAFI. Assim como o ano de 1969 foi o ano da implantação da FIDENE, 1970, ao lado da conclusão desta implantação, é o ano de sua consolidação definitiva.

Depois da exitosa experiência de ensino desenvolvido pela FAFI e pela FIDENE, surgiu a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, sendo reconhecida em 1985. Desde a criação da FAFI, passando pela FIDENE até a UNIJUÍ percebe-se a inserção destas instituições junto à comunidade regional, como nos diz Frantz (2003):

O discurso revela e finca as raízes do compromisso social do núcleo de ensino superior e, logo depois, vai sustentar a disponibilidade e o esforço pela organização de um movimento social na região, o MCB. O discurso de implantação da FAFI já contém a utopia do Movimento Comunitário. De certa forma, ainda é a base do discurso atual da universidade, alicerçando a sua inserção no desenvolvimento regional.

O depoimento de Jaeme Callai reforça o argumento do compromisso social da Fidene/Unijuí:

A Fidene/Unijuí foi criada como um instrumento de ação política a serviço da sociedade mais pobre (Capuchinhos) assumiu no pós-64 uma missão de denúncia e resistência. O saber propriamente acadêmico era álibi. A seleção dos professores especialmente tinha muito a ver com determinado perfil político-ideológico. A FAFI era de certo modo um “aparelho” que abrigava um sem-número de militantes, em confronto com a elite local.⁸

A origem da FAFI/FIDENE, segundo o depoimento de Walter Frantz, está fundamentada no envolvimento comunitário e, na participação dos mesmos:

A FAFI/FIDENE nasceu de um projeto dos freis capuchinhos, mas estes souberam envolver toda a comunidade, desde o seu início, tanto para algum apoio material como para o seu desenvolvimento como um projeto comunitário: pela discussão, pela adesão, pela participação etc. Toda a disposição associativa e comunitária para a busca de soluções, no campo da educação, foi canalizada para o projeto. O projeto da FAFI-FIDENE foi realizado no mesmo contexto e com as mesmas disposições da região por buscas de novas alternativas que o projeto da Cotrijuí.⁹

Por fim, confirma o depoimento de Ademar C. Bindé, no período citado dos anos de 1950-60, havia, realmente, uma supremacia do espírito de solidariedade e de participação comunitária, que resultava num esforço mais integrado na busca de soluções para os grandes desafios ao desenvolvimento do município. As alternativas eram analisadas e debatidas, quase sempre, visando alcançar o bem comum, acima dos interesses pessoais ou de grupos.

⁸ CALLAI, Jaeme. Entrevista concedida no dia 28 de outubro de 2005.

⁹ FRANTZ, Walter. Entrevista concedida no dia 20 de julho de 2006.

5.3 Movimento Comunitário de Base (MCB)

Como exemplo de participação comunitária, Ijuí viu florescer, no início dos anos 60, o Movimento Comunitário de Base (MCB), nascido da realidade da população local, a partir de ação extensionista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI).¹⁰

Como ficou evidente em alguns parágrafos anteriores, o contexto político e econômico brasileiro do fim da década de 50 e início dos anos 60 era de profundas transformações estruturais. O município de Ijuí e região acabaram sendo atingidos por tais mudanças. A modernização da agricultura, com o binômio trigo e soja, desencadeou um processo de produção de grande escala no município, fazendo com que empresários urbanos investissem em lavouras (antigas áreas de campo), mediante o uso de financiamentos públicos (juros subsidiados) para adquirir equipamentos (trator e automotriz) e modernos insumos, no intuito de obter um melhor aproveitamento dos seus empreendimentos. Até mesmo os agricultores das lavouras tradicionais (pequenos proprietários) abandonaram a diversificação da produção para aderir à lavoura de grande escala. A antiga geração das lideranças empresariais (comercial atacadista e industrial), tão promissora em outros tempos, aos poucos, dava sinais de envelhecimento e cansaço, bem como os aspectos de solidariedade, participação, iniciativa e empreendedorismo declinavam rapidamente.¹¹

¹⁰ A FAFI (Faculdade de Filosofia) nasceu com o espírito do associativismo e da participação comunitária. “De uma dimensão individual e individualizante evoluiu-se para uma dimensão marcada pela preocupação com o social e voltada para a grupalização e o associativismo. Cada pessoa é um ser único, tem na comunidade um lugar e um papel seu, intransferível. É nos grupos e associações, no encontro e confronto com os outros – no espelho do outro – que as pessoas, ao descobrirem os outros, se encontram e descobrem a si próprios como sujeitos participantes e criativos – construtores solidários da História, criando o clima e gerando as condições para a efetiva convivência democrática” (BRUM, 1994, p.19).

¹¹ Lazzarotto (2002) assim descreve este fenômeno: “Todo o norte do Estado foi levado a deixar a policultura pelo binômio ‘Trigo-Soja’, aqui em Ijuí isto também aconteceu. A mudança foi forçada de fora para dentro, comandada pela burguesia internacional e nacional. Todos os interessados no lucro que adviria da venda de máquinas, implementos, adubos, inseticidas [...] e na comercialização do produto. Muito rapidamente a policultura desapareceu. Arrancaram-se os canaviais e os ervaais, o suíno desapareceu e por toda a parte plantou-se trigo e soja. Boi e o arado também desapareceram para dar lugar aos tratores e automotriz. Os instrumentos de mudança, em toda a parte foram as Cooperativas e o Banco do Brasil através do financiamento e incentivos (p.33).

Em Ijuí, as mudanças nas formas produtivas desencadearam um processo de urbanização desorganizada. Em 1950, a população urbana de Ijuí não passava de 20%; em 1960, a população urbana contava com um percentual de 34%.¹²

É dentro deste contexto que surge o Movimento Comunitário de Base (MCB), como uma tentativa de dar uma resposta à crise por que passava Ijuí. Neste sentido, pode-se definir o MCB como um modelo de trabalho comunitário construído com base na experiência religiosa dos capuchinhos e centrado na idéia da dignidade e valor da pessoa humana, na pedagogia do pequeno grupo e da participação (BRUM, 1994, p.20). Nos grupos e associações – e nos demais momentos da vida –, as pessoas eram estimuladas a (re)conhecerem-se, encontrarem-se e confrontarem-se como iguais. Um dos objetivos principais do MCB era o de participar no diagnóstico e nas soluções dos problemas locais e regionais.¹³

A inspiração para o trabalho do MCB provinha, segundo Brum (1997), de quatro fontes: a) do testemunho de Francisco de Assis e do espírito da Ordem dos Frades Menores Franciscanos (frades capuchinhos) que administravam a FAFI; b) de pensadores e educadores da vanguarda renovadora do pensamento católico na época (Maritain, Mounier, Lebret); c) do contexto brasileiro da época, fervilhante de idéias na busca de saídas para uma crise profunda, da afirmação como povo e instrumentalização para o exercício da cidadania e da definição do Brasil como nação; e d) da formação e tradição histórico-cultural de Ijuí e região, com acentuada tradição comunitária, alicerçada no elevado grau de consciência do valor da pessoa, espírito de iniciativa e capacidade empreendedora (p.20). A tradição comunitária e associativista provinha dos primeiros imigrantes, que criavam associações, escolas, igrejas, capelas, grupos de canto, clubes esportivos e clubes sociais. A intenção do MCB era fomentar tais valores cívicos.

O principal mentor intelectual do MCB foi, na época, o Frei Matias (nome religioso do educador Mario Osorio Marques). Mario Osorio sofreu a influência das idéias do padre Luiz José Lebret, em meados da década de 50.

¹² Nos anos 90 a população de Ijuí passou a ser predominantemente urbana, em torno de 80% morando na área urbana. Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000.

¹³ Só na zona rural do município de Ijuí foram identificados e cadastrados 42 núcleos de Base. Na zona urbana foram cadastradas 23 associações de Amigos de Bairro. Em 1963 existiam 90 núcleos de Base espalhados pelo município (os minifundiários constituíam a maior parte do movimento). Sobre o processo de participação desencadeado pelo MCB em Ijuí, o número de participantes e a pedagogia do MCB. Conferir, igualmente, Grzybowski (1978).

A trajetória intelectual do professor Mario Osorio Marques, segundo Belato (2003) pode ser dividida em três momentos: o primeiro, como intelectual escolástico; o segundo, como sociólogo (inspirado nas idéias de Lebret), e o terceiro, como pesquisador. A inspiração do sociólogo Osorio Marques na comunidade adveio do movimento criado e liderado pelo padre Lebret, denominado “Economia e Humanismo” ou “Civilização Solidária”. Osorio Marques, junto com seu companheiro e amigo Argemiro Brum, foram marcados profundamente pelas idéias de Lebret. Ambos formularam, de múltiplas formas, tanto a prática do olhar, do pesquisar, do agir, quanto da mobilização social como forma de participação individual e coletiva na dinâmica do desenvolvimento. Daí surge a organização local, e sua conexão nacional e internacional, dos trabalhadores rurais, dos trabalhadores urbanos, dos jovens: estudantes secundaristas, universitários, agricultores e operários. Propunha-se simplesmente a busca e a construção de um caminho próprio e autônomo, feito com as próprias forças, pelos sujeitos, em suas comunidades e a partir de seus problemas.¹⁴

Tendo presente a inspiração de Lebret, Osorio Marques procurou contextualizar e adaptar as idéias do padre francês à realidade local. Surge, graças ao empenho pessoal de Marques, a instituição denominada de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI) em 1957. Neste novo ambiente do saber, professores, alunos e lideranças comunitárias partilhavam a experiência da reflexão, do debate, da militância cotidiana e da organização popular que despontavam em outras regiões do país, bem como no Rio Grande do Sul e em outros países (BELATO, 2003, p.75).

Mario Osorio sofreu pesseguições por parte de setores tradicionais da Igreja, bem como das organizações empresariais e até mesmo de partidos políticos tradicionais, exatamente pela sua militância e opção em seguir as idéias revolucionárias do padre Lebret. Porém, Mario Osorio sempre se manteve coerente e fiel aos princípios do franciscanismo católico e ao ideário de Lebret do grupo Economia e Humanismo, embora visse com simpatia os princípios marxistas e socialistas.

Confirma-se então que, as idéias de Lebret, objetivadas na prática pedagógica de Mario Osorio, influenciaram diretamente na estruturação da FAFI, deixando um perfil acadêmico diferenciado em relação às demais instituições de ensino superior, por força da manutenção de seu compromisso social, educativo e de independência acadêmica (BELATO, 2003, p.76)

¹⁴ Conferir Marques e Brum (1972).

Osorio Marques e Argemiro Brum criaram também o MCB que foi um movimento de idéias e ações centrado no valor da dignidade humana, tendo como vocação a convivência humana, ao buscar espaços para a solidariedade e união com o objetivo de criar grupos sociais conscientes e participantes. A essência do movimento era o conceito de “participação”, do qual a organização e a presença eram elementos primordiais. O MCB estava voltado às necessidades das camadas sociais mais necessitadas, principalmente aos moradores recém-chegados à cidade, muitos expropriados de suas terras em consequência da modernização agrícola porque o município e região passaram anteriormente. Carentes, desenraizados e vivendo no anonimato com muitas privações, estas pessoas eram, de certa maneira, sensíveis ao aspecto comunitário, mais propensas à participação nos grupos sociais.¹⁵

Inicialmente, as reuniões eram semanais e tinham como objetivo instruir os participantes sobre os problemas de conjuntura econômica e política, além de instigar o voluntarismo, a participação e a organização de grupos urbanos e rurais. Com o término do curso de extensão (reuniões semanais), foi proposta a continuidade das reuniões num âmbito mais abrangente, com a estruturação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento de Ijuí, uma espécie de Assembléia Comunitária, que mobilizou amplas camadas da população local. Esta Assembléia Comunitária realizou-se em agosto de 1961, com público “numeroso, representativo e vibrante”.¹⁶ É nesse espírito que, no meio urbano, (re)ativaram-se os círculos de pais e mestres (CPMs), grêmios estudantis, sindicatos, associações de bairros – Conselho de Bairros de Ijuí (CBI) e Encontro de Líderes de Bairros de Ijuí. No meio rural, foram organizados em torno de 80 núcleos, que tinham como meta a organização e sindicalização dos agricultores. Os núcleos estruturavam-se distribuídos em 10 Conselhos Distritais, com assembléias periódicas denominadas de Encontro de Líderes Rurais de Ijuí.

Nas palavras de Argemiro Brum, um dos principais idealizadores do movimento: “a organização e a participação (idéia e força) eram as palavras chaves do MCB”. Todo o trabalho e organização colocavam-se na perspectiva de um processo educacional e cultural de libertação e promoção humana a partir dos próprios indivíduos-sujeitos. A organização da

¹⁵ O MCB teve boa repercussão junto às principais lideranças políticas do município. Sobre a crescente divisão no seio das forças vivas do município, Lothar Friedrich (ex-prefeito) mencionou a contribuição do MCB para a resolução do problema: “Acredito, porém, que com o espírito de socialização dos homens, que vem sendo pregado pelo Movimento Comunitário de Ijuí, e que, ao que se observar vem caindo em terreno fértil, as coisas voltem ao seu devido lugar, restabelecendo-se aquele ambiente favorável e propício a uma boa administração que sempre tem imperado nesta terra”. (Ijuí: *Cinqüentenário da emancipação*, MADP, 1962).

¹⁶ In: Cadernos de Extensão 1: *Uma comunidade em busca de seu caminho*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, 1962 (apud TRINDADE, 1971, p.130).

base era tida como a forma mais consistente e eficaz de construção do poder do povo e de sua expressão como ator político e sujeito histórico. Assim, corporifica-se o MCB em diferentes organizações e atividades: a) nos bairros, com mais de 20 associações de amigos; b) nas escolas, com reativação dos círculos de pais e mestres e grêmios estudantis (mais de 20); c) na zona rural, com a criação dos Núcleos de Base (mais de 80 ao todo), nas vilas e povoados do Município fomenta-se a participação para o fortalecimento do associativismo – sindicalismo e cooperativismo; na cidade, dinamização dos sindicatos urbanos das diversas categorias de trabalhadores – criação dos Conselhos de Desenvolvimento de Ijuí.¹⁷ Reuniões, encontros, seminários, palestras, debates, cursos, jornal, programas de rádio, campanhas e solução de problemas concretos foram os principais meios utilizados para a propagação do avanço e a consolidação do Movimento (BRUM, 1994, p.22).

Com o golpe de 1964, o MCB sofreu abalos em sua estrutura, vindo, gradativamente, a diminuir sua atuação junto à sociedade ijuiense. O movimento deixa de existir formalmente, as lideranças locais dos núcleos de base e das associações de amigos de bairros sentiam esgotarem-se seus limites e passaram a levantar a necessidade de cursos para maior fundamentação, melhor instrumentalização e ampliação de seus horizontes culturais. Como resposta à necessidade sentida naquele momento, foi criado o Instituto de Educação de Base (IEB), vinculado à Faculdade de Filosofia, o qual assumiu a articulação do trabalho de extensão que vinha sendo realizado pelo MCB. Em 1969, criou-se, a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE) e o IEB passou a denominar-se Instituto de Educação Permanente (IEP) (BRUM 1994, p.23.).¹⁸ Pode-se afirmar ainda que a criação de importantes instituições, como o MADP (Museu Antropológico Diretor Pestana) em 1961, a EFA (Escola Francisco de Assis) em 1969 e, mais tarde, em 1985, a UNIJUÍ, são exemplos vivos do espírito participativo e associativo do ijuiense. Mesmo não mais existindo como organização, as idéias do MCB influenciaram as pessoas do município e região, bem como as referidas instituições, que ainda hoje trazem a marca da participação e da organização, fruto das idéias de seus empreendedores.

¹⁷ Sobre a evolução do sindicalismo e Ijuí, conferir Frantz (2004) e Barbian (1991).

¹⁸ Sobre a criação da FIDENE, Brum assim argumenta: “Amplamente discutida, a idéia foi adquirindo forma e se corporificando em seus documentos fundamentais, em atendimento a exigências legais, até culminar com a instituição da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado –FIDENE, em julho de 1969, através da escritura pública de dotação de bens pela transferência do patrimônio da FAFI, pertencente à Sociedade Literária São Boaventura, à Fundação e, através dela, para a comunidade regional, a quem, de fato, por intenção de origem e destinação de serviços, já pertencia” (p.26).

Segundo o depoimento de Walter Frantz, o O MCB nasceu como "escoadouro" das preocupações com os problemas sociais, no município e região. A liderança foi dos capuchinhos, de professores, estudantes e líderes comunitários, na época, mas que souberam "interpretar" as aspirações da comunidade em geral. Porém, incorporaram-se ao MCBI, especialmente, os setores dos trabalhadores. Eram os mais desafiados pela crise e com capacidade associativa de organização, em função da sua cultura e prática histórica de tomar em suas mãos os seus problemas, na comunidade.

5.3.1 MCB e participação político-social no nível local

Ainda discorrendo sobre o MCB, esta subseção tem como objetivo apresentar características de participação convencional, não-convencional e comunitária, confiança, associativismo e cooperação (capital social), a partir da pesquisa coordenada por Hélió Trindade em 1968 no município de Ijuí.¹⁹

5.3.1.1 Grupos interessados em resolver problemas

Quanto ao interesse em resolver os problemas locais na época, os resultados da pesquisa de Trindade (1968) apontam para os grupos ligados à participação comunitária (padres, associações de bairro, sindicatos e movimento comunitário). Por outro lado, as instituições ligadas à participação política convencional (Prefeitura, funcionários do governo e

¹⁹ A atuação político-social do MCB repercutiu positivamente em diferentes instituições do Estado e do país. Hélió Trindade, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o apoio da *Ford Foundation*, coordenou, em 1968, pesquisas de opinião sobre o comportamento político em nível local (Ijuí e Caxias do Sul), tendo como objetivo desenvolver o ensino e a pesquisa nas áreas de Ciência Política e Administração Pública. Trindade, em sua análise, trabalhou com duas amostragens: a) primeiro, com a definição de uma amostra aleatória simples da população urbana total, tomando-se como variável a distribuição de salários da população e sorteando-se aleatoriamente, em função de uma margem de erro fixada em 10%, os chefes de famílias constantes do fichário cadastral de domicílios urbanos (367 entrevistas da população urbana) e; b) segundo, foi escolhida uma amostra das elites funcionais locais (políticas, administrativas, comerciais, industriais, financeiras, militares, educacionais, sindicais e estudantis), determinada pela conjugação de informações de grupo de "árbitros locais", com a identificação das elites pela população em geral através das respostas contidas nos questionários (51 entrevistas). É importante destacar ainda que o referido projeto foi dirigido pelo professor Leônidas Xausa e teve, como vimos, a coordenação do Professor Hélió Trindade com a colaboração das pesquisadoras-associadas Mercedes L. Canepa e Lorena H. Silva.

partidos políticos) não estavam muito interessadas na resolução dos problemas locais. Importante destacar o baixo percentual do movimento comunitário na opção “nada” interessado em resolver os problemas, apenas 8,4% responderam esta alternativa. Por outro lado, as pessoas ricas, os partidos políticos e os funcionários do governo responderam que não tinham nenhum interesse (nada) em resolver os problemas locais com 59,9%, 46,6% e 37,6%, respectivamente.

Tabela 6 – Grupos interessados em resolver problemas (%)

	Muito	Pouco	Nada	NS/NR
Padres	51	27,5	9	11,5
Associação de Bairro	43,1	24,8	12,3	19,9
Sindicatos	42,5	31,3	8,7	17,4
Movimento Comunitário	36,8	17,4	8,4	37,3
Prefeitura	24,5	35,1	29,4	10,9
Estudantes	19,3	21,8	10,1	18,8
Funcionários do governo	13,9	32,4	37,6	16,1
Partidos Políticos	8,7	29,4	46,6	15,3
As pessoas ricas	6,5	22,6	59,9	10,9
Total N=367				

Fonte: Trindade, 1968.

Da mesma forma, quando os entrevistados foram questionados sobre a maneira de solucionar os problemas, as respostas foram parecidas com o percentual acima, ou seja, a forma de participação comunitária (movimento comunitário, sindicatos e associações) com 46,3% e 14,7%, respectivamente, teve preferência em relação à forma de participação convencional (partidos políticos, prefeitura e voto nas eleições). Ainda tratando da questão da participação das pessoas na solução dos problemas, a grande maioria (91,8%) dos entrevistados respondeu “Sim” e apenas 6,3% responderam que “Não” participam nas soluções dos problemas. Este dado demonstra o alto nível de capital social existente na comunidade ijuiense na época. Quanto à filiação sindical ou em associações, 27,5% responderam que eram filiados, enquanto que 72,5% responderam que não.

As pessoas também se mostraram interessadas por atividades sindicais: 49,1% responderam que sempre ou quase sempre estavam interessadas, 9,0% somente em ocasiões extraordinárias, 6,5% somente quando tem algum interesse pessoal e 28,9% responderam nunca estão interessados por atividades sindicais. Da mesma forma, foi alto o percentual de

interesse pela associação de bairro: 33,8% responderam estar muito interessados, 21,8% pouco interessados, 11,4% nada interessados e 28,9% responderam que não existe associação em seu bairro. Sobre a avaliação da participação em sindicatos e associações, a maioria (83,4%) respondeu que era útil participar, 6,3% responderam que tinham mais vantagens do que desvantagens e apenas 2,7% afirmaram que era inútil participar.

5.3.1.2 Atitude das elites e não-elites sobre o MCB

Estudos e relatos orais comprovam que o MCB não foi um movimento composto pelas categorias mais baixas e nem mesmo pelas camadas mais altas da população; pelo contrário, uma faixa intermediária foi a mais participativa (TRINDADE, 1971).

Outro dado, até certo ponto surpreendente, aponta para um alto percentual da população que não chegou a conhecer o movimento propriamente dito. Dos entrevistados, no conjunto da população urbana, 49,5% declararam não conhecer o MCB. A explicação para esse alto percentual talvez seja, em parte, porque o movimento teve maior repercussão nos grupos periféricos, como, por exemplo, os da zona urbana (associações de bairros) e os da zona rural (agricultores, sindicato rurais), sendo que, na área central da cidade, nem sempre houve condições de organização ou associação explícita de algum grupo social.

Quanto ao *nível de ocupação e participação no MCB*, os dados demonstraram, também, que as pessoas possuíam baixos níveis de instrução, ocupações manuais não especializadas ou estavam desempregadas, além de possuir baixa renda.

Como demonstra a Tabela 7, a maioria dos participantes do MCB (44%) era de pessoas que ocupavam cargos de supervisão de trabalhos manuais, proprietários de pequenas empresas; seguidos de 28% de pessoas que lidavam com ocupações manuais não especializadas ou estavam desempregadas; 16% ocupavam posições mais baixas de supervisão de ocupação não-manuais e/ou proprietárias de pequenas empresas. Pessoas com altos cargos políticos e administrativos (proprietários de grandes empresas, profissionais liberais, cargos de gerência e direção) participaram de forma minoritária do MCB, apenas 3%, enquanto 7% afirmaram não conhecer o movimento.

Tabela 7 – Níveis de ocupação e participação no MCB (%)

Supervisão de trabalhos manuais e ocupações manuais especializadas	44
Ocupações manuais não especializados e desempregados	28
Posições mais baixas de supervisão de ocupação não-manuais e proprietários de pequenas empresas, ocupações manuais de rotina	16
Aposentados, encostados que vivem de rendas	7
Altos cargos políticos e administrativos, proprietários de grandes empresas, profissionais liberais, cargos de gerência e direção, estudantes	3
Não sabe	1
Total N=367	

Fonte: Trindade, 1971.

5.3.1.3 Interesse e participação no MCB

O estudo de Trindade (1971) expôs os dados comparáveis entre duas amostragens: o conjunto da elite e o conjunto da população urbana. No que se refere à dimensão *interesse pelo MCB*, constatou-se que o grau de “muito interesse” foi maior no conjunto da elite (69,2%), do que no conjunto da população urbana, onde 47% responderam que se “interessaram muito” pelo MCB. O “pouco” interesse pelo MCB foi maior no conjunto da população urbana (44%), enquanto que no conjunto da elite, apenas 23% responderam que têm pouco interesse pelo MCB.

Tabela 8 – Níveis de interesse pelo MCB (%)

	Muito	Pouco	Nada
Conjunto da elite	69,2	23,4	6,2
Conjunto da população urbana	47	44	7,5
Total N=367			

Fonte: Trindade, 1971.

Quanto ao percentual da dimensão *participação no MCB*, os dados da Tabela 9 mostram que 44,6% do conjunto da elite participavam regularmente do MCB, enquanto que

apenas 18,8% do conjunto da população urbana participam regularmente. À associação pertenciam aquelas pessoas que sempre participavam das reuniões, estas abertas a qualquer pessoa que desejasse fazê-lo. A seleção de seus membros fazia-se pela participação, pelo cansaço dos tímidos ou pela teimosia dos persistentes (professores, estudantes, profissionais liberais, operários, empresários) (BRUM, 2004, p.22).

Tabela 9 – Intensidade de participação no MCB (%)

	Regularmente	Raramente	Nunca
Conjunto da elite	44,6	19,1	36,1
Conjunto da população urbana	18,8	17,2	58,9
Total N=367			

Fonte: Trindade, 1971.

5.3.1.4 Percepção da influência do MCB

Quanto à percepção da importância do MCB no sistema social local através de medidas sobre a intensidade e direção da influência do MCB, os dados revelam que a maioria absoluta das elites e da população urbana considerava “grande” a influência do MCB sobre a população de Ijuí.²⁰ A avaliação ficou proporcionalmente idêntica em ambos os níveis, em torno de 68% dos entrevistados.

Tabela 10 – Intensidade da influência do MCB (%)

	Grande	Pequena	Nenhuma	Não Sabe
Conjunto da população urbana	69,1	25,4	0,8	3,1
Conjunto da elite	68	29,7	0	2,1
Total N=367				

Fonte: Trindade, 1971.

²⁰ O estudo de Trindade (1971) mostra que mais da metade dos integrantes do MCB possuía entre 35 e 50 anos e em torno de 70% professavam a religião Católica (p.142). O estudo mostra também que a maioria dos participantes do MCB era migrante, sendo que apenas um pouco mais de um terço dos participantes sempre morou em Ijuí. Esses migrantes não eram moradores recentes, mas já se encontravam há mais de 10 anos no município (p.143).

Os índices da direção da influência do MCB no conjunto da população urbana demonstram que a influência do movimento recaía mais entre os padres (68%), operários (60%), pobres (58%) e estudantes (58%), respectivamente. Por outro lado, o movimento não conseguia influenciar as pessoas que faziam parte da classe média e as que integravam as classes produtoras, sendo que a grande influência sobre esses grupos era de apenas 42% e 37%, respectivamente (Tabela 11).

Tabela 11 – Percepção da direção da influência do MCB (%)

	Grande	Pequena	Nenhuma	Não sabe
Padres	68	17	2	12
Operários	60	30	4	6
Pobres	58	32	3	4
Estudantes	58	24	11	6
Proprietários rurais	51	30	6	11
Trabalhadores rurais	49	30	8	14
Classe média	42	45	4	4
Classes produtoras	37	35	15	15
Total N=367				

Fonte: Trindade, 1971.

5.3.1.5 Avaliação do MCB

Trindade (1971, p.138-139), ao tratar da dimensão *avaliação do MCB*, subdivide-a em três partes: *percepção do efeito da participação no MCB*, *finalidade do MCB* e *avaliação da natureza do movimento*.

Quanto à percepção do efeito da participação no MCB (Tabela 12), percebe-se que as avaliações do conjunto das elites e do conjunto da população urbana são semelhantes. Os dois grupos de entrevistados acham que o MCB pode melhorar a compreensão dos problemas locais e ajudar na solução dos mesmos. Os dois grupos acham também que o MCB não influenciava de forma direta no governo, ou seja, o MCB nunca foi entendido como um movimento de transformações radicais das estruturas políticas e econômicas. O MCB se pautava no solidarismo e na participação dos indivíduos agindo diretamente nas questões sociais, econômicas e políticas, sem o intermédio da política partidária tradicional.

Tabela 12 – Percepção do efeito da participação no MCB (%)

	Conjunto da elite	Conjunto da população urbana
Ajuda na solução dos problemas locais	32,8	26,7
Melhor compreensão dos problemas locais	32,7	18,6
Melhor compreensão dos problemas pessoais	21,8	27,8
Não sabe	6,3	14,8
Influência no governo	6,2	11,8
Total N=367		

Fonte: Trindade, 1971.

No que diz respeito à finalidade do MCB, observa-se uma diferença de avaliação entre a elite e o conjunto da população urbana. Para 52% do conjunto da elite, a finalidade do MCB se refere à educação popular, conscientização e promoção do homem, contra apenas 19% do conjunto da população urbana. A segunda opção mais citada diz respeito ao MCB como participação popular na solução dos problemas locais, bem-estar da população em geral, 26% para o conjunto da elite e 38% para o conjunto da população urbana. A minoria dos entrevistados respondeu que a finalidade do MCB era a mudança radical das estruturas.

Tabela 13 – Finalidade do MCB (%)

	Conjunto da elite	Conjunto da população urbana
Educação popular, conscientização e promoção do homem	52	19
Participação popular na solução dos problemas locais, bem-estar da população em geral	26	38
Não sabe	6	23
Sindicalização	4	1
Solidarismo entre classes sociais	4	4
Outras respostas	4	15
Mudança radical das estruturas	2	1
Total N=367		

Fonte: Trindade, 1971.

Por fim, a última dimensão a ser avaliada refere-se à natureza do MCB. Tanto o conjunto da elite, quanto o conjunto da população urbana, responderam que o MCB é um

movimento de cunho cultural, com 64% e 40,4%, respectivamente. O movimento como natureza ideológica foi escolhido em segundo lugar, tanto pelo conjunto da elite quanto pelo conjunto da população urbana, com índices um pouco menores: 21% e 9%, respectivamente. As opções político-partidário e subversivo alcançaram índices inexpressivos nos percentuais, demonstrando que o movimento não tinha como objetivo de propor mudanças estruturais na sociedade (Tabela 14).

Tabela 14 – Avaliação da natureza do MCB (%)

	Conjunto da elite	Conjunto da população urbana
Cultural	64	40
Ideológico	21	9
Religioso	6	11
Político-partidário	2	2
Sindical	2	9
Subversivo	2	0
Não sabe	2	28
Total N=367		

Fonte: Trindade, 1971.

Ao finalizar estas seções constatou-se que a Cotrijuí, a FAFI/Fidene/Unijuí e o MCB foram experiências bem-sucedidas de participação político-social (associativismo, cooperação e confiança), de uma geração que soube responder com criatividade, no tempo certo, aos problemas advindos da crise da modernização, que assolou a região no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século passado. Dentro deste contexto, pretende-se apresentar na próxima seção, um estudo do comportamento político e do capital social do ijuicense a partir da análise dos resultados do *survey* aplicado em 2005.

5.4 Comportamento político e capital social (2005)

Como já foi afirmado anteriormente, expõe-se, nesta seção, os resultados da pesquisa realizada em maio/agosto de 2005 com 400 pessoas residentes na zona urbana de Ijuí

acima de 16 anos, distribuídos em 11 bairros da cidade. Em alguns resultados, foi possível fazer uma comparação longitudinal com a pesquisa aplicada no município de Ijuí em 1968.²¹

Esta seção está dividida em três subseções. A primeira subseção trata do perfil dos ijuienses. Ainda trabalhando com os dados empíricos, a segunda subseção trata da percepção política e, a terceira, apresenta algumas variáveis do capital social da sociedade ijuiense.

A análise dos padrões de comportamento político (participação político-social) de Ijuí é realizada a partir de três conjuntos de variáveis: o perfil da população de Ijuí (a evolução da educação, situação econômica, percepção pessoal e predominância religiosa); a percepção política do ijuiense (avaliação dos serviços de Ijuí, a eficiência do Estado na aplicação dos recursos, identificação partidária, opinião sobre a classe política e satisfação com o funcionamento da democracia); e as percepções ligadas a variáveis típicas de capital social (participação em grupos sociais, participação política convencional e não-convencional, confiança nas instituições e entre vizinhos, informação, discussão e interesse por política).

5.4.1 Perfil do ijuiense

Esta subseção apresenta algumas informações gerais sobre o perfil da população ijuiense, principalmente no que se refere à educação, renda média, religião, grau de satisfação, realização e felicidade, classe social, cor ou etnia, estado civil, situação profissional e o principal problema do Brasil, segundo a opinião dos entrevistados.

5.4.1.1 Evolução da educação

O plano amostral da pesquisa atingiu uma população composta de 47% de homens e 53% de mulheres, entre os quais 60,8% cursaram o ensino fundamental (completo ou incompleto), 23% alcançaram o nível médio (completo ou incompleto), e 14,3% estão cursando ou concluíram o curso superior. Quanto ao nível de educação dos ijuienses, a

²¹ Sobre a metodologia do Plano Amostral (amostra dos bairros, cálculo e distribuição das entrevistas por bairro, etc,...), ver anexo no final do trabalho.

comparação entre os resultados das pesquisas (1968-2005) demonstra que tem melhorado significativamente em todos os níveis, principalmente, a diminuição do percentual dos analfabetos e do Ensino Fundamental.²²

Tabela 15 – Escolaridade do ijuicense (%)

	1968	2005
Sem instrução/ menos de um ano	12,3	2,0
Fundamental incompleto	70,8	53,5
Fundamental completo	4,6	7,3
Médio incompleto	1,9	16,0
Médio completo	5,7	7,0
Superior	4,7	14,3
Total N=	367	400

Fonte: Trindade (1968) e dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

A pesquisa demonstrou também um crescimento de 9,6 pontos percentuais entre as pessoas que concluíram o nível superior entre 1968 e 2005. Ou seja, um aumento de mais de 300% na população que está cursando ou já cursou o nível superior.

5.4.1.2 Situação econômica

Os percentuais dos indicadores referentes à renda refletem a situação de crise econômica vivenciada em todo o país, mas que se reflete, principalmente, na região em que o município de Ijuí está localizado. No que se refere à renda *per capita* mensal, percebe-se que a maioria da população de Ijuí tem uma baixa renda: 50% da população ganham de R\$ 33 a

²² Os dados demonstram que os índices de analfabetismo no município de Ijuí têm diminuído significativamente nas últimas décadas: no final dos anos 60, o percentual de analfabetismo ficava em torno dos 12%; em 2000, o percentual baixou para 5,68% (IBGE). No ano de 2005, o percentual de analfabetismo baixou ainda mais para apenas 2% da população acima de 15 anos.

R\$ 300, enquanto que 41,6% ganha de R\$ 301 a R\$ 800. Os que ganham acima de 1000 reais totalizam apenas 3,5% da população ijuiense.

Tabela 16 – Faixa de renda *per capita* mensal do ijuiense 2005 (%)

R\$		
33-300	50,0	
301-800	41,6	
801-1000	2,6	
1001-2000	1,9	
Mais de 2000	1,6	
Total N=400		

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Demonstra-se, igualmente, os dados referentes à renda dos habitantes de Ijuí a partir da faixa *per capita* por salário mínimo. Neste caso, percebe-se que mais da metade da população de Ijuí sobrevive com até um salário mínimo mensal; 43,5% ganha até 3 salários, menos de 3% da população ganha até 5 salário mínimos e, uma minoria, 1,9% ganha mais de 5 salário mínimos.

Tabela 17 – Faixa de renda *per capita* mensal do ijuiense 2005 por salário (%)

Até 1 Salário Mínimos	51,6	
De 1 a 3 Salários Mínimos	43,5	
De 3 a 5 Salários Mínimos	2,9	
De 5 a 10 Salários Mínimos	1,3	
Mais de 10 Salários Mínimos	0,6	
Total N=400		

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Perguntou-se ainda se, no final do mês, as pessoas conseguiam poupar algum dinheiro; a resposta, porém, confirma os dados do baixo poder aquisitivo da população. A

maioria (54,1% dos entrevistados) respondeu que “não” consegue poupar nenhum dinheiro. Outros 30,8% dos entrevistados responderam “às vezes” e apenas 12,3% responderam que conseguem poupar algum dinheiro no final do mês. Em relação à classe social, a maioria dos entrevistados (55,9%) respondeu que pertence à classe média e 41,8% afirmaram pertencer à classe baixa. Coerentemente com o dado anterior (renda *per capita*), a população de Ijuí não mencionou em nenhum momento pertencer à classe alta. Em comparação com os dados de 1968, os de 2005 apresentam-se um pouco mais otimistas em relação à classe que pertence: em 1968 o percentual de entrevistados que se dizia de classe média era de 43,4% e aqueles que diziam pertencer à classe pobre era de 54,5%. Segundo os dados atuais, nos últimos anos tem diminuído o percentual de pobres e aumentado o percentual de classe média.

Quanto à situação profissional dos moradores de Ijuí, 31,8% responderam que são empregados assalariados; 17% afirmaram ser autônomos (que trabalham por conta própria); 15,8% são aposentados; 10,5% responderam estar desempregados; 9,8% afirmaram ser estudantes e 7,8%, que são donas de casa. A tendência é de que o número de desempregados possa ser maior, pois algumas pessoas que responderam trabalhar por conta própria, muitas vezes, apenas sobrevivem de biscates, serviço temporário ou atividades informais.

Problemas sociais e econômicos foram os mais mencionados pela população ijuiense quando perguntados sobre o principal problema do Brasil na atualidade: 31,0% responderam que o desemprego é o pior problema; seguido pela corrupção²³, 13,5%. A fome e a miséria vêm com 9,5% e a educação deficiente com 4,3% dos entrevistados. Outros problemas também foram citados pelos entrevistados, conforme a tabela 18.

²³ O percentual de entrevistados que respondeu ser a corrupção o problema principal pode ter sido influenciado pela conjuntura política do país, uma vez que a aplicação do *survey* deu-se exatamente no momento de maior repercussão social e midiática da crise política e da corrupção do “mensalão” e dos Correios, entre maio e agosto de 2005.

Tabela 18 – Principais problemas enfrentados pelo Brasil 2005 (%)

Desemprego	31	
Corrupção	13,5	
Fome/miséria	9,5	
Educação precária	4,3	
Violência/Insegurança	4,3	
Desigualdade social	3,5	
Crise econômica	3,5	
Pobreza	2,3	
Má distribuição de renda	2,0	
NS	5,0	
Outros	21	
Total N= 400		

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Uma das evidências desse quadro é de que a percepção do ijuiense frente à situação econômica e social do país é altamente negativa. Mais de 60% dos entrevistados levantaram problemas de dimensões sociais, que incidem diretamente na qualidade de vida dos cidadãos.

5.4.1.3 Percepção pessoal: satisfação, realização e felicidade

No que se refere à percepção pessoal do entrevistado frente às oportunidades intergeracionais, grau de satisfação, realização e felicidade, os dados da pesquisa demonstram que a maioria dos ijuienses (73,3%) acha que as oportunidades de hoje são melhores em relação à geração de seus pais e, ainda, que as oportunidades da geração das crianças de hoje, comparadas com as de sua geração, também são melhores (64%).

Considerando que a satisfação e a felicidade são manifestações de uma comunidade cívica, perguntou-se também se os ijuienses sentiam-se felizes, satisfeitos, confiantes e realizados. O resultado foi o seguinte: 64% dos entrevistados responderam que se sentem felizes e apenas 17% responderam que se sentem infelizes. Quanto à satisfação, 54,5% responderam que se sentem satisfeitos contra 31% de insatisfeitos. O percentual diminuiu um

pouco quando os entrevistados foram perguntados se se sentem realizados, 44,3% responderam que sim, enquanto que o grau de frustração é de 31,8%. Sobre a questão da confiança e insegurança, os percentuais são quase iguais. 45,8% dizem-se confiantes, enquanto 43,5% responderam estar inseguros na sociedade atual.

Tabela 19 – Sentimento pessoal do ijuicense 2005 (%)

Feliz	64	Infeliz	17
Satisfeito	54,5	Insatisfeito	31
Confiante	45,8	Inseguro	43,5
Realizado	44,3	Frustrado	31,8
Total	N=400		

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

5.4.1.4 Predominância étnica e religiosa

No capítulo quarto desta tese, tratou-se da colonização de Ijuí e da diversidade étnico-cultural do município e da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Notou-se, em Ijuí, o grande número de imigrantes europeus que garantiu predomínio numérico de pessoas brancas sobre as demais. No entanto, com o passar dos anos, a etnia branca tem diminuído no município e aumentado o percentual de morenos, pardos e mestiços. Dados da pesquisa feita por Trindade (1968) apontavam para um percentual de 84,7% que afirmavam ser da etnia branca; 4,1% se diziam da etnia negra e apenas 8,4% afirmavam ser morena, parda ou mestiça. Dados da pesquisa de 2005 apontam para um percentual de 80,0% da população que dizem ser branca; 4,3% dizem ser negra e, 15,1% afirmaram ser morena, parda ou mestiça.

Tabela 20 – Cor ou etnia do ijuicense 2005 (%)

	1968	2005
Branca	84,7	80
Negra	4,1	4,3
Morena/Parda/Mestiça	8,4	15,1
NR	2,8	0,6
Total N=	367	400

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

A religião predominante em Ijuí ainda é a Católica, com 61% da população, embora tenha declinado em torno de 11 pontos percentuais o número de seus fiéis nas últimas décadas. Os protestantes (evangélicos tradicionais), com apenas 5,8%, também declinaram em torno de 11 pontos percentuais. O interessante é que, na pesquisa 2005 aparece o percentual de evangélicos (pentecostais), com 23%, exatamente os mesmos percentuais que os católicos e os evangélicos tradicionais perderam desde a última pesquisa, em 1968. Isso significa uma migração quase exata do percentual de fiéis que deixaram a religião Católica e os protestantes tradicionais para integrar as novas religiões dos pentecostais (Ver Tabela 21).

Tabela 21 – A religião do ijuicense 1968-2005 (%)

	1968	2005
Católica	73,6	61,8
Protestantes (evangélicos luteranos)	16,9	5,8
Evangélicos (pentecostais)	-	23,0
Ateu	1,1	2,5
Espírita	1,9	0,5
Não respondeu	0,2	4,0
Outros	6,3	2,5
Total N=	367	400

Fonte: Trindade (1968) e dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Em relação ao estado civil dos ijuenses, o maior percentual é o de casados: 52,0%. 34,0% responderam ser solteiros; 6,8% são viúvos (as); 4% separados e 2% ajuntados. Nota-se que o percentual de solteiros (34,0%) pode ser menor, pois, muitas vezes, casais convivem em união estável, mas, identificam-se como solteiros.

5.4.2 Percepção política

Nesta subseção apresenta-se a percepção do ijuiense frente à política. Foram avaliados os serviços de Ijuí, a eficiência do Estado na aplicação dos recursos, a satisfação com o funcionamento da democracia, a identificação com partidos políticos e como o ijuiense vota.

5.4.2.1 Avaliação dos serviços em Ijuí

Perguntados sobre a avaliação da qualidade dos serviços em Ijuí, o resultado foi o seguinte: os serviços de melhor qualidade (com uma avaliação boa) oferecidos em Ijuí foram o transporte (66%), a educação (63,8%) e a telefonia (55,3%), seguidos pelos serviços de esporte, lazer e cultura (50,3%), saúde (46,5%) e habitação (36,5%) avaliados com uma qualidade intermediária. Os piores serviços avaliados em Ijuí foram o saneamento (34%) e a segurança com (24,8%).

Tabela 22 – Avaliação dos serviços em Ijuí 2005 (%)

	Bom	Ruim/Péssimo
Transporte	66	28,6
Educação	63,8	33,8
Telefonia	55,3	40
Esporte, Lazer, cultura	50,3	42,1
Saúde	46,5	51,8
Habitação	36,5	58,8
Saneamento	34	63,5
Segurança	24,8	73,3
Total N=400		

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Os serviços melhor avaliados foram o transporte e educação. No que diz respeito ao transporte, Ijuí conta com os serviços da Empresa Medianeira de Transporte, considerada uma das dez melhores empresas do país, segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP.²⁴ Da mesma forma, Ijuí conta com uma das melhores estruturas educacionais da região, com dezenas de escolas da rede pública de Ensino (Municipal e Estadual), além de importantes escolas particulares (Colégio Evangélico Augusto Pestana - CEAP, Escola Sagrado Coração de Jesus e Escola Francisco de Assis – EFA) e da UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

5.4.2.2 Ineficiência do Estado e a questão da democracia

A classe política é vista pela maioria do ijuiense com desconfiança, assim como o Estado tem-se mostrado pouco eficiente na aplicação de seus recursos. Mediante a afirmação “O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos”, a maioria dos ijuiense, 46,8% discordou da mesma, 39,5% concordaram em parte e apenas 11,3% concordaram totalmente. Isso significa que, para a maioria, o Estado aplica mal os recursos públicos. Além de aplicar mal, a qualidade dos serviços prestados pelo Estado é de baixa qualidade: 49,1% da população de Ijuí consideram ruim ou péssimo seus serviços. Somado a isso, 67,8% afirmaram pagar um valor muito alto em impostos pelos serviços prestados. Da mesma forma, é grande a insatisfação do ijuiense em relação à atuação dos governos sejam eles municipal, estadual ou federal. As três instâncias do Executivo receberam uma baixa avaliação positiva (muito bom e bom): Presidente 25,9%, Governador 16,8 e Prefeito 32,6%.²⁵

²⁴ Finalista Prêmio ANTP de Qualidade – Ciclo 2003 / 2005. O Prêmio ANTP de Qualidade é um Programa de Incentivo, Treinamento e Educação para a Melhoria da Eficiência da Gestão do Transporte e Trânsito Urbanos, mantido pela Associação Nacional de Transportes Públicos desde 1995, em ciclos bienais. Participando pela 1ª vez, a Medianeira Transporte é Finalista do Prêmio ANTP de Qualidade Ciclo 2003-2005, ficando entre as 10 melhores do Brasil. Disponível em <http://www.mtu-ijui.com.br/>. Acesso em 12 de junho de 2006.

²⁵ Quando a pesquisa foi aplicada os atuais governantes eram Valdir Heck do PDT (Prefeito), Germano Rigotto do PMDB (Governador) e Luiz Inácio Lula da Silva do PT (Presidente).

Tabela 23 – Avaliação dos governantes pelos ijuienses 2005 (%)

	Presidente	Governador	Prefeito
Muito bom ou bom	25,9	16,8	32,6
Regular	49,4	52,3	38,3
Ruim ou péssimo	24,8	29,3	28,6
Total N=400			

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUI - 2005.

Tal insatisfação e ineficiência refletem-se nos baixos índices de confiança da população com as instituições políticas, inclusive seis variáveis ficando abaixo da linha dos 10% de confiança recebida pela população (o percentual de confiança pode ser visualizado mais à frente, na Tabela 33, p.199).

Quanto à afirmação de que “Todos os políticos são corruptos”, a maioria dos ijuienses (77,8%) concordou em parte ou totalmente e apenas 21,5% discordaram da sentença. Tais percentuais demonstram que, para o eleitor, a corrupção ainda é um dos maiores males que atingem a classe política. Quanto às promessas dos políticos, a maioria concorda com a idéia de que eles apenas as fazem (52,8%), mas depois não as cumprem.

Os dados demonstram, ainda, que o ijuiense está pouco satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil. O percentual de insatisfação e pouca satisfação alcançam 82,5% contra apenas 14,0% que afirmam estar satisfeitos.

5.4.2.3 Identificação com partidos políticos

Segundo a pesquisa, 32,5% dos ijuienses identificam-se com um determinado partido político, enquanto 67,5% não se identificam com partido algum.²⁶ Perguntados também com qual partido o entrevistado mais se identificava, o resultado foi: 15,5%, o maior

²⁶ Percebe-se que o maior percentual de identificação partidária não se dá entre aqueles que têm um nível de renda baixa (pessoas que ganham até 1 salário mínimo), nem entre aqueles que possuem uma renda alta (acima de 5 salários mínimos). O maior percentual de identificação partidária se dá entre aqueles que ganham de 2 a 5 salários mínimos.

percentual, é de pessoas que se identificam com o PT, seguidos de 9,8% com o PDT, 2,8% com o PMDB e 1,5% com o PP. Os demais partidos não ultrapassam a 0,3%. Estes dados demonstram que o eleitor petista identifica-se bem mais com o seu partido do que os eleitores de outros partidos, ou seja, o eleitorado petista, mesmo sendo menos de um quarto do eleitorado do município, assume bem mais o partido do que outros eleitores.²⁷

Tabela 24 – Identificação partidária do ijuiense 2005 (%)

PT	15,5
PDT	9,8
PMDB	2,8
PP	1,5
PSB	0,5
PCdoB	0,3
PPS	0,3
PTB	0,3
Total	N=400

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

5.4.2.4 Como o eleitor ijuiense vota

A maioria dos ijuiense (68,8%) considera importante votar nas eleições para mudar as coisas, o que significa, sem dúvida, uma disposição cívica. No entanto, 26,3% da população vota nas eleições somente porque é obrigatório. Caso o voto fosse facultativo, o percentual de pessoas que não votaria, subiria para 34,3%. Infelizmente, o ato de votar não é visto como um gesto cívico (votar e ser votado - associar-se), mas, é visto apenas como um dever, uma obrigação. Percebe-se, igualmente que, quanto maior o grau de instrução das pessoas, o ato de votar acaba sendo mais importante para mudar as coisas. É também nos

²⁷ Se considerarmos a evolução dos votos petistas para prefeito no município de Ijuí nos últimos 16 anos, percebe-se que a média fica em torno de 20%: (1992:14,5%; 1996:17,8%; 2000:11,5% e 2004:37%) (considerando a coligação com outros partidos).

baixos níveis de escolaridade que se encontram os maiores percentuais dos que votam apenas porque é obrigatório e que geralmente não votam.²⁸

Tabela 25 – Importância das eleições para o ijuiense 2005 (%)

	Considera importante votar em eleições para mudar as coisas	Vota nas eleições porque é obrigatório	Em geral não vota em eleições
Sem instrução/ menos de um ano	50	25,0	25
Fundamental completo	58,6	31,0	10,3
Medio completo	67,9	32,1	
Superior	87,7	10,5	1,8
Geral	68,8	26,3	4,0
Total N=400			

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

O voto do ijuiense, segundo a pesquisa, demonstra ser personalista: 80% votam na pessoa do candidato e apenas 10,3% seguem a ideologia do partido. No entanto, em Ijuí, nota-se que, além do personalismo, há, igualmente, uma predileção dos eleitores em votar nos candidatos trabalhistas nas eleições municipais, basta ver a hegemonia do PDT nos últimos 25 anos .

Sobre o clientelismo, perguntou-se ao entrevistado o que faria caso um candidato oferecesse dinheiro ou uma cesta básica em troca do voto; 7,8% dos entrevistados responderam que aceitariam e votariam no candidato, enquanto que 53,8% não aceitariam trocar o seu voto e 30,8% dariam um passo cívico a mais, não aceitariam a oferta e denunciariam aos órgãos competentes.

Tabela 26 – A percepção do clientelismo na política ijuiense (%)

Aceitaria e votaria no candidato	7,8
Não aceitaria trocar o seu voto	53,8
Não aceitaria e denunciaria aos órgãos competentes	30,8
Outro	6
Total N=400	

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

²⁸ Os dados da pesquisa demonstram também que, quanto menor a renda do ijuiense, maior a predisposição de não votar caso o voto fosse facultativo no Brasil.

5.4.3 Variáveis referentes ao capital social de Ijuí

Esta subseção apresenta algumas percepções do ijuiense ligadas a variáveis do capital social como: participação em grupos sociais e instituições políticas de ordem convencional e não-convencional, confiança nas instituições e entre vizinhos, informação, discussão e interesse por política.

5.4.3.1 Participação em grupos ou organizações sociais

Perguntados se participavam de algum grupo ou organização, apenas 32,5% dos ijuienses responderam que sim, enquanto que 67,0% responderam que não. A associação religiosa (igreja e grupo de jovens) é a associação com a maior participação (12,5%) seguida pela associação cultural e recreativa (8,3%), os círculos de pais e mestres (2,3%) e as associações políticas e sindicais (2,0%). Quanto aos motivos da não-participação, foram atribuídos unicamente a razões pessoais, principalmente à falta de tempo. Não foi por falta de interesse próprio, nem mesmo por falta de credibilidade das instituições ou que a instituição não lhe traga benefícios, ou seja, as pessoas estariam predispostas a participar mais, caso não fossem as inúmeras atividades em que estão envolvidas no dia-a-dia.

Tabela 27 – Participação em organizações ou grupos sociais 2005 (%)

Associação religiosa - Igreja e grupo de jovens	12,5
Associação cultural e recreativa	8,3
Círculo de Pais e Mestres (escola)	2,3
Associação política - partido político	2,0
Associação sindical – sindicato	2,0
Associação esportiva – time de futebol	1,8
Associação de moradores	1,5
Associação educacional - grêmio e dir. acadêmico	0,5
Total	N=400

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

5.4.3.2 Ajuda e confiança vicinal

Perguntados se as pessoas podem contar com os vizinhos para cuidar da sua casa e/ou de seus filhos caso precisem viajar por um ou dois dias, 64,0% responderam que podem contar com os vizinhos, embora tenha um percentual de 19,0%, que responderam “provavelmente” e 16,5%, que não.

Tabela 28 – Ajuda vicinal entre os ijuienses 2005 (%)

Sim		64
Provavelmente		19
Não		16,5
NS/NR		0,6
Total	N=400	

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

No entanto, se um bom percentual dos entrevistados respondeu que pode contar com os vizinhos caso necessite, os dados seguintes apontam para uma baixa confiança entre os mesmos. Perguntou-se sobre a confiança nos vizinhos, e o resultado da pesquisa revelou que, para 43% dos entrevistados, os vizinhos são confiáveis. No entanto, o percentual de pouca confiança e não-confiança foram maiores, 55,8% dos entrevistados responderam que têm pouca confiança ou não confiam nos vizinhos. Mais especificamente ainda, perguntou-se se, em uma situação de emergência (doença ou desemprego), poderia contar com a ajuda dos mesmos, e apenas 9,0% dos entrevistados responderam que sim.

A falta de confiança também é uma realidade para o ijuiense em relação aos moradores do bairro em que vivem. Perguntados se podem confiar nas pessoas que moram no bairro, apenas 23,3% responderam que sim, enquanto que 42% responderam às vezes e 30,3% responderam que nunca se pode confiar. O bairro também é um lugar em que as pessoas podem tirar proveito umas das outras. Perguntou-se se no bairro era preciso estar atento, pois

alguém poderia querer tirar vantagens de si. A maioria (45,5%) respondeu que sim, 31,3% que às vezes e apenas 19,3% responderam nunca. A confiança nas pessoas do bairro é ainda menor quando se refere ao empréstimo de dinheiro. Perguntados se as pessoas do bairro em geral não confiam uma nas outras para emprestar dinheiro, a maioria (47,3%) concordou com a afirmação respondendo “sim”, 21,3% discordou respondendo “nunca” e 24% responderam “às vezes”.

5.4.3.3 Participação política

A maioria dos ijuienses concorda que a participação na política pode contribuir para melhorar a situação do país, 66% responderam que consideram importante a sua participação na política para resolver os problemas do país, mesmo que esta fique, muitas vezes, apenas na predisposição. Perguntados se as pessoas acham, igualmente, que a colaboração interpessoal pode contribuir para melhorar a situação do país, 76,3% responderam que sim. Da mesma forma, a maioria das pessoas (94,2%) estaria disposta a contribuir para um projeto da comunidade, mesmo que este beneficiasse a outras pessoas e não a si diretamente. No entanto, quando perguntadas se, nos últimos anos, as pessoas tentaram resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas, apenas 32,8% responderam que sim, enquanto 65,8% responderam que não.²⁹ Isso demonstra que as pessoas até concordam que a colaboração interpessoal possa transformar a realidade; porém, a atuação e a participação efetiva das mesmas na resolução dos problemas locais e nas instituições sociais são baixas.

Nesta subseção divide-se ainda a participação em três formas distintas: a) política convencional, b) não-convencional e c) comunitária, conforme fora descrito no capítulo inicial. Na forma convencional, a participação nos comícios aparece com os melhores índices, 40,1% afirmaram que participa ou já participou, enquanto que 59,5 afirmaram que não. No que se refere à participação em reuniões políticas 24,3% afirmaram que participam ou já

²⁹ Este percentual é aproximado ao percentual de 32,5% das pessoas que participam efetivamente de uma entidade social.

participaram contra 75,5% que não. Quanto à participação nos partidos políticos, 18,3% afirmaram que participam ou já participaram, contra 81,5 que afirmaram não participar.

Tabela 29 – A participação política convencional entre os ijuenses 2005 (%)

	Sim/Já participou	Não
Comícios	40,1	59,5
Reuniões políticas	24,3	75,5
Partidos políticos	18,3	81,5
Total N=400		

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Quanto à participação não-convencional, 51,3% afirmaram que assinam ou já assinaram abaixo-assinados e 48,5% responderam que não; 26,5% responderam que já fizeram ou fazem manifestações e protesto, contra 72,8% que não se manifestam e nem protestam; 18,3% expressaram que são favoráveis à greve ou já fez greve, contra 81% que são contrárias às greves; e apenas 3,8% afirmaram que ocupam ou já ocuparam terrenos ou prédios públicos, enquanto 95,5% afirmaram que não.

Tabela 30 – A participação política não-convencional entre os ijuenses 2005 (%)

	Sim/Já participou	Não
Abaixo-Assinados	51,3	48,5
Manifestações ou protestos	26,5	72,8
Greves	18,3	81
Ocupação de terrenos ou prédios públicos	3,8	95,5
Total N=400		

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Os percentuais são um pouco mais elevados quando é referida a participação comunitária: 68,3% responderam que participam ou já participaram de associações religiosas; 30,1% responderam que participam ou já participaram em associações comunitárias; da mesma forma, o Orçamento Participativo (quando existiu) 30,1% afirmaram que participaram contra 69,3% que não: 19,5% responderam que participam ou já participaram em associações

sindicais; 17,5% dos entrevistados afirmaram que participam ou já participaram dos conselhos populares, contra 81,8% que responderam que não. Por fim, apenas 9,1% participam ou já participaram de ONG`s.

Tabela 31 – A participação comunitária entre os ijuienses 2005 (%)

	Sim/Já participou	Não
Associações religiosas	68,3	31,3
Associações comunitárias	30,1	69,4
Orçamento participativo	30,1	69,3
Associações sindicais	19,5	80
Conselhos populares	17,5	81,8
ONGs	9,1	90,8
Total N=400		

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Percebe-se que o maior percentual de participação da população de Ijuí dá-se na esfera social-comunitária, com uma média de 31,8% (Igreja, Associação comunitária, Associação sindical e ONGs).³⁰ O segundo percentual de participação dá-se na esfera convencional, com uma média de 26,6% (partidos políticos, conselhos, orçamento participativo). Por último, com uma média de 25%, dá-se a participação na esfera não-convencional (greves, ocupação de terrenos, manifestações), o que exige um comprometimento e um envolvimento bem maiores das pessoas.

Os resultados da pesquisa 2005 em relação à pesquisa feita em 1968 ratificam que o cidadão ijuiense, além de participar mais assiduamente das instituições comunitárias, acredita que os meios não-políticos podem solucionar com maior eficiência os problemas locais (Conferir Tabela 32).

³⁰ Este percentual corresponde à média dos entrevistados que responderam participar ou já ter participado de alguma instituição política, social ou comunitária.

Tabela 32 – Meios para a solução de problemas locais 1968 (%)

Movimento Comunitário	23,8
Sindicato ou Associações	24,2
Prefeitura	14,1
Voto	12,6
Partidos políticos	3,0
Outra	3,2
Não Sabe	12,5
Não se aplica	5,9
Total N=367	

Fonte: Trindade, 1968.

Vê-se mais claramente esta preferência pelos meios não-políticos na solução dos problemas locais, quando agruparam-se as respostas em duas grandes categorias. Os meios políticos (convencional) somam 29,7%, enquanto que os meios não-políticos (associativo e comunitário) somam 48,0%.

5.4.3.4 Confiança interpessoal e nas instituições sociais

A confiança nas pessoas e nas instituições é um indicador de cidadania e de espírito comunitário. No entanto, em Ijuí, o percentual de desconfiança entre as pessoas é preocupante: nada menos do que 71,5% dos entrevistados responderam que não se pode confiar nas pessoas, enquanto apenas 27% responderam que se pode confiar nas mesmas. O percentual de confiança mútua na população ijuiense é superior à confiança mútua entre os brasileiros, que fica em torno de 60% (CARVALHO 2000). A confiança mútua seria a indicação do reconhecimento de que todos participam de valores e objetivos comuns em torno dos quais todos se congregam.

As questões referentes à confiança foram estendidas a instituições sociais e políticas. Os entrevistados foram perguntados se confiavam muito, pouco ou não confiavam

nas instituições sociais e políticas. O resultado demonstrou que o alto índice de confiança (confiam muito) deu-se em apenas duas instituições: família (90%) e Igreja (60,8%).

Por outro lado, as instituições políticas foram as que apresentaram o maior percentual de pouca confiança e não-confiança: Governo Municipal (85,5%), Governo Federal (89%), Governo Estadual (92,5%), Câmara Municipal (93,8%), Assembléia Legislativa (94,6%), Partidos Políticos (94,8%) e Congresso Nacional (97,8%). Outras instituições sociais apresentaram elevados índices de pouca confiança e não-confiança, como foi o caso dos Meios de Comunicação Sociais (74,3%), Associações comunitárias (70,3%), Judiciário (71,6%), Sindicatos (75,3%) e Polícia (78,5%). Como nos diz Carvalho (2000), a confiança existe apenas dentro do mundo religioso e das relações primárias, não no mundo civil e político (p.110).³¹

Tabela 33 – Confiança em instituições sociais e políticas 2005 (%)

	Confia muito	Confia pouco	Não confia
Família	90	7,5	2,0
Igreja	60,8	27,8	10,5
Vizinhos	43	41	14,8
Judiciário	25,5	51,3	20,3
Associações comunitárias	23,8	50,8	19,5
Meios de Comunicação Social	21,8	54,3	20
Polícia	20,8	59	19,5
Sindicato	17,5	49,5	25,8
Governo Municipal	13	50,5	35
Governo Federal	10	53	36
Governo Estadual	5,3	54,5	38
Câmara de Vereadores	4,8	53,8	40
Partidos Políticos	3	43,3	51,5
Assembléia Legislativa	3	53	41,3
Congresso Nacional	1	50,8	47
Total N=400			

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

³¹ Os estudos de Carvalho (2000) comprovam, igualmente, a baixa confiança entre os brasileiros. Nada menos que 60% dos entrevistados consideram os brasileiros como não-confiáveis ou pouco confiáveis, um índice muito baixo se comparado com o de países de democracia estável. Existe confiança apenas quando se trata de líderes religiosos e parentes, vindo amigos e vizinhos em segundo lugar. Em último lugar na escala de confiabilidade estão os prefeitos e os deputados, logo abaixo dos líderes sindicais e do presidente da República (p.110).

5.4.3.5 Informação, discussão e interesse por política convencional

Embora os ijuienses tenham um bom percentual de informação política (59%), o bom índice não é o mesmo quando perguntados se os mesmos se interessam por política. 37,3% dizem “não” se interessar, 36,5% se interessam “mais ou menos” e apenas 26,0% afirmaram que se interessam por política. Quanto à discussão sobre assuntos políticos, o percentual do “às vezes” discute política é de, 65% das pessoas contra 18,5% que “sempre” discute e 16,5% que “nunca” discute. O “às vezes” discute política também é alto no bate-papo entre amigos: 60% responderam que “às vezes”, 15,8%, que discutem “sempre” e, 23,8%, que “nunca”. Porém, quando perguntados se discutem os problemas do país com os amigos, o percentual é mais positivo: 38% afirmam discuti-los “regularmente”, seguido por 52% afirmam discuti-los “às vezes” e apenas 9,7% afirmam “nunca” discuti-los.

Tabela 34 – Discussão dos problemas do país com amigos (%)

Regularmente	38
Às vezes	52
Nunca	9,7
Total N=400	

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Avalia-se, igualmente, o perfil das pessoas que se mantêm informadas sobre assuntos políticos e se interessam por política, de acordo com a variável escolaridade. Os dados comprovam que, quanto maior a instrução das pessoas, maior é a informação sobre assuntos políticos.

Tabela 35 – Informação sobre assuntos ligados à política (%)

	Sim	Não
Sem instrução/ menos de um ano	25,0	75,0
Fundamental completo	51,7	48,3
Médio completo	71,4	28,6
Superior	86,0	14,0
Total N=400		

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Da mesma forma, quanto maior for o nível de instrução das pessoas, maior é o interesse por política.

Tabela 36 – Interesse por política (%)

	Sim	Mais ou menos	Não
Sem instrução/ menos de um ano	12,5	25,0	62,5
Fundamental completo	13,8	37,9	48,3
Médio completo	14,3	57,1	28,6
Superior	57,9	29,8	12,3
Total N=400			

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

Para concluir, o objetivo desse capítulo foi apresentar, nas três seções iniciais, a cotrijuí, a Fafi/Fidene e o MCB como experiências de participação comunitária, associativismo e cooperação que marcaram a sociedade ijuiense nos anos 50/60 do século passado. Foi possível comparar, igualmente, o comportamento político da população ijuiense da época, com o atual, através dos resultados dos *surveys* aplicados em 1968 e 2005. Nas três seções finais, se conheceu o perfil atual do ijuiense quanto ao seu nível de educação, renda, religião, classe social, entre outros. Da mesma forma, descobriu-se a percepção política do eleitor de Ijuí (avaliação dos serviços, eficiência do Estado, satisfação com a democracia), bem como as variáveis referentes ao capital social (participação, confiança e interesse por política). No capítulo final, propõe-se analisar, a partir dos resultados da pesquisa empírica, entrevistas e indicadores políticos, sociais e econômicos, as variáveis negativas do capital social de Ijuí nas últimas décadas.

6 ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE IJUÍ

Este capítulo conclusivo analisa a variação dos níveis de participação político-social e do capital social de Ijuí nas últimas décadas. Os resultados aqui expostos foram possíveis a partir do estudo comparativo entre os resultados do *survey* aplicado em Ijuí no ano de 2005 com o *survey* de 1968. Além dos dados quantitativos, a pesquisa apresenta alguns depoimentos de lideranças locais, bem como a análise dos bancos de dados dos Institutos de Estatísticas do PNUD, IBGE, FAMURS e FEE, que comprovam mudança nos níveis de participação político-social e no capital social de Ijuí, isto é, os resultados demonstram que a sociedade ijuiense tem passado por uma variação negativa do capital social nas últimas décadas.

Como vimos, Putnam (2002) entende que os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçarem-se mutuamente. Os círculos virtuosos geram, conseqüentemente, elevados índices de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica. Por outro lado, numa comunidade não-cívica imperam a deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação, que intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos (p.186-187). Esta tese de Putnam pode ser aplicada no comportamento político local? É exatamente este o objetivo deste capítulo conclusivo.

6.1 Sociabilidade do ijuiense

Esta primeira seção trata do declínio da participação social da população de Ijuí nas últimas décadas. Depoimentos de lideranças locais apontam para o declínio do caráter

comunitário da sociedade ijuiense, além da massificação, competição, desemprego e individualismo que atingem a todos indistintamente, como consequência da supremacia do mercado. Este é o enfoque do depoimento do professor universitário Suimar Bressan:

Ijuí perdeu seu perfil comunitário e transformou-se numa sociedade de massas. Vivemos também um momento de hegemonias do mercado (ou politização do mercado) no sentido de que as questões sociais e demandas individuais se resolvem segundo a iniciativa de cada um nesse espaço essencialmente competitivo. A reestruturação produtiva representou (e continua) uma destruição de empregos com reflexos bastante significativos no sindicalismo. Também se deve considerar a crise do cooperativismo, que foi um significativo espaço de discussão e mobilização sobre questões da agricultura regional, da modernização e da dependência. Em síntese, a mobilização intensa dos anos 50/60 – até início dos anos 80 – estava vinculada ao “espírito” da época: a luta pelas Reformas de Base e, posteriormente, a luta contra a ditadura. Talvez se deva considerar que neste novo tempo as formas de manifestações, mobilizações e organizações sejam outras.¹

Da mesma forma, a participação na resolução dos problemas locais tem diminuído, igualmente, nas últimas décadas. Uma análise dos resultados da pesquisa de 1968, comparada aos resultados da pesquisa 2005, aponta para uma diminuição da tentativa de resolução dos problemas locais/bairro/comunidade junto com outras pessoas. Em 1968, 91,8% dos entrevistados responderam que tentaram resolver de alguma forma os problemas, contra apenas 32,8% em 2005. Uma diminuição de 59 pontos percentuais da participação na tentativa de resolver os problemas locais do bairro/comunidade junto com outras pessoas.

Tabela 37 – Participação na solução de problemas (1968-2005) (%)

	1968	2005
Sim	91,8	32,8
Não	6,3	65,8
NS/NR	1,9	1,5
Total N=	367	400

Fonte: Trindade (1968) e dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

6.1.1 Insegurança, insatisfação e frustração

Verifica-se que a segurança pública é a área que encontra o maior percentual de desaprovação entre os ijuienses, apenas 24,8% acham o serviço “bom”, contra 73,3% que

¹ BRESSAN, Suimar. Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2005.

avaliam o serviço como “ruim” ou “péssimo”. Este percentual negativo acaba afetando a qualidade de vida dos ijuienses, pois, quando as pessoas não se sentem seguras, tendem a desconfiar mais umas das outras ou até mesmo deixam de ir a lugares que estavam acostumados a freqüentar.

Isso porque o incremento da violência difusa pode estar associado à redução na qualidade de vida de uma determinada região ou município, podendo significar, igualmente, uma redução da variação do capital social. Outros estudos apontam, igualmente, para a mudança dos hábitos cotidianos das pessoas para reduzir o risco a que estariam submetidos. As pessoas limitam os locais onde transitam, deixam de ir a locais de que gostam, evitam usar meios de transporte coletivo, evitam sair de casa à noite, gastam altas somas de recursos na proteção de suas residências, passam a adquirir armas e, muitas vezes, a andar armadas.²

Dentro deste contexto, o resultado da pesquisa de 2005 demonstrou que, em Ijuí, a maioria dos entrevistados (50%) sente-se insegura ao andar nas ruas. 11% dos ijuienses já sofreram algum tipo de violência (assalto) nos últimos tempos e cerca de 66% dos entrevistados conhecem alguma pessoa que já sofreu alguma violência física. Perguntou-se, igualmente, quais os possíveis meios de evitar tais situações: a maioria dos entrevistados respondeu que devem sair em companhia de outra pessoa (72,8%), evitar sair depois que anoitece (62,8%), ou até mesmo pedir proteção da polícia (62,3%) mesmo que esta seja ineficiente.

O bom nível da qualidade de vida também é uma manifestação de capital social de uma comunidade e pode ser comprovado a partir da satisfação, realização e segurança frente ao futuro. Porém, em Ijuí, os resultados demonstrados através da pesquisa são preocupantes. Mais de 30% da população afirmam estar insatisfeitos, 43,5% responderam estar inseguros frente ao futuro e 31,8% responderam estar frustrados.

6.1.2 Uma sociedade onde impera o familismo amoral de Banfield

Além dos aspectos já mostrados, que evidenciam a variação negativa do capital social em Ijuí nos últimos 30 anos, percebe-se que a sociedade ijuiense retrocedeu,

² Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Segurança Pública. Disponível em <http://www.unodc.org/pdf/brazil/pp_6_custos_sociais_pt.pps>. Acesso em abril de 2006.

igualmente, no aspecto associativo, na cooperação e na participação. A comunidade ijuiense não consegue mais aglutinar forças para resolver os problemas comuns. As instituições sociais e políticas (Poder Público e partidos), Universidade e Associação Comercial de Ijuí (ACI) não trabalham de forma integrada. As resoluções dos problemas dão-se de forma individualizada.

A sociedade ijuiense parece estar vivendo o familismo amoral, aquela característica social descrita por Banfield como uma sociedade onde impera a ausência da virtude cívica, sendo o isolamento e a desconfiança em relação ao outro a característica fundamental. No familismo amoral, a pessoa parece estar unicamente interessada no seu próprio bem-estar e no de sua família, isto é, busca-se “maximizar a vantagem material e imediata da família nuclear; supor que todos os outros agirão da mesma forma”. Como explicita uma liderança local em entrevista oral: “Geralmente você não encontra parceiros e sim concorrentes [...]. Ijuí trabalha em grupos familiares fechados e, particularmente, tive muita dificuldade de entrar neste grupo quando cheguei aqui anos atrás”.

Da mesma forma, as instituições que foram importantes referências de associativismo, cooperação e participação social nos anos 60, passam por sérias crises. Segundo o sindicalista Carlos Alberto Dahmer, esta crise está ligada à apropriação de algumas pessoas ou famílias que se perpetuam no poder sem nenhum tipo de alternância:

Penso que possam estar atravessando um processo de crise de identidade, uma vez que a renovação pessoal nestas entidades se dá de maneira muito tímida. A meu ver a apropriação pessoal das entidades não dá a possibilidade de oxigenação necessária. Pois vejamos os exemplos: dirigentes na Cotrijuí, na Ceriluz, na Unijuí, nos Sindicatos (transporte, rural patronal e empregados), CBI (via Prefeitura, é o mesmo grupo no comando há 20 anos). Ao mesmo tempo que não forma novas lideranças, aniquila qualquer movimento de reação a este processo. Pode-se jogar esta mesma avaliação para outros segmentos da sociedade, como ACI, Lions, Clubes Religiosos e de serviços.³

6.1.3 Êxodo rural crescente e dispersão urbana

Os dados explicitados nesta tese indicam para um crescente êxodo rural que atingiu a Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive o município de Ijuí, nas últimas décadas. Uma das causas deste fenômeno foi o processo de modernização da

³ DAHMER, Carlos Alberto. Entrevista concedida no dia 22 de maio de 2005.

agricultura (binômio trigo e soja), que priorizou a produção de larga escala em propriedades maiores, expulsando os pequenos agricultores de seus estabelecimentos. A passagem dos anos 60 para os 70 foi emblemática, pois, em menos de 20 anos, a população rural/urbana inverteu-se. Em 1960, 66% da população de Ijuí morava na área rural e 34% na urbana; nos anos 70, 61% passou a viver nas cidades, contra apenas 39% que permaneceu na área rural. Esta tendência agravou-se nos últimos anos, hoje apenas 14% da população vive na área rural contra 86% na cidade.

Quadro 2 – Evolução da população urbana/rural de Ijuí RS (1960-2005)

Área	1960	1970	2005
Rural	66%	34%	14%
Urbana	39%	61%	86%

Fonte: IBGE, 2005.

Junto com o êxodo rural, a cidade de Ijuí cresceu de maneira desordenada, sem planejamento e organização, quando de imediato deparou-se com sérios problemas de habitação, saneamento básico, desemprego e violência. Os novos moradores viram, ao mesmo tempo, sucumbir suas origens interioranas e um maior sentimento de incerteza e dispersão urbana fez deles seres anônimos. Este problema é comentado por Jaeme Callai:

A sociedade ijuicense complexificou-se nos últimos 50 anos e acabou perdendo suas características camponesas como solidariedade, controle social e vizinhança. A experiência associativa esteve fundada nestes valores tradicionais (é marcante a influência da Igreja na animação de todas essas experiências). A base social foi se alterando por conta de um certo cosmopolitismo que reforça o individualismo; da presença de novos contingentes populacionais deslocados do campo, desenraizados, que produzem um Estado de anomia social (se fosse usar o termo).⁴

Da mesma forma, para Bernadete Azambuja, o problema do empobrecimento da população rural favoreceu a migração para as cidades, além disso, estas populações ficaram reféns de políticos tradicionais com seus velhos vícios:

O desmonte de parcelas da população que se fizeram economicamente no período da modernização fora da região. Ou então pelo fechamento de empresas

⁴ CALLAI, Jaeme. Entrevista concedida no dia 28 de outubro de 2005.

tradicionais; a grande migração para a cidade de Ijuí de parcelas da população empobrecida, o que reitera os esquemas políticos tradicionais – clientelismo, assistencialismo.⁵

6.2 Manifestações da política convencional

Esta seção analisa o declínio das manifestações da política convencional como participação em reuniões políticas, participação em partidos políticos, comícios. Apresenta, igualmente, o declínio da participação nas eleições municipais de Ijuí (1972-2004), bem como o baixo interesse por política entre os eleitores.

6.2.1 Participação em reuniões partidárias, partidos políticos e comícios

Constatou-se que a participação em reuniões junto aos partidos políticos declinou sensivelmente entre os eleitores ijuenses. Em 1968, 27,8% responderam que participavam em reuniões políticas contra 24,3% em 2005, um decréscimo de 3,5 pontos percentuais na participação nos últimos tempos. Considerando que, nos dias de hoje, o número de partidos políticos é bem maior comparado à época do bipartidarismo do regime militar e que estamos em um regime democrático, esperava-se uma maior participação em reuniões políticas, o que na realidade não acontece.

Tabela 38 – Participação em reuniões políticas (%)

	1968	2005
Sim/Já participou	27,8	24,3
Não	72	75
Total N=	367	400

Fonte: Trindade (1968) e dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

⁵ AZAMBUJA, Bernadete. Entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2005.

Da mesma forma, ocorreu uma diminuição na participação em partidos políticos. Em 1968, 20,5% responderam que participavam, contra 18,3% de 2005, uma diminuição de 2,2 pontos percentuais.

Tabela 39 – Participação em partidos políticos (%)

	1968	2005
Sim/Já participou	20,5	18,3
Não	79,4	81,5
Total N=	367	400

Fonte: Trindade (1968) e dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

A diminuição na participação em campanhas eleitorais (comícios) também se evidenciou a partir da comparação entre os dois *surveys*. Em 1968, 59,4% afirmaram que participavam ou já haviam participado contra 38,7% que responderam não ter participado. Já nos resultados da pesquisa 2005, o percentual de participação baixou para 40,1% dos entrevistados que afirmaram participar ou já ter participado, enquanto que 59,5% não. O decréscimo na participação em comícios ficou em torno de 19 pontos percentuais, bem maiores, portanto, que a participação em reuniões políticas e partidos políticos.

Tabela 40 – Participação em comícios (%)

	1968	2005
Sim/Já participou	59,4	40,1
Não	38,7	59,5
Total N=	367	400

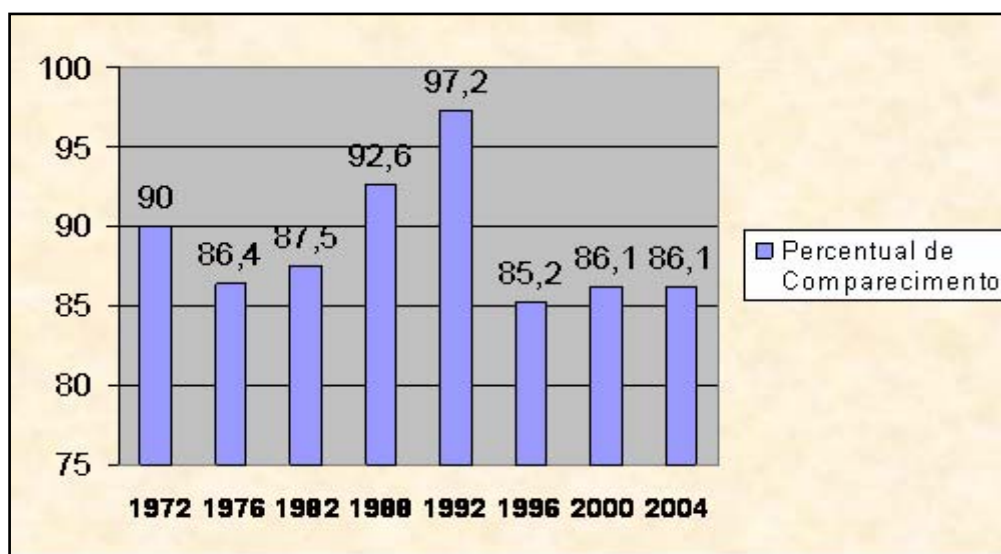
Fonte: Trindade (1968) e dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

6.2.2 Participação eleitoral

Considerando que a diminuição da participação dos votantes nos pleitos eleitorais seja uma manifestação de perda de espírito cívico de uma sociedade, constatou-se que em Ijuí

os eleitores têm, aos poucos, afastado-se das urnas. Um levantamento de dados da participação eleitoral nas eleições municipais de 1972-2004 demonstra que, mesmo tendo aumentado o percentual dos votos válidos (excluindo os brancos e nulos), está ocorrendo uma diminuição sistemática do número de votantes em Ijuí. O comparecimento dos eleitores às urnas passou de 90% em 1972 para 86,1% em 2004 (eleições municipais) que, em tese, deveria causar maior mobilização junto ao eleitorado em comparação com as eleições para governador ou presidente. Contrariamente, as abstenções aumentaram no mesmo período, passando de 10% para 14%. O maior percentual de comparecimento às urnas foi, em 1988 e 1992, de 92,6% e 97,2%, respectivamente. Estes índices refletem o momento de entusiasmo do eleitorado logo após a abertura democrática e a elaboração da nova Constituição Federal. No entanto, aos poucos, o entusiasmo foi dando lugar ao descrédito e os índices de participação voltaram a cair novamente nas três últimas eleições municipais.

Gráfico 9 – Evolução da participação eleitoral em Ijuí (Municipais) (1972-2004)



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Pesquisa no TRE-RS

6.2.3 Interesse por política convencional

Os dados da pesquisa de Ijuí parecem se assemelhar ao comportamento de outras regiões ou até mesmo de países que têm uma tradição democrática e um melhor desenvolvimento econômico, ou seja, a motivação em acompanhar a política é pouco

significativa. Segundo a comparação longitudinal entre as pesquisas aplicadas em Ijuí (1968-2005), percebe-se que o interesse por assuntos ligados à política tem diminuído nos últimos anos, demonstrando o declínio da virtude cívica dos ijuíenses, isto é, a ausência de interesse por questões políticas pode ser um primeiro indicativo de ausência de capital social. Em 1968, 29,7% afirmavam interessar-se por assuntos ligados à política; 31% afirmaram interessar-se mais ou menos e 38,7% afirmaram não se interessar por política. Os resultados do *survey* 2005 demonstram que um percentual menor: 26% responderam que se interessam por política; 36,5% se interessam mais ou menos e 37,3% afirmaram não se interessar. Considerando que a pesquisa de opinião de 1968 foi aplicada no período de radicalização do regime militar (fechamento do Congresso, perseguição e tortura), os dados de interesse pela política são considerados altos em relação aos dados da pesquisa de 2005, exatamente por vivermos um tempo de democracia em que, teoricamente, o interesse pela política deveria ser maior.

Tabela 41 – Interesse por política (%)

	1968	2005
Sim	29,7	26
Mais ou Menos	31	36
Não	38,7	37
Total N=	367	400

Fonte: Trindade (1968) e dados elaborados pelo autor a partir da Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.

6.2.4 Mantêm-se as mazelas da cultura política tradicional

Têm-se mantido no município alguns traços da cultura política convencional com a prática do clientelismo, paternalismo, patrimonialismo e personalismo.⁶

O personalismo pode ser comprovado na pouca alternância das lideranças políticas à frente da Prefeitura nos últimos 20 anos, por exemplo. Desde 1982, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), com as famílias Burmann e Heck, tem dominado a cena política local, com

⁶ Muitos políticos locais ainda vêem a esfera pública como privada. Recentemente cinco ex-vereadores e um ainda no exercício do mandato na Câmara de Ijuí terão de devolver o dinheiro usado de maneira indevida com diárias no ano de 1997. Somados os valores retirados indevidamente, mais a multa pela infração, a devolução chega a R\$ 202.485,82.

raras exceções, como foi o caso da eleição municipal de 1996 na qual, excepcionalmente, o candidato trabalhista saiu derrotado pela aliança PP/PMDB, que elegeu Ortiz Iboti Schröer prefeito municipal. A fragilidade e a desunião dos partidos mais à esquerda no espectro político-ideológico, bem como a predominância de um só partido na cena política, afetam negativamente a cultura política local. Além disso, vive-se, no município, uma carência de novas lideranças políticas, sociais e comunitárias e as que surgiram foram cooptadas por partidos tradicionais.

A cooptação das lideranças locais por partidos tradicionais enfraqueceu o movimento comunitário e de bairros. Afirma o sindicalista João Frantz:

Um exemplo: na década de 1960/70 os vereadores e sindicalistas Valdenor Flores da Fonseca, João Filipin e Euclides Veriato da Cunha abandonaram “subitamente” as fileiras dos movimentos sociais ou comunitários para integrar forças políticas comandadas pela elite econômica de Ijuí na época. Mais casos podem ter ocorrido, enfraquecendo as entidades, associações de trabalhadores que haviam confiado nos seus representantes. A direita se deu conta das proporções ou rumos das organizações comunitárias e passou a agir/ ou se impor (do seu jeito).⁷

Por fim, para Jaeme Callai, o período ditatorial também foi o responsável pela nulidade do surgimento de novas lideranças locais:

O período ditatorial anulou (cassou) lideranças populares; inibiu a ação ou o surgimento de outras; freou a participação popular autônoma. Diria que foi instituída a prática política do populismo (de direita) com a cooptação política de lideranças emergentes, e a manipulação popular.⁸

6.2.5 Desconfiança interpessoal e nas instituições políticas

Como foi explicitado na seção anterior, a confiança interpessoal e nas instituições apresenta indicadores reduzidos em Ijuí. O percentual de confiança entre os ijuienses é de apenas 27%, enquanto que 71,5% dos entrevistados responderam que não se pode confiar nas pessoas. Os resultados da pesquisa empírica apontam também para uma baixa confiança dos cidadãos ijuienses em relação às instituições políticas. Com 97,8% de pouca confiança e não-confiança, o Congresso Nacional é a instituição com os piores índices de confiança, seguido

⁷ FRANTZ, João. 15 de outubro de 2005.

⁸ CALLAI, Jaeme. 28 de outubro de 2005.

pelos Partidos Políticos com 94,8%, Assembléia Legislativa 94,6%, Câmara Municipal 93,8%, Governo Estadual 92,5%, Governo Federal (89%) e Governo Municipal 85,5%. Outras instituições sociais como os Meios de Comunicação Sociais (74,3%), Associações Comunitárias (70,3%), Judiciário (71,6%), Sindicatos (75,3%) e Polícia (78,5%), também apresentaram elevados índices de pouca confiança e não-confiança. Um alto índice de confiança existe apenas em duas instituições: na Família e na Igreja, com 90% e 60,8%, respectivamente.

6.3 Estagnação do PIB e declínio no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

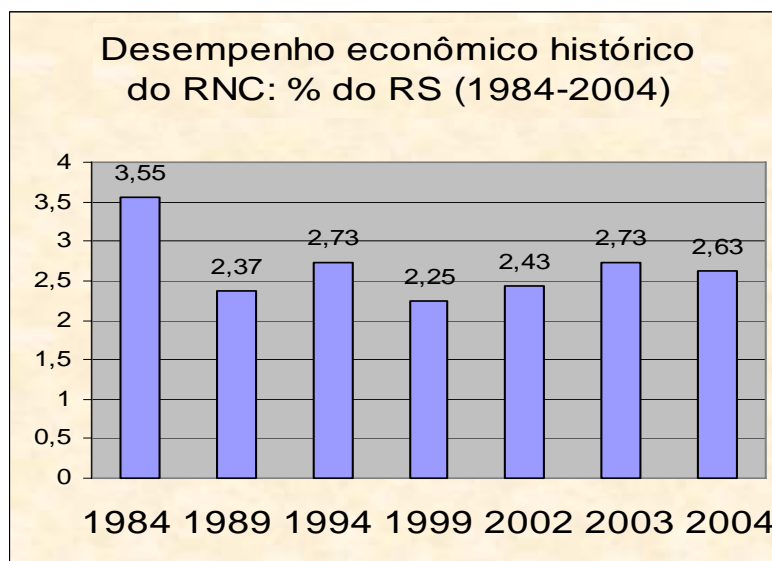
Avaliando-se a evolução do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da Região Noroeste Colonial (RNC-RS), percebe-se que a mesma apresentou, entre os anos de 1970 a 1990, um dos piores desempenhos, comparada a outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo estudos de Oliveira (2001), a RNC-RS ocupou, em 1991, as antepenúltimas colocações nos indicadores de desenvolvimento humano e de incidência de pobreza, a penúltima colocação no índice de desigualdade de renda entre a população pobre e a quarta última posição no coeficiente de desigualdade de renda, devido aos seus componentes intra e intermunicipal. Além disso, a RNC-RS exibiu, no mesmo período, muitos municípios que se sobressaíram como os piores desempenhos no que se refere à incidência e ao grau de desigualdade de renda dos pobres. Dentre esses estavam Braga, Sede Nova, Redentora e Miraguaí. Conforme ainda o estudo de Oliveira (2001), nota-se que esses dois últimos municípios ocuparam as últimas e penúltimas colocações em relação aos indicadores de pobreza. Além da pobreza, os referidos municípios apresentam um dos piores resultados na desigualdade de renda entre suas populações.⁹

Segundo estudos de Stülpe e Fochezatto (2004), praticamente 50% das regiões do Estado do Rio Grande do Sul estão em uma situação que pode ser definida como círculo

⁹ Em 1980, quando o RS tinha um PIB de US\$ 17.880.648, a região participava com um percentual de 3,3%. Desta data em diante a participação percentual do PIB da região no PIB estadual declinou (salvo discreta evolução em 1992). Em 1994, quando o Estado estava com um PIB de US\$ 41.814.871, a região participava com 2,8%. Isto mostra um relativo empobrecimento da região no período. Conferir o trabalho de Oliveira (2001) e Sperotto (2003).

vicioso da pobreza: baixo PIB *per capita*, baixo crescimento econômico e redução da população. A RNC-RS faz parte deste grupo de regiões. Como demonstra o gráfico abaixo, o desempenho econômico da RNC/RS nos últimos 10 anos tem sido negativo: passou de 3,55% na participação na economia do Estado para 2,63%.

Gráfico 10 – A participação econômica da RNC no PIB do RS

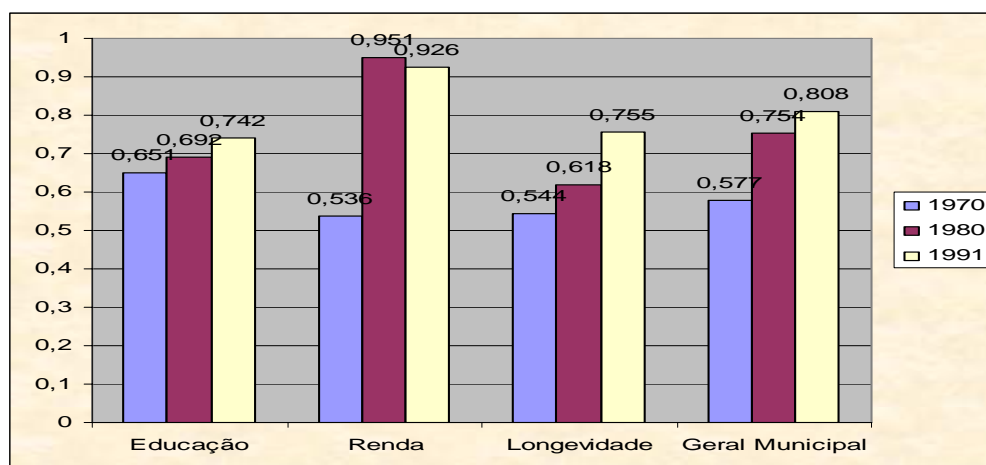


Fonte: Luis Roque Klering (Disponível em www.terra gaucha.com.br)

Inserido na mesma realidade geográfica e econômica, o município de Ijuí, no mesmo período, não fugiu à regra. Segundo os dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Ijuí no setor de educação, longevidade e IDH geral municipal pouco evoluíram durante os anos de 70 a 90, mas o IDH renda declinou dos anos 80 a 90. O IDH educação e longevidade tiveram um baixo crescimento, mas, linear na amostragem de 1970, 1980 e 1991, o que não aconteceu com o IDH renda e IDH geral municipal. Ambos tiveram um crescimento substancial entre as décadas de 70 a 80; no entanto, este crescimento não se fez acompanhar entre os anos 80 até 1991, inclusive houve uma retração no IDH renda, caindo de 0,951 em 1980 para 0,926 em 1991. O IDH municipal de 1980 a 1991 foi positivo, mas, abaixo da década anterior. Estes dados podem ser reflexos da crise em que entra no setor primário no início dos anos 80, com o esgotamento da lavoura em grande escala (produção capitalista de monocultura de exportação) e o fim dos subsídios do governo que atingiu, além

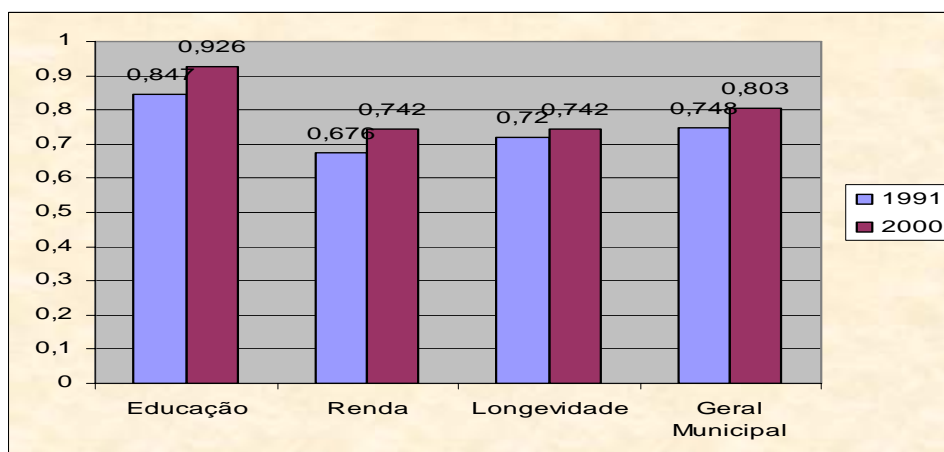
da agricultura, os setores a ela ligados como a indústria de implementos agrícolas, comércio (lojas de insumos) e a própria Cotrijuí, que entrou em crise na mesma época. A nova metodologia do PNUD, a partir dos anos 90 até 2000, demonstra outros números, mas, se mantém a mesma tendência de baixo crescimento do IDH nos diferentes segmentos. (Conferir Gráficos 10 e 11).

Gráfico 11 – IDH de Ijuí (1970-1991)



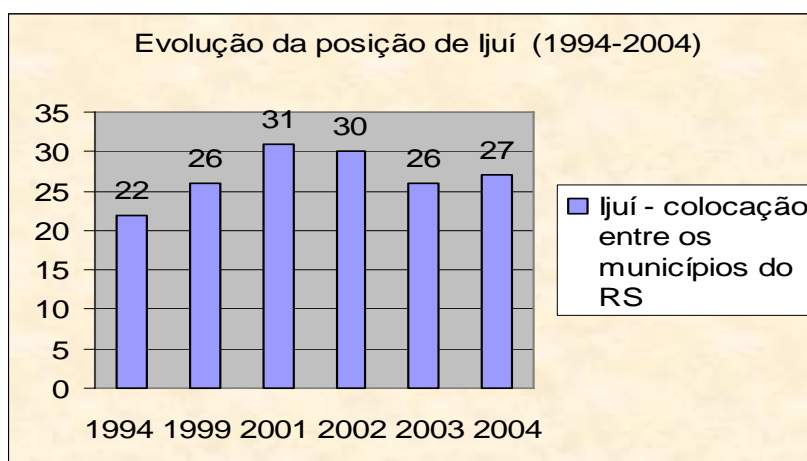
Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano (www.pnud.org.br)¹⁰

¹⁰ O Gráfico 11 se refere à Metodologia Anterior e o Gráfico 12 à Metodologia Atual. Segundo o PNUD, existem diferenças metodológicas entre os dois lançamentos. No cálculo de IDH-E (educação), na metodologia anterior, era composto pela taxa de alfabetização e pela média de anos de estudo. No Novo Atlas a média de anos de estudo foi substituída pela taxa bruta de frequência à escola nos três níveis de ensino, tornando mais semelhante ao IDH internacional. Já o IDH-R (renda): a fórmula de cálculo mudou. Antes, ela apresentava um forte redutor apenas para rendas que ultrapassavam ao valor médio mundial. No novo Atlas, seguindo a mudança realizada no IDH internacional em 1999, a fórmula de redução é mais suave e aplicada em todos os valores, a partir de uma função logarítmica. E por último, no IDH-L (longevidade) o indicador de esperança de vida ao nascer foi recalculado para todos os municípios brasileiros, porque foi implementada uma atualização nos cálculos de sobrevivência-padrão (Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano. Disponível em <www.pnud.org.br> Acesso em maio de 2006).

Gráfico 12 – Evolução do IDH de Ijuí (1991-2000)

Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano (www.pnud.org.br)

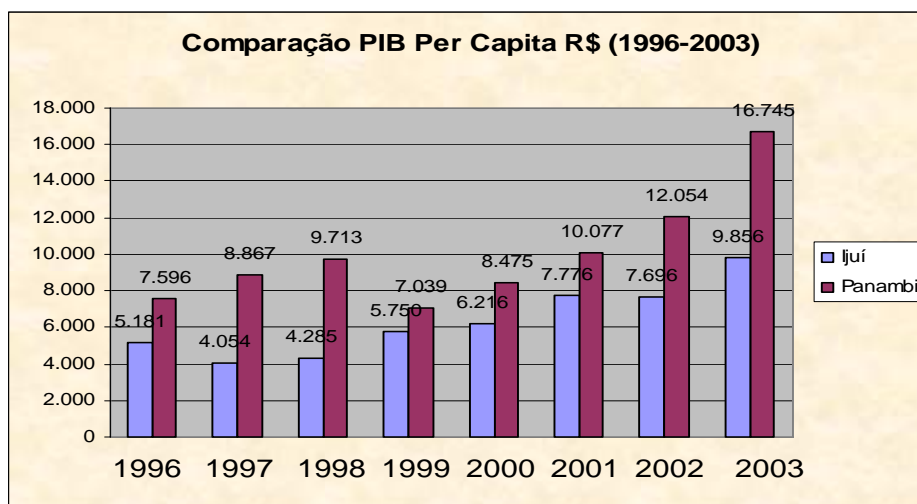
Como demonstra o Gráfico 13, Ijuí tem declinado na evolução do PIB em relação aos demais municípios do Rio Grande do Sul nos últimos dez anos passando, da 22ª colocação para a 31ª em 2001, apresentando uma melhor colocação nos anos de 2002, 2003 e 2004.

Gráfico 13 – Colocação do PIB de Ijuí em relação aos demais municípios do RS - Ordem Crescente.

Fonte: Luis Roque Klering (Disponível em www.terra gaucha.com.br)

Por fim, apenas uma comparação da evolução do PIB entre o município de Ijuí e o município vizinho de Panambi entre os anos de 1996 e 2003. O PIB de Ijuí, com o passar dos anos, foi apresentando um crescimento inferior comparado com o PIB de Panambi.

Gráfico 14 – Evolução do PIB *per capita* de Ijuí e Panambi RS (1996-2003)



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE) Núcleo de Contabilidade Social

Neste capítulo procurou-se responder à problemática central do estudo, que foi tratar das variáveis que mais influenciaram para o declínio dos níveis de participação político-social (capital social) em Ijuí nos últimos tempos.

Acredita-se que as hipóteses foram, igualmente, comprovadas, pois este estudo demonstrou que a incidência de práticas cada vez menos recorrentes de ações cooperativas, associativistas, participativas e comunitárias, acabaram causando variações negativas nos níveis de capital social de Ijuí. Também comprovou-se que a redução de práticas participativas, de confiança, causou maior fragmentação social, insegurança, clientelismo político e declínio do IDH. Da mesma forma, percebeu-se que a redução da participação cívica e do capital social de uma cidade ou região podem inibir o crescimento econômico e o desenvolvimento social, bem como aumentar a fragmentação social e reduzir o desempenho político e a estabilidade democrática de um país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi discutido na introdução desta tese, o objetivo central da investigação aqui empreendida foi analisar os níveis de participação político-social em âmbito local, ao tratar, especificamente, do município de Ijuí – Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

As conclusões deste trabalho de tese estão aglutinadas em quatro partes: a) a questão da democracia e do Estado, bem como a análise dos limites da participação na cultura brasileira; b) a importância do capital social para fortalecer a democracia; c) a comparação dos resultados obtidos a partir do *survey* 2005 com os de pesquisa similar aplicada em Ijuí no final dos anos 60; e d) a demonstração da variabilidade dos níveis de participação político-social em âmbito local nas últimas décadas.

Defendeu-se, inicialmente (primeiro capítulo), que a participação está essencialmente ligada à questão política (*zoon politikon*) e social (*conviver em sociedade*). Além disso, a participação é elemento primordial para a construção da cidadania e, conseqüentemente, para o fortalecimento do processo democrático.

A democracia como sistema de governo surgiu e ressurgiu diversas vezes em diferentes povos, culturas e regiões do mundo, teve seu momento de apoteose, mas, logo depois, passou por um período de “esquecimento”. Foi a originalidade grega que “inventou” a democracia como instrumento para garantir o interesse da classe oligárquica, o direito de isonomia, isocracia e isegoria, que possibilitava a igualdade entre os “iguais”, isto é, mantinha-se o privilégio da elite, especificamente, dos homens maiores de idade (filhos de pais atenienses). Depois de muitos séculos a experiência democrática ressurgiu na Europa ocidental moderna entre os séculos XVII e XVIII, com o objetivo de defender os princípios liberais da classe burguesa, de modo especial, na defesa dos direitos naturais (vida, propriedade, liberdade).

Para Bobbio (1986, p.12), as democracias modernas são definidas como um “conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. Deste modo, a

democracia não deixa de ser um avanço e também uma alternativa em relação às formas autocráticas experienciadas anteriormente no decorrer da história.

No entanto, a democracia na modernidade fez algumas “promessas” que não foram cumpridas. A primeira é de que a democracia ainda continua subordinada a um poder “invisível”, isto é, interesses que subordinam os poderes políticos. Aqui se pode entender a superioridade de um grupo, ou pessoa, que detém o controle do poder econômico ou ideológico. A democracia não conseguiu derrotar por completo o poder oligárquico e é ainda menos capaz de ocupar todos os espaços nos quais se exerce um poder que toma decisões vinculatórias para um inteiro grupo social. A segunda, de que os “mesmos” permanecem no poder: de eleição em eleição acabam se elegendo sempre os “mesmos”. E a terceira, de que há uma “ausência do crescimento da educação para a cidadania”, cada vez mais o povo descredita dos meios políticos, e a apolitização virou uma constante (BOBBIO,1997, p.27).

Um dos principais obstáculos do projeto político-democrático atual, segundo Bobbio (1997), é a complexidade das sociedades que passaram de uma economia familiar para uma economia de mercado; de uma economia de mercado para uma economia protegida, regulada, planificada; e que aumentaram os problemas políticos que requerem competência técnica. Assim, tecnocracia e democracia são antitéticas:

a democracia sustenta-se sobre a hipótese de que todos possam decidir a respeito de tudo. A tecnocracia, ao contrário, pretende que sejam convocados para decidir apenas aqueles poucos que detêm conhecimentos específicos. Ou seja, há uma “sensível” mudança nos rumos da política atual, inverteram-se os termos; ao invés da democracia, tem-se a tecnocracia. O segundo obstáculo é o crescimento do aparato burocrático: estado democrático e estado burocrático estão historicamente muito mais ligados um ao outro do que a sua contraposição pode pensar (BOBBIO, 1997, p.34).

No entendimento de Noam Chomsky (2004), há uma profunda incompatibilidade entre democracia e mercado. O teórico norte-americano defende a democracia desde que as instituições centrais (corporações privadas) devam estar sob o controle popular, o que, no capitalismo, parece ser uma tarefa um tanto difícil, para não dizer impossível:

Pessoalmente, eu sou a favor da democracia. A democracia supõe que as instituições centrais da sociedade devem estar sob o controle popular. No entanto, agora, sob o capitalismo, nós não podemos ter democracia por definição. O capitalismo é um sistema no qual as instituições centrais da sociedade estão, em princípio, sob um controle autocrático. Assim, uma corporação ou uma indústria é pensada em termos políticos, fascistas; quer dizer, elas têm um rígido controle

desde seu topo e a obediência irrestrita deve ser estabelecida em todos os níveis - há uma pequena pechincha, um pouco de barganha, mas a linha de autoridade é perfeitamente direta. Da mesma maneira que me oponho ao fascismo político, me oponho ao fascismo econômico. Eu penso que é insensatez falar sobre democracia enquanto as principais instituições da sociedade não estiverem sob o controle popular (p.162).

A democracia fica, assim, impossibilitada de “funcionar” quando corporações e indústrias se unem em grandes monopólios econômicos para dominar setores estratégicos de mercado; cerca de 40% das transações comerciais feitas no mundo estão concentradas nas mãos de poucas empresas, ou seja, quem comanda o mundo comercial são os grandes cartéis. Da mesma forma, “criou-se” uma indústria de relações públicas (mídia em geral) com o objetivo de “controlar” e “doutrinar” a opinião pública mediante campanhas publicitárias massivas, todas a serviço do Estado e das empresas privadas.

Desta forma, o controle que a mídia exerce sobre a maioria da população é, na visão de Dewey, a pura antidemocracia. Segundo o filósofo, existe, hoje, na verdade, um poder antidemocrático que reside no controle dos meios de comunicação, produção e publicidade. Quem quer que os detenha governa a vida do país, mesmo que as formas democráticas permaneçam. Os negócios para lucros privados por meio de operações bancárias, terra, indústria, reforçados pelo controle da imprensa, agentes da imprensa e outros meios de publicidade e propaganda formam o sistema atual, a fonte de coerção e controle, e, até que ele seja desembaraçado, não se pode falar seriamente sobre democracia e liberdade.¹

Esta também é a visão do cientista político argentino Atilio Borón (2006). Para ele, o valor da justiça social é superior a qualquer uma dessas idéias burguesas de superávit primário, risco país ou crescimento das exportações. Não há democracia possível sem socialismo e, se há capitalismo, não há democracia. Falar em democracia capitalista é o mesmo que dizer ‘círculo quadrado’.

É neste sentido que a democracia pode ser entendida no sentido “ideal” (formal) e no sentido “real”. Isto é, há uma longa distância entre a teoria e a prática democrática, entre o que se promete e o que é realizado, ocasionando frustração nas expectativas dos eleitores no decorrer do processo. O acesso à democracia ainda é restrito em nossa sociedade, poucos usufruem dos benefícios, enquanto a maioria ainda não consegue ver resolvidas suas

¹ DEWEY (apud CHOMSKY, 1996, p.113-114).

necessidades básicas, como alimentação, educação, saneamento, vestuário, lazer. A participação efetiva da população nas decisões do governo ainda é uma conquista a ser realizada. A dimensão procedimentalista da democracia não é suficiente para sanar os graves *déficits* sociais que o país atravessa, esta dimensão se aplica a uma minoria da população. Assim, os procedimentos poliárquicos de Dahl (2001) e Przeworski (1994), ainda que importantes, estão longe de serem os mecanismos redentores da situação econômica precária dos países da América Latina.

Assim, é preciso instituir um novo contrato social. Um contrato social diferente do instituído no início da modernidade, que usava critérios de inclusão e exclusão, ou seja, aquele que incluía apenas os indivíduos livres e proprietários, junto com suas associações. Somente o cidadão (burguês) fazia parte do contrato social (mulheres, estrangeiros, imigrantes e minorias étnicas - às vezes a grande maioria - eram excluídas). A maioria era, como diz Boaventura de Sousa Santos (2000), “indivíduos vivos em regime de morte civil”. É preciso reafirmar um novo contrato social, diferente da contratualização liberal individualista implementada em nossos dias, que favorece apenas grupos econômicos transnacionais e os direitos de alguns indivíduos.

No Brasil, com a criação e implementação de instrumentos institucionais, como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e o Orçamento Participativo (Constituição de 1988), efetivaram-se experiências significativas de democracia participativa, que contribuem no aprimoramento da democratização das instituições sociais e políticas do país. De certa maneira, estas experiências institucionais possibilitam a interferência e a participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas públicas, favorecendo a prática de fiscalização dos negócios públicos ou a prestação de contas pelo governo (*accountability*), além da transparência dos atos do Estado.

O segundo capítulo apresentou o debate da participação na teoria da cultura política ao capital social. Entende-se que, frente à debilidade do regime democrático em nosso continente, sendo ameaçado, constantemente, por ditadores populistas ou militares, ou ainda pela ditadura do mercado que prioriza o econômico ao invés da pessoa, o capital social é um dos instrumentos possíveis para fortalecer o espírito cívico comunitário, através da participação, associativismo e cooperação como fundamentos de uma democracia mais cidadã e, inclusive, com um melhor desempenho econômico ao nível local.

Contrariando a teoria econômica dominante de que o crescimento econômico produz o espírito cívico, a teoria do capital social afirma que é o espírito cívico que produz o

crescimento econômico e o funcionamento das instituições democráticas. O estudo de Putnam apresenta-se, assim, em nítido contraste com Mancur Olson: *The rise and decline of nations* (1982), com o argumento de que países com economias declinantes eram caracterizados por terem fortes grupos de interesse e associações, buscando usar suas posições para conseguir subsídios e, por causa disso, atrapalhando a competição econômica.

De acordo com Putnam, a participação na vida organizacional cria capital social, instrumento capaz de possibilitar que a interação entre cidadãos seja constituída sobre a confiança. Isso significa dizer que as pessoas escolhem cooperar com seus vizinhos porque eles confiam que, depois, vão poder contar com a cooperação também. Em várias redes de vida associativa, um elemento de ligação surge na forma de normas facilitando a cooperação. (ROTHSTEIN, 2000).

No segundo capítulo desse trabalho de tese, afirmou-se, também, que a prática da confiança pode trazer benefícios comunitários. O capital social, ao contrário do capital financeiro, não se desgasta com o uso: quanto mais se utiliza, mais capital social se tem, aumenta-se o estoque ao invés de diminuí-lo. O capital social é o capital dos menos favorecidos, dos que estão fora do eixo econômico dominante. O capital social apresenta-se como uma alternativa para a sobrevivência econômica dos pobres, pois é na associação comunitária, na confiança mútua entre os membros, que os problemas locais são resolvidos. A atuação conjunta da comunidade servirá como instrumento de pressão para que os governantes disponibilizem recursos e atendam às demandas locais através de políticas públicas eficientes e eficazes. O capital social é, desta maneira, um mecanismo de inclusão e *empoderamento* dos excluídos do sistema dominante. Pensar o capital social possibilita uma nova cultura política em que os indivíduos estejam conscientes de seus direitos e deveres frente ao Estado. A nova cultura política do capital social requer a participação efetiva de todos os cidadãos no poder deliberativo do Estado. Somente a organização da sociedade civil será capaz de fazer pressão ao Estado, consolidando, assim, o processo democrático.

O terceiro capítulo apresentou os limites da participação na cultura política brasileira. O Estado brasileiro, ao contrário de muitos Estados, foi instituído a partir dos interesses da classe dominante, sem a participação da sociedade civil organizada. A participação da maioria da população foi nula no processo de emancipação política do Brasil (Independência), bem como da Proclamação da República.

Ao avaliar a trajetória da política brasileira, percebe-se que a classe dirigente sempre esteve ligada aos interesses da elite econômica. Desde a “Independência”, a família

real defendeu os interesses dos latifundiários (amigos do Rei); na República, não fora diferente: os oligarcas (políticas dos coronéis) revezavam-se no poder, no intuito de preservar os interesses dos produtores de café (São Paulo) e leite (Minas Gerais). Logo após entra em cena o populismo de Vargas (1930-1945), chamado “pai dos pobres” por atender as necessidades emergenciais das classes populares, mas, que não deixou de atender a classe poderosa (burguesia industrial) sendo, portanto, “mãe dos ricos”. Vargas fez um governo populista sem jamais transformar as estruturas econômicas, que se mantêm intactas até hoje. De 1964 a 1985, com o “Golpe Democrático”, a elite militar governou o país de forma centralizadora e autoritária. Neste período, o desenvolvimento econômico brasileiro deu-se com o investimento externo, avanço das multinacionais e, conseqüentemente, um grande endividamento frente às instituições internacionais. Com a “abertura democrática”, José Sarney, assume o governo e, aos poucos, vê-se o retorno da política das oligarquias, principalmente, com a ampla distribuição de canais de rádio e TV, para a formação de um ambiente eletrônico visual e auditivo de tipo oligárquico. Após o governo Sarney o Brasil conhece a experiência “modernizadora” do governo Collor que prometeu inserir o Brasil no cenário mundial da globalização. A aventura durou pouco, as reformas do Estado brasileiro foram “abortadas” e Collor sofreu o *impeachment*. As reformas neoliberais voltaram nos dois mandatos do governo de FHC (representante das classes médias ilustradas) e, com seu partido burguês, o PSDB, o Brasil passou por profundas transformações em seu modelo político-econômico.

Não só o Brasil foi afetado pelas reformas neoliberais estruturadas a partir das políticas do Consenso de Washington, mas boa parte dos países latino-americanos, como o Chile, o México e a Argentina. Estes países seguiram um programa econômico que priorizou um rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, que passava, inevitavelmente, por um programa de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, corte dos gastos públicos; mercado desregulamentado e aberto; flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores e privatizações. No Brasil, o ônus econômico e social desse modelo foi altíssimo: crescimento econômico pífio (2,3% na média); desemprego (atingindo mais de 11 milhões de trabalhadores); dívida interna e externa astronômicas; concentração de renda e violência difusa.

Com o esgotamento da política econômica do governo FHC, a proposta do Partido dos Trabalhadores mostrava-se como uma alternativa para boa parte dos brasileiros que haviam sido afetados pelas políticas neoliberais. De fato a mudança aconteceu: Luiz Inácio

Lula da Silva (Lula) venceu as eleições (2002), com 61,27% dos votos válidos contra os 38,73% de seu oponente José Serra do PSDB. Com a vitória petista esperava-se que, aos poucos, houvesse uma política de ruptura com o modelo político econômico neoliberal protagonizado, anteriormente, pelo governo FHC em seus dois mandatos (1995-2002).

Inicialmente, a vitória de Lula trouxe entusiasmo e alegria a milhões de brasileiros: “Finalmente a esperança venceu o medo”. Os primeiros cem dias do governo Lula foram festivos, não faltaram discursos e “showmícios”, que expressavam bem o clima de “lua-de-mel” entre o novo presidente e a população. No entanto, com o passar do tempo, o entusiasmo e as expectativas com o novo governo foram diminuindo e a frustração não tardou a chegar. Quando Lula discursava para dezenas de milhares de delegados, representantes de boa parte da esquerda mundial reunida no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (edição 2003), jamais se imaginava que o governo Lula já houvesse aderido às reformas macroeconômicas propostas por Wall Street e o FMI. Como afirmava Michel Chossudovsky: “Enquanto era abraçada em coro por movimentos progressistas de todo o mundo, a administração de Lula estava a ser aplaudida pelos principais protagonistas do modelo neoliberal”. O entusiasmo contagiou na época até o diretor do FMI, Heinrich Koelle: “Sou entusiasta [em relação à administração Lula]; mas é melhor dizer que estou profundamente impressionado pelo presidente Lula, na verdade, e em particular porque penso que ele tem a credibilidade que muitas vezes falta um pouco a outros líderes, e a credibilidade está em que é sério para trabalhar afincadamente a fim de combinar política orientada para o crescimento com equidade social”.

Ao chegar ao fim do seu primeiro mandato, percebe-se que o governo Lula seguiu piamente a orientação do modelo econômico propagado por Wall Street e o FMI. Aceitou e implementou uma política monetária dura, com medidas generalizadas de austeridade, altas taxas de juro e regime de câmbios externos desregulamentado, que beneficiou apenas o setor financeiro. Em termos econômicos, o crescimento continuou medíocre, com uma média de 2,3% ao ano (média dos três primeiros anos). As políticas sociais do governo Lula restringiram-se ao fortalecimento e ampliação do programa Bolsa Família. Na questão ética, o governo Lula foi marcado por escândalos e corrupção atingindo não apenas o governo, mas o seu próprio partido.

Importante mencionar, neste aspecto, que as mazelas da cultura política descritas no capítulo três (patrimonialismo, coronelismo, populismo e personalismo), continuam presentes na cultura política atual (desde a esfera nacional até a municipal). Atos de

corrupção, patrimonialismo, clientelismo, abuso do poder através de Medidas Provisórias, além da prática do “troca-troca” partidário favorecem para que as instituições políticas sejam vistas com descrédito e desconfiança pela opinião pública.

O quarto capítulo teve como objetivo tratar da evolução da cultura política de Ijuí. Para isso, apresentaram-se, inicialmente, aspectos ligados à formação histórica, social e econômica do município. O capítulo demonstrou os limites da participação político-social da sociedade ijuicense, quando os coronéis Augusto Pestana e Antônio Soares de Barros, estiveram à frente da cena política (esta fase foi denominada de matriz coronelista). A matriz integralista teve forte repercussão no município, servindo, igualmente, como instrumento de resistência política junto aos imigrantes teuto e ítalo-brasileiros (alemães e italianos), que não tinham espaço frente à política autoritária e centralizadora dos coronéis. Por último, apresentou-se a matriz trabalhista, que foi e continua sendo hegemônica na política local durante as últimas décadas.

O capítulo cinco tratou da evolução da participação político-social e capital social de Ijuí, a partir da análise comparativa longitudinal da década de 1950 e 2005. Viu-se que, nas décadas de 1950 e 1960, a sociedade ijuicense fora marcada por fortes manifestações de participação, associativismo e cooperação com elevados índices de capital social e as experiências da Cotrijuí, FAFI/Fidene/Unijuí e do MCB.

No que tange ao aspecto comunitário, o MCB de Ijuí conseguiu aglutinar forças para a resolução dos problemas que o município enfrentava na época. A pesquisa de opinião de 1968 demonstrou que os grupos ligados à participação comunitária, como os padres, associação de bairros, sindicatos e movimento comunitário, foram os mais interessados em buscar soluções e tentar resolver os problemas locais. Muito mais interessados do que os meios políticos convencionais (prefeitura, voto, partidos políticos). Os meios não-políticos (associativo e comunitário) foram indicados por 48,0% dos entrevistados como aqueles que poderiam solucionar com maior eficiência os problemas locais. Apenas 29,7% dos entrevistados achavam que os meios políticos (convencional) poderiam solucionar os problemas locais.

A maioria dos participantes do MCB (44%) tinha como profissão trabalhos manuais ou eram proprietários de pequenas empresas. A pesquisa (1968) ouviu duas amostragens: o conjunto da elite e a população geral urbana. Dos entrevistados (soma do percentual da elite mais a população geral urbana), 63,4% participavam regularmente do MCB e 68,8% dos entrevistados achavam que o MCB tinha grande influência sobre a

população de Ijuí. 29,7% dos entrevistados responderam que o MCB ajudava na solução dos problemas locais e 25,6% achavam que o MCB ajudava na melhor compreensão dos problemas locais. Para 35% da população o MCB tinha como finalidade a educação popular: conscientização e promoção do homem. Importante mencionar, para finalizar, que, para 52,2% dos entrevistados, a natureza do MCB era essencialmente de cunho cultural.

Nas últimas décadas, o que se percebeu é um acentuado declínio da participação político-social em Ijuí, o que comprova a hipótese principal de que práticas cada vez menos recorrentes de ações cooperativas, associativistas, participativas e comunitárias podem estar associadas ao declínio do capital social de um município ou região.

O comportamento político do ijuiense deixou de ser associativo, cooperativo e empreendedor, transformando-se num comportamento individualista, marcado pela desconfiança e pela indiferença, o que se reflete inclusive na estagnação econômica do município. O Movimento Comunitário de Base (MCB) já não existe e há sérias dificuldades para a manutenção e o incremento de instituições e de outros instrumentos de participação comunitária, como os conselhos municipais, sindicatos e cooperativas, além da própria Unijuí.

Através dos resultados do *survey* (2005), foi possível avaliar a variação dos níveis de participação político-social, bem como conhecer um pouco mais do comportamento político do ijuiense. O plano amostral da pesquisa (400 entrevistas) atingiu uma população composta de 47% de homens e 53% de mulheres, sendo que 60,8% cursaram o ensino fundamental (completo ou incompleto); 23% cursaram ou cursam o nível médio (completo ou incompleto) e apenas 14% estão cursando ou concluíram o curso superior. No que se refere à economia, os dados apontam para uma baixa renda *per capita* entre os ijuienses, 51,6% ganham até 1 salário mínimo; 43,5% ganham de 1 a 3 salários mínimos, menos de 3% da população ganham até 5 salários mínimos e, uma minoria, 1,9% ganham mais de 5 salários mínimos. Esses dados refletem o baixo poder aquisitivo da maioria da população ijuiense. Perguntou-se, também, se a população conseguia poupar algum dinheiro em cada mês, a resposta foi de que mais da metade da população, 54,1%, não consegue poupar nenhum dinheiro. No que se refere à ocupação do ijuiense, percebeu-se que quase a metade da população (45,1%) não está empregada, trabalha por conta própria (trabalho informal) ou, ainda, é estudante ou dona de casa. Estes mesmos entrevistados indicaram os principais problemas enfrentados pelo Brasil nos últimos tempos: para mais de 60% da população são problemas sociais ou econômicos, como o desemprego, com 31% e fome e miséria com 9,5%, entre outros.

A pesquisa apontou para uma predominância da etnia branca no município, 80% fazem parte deste grupo, já os entrevistados que responderam ser morenos/pardos/mestiços somam 15,1%. A religião predominante no município é a católica, com 61%, seguido pela evangélica pentecostal, com 23% da população.

Dentro da percepção política dos ijuienses, questionou-se, inicialmente, sobre a avaliação dos serviços prestados no município: para 66% da população, o transporte coletivo é considerado bom, juntamente com a educação, 63%. Por outro lado, os serviços que obtiveram as piores avaliações (ruim/péssimo) junto à comunidade foram o saneamento, com 63,5% e a segurança com 73,3%. Também para 46,8% dos entrevistados o Estado é ineficiente, pois aplica mal os recursos. A satisfação com o funcionamento da democracia em Ijuí é baixa, apenas 14% estão satisfeitos com o funcionamento da mesma, enquanto que 82% estão pouco satisfeitos ou insatisfeitos. É baixa, igualmente, a identificação partidária do eleitor ijuiense, 32,5% se identificam com algum partido político, enquanto que 67,5% não. A falta de civismo é igualmente notável frente à obrigatoriedade do voto: 26% dos ijuienses votam somente porque é obrigatório e, se o voto fosse facultativo, 34% não votariam nas eleições. Além disso, ainda existem manifestações de clientelismo, na medida em que 7,8% aceitariam dinheiro ou cesta básica em troca do voto.

Outro resultado relevante deste estudo é a comprovação da baixa participação social e política e da baixa confiança interpessoal e institucional, demonstradas pela população ijuiense. As pessoas que vivem em Ijuí até estão predispostas a ajudar, mas, concretamente, há poucos gestos de participação ou colaboração comunitária. No que se refere à participação em grupos e organizações sociais, 32,5% responderam que participam, enquanto que a maioria (67%) não participa de grupos ou organização social. Sobre a ajuda vicinal, os dados indicam que a maioria (64%) dos entrevistados afirmou que podiam contar com os vizinhos para cuidar dos filhos e da casa, caso necessitassem. Percebe-se que o ijuiense até pode contar com os vizinhos, mas isso não significa que exista confiança entre os mesmo: 55,8% dos entrevistados responderam que os vizinhos não são confiáveis, da mesma forma que 30,3% responderam que nunca podem confiar nas pessoas que moram no bairro.

Sobre a participação política, os dados demonstram que a sociedade ijuiense participa mais de instituições de cunho comunitário (associação religiosa 68,3%, comunitária 30,1%, Orçamento Participativo 30,1%, associação sindical 19,5%, Conselhos Populares 17,5% e Ong's 9,1%). A média de participação na forma comunitária fica em torno de 31%. A segunda forma de participação política da sociedade ijuiense é a forma convencional de

(comícios 40,1%, reuniões políticas 24,3% e partidos políticos 18,3%), a média de participação convencional é de 26,6%. Por último, a forma de participação política não-convencional (abaixo-assinados 51,3%, manifestação e protestos 26,5%, greves 18,3% e ocupação de prédios ou terrenos públicos 3,8%), a média de participação da sociedade ficou em torno de 25%.

A baixa confiança interpessoal e institucional também é uma realidade entre os ijuienses. 71% dos entrevistados afirmaram que não se pode confiar nas pessoas. As instituições sociais mais confiáveis foram a família (90%) e as igrejas (60,8%), o que comprova que a confiabilidade fica restrita ao nível nuclear. Por outro lado, as instituições políticas foram as instituições com os mais altos índices de pouca e não-confiança: dentre os mencionados, os mais desacreditados foram o governo Municipal (85,5%), o Governo Federal (89%), o Governo Estadual (92,5%), a Câmara Municipal (93,8), a Assembléia Legislativa (94,6%), os Partidos Políticos (94,8%) e o Congresso Nacional (97,8%). Além da falta de credibilidade, percebe-se o pouco interesse por política, 37,3% não se interessam. A pesquisa demonstrou igualmente que, quanto maior a instrução das pessoas, maior a informação e o interesse por política.

O capítulo seis, mais de caráter analítico, procurou evidenciar a variação negativa do capital social em Ijuí, comprovando as demais hipóteses. Depoimentos de lideranças políticas locais confirmam o declínio da sociabilidade da comunidade ijuiense. Impera o familismo amoral de Banfield, em que se procura maximizar a vantagem material e imediata da família nuclear e supor que todos os outros agirão da mesma forma. Ou seja, entre os três tipos de capital social desenvolvidos no trabalho (*bonding*, *bridging* e *linking*) a sociedade ijuiense pode ser considerada do tipo *bonding*, (relações para dentro – laços fortes), onde práticas de solidariedade dão-se apenas entre pessoas dos mesmos laços étnicos, ou grupos familiares fechados. Além do mais, a sociedade ijuiense apresenta altos índices de insegurança, insatisfação e frustração: 50% da população sente-se insegura ao andar nas ruas e 73% avaliam o serviço da segurança pública como “ruim” ou “péssima”. O êxodo rural crescente das últimas décadas (provenientes da região) aprofundou os problemas da cidade: violência, desemprego, ausência de saneamento básico, déficit imobiliário, são os problemas mais evidentes de Ijuí. Por outro lado, convém referir que Ijuí tem perdido boa parte de seu capital humano qualificado, que busca, em outras regiões, as oportunidades de trabalho que o município não lhes tem dado.

No que se refere às manifestações da política convencional, nota-se que a participação em reuniões partidárias reduziu, bem como em partidos políticos e comícios. Da mesma forma, a participação dos eleitores tem diminuído nas últimas eleições municipais, ficando em torno de 86%. O interesse por assuntos políticos tem decrescido, igualmente. Os velhos vícios da cultura política tradicional encontram espaço também em nível local, pois ainda impera o clientelismo, o patrimonialismo e o personalismo. Há pouca alternância no poder local com a predominância das mesmas famílias no poder há décadas. Há forte desconfiança interpessoal e nas instituições políticas, além do PIB e do IDH do município estarem estagnados.

Durante os anos 50 e 60, a população do município produziu uma notável reação à crise dos modelos social e econômico enfrentados pelos colonos diante da modernização da agricultura, que consistiu na criação de espaços sociais de debate, de educação e realização institucional. Esses espaços, convertidos em instituições, foram de tal forma originais, que acabaram marcando a identidade do município e da região: a FAFI/Fidene/Unijuí, o Movimento Comunitário de Base (MCB) e a Cotrijuí, entre outros, foram exemplos bem-sucedidos de capital social na época. No entanto, já no final da década de 70, Ijuí empobrecera politicamente, a participação comunitária declinara, as lideranças locais foram cooptadas pelas forças políticas conservadoras e seguiu empobrecendo-se com a perda do protagonismo das demais instituições. Politicamente, os sucessivos governos de um único partido (Arena e, posteriormente, o PDT) cada vez mais paternalistas, personalistas e populistas, foram incapazes de organizar as oportunidades de desenvolvimento e fecharam o quadro da pobreza política.

Para finalizar, acredita-se que a hipótese central deste estudo foi confirmada, na medida em que evidenciou práticas cada vez menos recorrentes de ações cooperativas, associativistas, participativas e comunitárias nas últimas três décadas ocasionando uma variação negativa do capital social de Ijuí. Dados empíricos, a partir da análise dos resultados de dois *surveys* aplicados no município em 1968 e em 2005, respectivamente. Opiniões de lideranças locais; análise do desempenho econômico e de IDH (IBGE e FEE); evolução da participação eleitoral (TRE-RS); bem como dados da evolução da insegurança comprovam também as hipóteses gerais levantadas. Houve um declínio de manifestações cívicas com a diminuição da participação política convencional (reuniões partidárias, partidos políticos, comícios, eleições); altos índices de desconfiança (interpessoal, instituições políticas e insegurança); redução do associativismo e cooperação (individualismo, familismo amoral,

baixa participação comunitária), além da estagnação econômica e da qualidade de vida (segundo números referentes ao PIB e ao IDH municipal) – são algumas manifestações do impacto negativo do capital social de Ijuí que esta tese procurou evidenciar no decorrer de suas páginas.

O trabalho que por hora se encerra significa o fim de uma etapa. No entanto, muitas outras variáveis podem e devem ser aprimoradas. O banco de dados do *survey* 2005 possibilita outras análises e discussões que farão parte, em breve, de futuras pesquisas que aprofundem alguns pontos não suficientemente abordados.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, A. *Subsistence Credit: Survival Strategies among Traditional Fishermen*. Economic and Political Weekly 20(6): 247-52. 1985.
- ABU-EL-HAJ, Jawdat. “O debate em torno do capital social: uma revisão crítica”. In: *BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 47, 1999, p.65-79.
- ACKER, Celso; SILVA, Maria Almeida da Silva. *Cadernos do Centenário*. Jornal da Manhã. Ijuí: 30 de junho de 1990.
- AIDAR, Carlos Miguel. *Medidas Provisórias ferem a ética do direito*. Disponível em http://www2.oabsp.org.br/asp/palavra_presidente/pres3.1.1.asp?id_pres=34. Acesso em 13 de maio de 2006.
- AGOSTINI, João. MADP: Ijuí, 12 de outubro de 1987. Entrevista concedida a Danilo Lazzarotto.
- ALBUM COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE IJUÍ. Ijuí: Litografia Serrana, 1940.
- ALLEBRANDT, Sérgio Luís. *A participação da sociedade na gestão pública local e na produção das políticas: a atuação dos conselhos municipais de Ijuí – RS, de 1989 a 2000*. Série Dissertações de Mestrado; 32. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- ALMOND, Gabriel; VERBA Sidney. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1965.
- ALVES, Douglas Santos; VISCARRA, Simone. “Capital social, satisfação e as diferentes formas de participação política”. In: *Revista Debates*. Publicado pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina/UFRGS – n. 1, março/abril de 2006. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- AMARAL, Roberto. *Apontamentos para a reforma política*. Disponível em http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_151/r151-02.pdf. Acesso em 23 de janeiro de 2004.
- AMARAL, Sandra Maria do. *Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí (1938-1945)*. Ijuí: Unijuí, 2003.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ANDRADE, Edinara Terezinha de. *Democracia, orçamento participativo e clientelismo: um estudo comparativo das experiências de Porto Alegre/RS e de Blumenau/SC*. Porto Alegre: (tese de doutorado em Ciência Política da UFRG), 2005.

AQUINO, Rubin Santos Leão et alii. *História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: Introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARISTÓTELES. *A política*. Brasília, Edunb, 1988.

AVANCINI, Elsa Gonçalves. *Coronelismo, cooptação e resistência: 1200 votos contra o coronel – a eleição da banha em Ijuí, 1934*. Porto Alegre: Secretaria do Estado da Educação, Projeto Melhoria da Qualidade de Ensino, 1993.

AVANCINI, Elsa Gonçalves. *O mandonismo local em Ijuí: 1912-1937*. Ijuí: texto datilografado, s/d, MADP/Unijuí.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Unesp, 2004.

ÁVILA, Luis Carlos. *Guia biográfico das ruas de Ijuí*. Ijuí: MADP/Unijuí, 1982.

AZAMBUJA, Bernadete Maria de. et al. *Atlas Escolar Ijuí*. Ijuí: Unijuí, 1994.

AZAMBUJA, Bernadete Maria de. *O desenvolvimento urbano e a promoção fundiária e imobiliária de Ijuí/RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997 (Série Dissertações de Mestrado).

BACHRACH, Peter. *The Theory of Democratic Elitism: a critique*. Boston, University Press of America, 1967.

BANCO MUNDIAL. Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital (SC-IQ). *Questionário integrado para medir capital social (QI MCS)*, 2003. Disponível em <http://poverty.worldbank.org/files/14753_qi-mcs.pdf>, acesso em outubro de 2003.

BANCO MUNDIAL. *Que és capital social?* (2002) Disponível em <<http://www.worldbank.org/poverty/spanish/scapital/scwhyrel1.htm>>. Acesso em 2 de outubro de 2003.

BANCO MUNDIAL: *Together We Stand, Divided We Fall: levels and determinants of social capital in Argentina* (2002). Disponível em <[http://wbln0018.worldbank.org/LAC/BO_OppPillar/SecCalendar.nsf/0/CE38439085920C7A85256C17006F2A0D/\\$file/ESW%20CAPITAL%20SOCIAL-%20FINAL6-6.doc](http://wbln0018.worldbank.org/LAC/BO_OppPillar/SecCalendar.nsf/0/CE38439085920C7A85256C17006F2A0D/$file/ESW%20CAPITAL%20SOCIAL-%20FINAL6-6.doc)>. Acesso em 16 de outubro de 2003.

BANDEIRA, Pedro S. *O capital social e a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Departamento de Ciência Política da UFRGS, 2003. (Tese de doutorado)

BANDEIRA, Pedro S. *Participação, articulação de atores regionais e desenvolvimento regional*. Texto para discussão n. 630. Brasília: IPEA, 1999.

BANFIELD, E. C. *The moral basis of a backward society*. New York: Free Press, 1958.

BAQUERO, Marcello (Org.). “Cultura política, democracia e capital social”. In *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 2003A.

BAQUERO, Marcello. "Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira". In: PERISSINOTTO, Renato e FUKS, Mario (Orgs.). *Democracia, teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

BAQUERO, Marcello. “Alcances e limites do capital social na construção democrática”. In: *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

BAQUERO, Marcello. “Credibilidad política e ilusiones democráticas: cultura política y capital social em América Latina”. In: *Revista Ecuador Debate*. Quito: Equador, Caap, agosto de 2004. n.62.

BAQUERO, Marcello. “Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa?” In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.) *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: Unijuí, 2006A.

BAQUERO, Marcello. “Verbetes capital social” In: *A outra economia*. CATTANI Antonio David (Org.). Porto Alegre: Veraz, 2003.

BAQUERO, Marcello. *Obstáculos formais à democracia social: poliarquia, cultura política e capital social no Brasil*. 2006 (artigo não publicado).

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (Orgs.). *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: Unijuí, 2006.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. *Cultura política e cidadania no Brasil: uma análise longitudinal*. Porto Alegre: Estudos Leopoldinenses, v. 28, n.129/130, 1992.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. *Matriz histórico-estrutural da cultura política no RS e padrões de participação política*. Porto Alegre: Cadernos de Ciência Política n. 3, UFRGS, 1995.

BARBIAN, Hilário. *Círculo Operário e sindicalismo em Ijuí/RS – 1923/46*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991 (Dissertação de Mestrado).

BARBIAN, Hilário. *Levantamento de fontes sobre a história do coronelismo em Ijuí*. Ijuí: MADP/Unijuí, 1986 (Apostila).

BARCELLOS, Ramiro. *Antônio Chimango: poemeto campestre / Amaro Juvenal*. 25 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

BARKER, Ernest. *Teoria política grega: Platão e seus predecessores*. Brasília: UnB, 1978.

BAUM, Fran. *Social capital, economic capital and power: further issues for a public health agenda*, Journal of Epidemiological Community Health 54:409-410, 2000.

BELATO, Dinarte. *A violência política no Rio Grande do Sul*. 2004. Ijuí: (Apostila).

BELATO, Dinarte. *Mario Osorio Marques: o intelectual*. In: BRUM, Argemiro J. (Org.) *Trajetórias de uma vida: depoimentos*. Ijuí: Unijuí, 2003.

BENEVIDES, Maria Victória. “Nós, o povo: reforma política para radicalizar a democracia”. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

BERNARDI, Iara. *Os 70 anos do voto feminino*. Disponível em <http://www.pt.org.br/site/artigos/artigos_int.asp?cod=363>. Acesso em 18 de outubro de 2005

BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

BINDÉ, Ademar Campos. *Do lampião à luz elétrica: a história da energia elétrica em Ijuí*. Ijuí: Serigraf, 2000.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, N. *Teoria geral da política: a filosofia política e a lição dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Edunb, 1997.

BOFF, Luis Carlos. *O populismo verde – 1945/1950: o caso do PRP em Ijuí*. Dissertação de Mestrado – UPF, 2003.

BONAVIDES, Paulo. *Teoria constitucional da democracia participativa*. São Paulo: Malheiros, 2001.

BONFIM, Washington Luis de S. e SILVA, Irismar Nascimento da. “Instituições políticas, cidadania e participação: mudança social ainda é possível”? *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 21, p.109-123, nov. de 2003. Disponível em www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a08n21.pdf. Acesso em 14 de maio de 2006.

BORBA, Julian. “O comportamento político e capital social na América do Sul”. In: *Revista Debates*. Publicado pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina/UFRGS – n. 1, março/abril de 2006. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BORÓN, Atílio. *Entrevista ao site Cranda Internacional de Informação Independente*. Disponível em <http://ciranda.softwarelivre.org>. Acesso em 14 de maio de 2006.

BOURDIEU, Pierre. “The forms of capital”. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986.

BOWLES, Samuel. *Social Capital and Community Governance*. Focus 20(3): 6-10, 1999.

- BRANDALISE, Carla. “Camisas-verdes: a alternativa integralista”. In: *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- BRESSAN, Suimar. *Sindicalismo rural e sociedade: relações e história*. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, UFRGS, 1978 (Tese de Mestrado em Sociologia Rural).
- BRUM, Argemiro J. (Org.) *Trajetórias de uma vida: depoimentos*. Ijuí: Unijuí, 2003.
- BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí: 1985.
- BRUM, Argemiro J. *Unijuí: Uma experiência de universidade comunitária, sua história, suas idéias*. Ijuí: Unijuí, 1994.
- BUZANELLO, Pio. *Crônicas*. Ijuí: MADP/Unijuí, s/d.
- CADERNOS UNIJUÍ. *Região: questões conceituais e a prática da regionalização do RS*. Série Ciências Sociais nº 22.
- CALLAI, Jaeme. *A agricultura na história de Ijuí*. Ijuí: Unijuí, 1987 (Coleção Centenário de Ijuí, 05).
- CÂMARA FEDERAL. *Número de deputados por partido*. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em 8 de julho de 2006.
- CANABARRO, Ivo dos Santos. *Uma abordagem cultural de um movimento político dos anos trinta: o caso do integralismo em Ijuí*. Ijuí: Unijuí, 1999.
- CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930): texto contexto*. São Paulo: Difel, 1969.
- CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, Elide Rugai e MORAES, João Quartim de (Orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Unicamp, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania na encruzilhada”. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. “Entrevista”. In: CORDEIRO, L; COUTO, J. G. (Orgs.) *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000A.
- CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Dados*, vol. 40, 2, Rio de Janeiro, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ Relume-Dumará, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *Boliche solitário*. (2003). Disponível em http://www.uol.com.br/fol/brasil500/dc_6_10.htm. Acesso em 19 de outubro de 2003.
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. *O colonialismo global e a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

CAULKINS, Douglas. Organizational memberships and cross-cutting ties: *Bonding or bridging social capital?*, in Prakash and Selle 2003.

CAVALARI, Rossano Vieiro. *O ninho dos Pica-paus: Cruz Alta na Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

CHÂTELET, F. *Histórias das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHOMSKY, Noam. *Language and Politics*. UK: AK Press, 2004.

CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *Brasil: neoliberalismo com um "rosto humano"*. Disponível em <http://www.rebellion.org/brasil/030501chossud.htm>. Acesso em 12 de maio de 2004.

COLEMAN, James S. "Capital social e a criação do capital humano". *Jornal americano de Sociologia*, 94, Suplemento, p.95-120, 1988.

COLEMAN, James S. *Foundations of Social Theory*. The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres, 1990.

COLLIER, Paul, e GUNNING, Jan Willem. *Explaining African Economic Performance*. *Journal of Economic Literature* 37. 1998, p.64-111.

COMPARATO, Fábio Konder. "A garantia institucional contra o abuso de poder". In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

CORADINI, Odacir; FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CORDEIRO, Leny; COUTO, José Geraldo (Orgs.). *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CORRÊA LEITE, Hilnon G. *Uma experiência de vida em meio à modernização agrícola*. Ijuí: Unijuí, 2004.

COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o Estado*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922.

COSTA, Emília Viotti. "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil". In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1981.

COSTA, Maria Alice Nunes. "Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro". *Rev. Sociol. Polit.* [online]. nov. 2003, no.21 [citado 10 Julho 2006], p.147-163. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 3 de julho de 2006.

COULANGES, Fustel de. *A Cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Ediouro, s/d.

CUBER, P. Antoni. *Nas margens do Uruguai*. Ijuí: MADP/Unijuí, 1975.

- DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DAMATTA, Roberto. “Entrevista”. In CORDEIRO, L; COUTO, J. G. (Orgs.) *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1999.
- DIAMOND, Larry. “Civic communities and predatory societies”. In: *Intercultural management Institute*, American University. Washington, DC, may 10, 2001.
- DIAS, Manuel Nunes. “Expansão européia e descobrimento do Brasil”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1981.
- DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio: narrativa da Revolução de 1893*. Fac-símile da edição de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1979.
- DULCI, Otávio Soares. “A incômoda questão dos partidos políticos no Brasil: notas para o debate da reforma política”. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- EASTERLY, William. *Happy Societies: The Middle Class Consensus and Economic Development*. Development Research Group, World Bank, Washington, D.C. 2000.
- ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. Canoas: Editora Regional, 1958, Vol. 5, p.287-288.
- ESTEVES, Paulo Luiz. “Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13 n. 36. São Paulo: fevereiro de 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 15 de junho de 2004.
- EVANS, Peter (ed.) *State-Society Synergy: Government and social capital in development*. Berkeley: IAS, 1997.
- EVANS, Peter. “Government Action, Social Capital and Development : Reviewing the Evidence on Synergy”. In: *World Development*, v. 24, n. 6, p.1119-1132, 1996.
- FAORO, Raymundo. “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”. In: CÂNDIDO, Antônio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FÉLIX, Leiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FISCHER, Martin. *Augusto Pestana: o homem e sua obra*. Ijuí: MADP/Unijuí, 1968.

- FISCHER, Martin. *Etnias diferenciadas na formação de Ijuí*. Ijuí: MADP/Unijuí, 1987.
- FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins, 1993.
- FOX, Jonathan. “How does civil Society thicken? The political construction of Social capital in Rural Mexico”. *World Development*, v. 32, n.1, p.1-31. 1996.
- FRANTZ, João Afonso. *Movimento operário-sindical em Ijuí RS-1946/64: A trajetória como espaço educativo*. Ijuí: Unijuí, 2004.
- FRANTZ, Telmo Rudi. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da Cotrijuí*. Ijuí: Unijuí, 1982.
- FRANTZ, Walter: “Educação para o Cooperativismo: a experiência do Movimento Comunitário de Base de Ijuí”. In: SCHNEIDER, José Odelso (Org.). *Educação cooperativa e suas práticas*. Brasília, DF: SESCOOP, 2003, p. 59-108.
- FREITAS, Décio. *A abominável invenção do patriarca*. In: ZERO HORA, 25 de outubro de 2003, p.5.
- FREITAS, Décio. *Delinqüentes ilustres*. In: ZERO HORA, 22 de agosto de 1993, p.4.
- FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- FRIEDRICH, Karl *Uma introdução à teoria política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>. Acesso em 22 de abril de 2005.
- GALVÃO QUIRINO, Célia. “Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade”. In: WEFFORT, Francisco (Orgs.) *Os clássicos da política* (Vol. 2). São Paulo: Ática, 2001.
- GEOPROCESSAMENTO E ANÁLISE TERRITORIAL. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: UNIJUÍ.
- GERTZ, René E. “Influência política alemã no Brasil na década de 1930”. In: *Estudios interdisciplinares de America Latina y el Caribe*. Ramat Aviv, vol. 7, n. 1 (jan./jun. 1996), p.85-105
- GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GROOTAERT, C; NARAYAN, Deepa. *Local Institutions, Poverty and Household Welfare in Bolivia*. Local Level Institutions Working Paper 9. World Bank, Social Development Department, Washington, D.C. 2000.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Estudo da participação em grupos da experiência de educação comunitária de Ijuí, RS*. Brasil. Rio de Janeiro: PUC, 1978.
- GUIA PUBLICITÁRIO E HISTÓRICO DE IJUÍ E PANAMBI. Edição de 1955/56. Ijuí: MADP.

HANIFAN, (1916:130); em Woolcock (2000). MASEDA, Marta Portela e GÓMEZ, Isabel Neira. *Capital social: las relaciones sociales afectan al desarrollo*. Disponível em <http://www.iigov.org/documentos/?p=3_0106>. Acesso em outubro de 2003.

HANIFAN, Lyda Judson. "The rural school community center", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. n. 67, 1916.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lecciones sobre la filosofia de la historia universal*. Trad. José Gaos. Madrid: Alianza, 1975.

HELD, D. *Modelos de democracia*, Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HERNÁNDEZ. José G.Vargas. *Formación de capital social para fortalecer la institucionalización de la gobernabilidad*. Disponível em <<http://www.unq.edu.ar/congresos/politicasocial/ponencias/128.rtf>>. Acesso em 13 de outubro de 2003.

HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa*, 1 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Lisboa: Gradiva, 2000.

HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1975.

IJUÍ. RELATÓRIO MUNICIPAL DE 1913. Ijuí: MADP/Unijuí.

IJUÍ. RELATÓRIO MUNICIPAL DE 1923. Ijuí: MADP/Unijuí.

IJUÍ: CINQUENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO. Ijuí: MADP/Unijuí, 1962.

INDICADOR PROFISSIONAL DE IJUÍ. Organizado pelo Escritório Baldissera & Cardoso LTDA. Ijuí: MADP/Unijuí, 1960.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - MUNICIPAL, 1991 E 2000. PNUD. Disponível em <http://www.pnud.org.br/home/>. Acesso em abril de 2006.

INGLEHART, R. "The renaissance of political culture". In: *American Political Science Review*, vol. 82, nº 4, p.1203-1229, 1988.

INGLEHART, Ronald. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em junho de 2005.

JACOBS, Jane. *The death and life of great american cities*. New York: Random House, 1961.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Herder, s/d.

JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 02 de abril de 1926.

- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 04 de janeiro de 1921.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 04 de março de 1918.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 07 de abril de 1919.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 09 de dezembro de 1934.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 11 de fevereiro de 1918.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 11 de janeiro de 1933.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 15 de fevereiro de 1918.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 15 de março de 1918.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 18 de março de 1925.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 18 de outubro de 1922.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 20 de dezembro de 1922.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 23 de fevereiro de 1921.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 23 de novembro de 1917.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 25 de outubro de 1917.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 26 de novembro de 1917.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 27 de setembro de 1944.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 28 de janeiro de 1918.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 30 de maio de 1934.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 4 de maio de 1933.
- JORNAL CORREIO SERRANO, edição de 6 de setembro de 1933.
- JUVENAL, Amaro. *Antônio Chimango*. 25. ed. Porto Alegre: Martins, 1998.
- KITTO, H. D.F. *Os gregos*. Coimbra: Arménio Amado, 1970.
- KLERING, Luis Roque. *Evolução do IDH dos municípios do RS*. Disponível em www.terra gaucha.com.br. Acesso em abril de 2006.
- KLIKSBERG, Bernardo. *El capital olvidado*. Disponível em <http://www.unimet.edu.ve/CapitalSocial/kliksberg.doc>. Acesso em 10 de outubro de 2003.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez, 2001.

KLIKSBERG, Bernardo. *Más ética, más desarrollo*. Disponível em <http://www.iadb.org/etica/documentos/kli_maset.doc>. Acesso em outubro de 2003.

KOHN, Neuza Beatriz Prestes. *Ijuí! olhai os olhos que olham*: Um estudo de percepção urbana. Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, 2003 (Dissertação de Mestrado).

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política: uma perspectiva brasileira*. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford. Disponível em <<http://www.brazil.ox.ac.uk/workingpapers/Karina%20Kuschnir%2064.pdf>>. Acesso em agosto de 2004.

LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação”. In: FAUSTO, Bóris. *História geral da civilização brasileira*. V. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

LAZZAROTTO, Danilo. *Alto da União e sua história*. Ijuí: Unijuí, 1986.

LAZZAROTTO, Danilo. *História de Ijuí*. Ijuí: Unijuí, 2002.

LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1976.

LAZZAROTTO, Danilo. *Os capangas do coronel: romance histórico*. Ijuí: Unijuí, 1995.

LEAL, Vitor Nunes. *O coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEDERMAN, Daniel. *Socializing in Argentina: levels, geographic distribution and determinants o social capital*. Office of the Chief economist. Banco Mundial, 2001.

LIMA, Fernando Machado da Silva. *Medidas provisórias ou permanentes?*. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2288>. Acesso em 23 de junho de 2006.

LIMANA, Amir. *Participação e institucionalismo na democracia brasileira: os dilemas da consolidação da ordem democrática*. Belo Horizonte. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1992. (Dissertação de Mestrado)

LIMONGE, Fernando e FIGUEIREDO, Argelina. “*Medidas provisórias*”. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

LIVRO ESTUDOS SOCIAIS. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP/Unijuí.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LÜCHMANN, L. H. H. *Capital social, sociedade civil e democracia deliberativa*. Redes, Unisc - RS, v. 8, n. 3, p. 105-130, 2003.

MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAESTRI, Mário. *A segunda morte de Júlio de Castilhos*. Revista Espaço Acadêmico, n 30, novembro de 2003. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/030/30maesti.htm>>. Acesso em 22 de dezembro de 2004.

MARCH, James; Olsen Johan. *Rediscovering institutions: the organizational basis of politics*. New York: Free Press, 1989.

MARENCO DOS SANTOS, André. Seminário de Porto Alegre sobre reforma política. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MARIANTE, Hélio Moro. As facções partidárias são irreconciliáveis (Liberais - Partido Federalista – Conservadores – Partido Republicano). In: ZERO HORA, 24 de abril de 1993, p.4 e 5.

MARQUES, Mario Osorio e BRUM, Argemiro Jacob. *Uma comunidade em busca de seu caminho*. Porto Alegre, Livraria Sulina, 1972.

MARTINS, Oliveira. *Vocabulário sul-riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1964.

MEDIANEIRA TRANSPORTE. *Informações gerais*. Disponível em <http://www.mtu-ijui.com.br/>. Acesso em 12 de junho de 2006.

MELO, Carlos Ranulfo F. “Migrações partidárias na Câmara dos Deputados: causas, conseqüências e possíveis soluções”. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. “A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo”. *Dados*, 2002, vol.45, n. 3, p. 483-511.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Custos sociais e econômicos da criminalidade no Brasil*. Disponível em <http://www.unodc.org/pdf/brazil/pp_6_custos_sociais_pt.pps>. Acesso em abril de 2006.

MINOGUE, Kenneth. *Política: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MONASTERIO, Leonardo. “A retórica do capital social: uma análise da obra de Robert Putnam”. In: BAQUERO, Marcello; e CREMONESE, Dejalma (Orgs.). *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: Unijuí, 2006.

MONASTERIO, Leonardo. *Capital social e região sul do Rio Grande do Sul*. Programa de Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Curitiba: UFPR, 2002 (Tese de doutorado).

MONASTERIO, Leonardo. *Putnam no Pampa: capital social e a metade sul do Rio Grande do Sul*. Trabalho apresentado no II Encontro da Sociedade Brasileira de Nova Economia Institucional. Campinas: Unicamp, 2001.

MONTESQUIEU, Barão de. *O espírito das leis*. Martins Fontes, 1993.

MOSER, Caroline. *Confronting Crisis: A Comparative Study of Household Responses to Poverty and Vulnerability in Four Poor Urban Communities*. Environmentally and Socially

Sustainable Development Studies and Monographs Series 8. World Bank, Washington, D.C. 1996.

MOSTRA COMEMORATIVA DO 83º ANIVERSÁRIO DE IJUÍ. Ijuí: MADP/Unijuí, 1973.

MOSTRA COMEMORATIVA DO 84º ANIVERSÁRIO DE IJUÍ. Ijuí: MADP/Unijuí, 1974.

MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA. Ijuí: MADP/Unijuí.

NARAYAN, D. 'Bonds and bridges: Social capital and poverty', Policy Research Working Paper 2167, World Bank, Poverty Reduction and Economic Management Network, Washington, D.C. 1999.

NOGUEIRA, Arlinda; HUTTER, Lucy Maffer. *A colonização de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Império (1821-1889)*. Porto Alegre: Garatuja / Instituto Estadual do Livro, 1975.

NOLL, Maria Izabel. *Partidos e eleições no Rio Grande do Sul*. Disponível em <<http://www.tche.br/nupergs/bel.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2004.

O'DONNELL, Guillermo "Accountability horizontal e novas poliarquias". *Lua Nova*, 44: 27-52. 1998.

O'DONNELL, Guillermo. "Democracia delegativa"? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 31, 1991.

OLIVEIRA, Júlio César. *Desenvolvimento humano, desigualdade de renda e pobreza nos conselhos regionais de desenvolvimento e municípios do RS entre 1970 e 1991*. Porto Alegre: UFRGS, 2001 (Tese de doutorado).

OLSON, Mancur. *The Rise and Decline of Nations*. New Haven: Yale University Press, 1982.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (eds.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra J. *República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

PICCOLO, Helga I. L. "A política rio-grandense no Império". In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PINSKY, Jaime (Org.). *Modos de produção na antigüidade*. São Paulo: Global Editora. 1984.

PINTO, João Bosco. *Planejamento participativo: rito ou prática de classe?* Cadernos de Planejamento Participativo. Ijuí: Unijuí, 1986.

PINTO. Céli, R. J. Castilhos e suas circunstâncias. In: ZERO HORA, 25 de outubro de 2003, p.4.

PINTO, Céli, R. J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: LPM, 1986.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os Pensadores).

PORTES, A.; LANDOLF, P. "The Downside of Social Capital". In: *The American Prospect*, n. 26, p.18-21, may-jun. 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1933, reed. 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942, reed. 1994.

PRÉLOT, Marcel. *As doutrinas políticas*. Lisboa: Presença, 1974.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Sinopse da mídia nacional*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/secom/sinopses/sioito/sioito050930.pdf>. Acesso em 8 de julho de 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Atlas de Desenvolvimento Humano*. Disponível em <www.pnud.org.br>. Acesso em maio de 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos: un análisis integral sobre la democracia en 18 países de la región*. Informe La democracia en América Latina, 2004. Disponível em <http://democracia.undp.org/Default.Asp>. Acesso em novembro de 2004.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PUTNAM, R.D. "Bowling alone: America's declining social capital". In: *Journal of Democracy*, 6: 65-78, 1995.

PUTNAM, Robert D. *A comunidade próspera*. Prospecto Americano, 13, Mola, 1993A.

PUTNAM, Robert. *Bowling alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon e Schuster, 2000.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PUTNAM, Robert. *Jogando boliche sozinho*. ndPublicações, Braudel Papers, n.10, 1996.

PUTNAM, Robert. *Making democracy work: Civic traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RAMOS, Carlos Augusto. *A individualidade política - o zoon politikon - e o processo de individualização nos Grundrisse de Marx*. 2001. (Resumo). Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/cesar.htm>. Acesso em dezembro de 2005.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. “Capital Social e Confiança: questões de teoria e método”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, PR, v. 21, p. 35-49, 2003.

REIS, Elisa Pereira. “Desigualdade e solidariedade: uma releitura do familismo amoral de Banfield”. In: *Processos e escolhas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

REIS, Fábio Wanderley. “Engenharia e decantação”. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

RELATÓRIO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. “El desarrollo de la democracia en América Latina”. *El desafío: de una democracia de electores a una democracia de ciudadanos*. Disponível em http://www.undp.org/spanish/proddal/idal_1a.pdf. Acesso em junho de 2004.

REVERBEL, Carlos. *Maragatos e Pica-paus: guerra civil e degola no RGS*. Porto Alegre: LP&M, 1985.

RIBEIRO, Renato Janine. “Entrevista”. In: CORDEIRO, L; COUTO, J. G. (Orgs.) *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RICOTTA, Giuseppe. *Cooperativismo, associativismo e capital social*. Palestra proferida no Auditório da Unijuí, Ijuí: 21 de julho de 2003.

RIO GRANDE DO SUL EM REVISTA. Porto Alegre: Globo, 1930.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROTHSTEIN, Bo. “Political institutions”: an over view. In: GODDIN, Robert E; KLINGEMANN. *A new handbook of Political Science*. New York: Oxford University Press, 2000. p. 150-151.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Os Pensadores 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROVER, Oscar J. e SEIBEL, Erni J. *O dilema da participação política na concepção de diferentes instituições proponentes de uma política de agricultura familiar*. XXII Encontro Anual da ANPOCS de 27 a 31 de outubro de 1998, Hotel Glória, Caxambu, MG. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~nipp/art6.html>>. Acesso em dezembro de 2005.

SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SALGADO, Plínio. *O que é Integralismo?* 3. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

SANTOS, Boaventura de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “A universalização da democracia”. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHILLING, Voltaire. *Rio Grande do Sul, o poncho e a pólvora* - parte 3. Disponível em <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2002/09/12/000.htm>>. Acesso em 20 de dezembro de 2004.

SCHMIDT, João Pedro. “Capital Social e participação política em Santa cruz do Sul”. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.) *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, V. 2, p.419-458.

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2000 (Tese de doutorado).

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo, democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RS. *Estatísticas Educacionais*, 2000.

SELIGMAN, Adam. *The Problem of Trust*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Marilda Almeida da. *Fragments: vestígios que contam histórias Ijuhy (1890-1942)*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS, 2003, (Dissertação de Mestrado).

SPEROTTO, Leandro Tiago. *O desenvolvimento econômico da região Noroeste do Rio Grande do Sul, 1900-2000*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. (Dissertação de Mestrado)

STÜLP, Valter J. e FOCHEZATTO, Adelar. “A evolução das disparidades regionais no Rio Grande do Sul: uma aplicação de matrizes de Markov”. In: *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte 14(1), p.39-66. Janeiro-abril de 2004.

TAMBARA, Elomar. *RS: modernização e crise na agricultura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TEMER, Milton. “Debate sobre a reforma política” In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

TEMPLE, Jonathan. Initial Conditions, Social Capital, and Growth in Africa. In: *Journal of African Economies*, forthcoming 7(3), 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

TONELLA, Celene. Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. Nov. 2003, no.21 [cited 03 July 2006], p.187-190. Available from World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200012&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-4478.

TREZZI, Humberto. *A revolução de 1923*. In: ZERO HORA, 27 de setembro de 2003.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL – TRE/RS. Disponível em <www2.tre-rs.gov.br/eleicoes.jsp>. Acesso em abril de 2006.

TRINDADE, Hélio H. C. e NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991.

TRINDADE, Hélio Henrique Casses. “A ideologia integralista nos anos 30: problemas metodológicos e históricos”. In: *A revolução de 30*. Brasília: UnB, 1983.

TRINDADE, Hélio Henrique Casses. “Aspectos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.) *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

TRINDADE, Hélio Henrique Casses. “Participação político-social ao nível local”. In: *Dados do Instituto Universitário de Pesquisas*. Rio de Janeiro, n. 9, 1971.

TRINDADE, Hélio Henrique Casses. “Reforma política: os desafios da democracia social”. In: BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; KERCHER, Fábio (Orgs.) *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

TRINDADE, Hélio Henrique Casses. *Ijuí 1968: comparação de dados. Pesquisas eleitorais no Rio Grande do Sul. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense*. Porto Alegre, 1968 (Apostila).

TRINDADE, Hélio Henrique Casses. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Difel, 1979.

TRINDADE, Hélio; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história parlamentar gaúcha: 1890-1937*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. “Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais”. In: CÂNDIDO, Antônio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

VÉLEZ, Ricardo. *O castilhismo: curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

VÉLEZ, Ricardo. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

VÉLEZ, Ricardo. *Francisco José de Oliveira Vianna: o homem e a sua obra*. Disponível em <<http://ensayo.rom.uga.edu/filosofos/brasil/vianna/introd.htm>> Acesso em 03/04/2004.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. 2. ed. Belo Horizonte: José Olympio, 1955.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras*. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1982.

VITULLO, Gabriel. *Teorias alternativas da democracia: uma análise comparada*. Porto Alegre: UFRGS, 1999 (Dissertação de Mestrado).

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1992.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 1999.

WEBER, Regina. *Os inícios da industrialização de Ijuí*. Ijuí: Unijuí, 1987.

WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho de etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2002.

WOOLCOCK, Michael and NARAYAN, Deepa. “Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy” *The World Bank Research Observer*, vol.15, nº.2, p.225–249. August 2000.

WOOLCOCK, Michael. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. In: *Theory and Society*, Vol. 27, No. 2. 1998.

WOOLCOCK, Michael. The Place of Social capital in Understanding Social and Economic Outcomes. In: *isuma. Canadian Journal of Policy Research/Revue canadienne de recherche sur les politiques*. Ottawa: Government of Canada's Policy Research Secretariat. Vol. 2, No. 1. 2001.

XAVIER, Odila Barros. *60 anos dentro de uma firma: 1890-1950*. Porto Alegre: Globo, 1951.

ENTREVISTAS

AZAMBUJA, Bernardete. 14 de outubro de 2005.

AZAMBUJA, Leonardo. 14 de outubro de 2005.

BINDÉ, Ademar C. 17 de maio de 2006.

BRESSAN, Suimar. 13 de outubro de 2005.

BRUM, Argemiro Jacob. 21 de junho de 2004.

BRUM, Argemiro Jacob. 28 de fevereiro de 2005.

CALLAI, Jaeme. 28 de outubro de 2005.

DAHMER, Carlos Alberto. 22 de maio de 2005.

FRANTZ, João. 15 de outubro de 2005.

FRANTZ, Walter. 20 de julho de 2006.

LAZZAROTTO, Danilo. 24 de julho de 2005.

PREISSLER, Leonilda Maria. 12 maio de 2006.

STRAPAZON, Sady. 26 de abril de 2006.

ANEXOS

A – Comportamento político de Ijuí – eleições municipais (1912-2004)

Quatro 3 – Lista dos Intendentes e Prefeitos de Ijuí – evolução do eleitorado apto

Ano/eleições	Intendente/prefeito	Partido/ coligação	Votos	Percentual	Eleitorado apto	Compa- recimento total	Percentual
	Augusto Pestana ¹	PRR					
1912	Antônio Soares de Barros ²	PRR					
1917	Antônio Soares de Barros	PRR					
1921	Antônio Soares de Barros	PRR					
1925	Alfredo Steglich ³	PRR	1.597				
1928	Dr. Ulrich Kuhlmann ⁴	PRR					
1929	Antônio Soares de Barros	PRR	2.742				
1934	Antônio Soares de Barros	PRR					
1938	Emílio Martins Bühner ⁵	X	X	X	X	X	
1943	Álvaro Carvalho Nicofé ⁶	X	X	X	X	X	

¹ Diretor da Colônia de 1899 a 1912 e intendente nomeado de 31/01/1912 a 11/07/1912.

² Intendente provisório de 11/07/1912 a 30/12/1912 e intendente eleito de 30/12/1912 a 21/04/1925 e de 12/02/1929 a 03/01/1938.

³ Intendente eleito de 21/04/1925 a 14/01/1928.

⁴ Intendente eleito de 15/04/1928 a 12/02/1929.

⁵ Prefeito nomeado de 29/01/1938 a 24/12/1943.

⁶ Prefeito nomeado (substituto) 12/05/1944 a 25/08/1945.

1944	Antonio Setembrino Lopes ⁷	X	X	X	X	X	
1947	Joaquim Porto Vilanova ⁸	PTB – PL	2.615	37,1		6.970	
1951	Ruben Kessler da Silva ⁹	Frente Democrática (PSD, PL e UDN)	3.363	34,4		9.779	
1955	Lothar Friedrich ¹⁰	PSD-PRP	5.029	38,5		13.060	
1959	Benno Orlando Burmann ¹¹	PTB-PRP	8.337	60,1		13.865	
1963	Walter Müller ¹²	Ação Democrática Popular (PRP, UDN, PSD, PL e PDC)	8.413	54,92	18.274	15.318	84
1968	Sady Strapazon ¹³	MDB	7.566	48,9	18.223	15.461	84
1972	Emídio Odósio Perondi ¹⁴	ARENA	11.782	61,8	21.207	19.045	90
1976	Wilson Maximino Mânica ¹⁵	ARENA	12.901	51,5	29.000	25.048	86,4
1982	Vanderley Agostinho Burmann ¹⁶	PDT	14.909	43,7	38.981	34.122	87,5
1988	Valdir Heck	PDT	20.135	49,9	43.565	40.335	92,6
1992	Wanderley Agostinho Burmann	Frente Progressista Popular (PDT, PC do B e PSB)	19.100	40,3	46.337	45.063	97,2

⁷ Prefeito nomeado de 25/08/1945 a 17/11/1945 e de 22/12/1945 a 09/10/1947.

⁸ Prefeito eleito de 29/11/1947 a 31/12/1951.

⁹ Prefeito nomeado de 18/10/1947 a 18/11/1947 e prefeito eleito de 01/01/1953 a 31/12/1955.

¹⁰ Prefeito eleito de 01/01/1956 a 31/12/1959.

¹¹ Prefeito eleito de 01/01/1960 a 09/10/1963.

¹² Prefeito eleito de 01/01/1964 a 23/12/1966.

¹³ Prefeito eleito de 31/01/1969 a 31/01/1973.

¹⁴ Prefeito eleito de 31/01/1973 a 31/01/1977.

¹⁵ Prefeito eleito de 31/01/1977 a 31/01/1983.

¹⁶ Prefeito eleito de 31/01/1983

1996	Ortiz Iboti Schröer	PP/PMDB	16.993	39	52.594	44.805	85,2
2000	Valdir Heck	PDT/PSB	26.124	59	53.203	45.834	86,1
2004	Valdir Heck	PDT	20.415	43,9	56.242	48.454	86,1

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Pesquisa no TRE-RS.

B – Metodologia do Plano Amostral

A metodologia para a formulação do plano amostral obedeceu a diferentes etapas, a fim de ser obtida uma amostra representativa de 400 entrevistas distribuídas em 11 bairros da cidade de Ijuí, por cotas de idade, sexo e níveis de instrução.

Primeira Etapa – Amostra dos Bairros

Para esta etapa buscou-se, na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),¹ o cadastro dos bairros da cidade de Ijuí, totalizando 36 bairros. O procedimento adotado utilizado para o cálculo foi o de amostragem sistemática para se obter uma amostra de 11 bairros de Ijuí.

Total de Bairros: $N = 36$

Amostra: $n = 11$ bairros

Intervalo de amostragem: $K = N/n$; $K = 3,27$

Cálculo Amostral

Considerando-se o total de bairros da cidade ($N=36$), dividimo-lo por $n= 11$. O resultado (K) 3,27, sendo o intervalo aleatório da amostra. Como o intervalo de amostragem não era um número inteiro, procedemos da seguinte forma:

Parte-se da listagem geral de bairros (36), contando a partir do bairro n.º 2 pela ordem (escolhido aleatoriamente);

Arredondando o intervalo, seguimos selecionando os bairros de 3 em 3 (2,5,8,11);

Após 4 intervalos de 3 bairros, considerando que 0,25 de cada intervalo anterior compõe 1 ($4 \times 0,25=1$), selecionamos o próximo bairro da amostra com o intervalo 4 (15), e retornamos a intervalos de 3, seguindo este raciocínio até o final.

Segunda Etapa – Distribuição das entrevistas pelos bairros

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em junho de 2005.

Para a realização desta pesquisa foi determinada uma amostra de 400 entrevistas. ($n = 400$). Os entrevistados devem ser moradores da cidade, estando em idade acima de 16 anos (portanto eleitores), devendo residir nos bairros selecionados. A distribuição das entrevistas pelos bairros foi feita conforme a proporção da população acima de 16 anos de cada bairro.

A população total dos bairros pode ser obtida no IBGE, contudo selecionamos apenas a parcela com a idade em que estamos trabalhando e apenas dos bairros selecionados.

Cálculo:

O cálculo da distribuição das entrevistas nos bairros foi realizado no software Microsoft Excel, da seguinte maneira:

Montou-se uma planilha de duas colunas, a listagem dos 11 bairros e sua respectiva população acima de 16 anos. Abaixo, a soma total dessas populações. Sobre esse total, calculou-se o percentual de cada bairro numa fórmula bastante simples:

$$\text{Número total de pessoas acima de 16 do bairro} \times 100 / \text{Número total de pessoas acima de 16 anos dos 11 bairros somados} = \text{percentual da população de cada bairro}$$

Depois, de acordo com o resultado obtido, calculou-se a distribuição das 400 entrevistas, proporcionalmente a este percentual. O cálculo foi o seguinte:

$$\text{Percentual da população do bairro} \times 400 / 100 = \text{número de entrevistas por bairro}$$

Assim, obteve-se o resultado de 400 entrevistas, distribuídas de acordo com o tamanho da população acima de 16 anos de idade de cada um dos 11 bairros.

**Quatro 4 – Plano Amostral para o Projeto Desenvolvimento Sustentável Capital Social
- NIEM/ NUPESAL/ UNIJUÍ - 2005.**

Bairro (Amostra de 11)	Pop. + de 16 anos	%	N. de entrevistas por bairro
Assis Brasil - Ijuí – RS	2691		47
Centro - Ijuí – RS	8644		152
Ervál – Ijuí – RS	898		16
Hammarstron - Ijuí – RS	235		4
Jardim - Ijuí – RS	2121		37
Lulu Ilgenfritz - Ijuí – RS	1031		18
Mundstock – Ijuí – RS	955		17
Pindorama - Ijuí – RS	1187		21
São Geraldo- Ijuí – RS	1637		29
Sol Nascente - Ijuí – RS	856		15
Thomé de Souza - Ijuí – RS	2492		44
Total: 11	22747	100	400

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.

Terceira Etapa – Distribuição por cotas

Nesta etapa foi feita a distribuição das 400 entrevistas de acordo com os parâmetros de idade, sexo e níveis de escolaridade da população de Ijuí acima de 16 anos. Os dados foram obtidos nos resultados do Censo de 2000, realizado pelo IBGE, disponíveis em seu *site*. O número da tabela é 1974. Posteriormente, foi feita a distribuição de forma proporcional ao tamanho da população pelos bairros selecionados.

Os dados obtidos estavam dispostos no seguinte formato, em planilha do Excel:

Tabela 42 – População de Ijuí acima de 16 anos

	Homens										Mulheres									
	16 e 17 a	18 e 19 a	20 a 24 a	25 a 29 a	30 a 39 a	40 a 49 a	50 a 59 a	60 anos	16 e 17 a	18 e 19 a	20 a 24 a	25 a 29 a	30 a 39 a	40 a 49 a	50 a 59 a	60 anos ou mais				
Sem instr	27	18	26	57	120	108	152	410	18	10	64	65	98	120	303	871	2467			
1 a 3 anc	65	83	106	144	384	669	723	975	42	67	114	143	403	666	955	1369	6908			
4 a 7 anc	569	337	960	1017	2245	2295	1623	1770	481	427	803	925	2204	2452	1570	2235	21913			
8 a 10 an	901	732	1001	847	1358	780	286	262	975	497	887	700	1497	796	419	275	12213			
11 a 14 a	-	374	1159	654	1161	677	309	207	61	440	1346	749	1109	791	267	171	9475			
15 anos (-	-	-	68	163	518	463	303	84	-	-	130	323	931	649	222	139	3993			
Fonte: IBGE - Censo Demográfico																	56969			

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000.

A distribuição dos resultados se apresentava em números absolutos conforme a tabela nº 2.

Cálculo:

A tabela fornecida pelo IBGE apresentava o resultado referente à população de toda a cidade acima de 16 anos; considerando, igualmente, os níveis de instrução grupos de idade e sexo. Como já havia sido calculado o percentual da população dos 11 bairros e o número de entrevistas relativos a estes bairros, com base ao número absoluto da população de cada bairro, foi necessário distribuir o número de entrevistas obtido para cada bairro de acordo com os parâmetros obtidos pelo IBGE.

Se o número de pessoas obtido em cada caso das colunas da tabela anteriormente descrita fosse multiplicado pelo número de entrevistas (400) e dividido pelo total da população acima de 16 anos, seria obtida a distribuição das entrevistas de acordo com a idade, sexo e anos de estudo relativos a toda a cidade; contudo, não estaria distribuída pelos bairros selecionados. Dessa forma, o cálculo foi feito com o número de entrevistas obtido para cada bairro, ao invés do total de 400. Assim, a planilha foi copiada 11 vezes, para se fazer o cálculo com o número de entrevistas de cada um dos 11 bairros. O procedimento foi o seguinte:

$\text{Número de pessoas em cada caso (B3, B4, B5..., C3, C4, ...) X número de entrevistas do bairro / total da população acima de 16 anos de Ijuí = número de entrevistas (Ver anexo1)}$

Devido à quantidade de valores trabalhados, o processo de arredondamento automático resultou numa quebra muito grande de entrevistas para os bairros com número menor de entrevistas. Para solucionar tal problema, foi necessário selecionar o número de casos com valores mais altos em cada bairro de acordo com o número de entrevistas para cada bairro e arredondá-los para 1.

A soma de todos os resultados arredondados, distribuídos por idade, sexo e níveis de estudo de todos os 11 bairros, resultou em 400 entrevistas exatas.

C – Questionário da Pesquisa

Título: Capital Social e Desenvolvimento Sustentável na Promoção da Cidadania e da Qualidade de Vida – Um estudo comparado entre as cidades do Brasil, Chile e Uruguai -
Local e amostragem: Ijuí/2005 população urbana

Filtro: Residir na cidade onde a entrevista é realizada e ter 16 anos ou mais.

Questionário n°:

Nome do entrevistador: _____

Cidade: _____

Data: ____/____/2005 – Bairro: _____

1. Sexo: (Anotar sem perguntar)

(1) Masculino (2) feminino

2. Idade: _____ (em anos)

3. Escolaridade: _____

Grau mais alto (completo ou incompleto)

4. Falando em política, o(a) sr(a) se interessa por política?

(1) Sim (2) Mais ou menos

(3) Não (9) NR

5. O/a sr/a costuma se manter informado sobre assuntos políticos?

(1) Sim

(2) Não (9) NR

6. O/a sr/a conversa sobre política com familiares?

(1) Sempre (2) Às vezes

(3) Nunca (9) NR

7. O/a sr/a conversa sobre política com amigos?

(1) Sempre

(2) Às vezes

(3) Nunca (9) NR

8. Com que freqüência o/a sr/a fala dos problemas do país com amigos?

(1) Regularmente

(2) Às vezes

(3) Nunca (7) NSA (9) NR

9. Em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o/a sr/a está:

(1) satisfeito

- (2) pouco satisfeito
 (3) insatisfeito
 (8) NS (9) NR

10. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações:

- a. Todos os políticos são corruptos
 b. Os políticos prometem, depois não cumprem
 c. O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos

1. Concorda 2. Concorda em parte
 3. Discorda 8. NS

11. Como o/a sr/a avalia a qualidade dos serviços públicos em Ijuí nas áreas de:

a. Saúde	
b. Educação	
c. Esporte / Lazer / Cultura	
d. Transporte	
e. Segurança Pública	
f. Saneamento Básico	
g. Habitação	
h. Telefonia	

1. Bom 2. Ruim 3. Péssima 8. NS

12. Pensando na qualidade dos serviços públicos, o valor dos impostos que o/a sr/a paga é?

- (1) Muito alto (2) Razoável
 (3) Baixo (8) NS (9) NR

13. O/a sr/a estaria disposto/a a pagar mais impostos para evitar danos à natureza, tais como poluição?

- (1) Sim
 (2) Não (8) NS (9) NR

14. Quanto às leis, o/a sr/a as obedece por:

- (1) Acreditar nas instituições
 (2) Obrigação (8) NS (9) NR

15. Para o/a sr/a o que deve ser mais importante nas ações de um governo?

- (1) Manter a ordem
 (2) Combater a inflação (preços)
 (3) Aumentar a participação
 (4) Garantir a liberdade de expressão
 (5) Preservar o meio ambiente
 (6) Possibilitar o desenvolvimento sustentável
 (8) NS (9) NR

16. Para resolver os problemas do Brasil, o que considera melhor:

- (1) Um líder que coloque as coisas no lugar OU
 (2) A participação da população nas decisões do governo?
 (8) NS (9) NR

17. Como o/a sr/a avalia o desempenho dos atuais governantes?

Presidente da República (Lula)	
Governador do Estado do RS (Rigotto)	
Prefeito de Ijuí (Valdir Heck)	

1. Muito Bom 2. Bom 3. Regular
 4. Ruim 5. Péssimo 8. NS

FALANDO NO RIO GRANDE DO SUL

18. A seca no Estado trouxe uma série de problemas (acionamento de água, prejuízos na agricultura etc.). Para o/a sr/a, quem é responsável por essa situação:

(8) NS (9) NR

19. Ainda em relação à seca. Na sua opinião, o que deveria ser feito para resolver o problema:

(8) NS (9) NR

20. Falando na geração de seus pais, o/a sr/a diria que as suas oportunidades de ter uma vida satisfatória são:

- (1) Melhores
 (2) Iguais
 (3) Piores
 (8) NS (9) NR

21. Comparando agora a geração das crianças e jovens de hoje com a sua, o/a sr/a diria que essas oportunidades são:

- (1) Melhores
 (2) Iguais (3) Piores
 (8) NS (9) NR

22. Quanto ao/à sr/a, como se sente hoje em nossa sociedade? (Múltipla escolha)

- a. (1) Feliz (2) Infeliz (8)
 b. (1) Satisfeito/a (2) Insatisfeito/a (8)
 c. (1) Realizado/a (2) Frustrado/a (8)
 d. (1) Confiante (2) Inseguro (8)
 Outro: _____ (8)

23. Nos últimos tempos, a sua família teve dificuldade para obter ou pagar:

- a. Comida
 b. Medicamento
 c. Luz
 d. Água
 e. Vestuário (roupa,

sapatos)

f. Transporte

g. Telefonia

h. Moradia

i. Outro (anotar)

1.Sempre 2. Às vezes

3. Nunca 9.NR

24. Falando em moradia, um dos ideais das pessoas é ter casa própria. Nas atuais condições do país, o/a sr/a considera possível concretizar esse ideal.

(1) Sim

(2) Não

(3) Depende. De quê? _____

(8) NS

(9) NR

25. Em termos gerais, o/a sr/a diria que:

(1) Se pode confiar nas pessoas

(2) Não se pode confiar nas pessoas

(8) NS (9) NR

26. Em relação às instituições que eu vou ler, gostaria de saber se o/a) sr/a confia muito, pouco ou não confia no(a):

a. Congresso Nacional (dep. Fed./senadores)	
b. Governo Federal (presidente/ ministros)	
c. Assembléia Legislativa (dep. estaduais)	
d. Governo Estadual (governador/secretários)	
e. Câmara Municipal (vereadores)	
f. Governo Municipal (prefeito/secretários)	
g. Judiciário (juízes/tribunais)	
h. Partidos Políticos	
i. Polícia	
j. Igreja	
l. Família	
m. Vizinhos	
n. Associações Comunitárias	
n. Sindicatos	
o. Meios de Comunicação	

1. Confia muito 2. Confia pouco

3. Não confia 8. NS 9. NR

27. Na sua opinião, as condições de pobreza do país levam as pessoas a tirar vantagens umas das outras:

(1) Concorde

- (2) Concorda em parte
 (3) Discorda (9) NR

28. O/a sr/a se sente seguro/a ao andar nas ruas?

- (1) Sim
 (2) Mais ou menos
 (3) Não
 (8) NS (9) NR

29. O/a sr/a conhece alguém que foi vítima de um delito ou assalto nos últimos 12 meses?

- (1) Sim, eu mesmo/a
 (2) Sim, outra pessoa
 (3) Não (9) NR

30. Se uma pessoa não se sente segura nas ruas, o/a sr/a acha que ela deveria:

- Procurar ou pedir a proteção da polícia
- Sair em companhia de outra pessoa
- Evitar de sair depois que anoitece
- Usar uma arma para proteção
- Possuir um cão de guarda

1. Sim 2. Às vezes 3. Não
 8. NS 9. NR

31. Falando no bem-estar das pessoas, quem na sua opinião é o maior responsável por ele:

- (1) Os indivíduos
 (2) O governo
 (8) NS (9) NR

32. O/a sr/a costuma participar de...

a. Partidos Políticos	
b. Reuniões políticas	
c. Comícios	
d. Associações comunitárias	
e. Associações Religiosas	
f. Associações Sindicais	
g. Conselhos Populares	
h. Organizações Não Governamentais/ONGs	
i. Orçamento Participativo – OP	
j. Abaixo-assinados	
l. Manifestações ou protestos	
m. Greves	
n. Ocupação de terrenos ou prédios públicos	
o. Outros. Quais	

1. Sim 2. Não 3. Já participou 9. NR

33. O/a sr/a considera importante a sua participação na política para resolver os problemas do país?

- (1) Sim
(2) Não (8) NS (9) NR

34. O/a sr/a se identifica com algum partido político?

- (1) Sim, Qual? _____
(2) Não
(8) NS (9) NR

35. Em relação ao voto, o/a sr/a:

- (1) Considera importante votar em eleições para mudar as coisas
(2) Vota nas eleições porque é obrigatório
(3) Em geral não vota em eleições
(8) NS (9) NR

36. E se no Brasil o voto não fosse obrigatório para maiores de 18 anos, o/a sr/a:

- (1) Votaria
(2) Não votaria
(8) NS (9) NR

37. Quando escolhe em quem vai votar considera mais importante:

- (1) A pessoa do(a) candidato(a)
(2) O partido político a que ele(a) pertence
(3) Outra. Qual? _____
(8) NS (9) NR

38. Se um candidato lhe oferecesse dinheiro ou uma cesta básica, em troca do seu voto, o que o/a/ sr/a faria?

- () Aceitaria e votaria no candidato
() Não aceitaria trocar seu voto
() Não aceitaria e denunciaria aos órgãos competentes
() Outro: _____
(8) NS (9) NR

39. Na sua opinião, a colaboração entre as pessoas pode contribuir para melhorar a situação do país?

- (1) Sim
(2) Às Vezes
(3) Não (9) NS/NR

40. Nos últimos anos, o/a sr/a tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?

- (1) Sim
(2) Não (8) NS (9) NR

41. Dentre os grupos que vou mencionar quais deles existem no seu bairro:

a. Grupo ou movimento político	
b. Grupo ou associação cultural (Teatro, arte, música, cinema)	
c. Grupo educacional (ex. Associação de pais e professores, comitê escolar)	
d. Grupo esportivo	
e. Grupo de jovens	
f. ONG ou grupo cívico (ex. Rotary Club, Cruz Vermelha)	
g. Grupo baseado na comunidade étnica	
h. Grupos de mulheres	
i. Outro:	

(1) Sim (2) Não (8) NS (9) NR

42. Atualmente o/a sr/a participa de algum grupo ou organização (associação de moradores; juntas de vizinhos, de escola, grupo religioso ou ecologista, clube de bairro, partido político, sindicato etc)?

(1) Sim (**Passe Pergunta 44**)

Qual? _____ (9) NR

(2) Não

43. Se Não, quais os principais motivos para a sua não participação:

a. Falta de tempo	
b. Falta de interesse	
c. Falta de credibilidade	
d. Não traz benefícios	
e. Impossibilidade / Motivos pessoais	
f. Outro motivo, qual?	

1. Sim 2. Não 7.NSA 9. NR

44. Se Sim, qual é o maior benefício de se fazer parte de um grupo?

(1) Melhorar renda atual do meu domicílio ou o acesso a serviços

(2) É importante em situações de emergência/no futuro

(3) Beneficia a comunidade

(4) Prazer/Diversão

(5) Espiritual, posição social, auto-estima

(6) Outros (especifique) _____

(7) NSA 9. NR

45. O grupo ajuda sua família a ter acesso a algum tipo de melhoria em uma área ou serviços?

(1) Sim. Qual? _____

(2) Não

(7) NSA (8) NS 9. NR

46. Se precisasse viajar por um ou dois dias, o/a sr/a poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa e/ou filhos?

(1) Sim

- (2) Provavelmente
 (3) Não (8) NS

47. Em uma situação de emergência, como a doença de um familiar ou perda de emprego, o/a sr/a receberia ajuda:

- (1) de familiares
 (2) de vizinhos
 (3) de colegas de trabalho
 (4) Outros: _____

48. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas do seu bairro, o/a sr/a contribuiria para este projeto?

- (1) Sim
 (2) Não (8) NS

49. Existem pessoas no seu bairro que não tem acesso a:

- a. Escolas
 b. Postos de saúde
 c. Água e esgoto
 d. Transporte

- 1, Muitas 2. Poucas
 3. Nenhuma 8. NS

50. Em relação ao seu bairro:

A maioria das pessoas do bairro geralmente está disposta a ajudar você caso necessite	
Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram neste bairro	
Neste bairro é preciso estar atento, ou alguém pode tirar vantagem de você	
As pessoas do bairro em geral não confiam nas outras para emprestar dinheiro	

1. Sim 2. Às Vezes 3. Nunca
 8. NS 9. NR

Falando no Brasil.

51. Para o/a sr/a, a opinião da maioria das pessoas não é levada em conta no país:

- (1) Sim
 (2) Não (8) NS (9) NR

52. Na sua opinião, qual o principal problema do Brasil hoje?

- _____
- (8) NS (9) NR

53. Para o/a sr/a quem tem mais poder no país? (Marcar até três da lista: 1º, 2º e 3º)

- () Grandes empresas
 () Militares
 () Sindicatos

- () Judiciário
- () Bancos
- () Partidos políticos
- () Governo
- () Parlamento/ Congresso
- () Meios de comunicação
- () Igreja (88) NS/NR

54. Atualmente, qual sua situação profissional:

- (1) Empregado Assalariado
- (2) Autônomo / conta própria
- (3) Profissional liberal
- (4) Empregador / empresário
- (5) Aprendiz ou estagiário
- (6) Estudante
- (7) Desempregado
- (8) Aposentado
- (9) Dona de casa
- (10) Outro. Especificar: _____

55. O/a sr/a se preocupa em ficar desempregado/a?

- (1) Sim (2) Não
- (3) Depende: De quê? _____
- (7) NSA

56. Qual a sua renda mensal? R\$ _____

- (7) NSA (8) NR

57. Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar?

R\$ _____

- (8) NS (9) NR

58. Quantas pessoas dependem dessa renda?

_____ (8) NS (9) NR

59. O/a sr/a consegue poupar algum dinheiro no final do mês?

- (1) Sim
- (2) Às vezes
- (3) Não (9) NR

PARA FINALIZAR GOSTARÍAMOS DE SABER:

60. Qual é o seu Estado civil? _____

(9) NR

61. Qual a sua religião? _____

(9) NR

62. Qual a sua cor ou etnia? _____

(9) NR

63. Qual a sua classe social?

(9) NR

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO